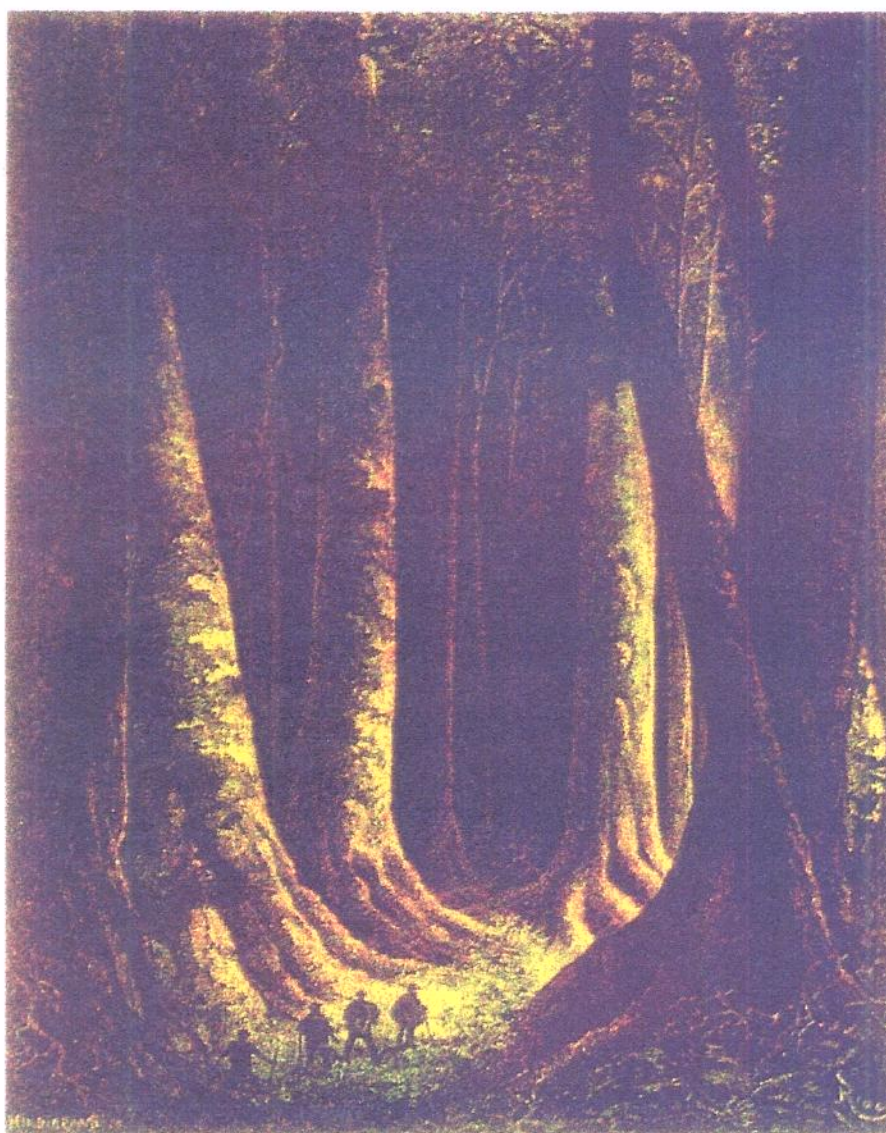


ERRANTES DA SELVA



Isabel Cristina Martins Guillen

ISABEL CRISTINA MARTINS GUILLEN

ERRANTES DA SELVA

Histórias da Migração Nordestina para a Amazônia

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas sob a orientação do
Prof. Dr. Ítalo Arnaldo Tronca

Este exemplar corresponde à
redação final da tese
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
16/06/1999

BANCA


Prof. Dr. Ítalo Arnaldo Tronca (orientador)


Profa. Dra. Maria Stella Martins Bresciani


Prof. Dr. Michael McDonald Hall


Profa. Dra. Enid Yasuda


Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior

JUNHO/1999



UNIDADE	BC
N.º CDD	
V.	Es
TÓPO	BC/38434
PROC.	229199
C	☐
D	☒
PR. CO	361100
DATA	24/08/99
N.º CPD	

CM-00134292-2

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

G 945 e **Guillen, Isabel Cristina Martins**
Errantes da selva: histórias da migração nordestina para a
Amazônia / Isabel Cristina Martins Guillen. - - Campinas, SP :
[s. n.], 1999.

Orientador: Ítalo Tronca.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Amazônia. 2. Migração interna - Brasil, Nordeste.
3. Seringueiros - Amazônia. 4. Brasil - História - Estado Novo,
1942-1945. I. Tronca, Ítalo Arnaldo. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Diante do homem errante a natureza é estável; e aos olhos do homem sedentário, que planeie submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espantosamente revolta e volúvel, surpreendendo-o, assaltando-o por vezes, quase sempre afugentando-o e espavorindo-o. A adaptação exercita-se pelo nomadismo.

Euclides da Cunha. *Terra sem História*.

Nenhum teto
Protege o navegante ao mar entregue.
É o que não sabe o que vai em vida mansa,
Rico e risonho, os pés na terra estável,
Enquanto meio morto, mourejando,
Eu moro em móvel mar.

Ezra Pound. *De O Navegante*.

Na vida, quanto mais cedo alguém formular um desejo, tanto maior será a possibilidade de que se cumpra. Quando se projeta um desejo distante no tempo, tanto mais se pode esperar por sua realização. Contudo, o que nos leva longe no tempo é a experiência que o preenche e o estrutura. Por isso o desejo realizado é o coroamento da experiência. (...) O tempo contido no instante em que a luz da estrela cadente cintila por uma pessoa (...) é o contrário daquele tempo infernal, em que transcorre a existência daqueles a quem nunca é permitido concluir o que foi começado.

Walter Benjamin. *Sobre alguns temas em Beaudelaire*.

Para Francisco Guillén Megias,
Luis Aguiar, Joselice Jucá e
Alcir Lenharo
(em memória)

Para o Tiago.

E em especial para todos os
migrantes que perseguem sonhos.

Sumário

Apresentação e agradecimentos.....	07
1. Vale da Promissão.....	14
Capítulo I. Os círculos do Inferno Verde.....	15
1. Amálgama de letras.....	15
2. O seringal e os construtores de ruínas.....	22
3. Literatura e história. A apropriação simbólica do passado.....	47
Capítulo II. Arautos do Eldorado.	67
1. O Discurso do Rio Amazonas.....	67
2. A Batalha da Borracha.....	83
3. Soldados da Borracha. Propaganda política e migração incentivada.....	91
Capítulo III. A maldição dos trópicos.....	100
1. Clima e floresta.....	100
2. Agricultura na Amazônia: o mito da fertilidade.....	107
3. Sob o signo da insalubridade.....	132
2. Êxodo.....	147
Capítulo IV. Poetas e cantadores das viagens.....	148
1. O tema da viagem e a narrativa da migração.....	148
2. Cantadores das viagens pela Amazônia.	171

Capítulo V. A viagem dos arigós.....	190
1. A diáspora nordestina e a invisibilidade histórica.....	190
2. Arigós: o que há num nome.....	207
3. Os arigós em percurso.....	215
4. Arigós e cidadãos.....	221
Capítulo VI. Bravos e Mansos.....	238
1. Um pajé cearense. Hibridismo cultural e movimento migratório.....	238
2. O seringal e a tipificação histórica.....	240
3. Modos de vida nos seringais.....	247
4. Migração: entre o desenraizamento e a reterritorialização.....	254
5. O retorno dos arigós.....	272
Conclusão.....	276
Fontes e Bibliografia.....	279
Anexos:	
1. Termo de compromisso do Departamento Nacional de Imigração.	
2. Cláusulas gerais do Contrato Padrão de Trabalho nos Seringais.	

Apresentação e Agradecimentos

A bem da verdade é necessário dizer que nem sempre sabemos onde o caminho que tomamos vai dar. O que escolhi para escrever esta tese mostrou-se, afinal, muito mais rico do que o previsto inicialmente. Se num primeiro momento, assemelhava-me ao típico viajante que adentra a Amazônia pela primeira vez a bordo de algum navio, e observa a floresta do meio do rio achando-a monótona por não conseguir ver a diversidade, hoje sei que só pisei nas margens. Isto porque, ao final, esta tese tratou apenas de pensar sobre a história como um trabalho de re-significação, social e cultural, das experiências do passado.

Desse modo, a tese que ora apresento teve como motivação recolocar em pauta as experiências sociais de *viver os sertões*. Projeto extremamente ambicioso no início, quando pretendia analisar os movimentos de integração do sertão, de Rondon à Expedição Roncador-Xingu, foi se firmando para percorrer o sertão não exclusivamente pelos passos do desbravador oficial, mas principalmente pelo perambular dos migrantes.

Não foi fácil estabelecer um corte temporal que não fosse de todo aleatório, que representasse ao menos um pouco as significações dadas ao movimento pelos sujeitos. Pensar a migração incentivada de trabalhadores nordestinos para a Amazônia durante o Estado Novo foi um corte que permitiu situar um dado espaço - tempo, mas que igualmente requeria incursões, ainda que breves e circunstanciais, a um passado mais remoto. Ou seja, o corte não seccionava as relações dos acontecimentos específicos com o movimento migratório em direção à fronteira oeste como um todo. Este movimento nos coloca uma dimensão temporal que, para a história nacional, pode ser

considerada como um longo período, pois, se tomarmos como marco as migrações para os seringais, teremos mais de cem anos de história. Oficialmente, comemorou-se o centenário da migração nordestina para a Amazônia em 1977, mas, como todo marco, este também poderia ser movido. No entanto, sua presença dá-nos a visibilidade da duração do movimento.

A simbologia do Êxodo, recorrentemente posta em circulação quando se trata de falar sobre os movimentos migratórios orientou a estrutura narrativa. A Amazônia representada como o Vale da Promissão assumiu o papel de uma instituição imaginária, no sentido posto por Castoriadis¹, pois é preciso vislumbrar imaginariamente o vale como uma terra onde corre o leite e o mel para se colocar em movimento. Ao mesmo tempo, posicionava o lugar da partida, o Nordeste, como o Cativoiro.

Por outro lado, foi-me lembrado no percurso desta tese que o povo escolhido, ao sair do cativoiro, não vagou à esmo à procura do vale. Ele foi facilmente encontrado, só que ocupado por outros povos. O êxodo é a história do vagar pelo deserto, mas é também a história da conquista de uma terra já ocupada. Ao tornar visível o movimento migratório, não podemos ocultar que a ocupação dos seringais pelos nordestinos desde o final do século XIX resultou num confronto com os índios. A conquista da terra prometida foi também o genocídio dos povos indígenas. Eu poderia ter re-significado esta outra história; se não o fiz não significa que deva silenciá-la. Ao contrário, espero que ecoe ao longo de todas as próximas páginas.

Convém ressaltar que a instituição histórica e imaginária do nordestino como um povo escolhido (migrante) não passa ao largo das lutas sociais e políticas. Ao contrário, estamos no terreno bastante disputado da produção e circulação de bens simbólicos. Ter dado uma certa visibilidade aos movimentos migratórios, foi também contar como os mecanismos de poder

¹ CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986

engendraram uma história que destituía os migrantes de sua condição de sujeitos.

Escrever, neste contexto, foi colocar em questão os silêncios, a exclusão da diáspora nordestina como objeto da história.² Em decorrência, os deslocamentos contínuos de migrantes nordestinos pela Amazônia não foram tratados apenas como “fatos sociais” pois representavam os diversos modos pelos quais os nordestinos foram “destinados a migrar”, centrando a discussão nos modos de engendramento do migrar, da historicidade que posiciona o nordestino como protótipo do nômade movendo-se continuamente entre o centro e a periferia.³

Não é nenhuma novidade que os que pensaram sobre a sociedade brasileira no início deste século inscreveram os trabalhadores na ordem das coisas como passivos, sem interioridade, como se a existência social fosse a constituição de um favor das elites. Euclides da Cunha quando pensou sobre a experiência histórica dos seringais, implantados na floresta pela massa de migrantes nordestinos que se dirigiam para a Amazônia, cunhou uma imagem emblemática que perpassa toda a escrita dessa história: os migrantes/seringueiros são os *construtores de ruínas*. Ao mesmo tempo, contribuía para a afirmação das imagens alegóricas da Amazônia tanto como um inferno verde, quanto que se encontrava à margem da história. Nesse sentido, as representações sociais dos seringais e do trabalho dos seringueiros constitui nosso ponto de partida narrativo para mostrarmos ao leitor como se deslocam as imagens do Inferno Verde, presentes na literatura que tem como tema o seringal, para a construção do Vale da Promissão, elaborada discursivamente com especial destaque pelos ideólogos do Estado Novo (capítulo 1).

² Sobre os silêncios da história ver: FERRO, Marc. *A história vigiada*. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1989. Ver também as vinculações políticas entre memória e cidadania em: PAOLI, Maria Célia e ALMEIDA, Marco Antônio. Memória, Cidadania, Cultura Popular. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.24, p. 185-192, 1996.

³ HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.24, p.68-75, 1996.

Conhecida como a Batalha da Borracha, a campanha que incentivava trabalhadores nordestinos para se dirigirem aos seringais na década de quarenta, elaborou uma forte propaganda política centrando foco na desconstrução dessa imagem de Inferno Verde, afirmando que a Amazônia, com o concurso dos trabalhadores, tornar-se-ia o Vale da Promissão através da intervenção estatal que promovia a colonização da região, bem como seu saneamento (questões abordadas nos capítulos 2 e 3). Em torno de cinquenta mil trabalhadores tornaram-se oficialmente os Soldados da Borracha, e foram encaminhados para os seringais com o objetivo de aumentar a produção gumífera para atender às necessidades bélicas dos Aliados envolvidos na Segunda Guerra Mundial.

Veremos na análise da literatura de cordel que há um intenso trânsito cultural entre Nordeste e Amazônia, constituindo-se uma rede social a informar os sujeitos, contando as histórias de como se vivenciou a migração para os seringais desde as décadas finais do século XIX (capítulo 4). Estamos já na história do Êxodo. Por isso, é condição *sine qua non* considerarmos que no percurso das viagens entre Nordeste e Amazônia, os trabalhadores migrantes são sujeitos de sua própria história.

O discurso elaborado pelas autoridades do Estado Novo primava em anunciar que os trabalhadores teriam ampla proteção do Estado. Quando os migrantes viveram o descompasso entre a propaganda política e a prática cotidiana nas hospedarias, trataram de reivindicar os direitos apregoados, posicionando-se não como vítimas de um destino cruel, mas postaram-se no espaço político como cidadãos, portadores de uma cultura política (capítulo 5). A afirmação desses migrantes como arigós, ou seja, o apelido que ganharam e que significava naquele contexto que seriam um bando de reles arruaceiros, nada mais era que outra forma de silenciá-los.

Por outro lado, a experiência de viver num seringal também demandava um trabalho de re-significação, não só do lugar que se lhe atribuía na história nacional e ou regional, mas também da experiência subjetiva de se

reterritorializar, e ao fazê-lo hibridar as culturas (capítulo 6). Não se trata, ao final, de construtores de ruínas. Qual seu legado? Foram eles que disseram ao mundo que podia-se viver na floresta dignamente. São eles os detentores de uma parte do saber contido na vasta enciclopédia da floresta amazônica.

Uma última advertência. Este trabalho mostrou-se propício para colocar em circulação um verdadeiro cadinho eclético em termos de teoria histórica e social. Sobreposição a todas as diversas orientações a inspiração benjaminiana de que somos todos caçadores de pérolas. Ao final, acredito que acima de tudo conseguimos centrar a questão na polissemia dos movimentos migratórios. E isto é o que importa.

Naturalmente este trabalho demandou um intenso esforço, não exclusivamente de minha parte, pois foi compartilhado por muitos. Ainda ouço a risada, um pouco contida, de um oficial dos Portos do Pará, quando, em companhia da sempre amiga Naná, perguntei-lhe se poderia fornecer informações a respeito de um possível arquivo que tivesse documentos da década de quarenta, e que me desse conta do movimento de passageiros no porto de Belém. Sua resposta foi: guardamos a relação dos passageiros apenas por alguns meses. O leitor que persistir em percorrer as páginas deste trabalho deve saber que risadas desse tipo não as ouvi apenas uma vez. No entanto, enquanto ouvia as risadas, lembrava-me de Febvre, para quem podíamos fazer falar as pedras, o que significava não se conformar com o silenciamento. Estrondoso como uma gargalhada.

Não quero utilizar o argumento da falta de documentação para justificar minhas abordagens, apenas gostaria de deixar explícitos os limites dentro dos quais transitei. E porque pensar o silenciamento da história era tão importante.

Muitos, no entanto, não riram de meus propósitos, e me ajudaram a pensá-los, questionando-os, indicando muitos textos para ler, e a encontrar a pouca documentação que utilizo, e o que foi mais importante, como utilizá-la,

tornando-a extremamente rica e complexa. Sem dúvida, Alcir Lenharo foi um deles, não porque lhe cabia tal papel enquanto orientador, mas por intuir que coisas muito interessantes poderiam florescer naquele terreno árido. E por confiar também na minha intuição intelectual. Foram dele as indicações mais preciosas, a insistência para que eu trabalhasse com a literatura, e principalmente com a literatura de cordel. Ítalo Tronca, que assumiu a orientação já num ponto bastante avançado do percurso, deu-me segurança para investir mais em outros pontos, como o imaginário social que as alegorias literárias apontavam. Mas, acima de tudo, deu-me liberdade para prosseguir como eu achava que devia fazê-lo. Adalberto Marson discutiu o primeiro projeto, nos seminários de tese, e me ajudou a definir com mais clareza o objeto que eu ainda não percebia bem, mostrando-me as nuances em meio ao que pareciam apenas sombras. Se este trabalho não alcançou a diversidade e a complexidade que o tema exigia, não se deve ao fato de que não me tenha sido apontado, mas por limitações minhas, pelas quais eu assumo responsabilidade.

O suporte financeiro da pesquisa foi dado inicialmente pela FACEPE, que providenciou recursos para o levantamento inicial, e posteriormente pelo CNPQ, através de bolsa de doutorado.

Que dizer da paciência com que os amigos da “república” de Campinas aturaram minhas inseguranças e meus ataques de mau humor? Ainda bem que compartilhei com eles situações semelhantes. Henrique foi uma presença fundamental, assim como Bea e a Naná, inestimáveis amigos. Agradeço muito ao Aldrin, por me introduzir nos mistérios bibliográficos amazônicos. Tenho certeza que, se tivesse tido a oportunidade de compartilhar por mais tempo de sua companhia, este trabalho estaria muito mais rico. Pena que tenhamos brigado tanto também, e pelas brigas peço desculpas. Gostaria de lembrar ainda dos amigos do doutorado, Regina, Magda, Lúcia, Leonardo, Cândido, Fábio, Edilene, Rosilene, Jefferson, Edilsa, Carolina, Raimundo, Fernando, e

todos os que ajudaram a tornar a convivência com a UNICAMP tão mais agradável.

Ainda em Campinas, presença fundamental da Vera, Luísa, D. Vera e todos os que na Jatobá cuidaram do Tiago para que eu pudesse me dedicar à tese, sabendo que meu filho estava sendo, mais do que bem cuidado, amado.

Que dizer dos ajudantes anônimos, funcionários prestativos em não sei quantas bibliotecas e arquivos por onde andei... Estendo a todos os meus agradecimentos, simbolizados em agradecimentos especiais à Solange, da Biblioteca do IFCH, na ajuda inestimável em descobrir e conseguir o empréstimos de muitas obras, sem as quais este trabalho sairia, sem a menor dúvida, empobrecido. Não poderia deixar de mencionar o carinho com que sempre fui tratada pelos colegas da Fundação Joaquim Nabuco. Na Biblioteca Blanche Knopf, agradeço à Maria do Carmo, Raquel, Mano e Cláudia, não só pela boa vontade com que sempre me atenderam, mas acima de tudo por aturarem com bom humor minhas irresistíveis invasões não autorizadas ao acervo. Nadja ajudou no processo de ilustração, fazendo pequenos milagres com o scanner, e Lúcia colaborou com a formatação final do trabalho.

No Departamento de História Social da Fundação, Ariane e Sylvia cuidaram das minhas coisas, sempre com muito carinho e atenção, possibilitando uma tranquilidade inestimável na dedicação à tese. Joselice, por ter acreditado, quando me deixou partir, que em meio à tanta adversidade, eu venceria. Os colegas da Área Temática Cultura e Identidade, Joanildo, Fernando, Sylvia, Jana, Aparecida, Helena e Nara, tenham a certeza que suas leituras e nossas discussões foram fundamentais no trabalho de redação. Menção especial à Nara, que teve a paciência de ler toda a tese, ajudando-me a superar obstáculos no trato com a língua portuguesa. Os erros, que persistem, devem-se ora à minha teimosia, ora ao constante reescrever aquilo que supostamente já estava pronto.

Tiago... Viva! Podemos juntos colocar o ponto final.

VALE DA PROMISSÃO

Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto: é não ter o que comer na terra de Canaã.

José Américo de Almeida. *A Bagaceira*.

Capítulo I

Os círculos do Inferno Verde.

O Amazonas é uma esperança. Deixando-se as vizinhanças do Pará, penetra-se no deserto.

Tavares Bastos, citado por Euclides da Cunha.

1. Amálgama de letras.

Michel Riaudel, ao discutir as referências que teria lido Júlio Verne para escrever *A Jangada*, agracia-nos com um surpreendente e incrível poder de síntese: o rio palimpsesto. A Amazônia descrita por viajantes no *Le Tour du Monde* e as comunicações do *Bulletin de la Société de Géographie* são compiladas e resumidas: "o trabalho minimal de reescrita apura e harmoniza o estilo para apagar as costuras demasiadamente visíveis."¹ Deixam transparecer não apenas um projeto pedagógico de Verne, mas muitas pegadas dos naturalistas que, num verdadeiro projeto enciclopédico, devassaram um espaço do qual não se exaure o fascínio.

Foram igualmente os relatos dos naturalistas que, guiando num primeiro momento o olhar de Euclides da Cunha para o encontro com o Amazonas, dão ao escritor o sabor da decepção para com o imaginado, quando se dá o confronto com o verdadeiro rio:

Ao revés da admiração ou do entusiasmo, o que sobressalteia geralmente, diante do Amazonas, no desembocar do dédalo florido do Tajapuru, aberto em cheio para o grande rio, é antes um

¹ RIAUDEL, Michel. O Rio Palimpsesto. O Amazonas de Júlio Verne. *Revista USP*, n. 13, p. 66-73, 1992.

desapontamento. A massa de águas é, certo, sem par, capaz daquele terror a que se refere Wallace; mas todos nós mui cedo gizamos um Amazonas ideal, mercê das páginas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes, que desde Humboldt até hoje contemplaram a Hyloe prodigiosa, com um espanto quase religioso - sucede um caso vulgar de psicologia: ao defrontarmos o Amazonas real, vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada. Além disso, sob o conceito estritamente artístico, isto é, como um trecho da terra desabrochando em imagens capazes de se fundirem harmoniosamente na síntese de uma impressão empolgante, é de todo em todo inferior a um sem-número de outros lugares do nosso país.²

A Amazônia real, confrontada com leituras múltiplas, é posta, num primeiro momento, num plano inferior à imagem prefigurada. Página inúmeras vezes repensada e revista de nossas letras, por quase todos que, indo ao Amazonas, se vêem na obrigação de sobre ele escrever:

(...) Que posso falar dessa foz tão literária e que comove tanto quanto assuntada no mapa? A imensidão das águas é tão vasta, as ilhas imensas por demais ficam no longe fraco que a gente não encontra nada que encante. A foz do Amazonas é uma dessas grandezas tão grandiosas que ultrapassam as percepções fisiológicas do homem. Nós só podemos monumentalizá-la na inteligência. O que a retina bota na consciência é apenas um mundo de águas sujas e um matinho sempre igual no longe mal percebido das ilhas. O Amazonas prova decisivamente que a monotonia é um dos elementos mais grandiosos do sublime. (...) A foz do Amazonas é tão ingente que blefa a grandeza.³

² CUNHA, Euclides da. *Terra sem História. Um Paraíso Perdido*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1994, p. 25. Os escritos amazônicos de Euclides da Cunha foram compilados por Leandro Tocantins no volume acima referido, de onde retiramos as citações.

³ ANDRADE, Mário de. *O Turista Aprendiz*. São Paulo, Duas Cidades/ Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976, p. 61.

Tanto Euclides da Cunha, quanto Mário de Andrade, sabem que o relato que constróem sobre o Amazonas só pode partir do confronto entre uma figuração utópica, construída de antemão por inúmeros relatos, e uma paisagem real por eles observada.⁴ Em uma carta a Rangel, Euclides lista os escritores que lhe apresentam a Amazônia:

só, inteiramente só, na saleta estreita da tua bucólica tebaida... Ou melhor, eu e algumas sombras: Frei João de São José, o estrenuo Ricardo Franco, o meticoloso Lacerda e Almeida e não sei quantos outros mais... Calcula se puderes, a nossa orgia silenciosa e formidável de velhos sucessos acabados e estupendos lances para todo o sempre extintos. O velho frade, castamente volteireano, com seu belo dever castíssimo, conta-me os casos antigos da Amazônia velha; o impávido tenente-coronel de engenheiros, as suas quatro ou cinco odisséias sertanejas, e o maior explorador de todos os tempos e de todos os países, o molde secular de todos os Livingstones e de todos os Stanleys, a sua peregrinação maravilhosa do "equador visível" aos últimos rebentos meridionais da Mantiqueira! - E vão-se lentamente escoando as horas nesta palestra esquiliana e sem palavras...⁵

Estes trechos que retiramos dos escritos de Euclides, postos como introdução a este trabalho, postulam um ponto de partida para se pensar a Amazônia, já que, como terra ignota, não existe nem enquanto ponto de partida do viajante, ou do turista, que invariavelmente leu sobre a região, e adentrou na Amazônia pelo rio palimpsesto. A Amazônia imaginária já tinha sido objeto de uma invenção que orientava a investigação da terra ignota. Euclides, solitário na sala povoada de sombras, lê aqueles que o antecederam, e que podem prepará-lo para a viagem de reconhecimento do Alto Purus. Vejamos um outro exemplo que pode nos esclarecer melhor.

⁴ SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 32-33.

⁵ Carta de Euclides da Cunha para Alberto Rangel, Manaus, 20.03.905 (10 ½ da noite) in: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALOTI, Oswaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo, Edusp, 1997, p. 277-278.

Rondon, na tarefa de estabelecer comunicações telegráficas entre o Mato Grosso e o Amazonas, percorreu um sem número de rios, estabelecendo coordenadas geográficas, nascentes, afluentes, de uma região considerada desconhecida pela geografia nacional. Numa dessas expedições, depois de mais de dois meses andando pela selva, e já tendo abandonado parte do equipamento para melhor se locomover, resolve:

A 13 de novembro havíamos chegado ao ponto em que o paralelo de 11° é cortado pelo meridiano de 20°. Pelas cartas, devíamos estar próximos das cabeceiras do Jaci-Paraná. Tendo encontrado um riacho, pensamos que fazia parte das aludidas cabeceiras e, para o reconhecer, decidimos descer ao longo do seu curso. A 25 encontrávamos à sua margem duas árvores lavradas com várias inscrições de iniciais maiúsculas e, uns oito quilômetros mais abaixo, vestígios de rancho, latas vazias de leite condensado e conservas, um tigela de louça colorida e outros objetos. Parecia estas coisas confirmar a suposição de nos acharmos na cabeceira do Jaci-Paraná e, portanto, próximos do ponto em que deveríamos encontrar a turma do capitão Costa Pinheiro. Persistimos, pois, em acompanhar o rio, apesar de ele levar a direção de N. E. À noite perscrutávamos o céu, na esperança de ver os balões ou os foguetes que, segundo combináramos com o capitão Pinheiro, deveriam ser soltados por esta época, para servirem de aviso.⁶

Uma semana depois, encontram perdido na mata um seringueiro, e pelas informações fornecidas, duvidam num primeiro momento da razão do pobre homem, para só depois duvidarem de sua posição geográfica. Decidem construir uma canoa e nela colocar não só o seringueiro mas também os doentes da expedição. Prosseguem atravessando os contrafortes dos Parecis até encontrarem um novo rio, que supõem ser um tributário do Jaci. Alguns

⁶ VIVEIROS, Ester de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958, p. 305.

dias depois encontraram um casal de seringueiros que os colocou a par de seu erro e do acerto do seringueiro desvairado:

desmoronava todo o edifício geográfico arquitetado desde os tempos coloniais, sobre a faixa que acabávamos de atravessar entre os meridianos 17 e 20. Os rios que figuravam nas cartas como cabeceiras do Jamari são, de fato, formadores do Gi Paraná, ou Machado.⁷

Dos seringueiros conseguem, além de informações mais precisas, provisões e roupas para continuar descendo o rio, e nós ficamos sabendo que esta Amazônia tida como ignota, era já palmilhada por seringueiros que não se deixavam enganar por cartas geográficas.

A Amazônia aparece nesse amálgama narrativo como uma invenção, na qual se ressalta o vazio, populacional ou de formas econômico-sociais de ocupação. Há uma *geografia imaginativa*⁸ da Amazônia, construída não só por estrangeiros que a visitaram, especialmente os naturalistas, ou que sobre ela escreveram sem nunca tê-la visitado, como Júlio Verne, e mesmo Gastão Cruls.⁹ A Amazônia é o emblema, por excelência, do mistério e do encantamento. É o *outro* que se impõe como problema a ser pensado, nos quadros do pensamento nacional. Desse modo, ao cenário homogêneo do primeiro contato, seguia-se a descoberta da diversidade, etapa esta que exige no mínimo familiaridade com o novo. Segundo Gondin, "o viajante sentia-se agraciado pela natureza com a possibilidade de repetir o ato genesíaco de nomear e descobrir seres e plantas e insetos e rios novíssimos."¹⁰

⁷ *Idem*, p. 309.

⁸ SAID, Edward. W. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. Para a Amazônia ver: GONDIN, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo, Marco Zero, 1994.

⁹ Júlio Verne escreveu *A jangada*, cujo cenário é a Amazônia. Sobre o que leu para escrever o romance ver RIDEL, M. *op. cit.* Quanto a Gastão Cruls, escreveu um romance: *A Amazônia Misteriosa*. Rio de Janeiro, Ariel Editora Ltda, 1935 (A primeira edição é de 1925). Cruls conheceu a Amazônia tão somente após ter escrito o romance. Sobre o que leu para escrevê-lo, ver: GRULS, Gastão. *A Amazônia que eu vi*. Rio de Janeiro, José Olympio / INL, 1973, (1930).

¹⁰ GONDIN, Neide. *op. cit.* p. 130.

O ato genesíaco da descoberta, no entanto, não fica adstrito ao naturalista. Toda narrativa sobre a Amazônia parte de uma homogeneidade aparente, para descortinar ao leitor o que se esconde na floresta, adentrando-se os rios, ultrapassando a foz. E o que se descortina não é só o reino da natureza, mas também a história, a sociedade que se constrói naquele ambiente.

Estas observações podem se alinhar às preocupações de uma parcela significativa de intelectuais nacionais que se dedicaram a pensar a questão nacional, onde o *sertanejo* e o *sertão* aparecem como o *outro*, que naturalmente precisa ser incorporado ao quadro da Nação. Há um debruçar sobre esse *outro* eivado de múltiplas significações, que não nos cabe aqui esmiuçar¹¹. Mas nosso problema está inserido nesse amálgama, e, desse modo, recortamos como campo de análise a literatura produzida no Brasil sobre a Amazônia, em especial aquela em que o seringal aparece como cenário privilegiado, e a migração nordestina para os seringais como tema social de pano de fundo. Buscamos entender, nessa trama, como se alinhava a relação homem - natureza, emblemática para a história da Amazônia, bem como para sua inserção nos quadros da nacionalidade.

Antes de adentrarmos os seringais, precisamos afirmar alguns preceitos teóricos que nos permitam relacionar literatura e condição social. A literatura nos mostra a contraface cultural e simbólica do seringal, do viver na floresta. A incorporação da literatura, e da literatura de cordel, sinalizam o esforço de expandir a compreensão cultural do mundo do seringal e do mundo amazônico, e verificar quais as significações atribuídas a esse mundo, à cultura resultante da vida social originada nesse ambiente.

Ao tomar como objeto esta literatura consideramos que nada é meramente imaginativo. Há, sem dúvida, uma invenção imaginativa que institui

¹¹ A amplitude temática e temporal, que percorre o romantismo e o realismo sobre o *outro* que habita o país, pode ser apreendida em discussões as mais variadas possíveis, desde a presença do índio, à constituição do folclore como campo que institui o tipicamente popular, etc. Ver: MEYER, Marlyse. Um eterno retorno. As descobertas do Brasil. in: *Caminhos do Imaginário no Brasil* São Paulo, Edusp, 1993; VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

a Amazônia, instituição esta que deve ser estudada juntamente com as configurações de poder que engendra. E o princípio está na distinção que se estabelece entre quem fala e sobre quem ou o que se fala, ou seja, a instituição do *outro*. Essa distinção é fundante porque institui o princípio da autoridade, uma exterioridade em relação ao que descreve. Representar não é uma "idéia" inocente pois coloca em movimento uma formidável estrutura de dominação cultural.¹²

Euclides da Cunha, Alberto Rangel, e muitos outros escritores, representaram o que é o seringal, o que é o migrante nordestino, como é viver na floresta, e não há porque inocentar a representação de uma relação de poder, poder daquele que fala pelo outro. Essa representação, eivada de ambiguidades, não estabelece evidentemente uma mentira, já que reconhecidamente essas obras têm elementos de análise sociológica, e seus autores pretendiam retratar os problemas sociais daquela parte do país tão relegada. Mas apresentam um filtro que deixa transparecer uma imagem, ao final, e no mais das vezes, apaziguadora: o cearense, o migrante nordestino, apesar das agruras da vida na selva, das relações sociais que o escraviza, e das doenças que lhe retira a vida, é um *bravo*, um forte, um conquistador, um herói forjador da nacionalidade. Juntamente com a literatura regionalista nordestina, a do seringal contribui para instituir uma imagem do nordestino que não poderia ser ignorada, em âmbito nacional, como problema historicamente datado. Este processo se insere no crivo que vai determinar o que é o regional (típico) e o nacional. Assim, concordamos com Sussekind quando afirma que nessa literatura, de cunho expressamente naturalista "não é o romanesco, o literário o que importa, mas a possibilidade de tais narrativas retratarem com verdade e honestidade aspectos da realidade brasileira."¹³ Uma literatura que, no afã de retratar com objetividade a realidade nacional, busca radiografar o país, diagnosticar e captar sintomas e mazelas nacionais, ordenando descontinuidades e diferenças. Busca não permitir que os influxos externos que

¹² Ver: SAID, E. *op. cit.*, p. 42 e *passim*.

¹³ SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance?* Rio de Janeiro, Achiamé, 1984, p. 38-39.

fraturam uma suposta unidade nacional aflorem. Enfim, busca delinear o povo brasileiro, o território que ele ocupa, definindo os limites da nacionalidade.

Segundo Shalins, um evento, no nosso caso a migração nordestina para a Amazônia, transforma-se naquilo que lhe é dado como interpretação. Somente quando apropriado por, e através do esquema cultural, é que adquire uma significância histórica,¹⁴ que a literatura expressa. Nesse sentido, queremos discutir como a migração para o seringal adquire significância histórica para os intelectuais preocupados em pensar a Amazônia e sua integração com o restante da Nação.

O que nos interessa, num primeiro momento, é discutir a importância da natureza, na construção literária dessa questão, e de que forma ela se desdobra ambigualmente, ora na versão que privilegia o *inferno verde*, ora em promessas paradisíacas. Não temos dúvida de que a natureza é um personagem a ser considerado na narrativa e, desse modo, interessa-nos discutir como na literatura se constrói um imaginário que se centra no embate do homem, especificamente o migrante nordestino, com a natureza amazônica. Euclides da Cunha, nesta perspectiva, constitui um ponto de inflexão, que tomamos para pensar a Amazônia, já que todos os outros autores que escreveram após ele, também assim o consideraram.

2. O seringal e os construtores de ruínas.

Antes de seguir para o Acre, chefiando a equipe brasileira da *Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus*, Euclides da Cunha escreveu para os amigos que sua proposição era “um meio admirável de ampliar a vida, o de torná-la útil e talvez brilhantíssima”. “Que melhor serviço poderei prestar à nossa terra. Além disso, não desejo a Europa, o *boulevard*, os brilhos de uma posição, desejo o sertão, a picada malgradada, a vida

¹⁴ SHALINS, M. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.

afanosa e triste de pioneiro.”¹⁵ Enquanto se preparava para enfrentar outro sertão, lia. Viajantes, naturalistas, relatórios, o que podia, para enfrentar o que denominava de *deserto*.

Euclides talvez imaginasse para si um destino de bandeirante, em busca do “deserto bravio e salvador”. Já na boca do rio Chandless, escreveu uma carta a José Veríssimo narrando brevemente as agruras pelas quais passava: “o deserto agarrou-me covardemente pelas costas, meu amigo.”¹⁶ E novamente, alguns meses depois, afirmou que travara “uma batalha obscura e trágica com o deserto.”¹⁷ Depois de voltar do Purus, pleiteando o trabalho de fiscalização da construção da Madeira - Mamoré, sonhava em voltar e travar mais um “duelo trágico” com o deserto. “Não sei se ainda triunfarei, mas não importa. Obedeço ao meu belo destino de caçador de perigos e à eterna ilusão de ser útil à nossa terra, que merece tudo...”¹⁸

O que pensar sobre essa constante recorrência do deserto na narrativa euclidiana? Não há como negar que associava a floresta amazônica a um deserto, e foi este um dos prismas que se apoiou para construir sua narrativa. No entanto, a palavra não foi empregada apenas para designar a floresta amazônica, e tampouco foi Euclides o primeiro, ou o único, a associar o sertão ao deserto. Na verdade, essa poderia ser uma das origens da palavra sertão. Janaína Amado aponta duas possíveis origens: a primeira como sendo uma corruptela de desertão, e uma segunda, onde proviria sertão do latim clássico *desertum* (desertor, aquele que sai da fileira e da ordem) e *desertanun* (lugar desconhecido para onde foi o desertor),¹⁹ significado este que nos aproxima

¹⁵ Carta de Euclides da Cunha a José Veríssimo, Guarujá, 20.06.1904, in: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALOTI, Oswaldo. *op. cit.*, p. 208. Ver também carta a José Veríssimo, 7.7.1904, p. 211-212.

¹⁶ *Idem*, Boca do Chandless, 25 de maio de 1905. in: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALOTI, Oswaldo. *op. cit.*, p. 282.

¹⁷ *Idem*, Manaus, 8 de novembro de 1905, in: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALOTI, Oswaldo. *op. cit.*, *Idem*, p. 290.

¹⁸ Carta de Euclides da Cunha a Henrique Coelho, Rio de Janeiro, 30 de julho de 1906. in: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALOTI, Oswaldo. *op. cit.*, p. 312.

¹⁹ AMADO, Janaína. Região. Sertão. Nação. *Estudos Históricos*, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995, citação p. 147.

dos movimentos erráticos das populações livres e pobres pelo interior do Brasil. Para a coroa portuguesa, sertão era o interior do Brasil, as terras desconhecidas; para o colonizador, o inferno do exílio. Mas era entendido como o paraíso para a massa de degredados, perseguidos pela Inquisição, negros e índios fugidos, para os expulsos da sociedade, para quem a imagem do sertão representava, acima de tudo, esperança e liberdade.

Mas não podemos deixar de buscar outros significados para o deserto no imaginário social, uma vez que este representou um grande papel nas religiões euro-asiáticas. A imagem primeira, numa livre associação, corresponde a do deserto que enfrentam, nas referências bíblicas, Caim, Moisés, Abraão e Isaac. O povo de Israel foi guiado, no deserto, pela eterna misericórdia divina (Salmos, 136, 16). Deserto é que é lugar de provação, lugar onde se vagueia. No Novo Testamento, é no deserto que Jesus se refugia à procura de solidão, mas onde também sofre a tentação. No cristianismo primitivo, é tido como o lugar dos eremitas, onde se iniciava a vida monástica. A natureza inculta tem, no Velho Testamento, o deserto como signo. Terra amaldiçoada, habitada pelos demônios, oposta às terras cultivadas e ao próprio jardim do Paraíso que, ainda que aparentemente selvagem, era seguro e sagrado.

Percorrer a história do deserto é constatar, segundo Le Goff, "que foi sempre feita de realidades espirituais e materiais misturadas entre si, de um vaivém constante entre o geográfico e o simbólico, o imaginário e o econômico, o social e o ideológico."²⁰ Podemos acompanhar vários e ambíguos sentidos em suas construções históricas. Assim, descobrimos que a floresta já era associada, na Idade Média, a um deserto. Seu sentido simbólico manifesta-se na produção do imaginário literário, como fuga do mundo cultural, sendo que a vida selvagem é tomada, muitas vezes, com sentido paradisíaco. Ainda segundo Le Goff:

²⁰ LE GOFF, Jacques. O deserto-floresta no Ocidente Medieval. in: *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa, Edições 70, 1991, p. 43.

o homem selvagem é um homem primitivo, mas já senhor da natureza. (...) Em última análise, o que é selvagem, não é o que está fora do alcance do homem, mas o que fica à margem da atividade humana. A floresta (silva) é selvagem (silvática), porque é lá que estão os animais que se caçam, mas também os carvoeiros e os porqueiros. Entre os papéis assimétricos do estado selvagem e da cultura, o caçador selvagem e louco é um mediador ambíguo. A mesma coisa é, à sua maneira, o eremita.²¹

O que temos instaurado, nestes apontamentos, é a dualidade fundamental cultura - natureza, que se exprime mediante a contraposição entre o que é construído, cultivado e habitado (cidade) e o que é propriamente selvagem (mar, floresta, deserto), entre o universo dos homens que vivem em comunidade e o universo da solidão.²²

Para a cultura ocidental, o mundo natural "inculto" carece de valor, é um "vazio" cuja redenção depende exclusivamente da civilização - leia-se controle - e cujo significado moral é o de colocar à prova a capacidade civilizadora dos seres humanos. É um vácuo moral, além de físico. Foi essa a ótica que guiou as epopéias dos exploradores europeus que depararam com as terras novas no início da era moderna e se imbuíram da missão bíblica de resgatá-las da selvageria blasfema.²³

A floresta é lugar da solidão. Antítese da cultura e da civilização construída pelos homens onde antes era o deserto. Este é o embate ao qual se dedica a pensar Euclides da Cunha: natureza e cultura em impossível convivência.

²¹ *Idem*, p. 49.

²² Ver também LE GOFF, Jacques. Lévi-Strauss na Broceliandia. Esboço para a análise de um romance cortês. *op. cit.* p.107-150.

²³ BARBOSA, Livia Neves de Holanda e DRUMMOND, José Augusto. Os direitos da natureza numa sociedade relacional: reflexões sobre uma nova ética ambiental. *Estudos Históricos*, v. 7, n. 14, p. 265-289, 1994, citação p. 275.

Euclides da Cunha escreveu sobre a Amazônia alguns textos esparsos, onde sobressai o tom de denúncia social das condições de vida dos migrantes nordestinos nos seringais do Acre. Seus artigos e ensaios foram publicados essencialmente em *À margem da História*, cuja primeira edição é de 1909, e também em *Contrastes e Confrontos*, em 1907. Nessa obra, a Amazônia é também o sertão. Refere-se, no *Terra sem História*, que à entrada de Manaus existe uma ilha, de Marapatá, que é o “mais original dos lazaretos - um lazareto de almas! Ali, dizem, o recém-vindo deixa a consciência...” Na foz do Purus também há uma ilha que o povo costuma chamar de “Ilha da Consciência”. Assim, a exemplo de Dante, aquele que penetra pelas duas portas que levam ao paraíso diabólico dos seringais, deve abdicar das melhores qualidades nativas. Penetrado, o inferno se revela o lugar onde o homem “trabalha para escravizar-se”.²⁴

Estas considerações iniciais são fundamentais para entendermos o substrato que, de certa forma, orienta o pensamento de Euclides. E para nós, sua obra é ponto de partida, início de viagem à Amazônia dos seringais, do migrante nordestino. Não há como negar que Euclides constitui uma das peças fundamentais a informar o imaginário social que se construiu sobre a Amazônia neste século. Referência de todo e qualquer literato, jornalista, ou quem quer que tenha se dedicado a pensar a região, seja para corroborar suas idéias, seja para combatê-las.

O que temos dos escritos euclidianos sobre a Amazônia são fragmentos, artigos rápidos e curtos publicados na imprensa, outros não publicados. Não há uma unidade nesses escritos, e Foot Hardman lembra que “faltam, a rigor, protagonistas minimamente estabelecidos em torno dos quais se pudesse desenvolver o drama.”²⁵ Esses fragmentos, não obstante, constituem um ponto de inflexão no pensamento sobre a Amazônia, como já afirmamos. Não prende a região e seus habitantes na camisa de força do regionalismo-naturalismo,

²⁴ CUNHA, Euclides da. *Terra sem História*. in: *Um Paraíso Perdido*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1994, p. 35.

²⁵ HARDMAN, Francisco Foot. Antigos mapas gizados à ventura. *Remate de Males* n. 12, p. 65-78, 1992.

mas busca pensá-la como um *anfiteatro*, da história, da civilização, da nacionalidade que se abrigava potencialmente no deserto, no sertão. Mas no qual já podemos antever as ruínas, a destruição e a incompletude. O paraíso já tinha sido corrompido, e por isso se encontrava, talvez, irremediavelmente perdido.²⁶

Mas ainda é o paraíso que Euclides procura, o deserto “bravio e salvador” que iria redimi-lo... Euclides é, neste contexto, o ponto de partida do imaginário urbano sobre o sertão. No entanto, sua narrativa revela a impossibilidade de reconhecimento do completamente outro. O seringueiro, o caucheiro, o caboclo, são todos pensados dentro de uma concepção de história em que essas figuras se encontram aquém do estágio civilizado, da história e da nacionalidade.

A natureza foi pensada, nesse conjunto, e num primeiro momento, através do clima. Euclides queixa-se do calor, da umidade, quase se deixa seduzir pelos argumentos que condenam a região devido ao clima. Chega perto disso:

quem resiste a tal clima, tem nos músculos a elástica firmeza das fibras dos buritis e nas artérias o sangue frio das sucuriúbas. E, sem o querer, achei o traço essencial desse portentoso habitat. É uma terra que ainda está se preparando para o homem - para o homem que a invadiu fora de tempo, impertinentemente, em plena arrumação de um cenário maravilhoso. (...) a natureza aqui, soberanamente brutal ainda na expansão de suas energias, é uma perigosa adversária do homem. Pelo menos em nenhum outro ponto lhe impõe o regime animal. Neste perpétuo banho de vapor, todos nós compreendemos que se possa vegetar com relativa vantagem, mas o que é inconcebível, o que é até perigoso pela soma de esforços exigidos, é a delicada vibração do

²⁶ No pequeno, e instigante ensaio, *O último dos românticos*, José Murilo de Carvalho observa que “sua idéia de nação parece perder-se entre as imagens de um sertão autêntico, mas retrógrado e sem futuro, de um deserto amazônico, desafio e paraíso, mas já perdido, e de uma civilização já pestuada, utilitária e parasitária dos centros urbanos do litoral. Panteísta confesso, ao final da vida a nação parece dissolver-se na natureza.” *Jornal de Resenhas*. N. 25, *Folha de São Paulo*, 11.04.1997, p.1.

espírito e a tensão superior da vontade a cavaleiro dos estimulantes egoísticos.²⁷

Só partindo do binômio natureza e cultura é que se poderia delinear a forma que, para Euclides, toma a vida social na floresta, especificamente a vida no seringal. Nessa natureza, ainda incompleta e em expansão, o homem encontrou um poderoso adversário, e o embate com esse ambiente o aproxima do mundo animal, distanciando-o da civilização. Em *Um clima caluniado* considera a terra naturalmente desgraciosa e triste, porque nova. Falta “à vestimenta das matas os recortes artísticos do trabalho.”²⁸ Algumas formas topográficas estão associadas, ou denunciam a presença humana, tais como cerros ondulantes, vales, mas não a floresta.

Sente-se bem que ela permaneceria para sempre impenetrável se não se desentranhasse em preciosos produtos adquiridos de pronto sem a constância e a continuidade das culturas. As gentes que a povoam talham-se-lhe pela braveza. Não a cultivam, aformoseando-a, domam-na. O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto.²⁹

A civilização está presente na floresta como moléculas, que aparecem repentinamente na vasta solidão selvagem: as cidades. Essas moléculas de civilização, já corrompidas, corroboram uma imagem fundamental que Euclides pincelou sobre a região: Terra sem história. Nessa paisagem, o homem é um “intruso impertinente” e a natureza encontra-se em “opulenta desordem”, e incompleta. A imagem da incompletude se delineia com a descrição do rio que leva a terra para além mar, provoca desabamentos, constrói e destrói as ilhas. Página do Gênesis, terra em se fazendo. “Tal o rio, tal a história: revolta,

²⁷ Carta de Euclides da Cunha a José Veríssimo, 13.01.1905, in: GALVÃO, W. N., GALOTI, O. . *op. cit.* p.252.

²⁸ CUNHA, Euclides da. *Um clima caluniado* in: *Um paraíso perdido*, p. 53.

²⁹ *Idem*.

desordenada, incompleta.³⁰ A história da Amazônia é um perpétuo construir e destruir.

Vai-se de um a outro século na inaturável mesmice de renitentes tentativas abortadas. As impressões dos mais lúcidos observadores não se aletram, perpetuamente desenfluídas pelo espetáculo de um presente lastimável contraposto à ilusão de um passado grandioso.³¹

E a descrição que faz do caucheiro é, neste sentido, exemplar. O viajante que aportar numa das vivendas do caucheiro (barracão, centro das atividades onde provavelmente reside, ainda que temporariamente, aquele que explora os índios que recolhem a goma) tem a primeira impressão de se encontrar num local civilizado. Ledo engano. Pelo rio Purus,

o viajante não passa, como a princípio acredita, dos estádios mais primitivos aos mais elevados da evolução humana. Tem uma surpresa maior. Vai da barbaria franca a uma sorte de civilização caduca em que todos os estigmas daquela ressaltam mais incisivos, dentre as próprias conquistas do progresso.³²

O caucheiro é, sobretudo, antinômico e paradoxal. Ele é um construtor de ruínas, e os homens que deixa para trás também ficam em ruínas. Essa sociedade que escraviza e barbariza os índios tem um feitor perpetuamente vigilante: o deserto. E na floresta, a barbárie é uma moral fundada especialmente para ele.³³

Em muitos momentos, Euclides parece corroborar a idéia de que o que

³⁰ *Idem*, Terra sem História in: *Um paraíso perdido*, p. 32.

³¹ *Idem*, p. 33.

³² *Idem*, Os caucheiros. in: *Um paraíso perdido*. p. 69.

³³ Sobre a coleta do caucho, a destruição das sociedades indígenas e o escândalo do Putumayo, ver: URE, John. *Invasores do Amazonas*. Rio de Janeiro, Record, 1986; SMITH, Anthony. *Os conquistadores do Amazonas*. São Paulo, Ed. Best Seller, 1990; RIVERA, José Eustásio. *La Voragine*. Bogotá, Biblioteca Ayacucho, 1976.

impede o perfeito desenvolvimento da Amazônia é o extrativismo. Já que não é vista como trabalho, a coleta torna lógico o nomadismo, legitima a errância das populações que sobem e descem os rios. E seguir os rios não povoa, já que o homem, em vez de senhorear a terra, escraviza-se ao rio. É difícil não opor a agricultura, enquanto criadora de civilização e cultura, a esse quadro desolador. Euclides também opõe o exemplo da conquista do oeste norte-americano. Um tipo de povoamento bem sucedido, do ponto de vista do progresso da história da civilização, recobre-lhe o imaginário.³⁴

Poderíamos concluir que Euclides oscila entre o maravilhamento da natureza e o horror das sociedades que nela se estabelecem. Sob esse paradoxo, nada é harmonioso. O homem se animaliza, produz o horror por não conseguir produzir uma cultura que se imponha ao ambiente. Em primeiro lugar pela impossibilidade de reconhecer o inteiramente outro (o índio, o seringueiro, o caucheiro) já que se informa com uma concepção unilinear de história, cujo ponto a ser alcançado é a civilização. Que sua sociedade já alcançou e que, ambigualmente, Euclides também recusa, quando anseia pelo deserto, pela imagem romântica do bandeirante... Não há espaço para a alteridade, e sim negação. Em segundo lugar, por conceber a relação com a natureza amazônica sob o signo da selvageria e da barbárie. Para produzir civilização, a natureza precisa necessariamente ser domada. Não há relação harmoniosa possível. A cultura em que vive Euclides não vê na natureza um ambiente para a fruição, para o prazer estético. Mas para a agricultura, terreno para o domínio do, e pelo, trabalho.³⁵ Conforme nos lembra Nash, o ambiente "selvagem", enquanto criação do homem civilizado, é pressuposto no imaginário social como suporte para a conquista e o progresso.³⁶

³⁴ Em Euclides da Cunha, a comparação com o oeste norte-americano aparece particularmente em dois artigos: Entre o Madeira e o Javari; e Transacoreana. Ver: *Um Paraíso Perdido*, p. 15-19; 95-108.

³⁵ Ver: THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988; WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

³⁶ NASH, Roderick. *Wilderness and the American mind*. New Haven, Yale University Press, 1983.

Contudo, esses desejos de progresso não eliminam uma visão também romântica da natureza, e que não é exclusiva de Euclides. Ao contrário, antecede-lhe, e diz respeito à participação da natureza, considerada como pujante e bela, na nacionalidade brasileira. Desde os “verdes mares bravios de minha terra natal”, ou “as aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá”, até o auriverde da bandeira que simboliza a riqueza de nossa terra, uma tal natureza, portentosa e grávida de um futuro dadivoso, conjuga uma série de elementos essenciais na caracterização de uma identidade nacional.³⁷ Desde Caminha, a natureza é bela e rica, mas, ambigualmente, para que o progresso se imponha, ela deve perecer. Os sentimentos de pertencimento engendrados pelo amor à natureza devem ser repensados quando se analisa as ambigüidades no pensamento de Euclides, e não só dele, mas de qualquer um que, ainda que afirmando que a natureza é pujante e portentosa, advoga que precisa ser destruída.³⁸

Nesse contexto, considera a migração nordestina para a Amazônia, provocada pelas secas, anárquica e desordenada. E ao migrante um “expatriado dentro da pátria”. Referindo-se à seca de 1877 no Ceará, afirma que os migrantes foram embarcados nos navios por preocuparem os poderes públicos quanto aos estragos que poderiam provocar nas cidades, e nunca foram acompanhados por médicos ou agente oficial. “Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem. E não desapareceram.”³⁹

O que provoca a grande mortalidade dos migrantes não é o clima da Amazônia, mas o estado social, a instabilidade e fraqueza com que chegavam, o processo de trabalho no seringueiro que, além de extremamente solitário, gera “a decadência orgânica” pela falta de uma alimentação adequada, afirma

³⁷ Este aspecto é observado mais claramente na literatura. Ver: VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: a natureza com Pátria. Remate de Males*, Campinas, n. 7, p.27-38, 1987; VELLOSO, Mônica. A literatura como espelho da Nação. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 2, p. 239-263, 1988; SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990; MEYER, Marlyse. *op. cit.*; LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário. Razão e imaginação no Ocidente*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

³⁸ Quanto ao problema dos sentimentos e emoções engendrados na relação com a natureza ver: CORBIN, Alain. *O território do vazio. A praia e o imaginário ocidental*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

³⁹ CUNHA, Euclides da, Um clima caluniado. *Um paraíso perdido*, p. 57.

Euclides. Cada seringal é a “conservação sistemática do deserto, e a prisão celular do homem na amplitude da terra.”⁴⁰ O seringueiro é sobretudo um solitário, perdido no deserto da floresta, trabalhando para se escravizar. Cada dia num seringal corresponde a uma empreitada de Sísifo - partindo, chegando e novamente partindo pelas estradas no meio da mata, todos os dias, sempre, num “eterno giro de encarcerado numa prisão sem muros.”⁴¹ Não que o clima tenha sido isento nesta empreitada. Apenas cumpre o papel de ajudar na seleção natural dos fortes e fracos, daqueles que podem, e merecem, sobreviver.

Judas Asvero é um texto antológico neste contexto. Descreve um ritual consagrado à vingança, em que o seringueiro vinga-se de si mesmo, da ambição que o levou àquele lugar ermo e solitário. Confecciona o Judas a sua imagem e semelhança, lançando-o na água numa pequena jangada. Descendo o rio, o Judas proporciona a todos os outros seringueiros que encontra oportunidade para a vingança, de modo que o espantalho é invariavelmente recepcionado com salvas de balas bem dirigidas. E assim, outros Judas perfilados a balas vão se juntando na descida do rio, numa estranha procissão. Num remanso do rio se encontram. Para Foot Hardman, Euclides introduz aqui uma fantasmagoria:

A passagem que encerra a narrativa indica quão fugaz e ilusória é a possibilidade de reencontro. Os fantasmas seringueiros estão para sempre desfigurados, perderam de há muito sua identidade. Trocaram seu trabalho por uma máscara mortuária; seu destino pertence agora ao rio.⁴²

Concordamos com Alfredo Bosi quando vê em Euclides de *À Margem da História*, não o desesperado pessimista, mas o “crítico violento da espoliação humana”, e Judas Asvero é construído como “símbolo disforme no qual aquele

⁴⁰ *Idem*, p. 60.

⁴¹ *Idem*, p. 59.

⁴² HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 103.

réprobo da selva (o migrante nordestino) resume e projeta a própria condição.”⁴³

No texto *Entre os seringueiros*, publicado na revista *Kosmos*, Euclides caracteriza as estradas dos seringais como “tentáculos de um polvo desmesurado.” Esta é a “imagem monstruosa e expressiva da sociedade torturada que moureja naquelas paragens”. O cearense que lá chega, “numa desapoderada ansiedade de fortuna” passa por um processo de aprendizagem, de *bravo a manso*, que para Euclides nada mais significa do que adquirir a apatia necessária diante da realidade inexorável. Preso nos tentáculos do seringalista, vai percorrer a estrada pelo resto de sua vida, “indo e vindo, a girar estondeadamente no monstruoso círculo vicioso da sua faina fatigante e estéril”⁴⁴ Desse modo, a sociedade se detém “sem destino, sem tradição, sem esperança”, e tal qual os passos dos seringueiros pelas estradas, as mudanças nada mais são do que um “avançar ilusório que volve monotonamente ao ponto de partida.”⁴⁵ É neste contexto que podemos entender como para Euclides aquela sociedade é uma construtora de ruínas. Quando se refere especificamente ao seringal, a imagem de uma sociedade errante se sobrepõe. As moléculas de civilização, que são as cidades, aparecem neste cenário já degradadas. O extrativismo é uma atividade predatória e nômade, e as cidades como os homens são errantes, deixando atrás de si tão somente ruínas.

Hardman observou que as recorrências das imagens de ruínas em Euclides correspondem a um romantismo de base, que faz com que o texto euclidiano “permaneça eivado do sentimento trágico da solidão no mundo e em sociedade.” A história se constitui essencialmente numa construção de ruínas e a obra civilizatória seria um “processo irrefreável de fabricação de desertos.” Nesse processo, o homem não se separou “dos intempestivos movimentos de

⁴³ BOSI, Alfredo. *O Pré-Modernismo*. São Paulo, Cultrix, 1967, p. 125-126.

⁴⁴ CUNHA, Euclides da, *Entre os seringais. Um paraíso perdido*. p. 215.

⁴⁵ *Idem*.

certa *desordem natural*, do movimento caótico e formidável dos elementos primitivos.”⁴⁶

O prefácio que escreveu ao livro de Alberto Rangel, se assemelha às advertências que Virgílio (e Dante) dá ao poeta (e leitor da Divina Comédia) que pretende descer aos círculos do Inferno. Para Euclides, o conhecimento que temos da Amazônia é, sobretudo, fragmentário:

Escapa-se-nos, de todo, a enormidade que só se pode medir, repartida; a amplitude, que se tem de diminuir, para avaliar-se; a grandeza que só se deixa ver, apequenando-se, através dos microscópios; e um infinito que se dosa a pouco e pouco, lento e lento, indefinidamente, torturantemente.

Mas ao mesmo passo, convém-se que esta marcha, sobremaneira analítica, e de longo discurso remorado é fatal. A inteligência humana não suportaria, de improviso, o peso daquela realidade portentosa. Terá de crescer com ela, adaptando-se-lhe, para dominá-la.⁴⁷

A Amazônia é, sobretudo, uma terra misteriosa, pouco conhecida. E para que se dê ao conhecimento, deve-se “renunciar ao propósito de descortiná-la.”⁴⁸ Conhecer aos poucos, aos fragmentos, o que demandará “trabalhos incalculáveis”, quando então se poderá retirar os véus que a encobrem.

Mas então não haverá segredos na própria Natureza. A definição dos últimos aspectos da Amazônia será o fecho de toda a História Natural.⁴⁹

⁴⁶ HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides. *Estudos Avançados*, v. 10, n. 26, p. 293-310, 1996. Hardman estabeleceu uma instigante relação entre a presença da história como produtora de ruínas na obra de Euclides da Cunha, com as obras de Volney e Buckle, “tão lido e citado por Euclides”.

⁴⁷ CUNHA, Euclides da. *Preâmbulo*. in: RANGEL, Alberto. *Inferno Verde*. Tours, Typographia Arrault & Cia, 4^a. ed. 1926, p. 2 e 3.

⁴⁸ *Idem*, p. 4

⁴⁹ *Idem*, p. 5.

Este é o embate a que se dedicou a pensar Euclides, e também Rangel: a pequenez do homem diante de uma natureza que o sobrepuja de todas as formas.⁵⁰ A Amazônia, reafirma, é a última página do Gênesis, terra em se fazendo, em constante mutação, instável em todos os momentos, uma “terra em ser”. Nesse cenário vivo, o homem é um “ator agonizante” pois

Na Amazônia acontece, de fato, hoje, esta cruel antilogia: sobre a terra farta e a crescer na plenitude risonha da sua vida, agita-se, miseravelmente, uma sociedade que está morrendo.⁵¹

O que o leitor, que abriu o livro de Rangel, pode esperar encontrar? “Uma deplorável agonia coletiva (...) refeitas de apavorante simbolismo.”⁵² Lá estará o embate que travam, há séculos, as forças cósmicas, terra e homem.

O trabalho de Rangel, sem dúvida alguma, junto com o de Euclides, constituem parâmetros para se pensar a Amazônia. Uma das alegorias criada por Rangel, o “apuizeiro social”, será recorrentemente citada em toda a literatura que se escreveu sobre a região, símbolo máximo da relação que os homens travam entre si, e com a natureza, relação de parasitismo e morte. De sua obra, o título *Inferno Verde* foi uma alcunha da qual a Amazônia não conseguiu facilmente se livrar.⁵³ Nenhum homem civilizado pode se sentir em casa na floresta.

O conto que abre o livro é a ante-sala do inferno. Essa natureza genesíaca é o produto do caos, da desordem. No dilúvio anual das cheias, um dilúvio “mais duradouro que o da Bíblia”, só o caboclo não se paralisa. Toma de sua ubá e se dirige ao lago, que conforme seca, torna-se putrefacto. Ainda que

⁵⁰ Tema este recorrente na literatura nacional, cuja matriz pode ser apontada em: BUCKLE, Henry Thomas. *História da Civilização na Inglaterra*. São Paulo, Typ. da Casa Ecletica, 1900, p. 91.

⁵¹ CUNHA, Euclides da. *Preâmbulo*. in: RANGEL, Alberto. *Inferno Verde*, p.5.

⁵² *Idem*.

⁵³ Como o título causou grande polêmica, anos depois, no discurso de admissão ao IHGB, Rangel procurou justificá-lo afirmando ter buscado inspiração em Stendhal (inferno branco das minas de sal-gema). Ver: RANGEL, Alberto. *Rumos e Perspectivas. (Discursos e Conferências)* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934, p. 120-121.

a primeira imagem a se associar com o dilúvio seja o de Noé, Rangel compara o caboclo a Caronte.

como se por tal água estagnada, esse fúnebre patrão empunhasse o jacumã de sua igarité da Morte. O Acheroante devia ser assim, circulando os infernos, qual este sulco d'água morta e infecta, com a mesma decoração em contorno da selva estática e lóbrega.⁵⁴

E todos os dias na Amazônia estamos no barco de Caronte, atravessando algum rio, ou igarapé. No Inferno e na Amazônia, os rios permitem a passagem, a comunicação. Transposto o rio, na margem da floresta, o que se vislumbra não é só um emaranhado, mas o escuro, a ausência de luz. Inferno e floresta se associam dessa forma num outro alinhamento do imaginário social: a escuridão e o poder do mal, da barbárie.⁵⁵

Nos contos que se seguem lá estão os elementos que vão figurar em toda literatura amazônica: a luta com a natureza traiçoeira que destrói todo o trabalho de uma vida com a *terra caída*, o caboclo apático, o nordestino migrante seduzido pelo paroara, a luta pela terra e o horror dos seringais e dos seringueiros que vendem suas mulheres para "tirar saldo". Maibi é uma alegoria perfeita da vida nos seringais, e vale a pena nos determos neste conto.

Sabino, como muitos outros cearenses, veio em busca de rápida riqueza. Mas se engraçou por uma cabocla, e por mais que fizesse, não conseguia tirar saldo no barracão. "Tirar saldo é a obsessão do trabalhador do seringal. E como não ser assim se o saldo é a liberdade?"⁵⁶

Num domingo, quando todos se dirigem ao barracão para o aviamento, e

⁵⁴ RANGEL, Alberto. *Inferno Verde*, p. 38.

⁵⁵ Constantemente a floresta, de maneira genérica, aparece associada com a escuridão, com as trevas. Ver: Nash, F. *op. cit.* p. 10-11.

⁵⁶ RANGEL, Alberto. *Inferno Verde*, p. 201.

também para usufruir do mínimo de sociabilidade naquela sociedade solitária, Sabino trocou a cabocla Maibi, por sua dívida. Outro seringueiro, com saldo, assumiu sua dívida no barracão, e levou junto a Maibi. Depois de um certo tempo, a mulher desaparece, para ser encontrada numa das estradas de corte de Sabino, crucificada numa seringueira, tendo no corpo uma série de tigelinhas que aparavam e recolhiam seu sangue.

É que imolada na árvore, essa mulher representava a terra... O martírio de Maibi, com sua vida a evocar-se nas tigelinhas do seringueiro, seria ainda assim bem menor do que o do Amazonas, oferecendo-se em pasto de uma indústria que o esgota. A vingança do seringueiro, com intenção diversa, esculpira a imagem imponente e flagrante de sua sacrificadora exploração.⁵⁷

No entanto, se Maibi é a terra, tornou-se recorrente, a partir de Rangel, a imagem do seringueiro dando seu sangue para tirar o leite das seringueiras. E desesperadora a ânsia do migrante em tirar saldo e sair do seringal, voltar ao Nordeste, este também tipificado e grandemente idealizado, como veremos adiante na literatura de cordel produzida na Amazônia.

Em meio a todo o pessimismo, Rangel segue no rastro de Humboldt, ao afirmar que a Amazônia, explorada, vilipendiada pelo explorador moderno, é “a terra prometida às raças superiores, (...) que virão assentar no seu seio a definitiva obra da civilização.”⁵⁸ Ainda que não se detenha, como muitos o fizeram, a arrolar os elementos que levariam a Amazônia a alçar o estágio civilizado, a questão racial aflora. E também não cabe a Rangel primazia no trato da questão racial. A indolência do caboclo, resultado da miscigenação, aparece como uma praga na literatura amazônica. Aliás, ela é tida como a erva daninha que impede o pleno desenvolvimento da região. Daí se apelar tanto para a migração. Compartilhando uma série de pontos comuns com Rangel,

⁵⁷ *Idem*, p. 218-219.

⁵⁸ *Idem*, p. 281.

Alfredo Ladislau exemplifica melhor a relação entre a imagem de terra prometida e migração.

Pesa sobre a Amazônia uma fatalidade histórica: - é uma Canaã que ainda espera seu povo. Está destinada a uma raça vigorosamente nova, que ainda não a visitou, ou está por ser elaborada na fusão de escolhidos elementos étnicos. É que as terras tem também a sua predestinação.”⁵⁹

Mas não seria necessário apelar para uma raça estrangeira. A têmpera do sertanejo nordestino bastava, visto que, chegando vencido pela seca e fome, ainda tivera forças para enfrentar a natureza, conquistar e povoar o Acre. No entanto, a sociedade que construiu foi ilusória. “O povo eleito, resistente, laborioso, não pode operar o grande e suspirado milagre...”⁶⁰

A Amazônia poderia ser definida como um espaço de confrontos, sociais e culturais, dos quais resultou uma série de representações, em que caboclos e matutos “cearenses” foram postos em oposição. Vejamos algumas.

Peregrino Júnior, em *Areia Gulosa*, publicado em 1929 no volume intitulado *Pussanga*, coloca vivendo lado a lado, na Amazônia, um cearense e um homem da terra. As diferenças são pausadamente marcadas. Os dois personagens se conhecem a caminho de uma colocação, e a partir daí o autor traça rumos para a vida dos dois, marcando os perfis de cada um. O caboclo logo constrói sua casa à beira do igarapé. Em seguida providencia uma montaria. E depois: “Trabalhava pouco. - P’ra que se matar? Preferia pescar que era mais fácil. Caçar dava muito trabalho. Tirar seringa arrasava um homem. Tratar de gado, só prá marajoara. E fazer roçado era serviço p’ra

⁵⁹ LADISLAU, Alfredo. *Terra Imatura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933, p. 19-20.

⁶⁰ *Idem*, p. 22.

cearense. Não dava p'ra isso..."⁶¹ Qualificativo para o caboclo? Preguiçoso.

Já o cearense, era "bicho forte e valente", tinha "gestos elásticos e ágeis". "A todo instante confessa no que diz e no que faz, que guardou no sangue o calor do sol implacável e na alma a lição útil dos trabalhos e das provações duras do sertão estorricado d'onde a seca o expulsou sem piedade."⁶²

Ao contrário do caboclo, o matuto cearense construiu sua casa no alto, longe do igarapé. Logo tinha uma roça de milho, feijão e maniva. E se dedicava à caça. Segundo Peregrino Júnior: "Abriu picadas, devassou florestas, ladeou paranás e igapós numa ânsia febril de possuir tudo, de conquistar, de dominar, de tomar conta da terra."⁶³

E as diferenças mais uma vez se mostram na produção de cada um. Do caboclo amazônico, 'meia dúzia de manivas e de aipins, além de frutos de cacau e peixes do mato." Já o cearense levava ao barracão "um mundão de coisas: peles de borracha, frutos de cacau, paneiros de frutas, de macaxeiras, de batatas, de cará, caça, peixe, o diabo." Assim, enquanto um morre de preguiça, o outro trabalha. O que explicariam essas diferenças? Em parte os "estigmas da opilação, do etilismo, da malária" fazem do caboclo um preguiçoso que, contudo, "com uma astúcia que ninguém suspeitaria, sistematicamente escondia a cavilação e a velhacaria atrás do silêncio, da imobilidade, da conformação."⁶⁴

⁶¹ PEREGRINO JÚNIOR. *Histórias da Amazônia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936, p. 184. O conto *Areia Gulosa* foi publicado originalmente em *Pussanga*. Rio de Janeiro, 1929. Dados biobibliográficos de Peregrino Júnior podem ser encontrados em PROENÇA, Ivan Cavalcanti. Perfil de Peregrino Júnior. in: PEREGRINO JÚNIOR. *Seleção* Rio de Janeiro, José Olympio/INL, 1971, p. XI-XII. Sobre as comparações entre o nordestino e o caboclo ver também o conto "Os mongo-malaio e sertanejos" de Alfredo Ladislau, publicado no *Terra Imatura*, em 1923. Peregrino Júnior viria afirmar, posteriormente, que a obra de Ladislau reagia contra os detratores da Amazônia, fazendo a apologia da Planície. "Alfredo Ladislau fez sensação com seu livro, que não sendo de ensaios, não é também de ficção, mas cujo conteúdo de estudos, evocações e cenários constitui importante depoimento sobre a terra e a gente da Amazônia." Apud: COUTINHO, Afrânio (dir.). *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro, Editorial Sul-Americana, 1969, vol. II, p. 161-162.

⁶² PEREGRINO JÚNIOR. *Histórias da Amazônia*, p. 185.

⁶³ *Idem*, p. 186.

⁶⁴ *Idem*, p. 185.

E, desse modo, a prosperidade chegou para ambos. Para o cearense, fruto de seu trabalho. Para o caboclo paraense, graças aos favores do gerente que se engraçara por sua mulher. Até que uma cheia excepcional novamente vem colocar às claras as diferenças entre ambos. O cearense luta com a natureza para salvar seu pecúlio. O caboclo se resigna a ver tudo consumido pela “cheia grande.” Para ambos, o jeito era recomeçar. Quando a mulher do caboclo o abandona, por considerá-lo muito “panema” e vem tentar o cearense, feito areia gulosa, é recusada, mostrando a fibra moral do cearense, em oposição à fraqueza do caboclo.

Confrontar cearenses e caboclos da Amazônia não foi privilégio de Peregrino Júnior. A prática insere-se numa discussão mais ampla e que se refere à constituição dos “tipos” brasileiros, de uma certa forma, em várias tentativas dos intelectuais nacionais em traçar uma genealogia do povo. E para cada concepção de povo, uma genealogia. Daí que tal discussão pode nos remeter às questões raciais, à constituição do folclore, à formação dos tipos populares na literatura, etc. Ainda que não tenha toda a força narrativa de um Jéca Tatu, o caboclo amazônico de Peregrino Júnior em muito a ele se assemelha. Pelo menos, foi assim que, por exemplo, foi lido por Humberto de Campos.

Os contos amazônicos do sr. Peregrino Júnior, não versam, como seria talvez para desejar, temas intensos, de acordo com a brutidão majestosa dos cenários. Nota-se que o autor não procurou os motivos, escolhendo e selecionando os dramas, preferindo que estes o procurassem, saindo ao encontro da sua pena. Isto determinou uma naturalidade maior nas narrativas, com prejuízo, todavia, da sua dramaticidade. Vê-se, por eles, que lhe escaparam á visão de adolescente as formas profundas da vida que ali se vive, o horror das tragédias que ali se desenrolam, a extensão dos actos humanos que têm ali o seu monumental e abandonado salão de espetáculos.⁶⁵

⁶⁵ CAMPOS, Humberto. *Crítica. Terceira Série*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1935, p. 138.

Não que o que Peregrino Júnior narre seja mentira ou falsidade. E Humberto Campos apresenta sua experiência num seringal para comprovar que os caboclos amazônicos eram assim mesmo, e acrescenta uma explicação: uma alta porcentagem no seu sangue de raças inferiores (especialmente o indígena). Por este motivo o caboclo é diligente, supersticioso e passivo. Peregrino Júnior, a exemplo de Monteiro Lobato e Paulo Prado⁶⁶, expõe para o País esse “macaco lesma, bípede invertebrado”, para que o “Brasil mestiço se doa de si mesmo.”⁶⁷

Mas para Peregrino Júnior, é o ambiente que deve ser apontado como razão para o modo de ser do caboclo. No ensaio *Amazônia*, afirma:

A imaginação do homem, na Amazônia, é uma diátese geográfica. A terra amazônica - o suporte rígido de Ratzel- traçando o destino de seus habitantes com cega brutalidade, marca fundamente a sensibilidade do homem. Para compreendê-la é essencial conhecer o ambiente em que ele nasceu. As suas qualidades e defeitos decorrem da sua própria geografia. O caráter do homem amazônico é a saturação de suas íntimas necessidades: comprimido entre duas infinitas melancolias - a do rio e a da floresta - ele se contrai sobre si mesmo, para fugir nas asas afoitas da imaginação.⁶⁸

Uma “fatalidade geográfica” conduz à produção cultural do caboclo, sua poesia e suas lendas... A natureza é a determinante para explicar a literatura sobre a Amazônia; é, aliás, a principal personagem. Nesse quadro em que o ambiente determina uma psicologia, como fica o migrante?

O povoador nordestino, entretanto, além de outros, tem sido até hoje na Amazônia um marginal. Não se fixa. Não se detém. Não se adapta. Não se identifica. Não chega em geral a aceitar e compreender

⁶⁶ LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo, Brasiliense, 1968; PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

⁶⁷ CAMPOS, H. *Crítica. Terceira Série*. p. 148.

⁶⁸ PEREGRINO JÚNIOR. *Três Ensaíos*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1969. Citação às páginas 91-93.

a terra. É sempre instável, provisório, interino, sem residência permanente.⁶⁹

Neste ponto Peregrino Júnior recorre a Vianna Moog para corroborar a principal idéia acerca do migrante nordestino: ele está naquele lugar por um pacto de interesses. Quer tomar a terra de assalto, não a ama. Por isso sua ação é sempre predatória, destruindo a floresta como seringueiro, madeireiro ou lavrador. Contribui para que a Amazônia seja uma terra fraudada e saqueada. E os migrantes nordestinos resignadamente derrotados: “chegaram, viram e não venceram.”⁷⁰ Contrariando a metáfora de Euclides, que conferia aos nordestinos as honras de domadores da Amazônia, “a Amazônia mantém-se ainda indomada.”⁷¹ Só o caboclo nela sobrevive, pois, “vítima pretensa da regressão atávica, é que a obra da civilização na Amazônia, vai continuando a sua marcha, num diagrama cheio de altos e baixos.”⁷²

Ainda compondo os “tipos” do povo, e na mesma linha da discussão traçada acima, temos a obra de José Carvalho *O matuto cearense e o caboclo do Pará. Contribuição ao folk-lore nacional.*, publicado em Belém, no correr do ano de 1930. José Carvalho, que era cearense do Crato, tinha já em Fortaleza publicado em diversos jornais, além de alguns volumes de crônicas e romances pela *Padaria Espiritual*. Migrando para Belém no início do século, viveu também alguns anos no Acre trabalhando ao lado de Plácido de Castro. Continuou a colaborar em diversos jornais de Belém, além de, ao viajar pelo interior da Amazônia, coletar material folclórico. Registrou, por exemplo, a passagem de Patativa do Assaré, quando moço, por Belém e pela região Bragantina, e em seu trabalho Carvalho reproduziu uma série de quadras e versos populares.⁷³ Podemos afirmar que acompanhava de perto o processo de adaptação do cearense à nova terra.

⁶⁹ *Idem*.

⁷⁰ *Idem*. O trabalho acima referido por Peregrino Jr. é: MOOG, Viana *O ciclo do Ouro Negro*. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1975, p. 33.

⁷¹ MOOG, V. *op. cit.* p. 45.

⁷² *Idem*, p. 74.

⁷³ Ver: BARREIRA, Dolor. *História da Literatura Cearense*. Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1948.

Quando se propôs a confrontar os dois “tipos”, foi para provar a superioridade do folclore cearense. A produção folclórica do caboclo amazônico era pobre, a seu ver, devido a razões que passavam pelo determinismo geográfico e biológico. Vejamos seu argumentos:

No Ceará, o matuto ou sertanejo está, no tempo e na evolução da raça, mais longe da maloca ancestral do que o caboclo do Pará; ou da Amazônia. Ali, como em todo o meio-norte, a caldeação foi mais intensa; fato devido às facilidades do povoamento e comunicação com as antigas capitais e centros populosos. Da linguagem e dos costumes indígenas nada resta hoje. Na Amazônia, no entanto, entre a população originária, o caso é diferente: - há muito ainda da língua, dos costumes e da alma primitiva. (...) A raça tapuia, (ou a Tupi), aqui estacionou, não evoluiu. A grande extensão do território, quase despovoado; as dificuldades de comunicação entre os centros populosos, comunicação feita a remos e a vela, na grande vastidão dos rios; sem estradas por terra; a incúria dos governos em chamar as malocas para o convívio social, além de outras causas são os fatos principais do estacionamento aludido.⁷⁴

Podemos ver que eram argumentos já bastante recorrentes na literatura amazônica. Assim, para além do vazio demográfico e do isolamento social do caboclo, Carvalho vai buscar outros aspectos da vida social que possam distinguir os dois tipos. A relação com a natureza é uma delas. O autor comenta:

O caboclo amazoniense é manso e bom por índole. Sua vida deflui tranqüila como os seu rios e as suas florestas.

Não sofre grandes necessidades e nem grandes desesperos como o cearense. Não sabe o que é a seca e o que é a fome. O que planta na terra colhe, porque não lhe falta a chuva. Os seus lagos e os

⁷⁴ CARVALHO, José de. *O matuto cearense e o caboclo do Pará*. Pará, Oficinas Gráficas Jornal de Belém, 1930, p. 01.

seus rios piscosos lhe fornecem alimentação abundante. Não tem ambições. Por isso não se atrapalha, não se zanga, não se avexa, não se agonia como o cearense. Fala pouco e age sempre com muita calma. (...) No Ceará, quando não chove, a terra é áspera e bravia; e quando chove os seus rios são bravios e áspersos. Lá, quando não chove - não há inverno - a vida é uma angústia infinita pelos horrores da Fome; e quando chove a fartura dos celeiros é tanta, que o homem se torna imprevidente e desperdiçador.⁷⁵

Carvalho aponta ainda uma diferença nos costumes religiosos, sendo o cearense mais rezador e o caboclo mais apegado aos santos, crendices e superstições. De todas essas observações poderia o autor concluir que o caboclo é indolente? Não! Apenas uma má observação dos quadros da vida social poderia levar a tal conclusão. Se pensarmos na agricultura, poderíamos considerá-lo preguiçoso, mas em relação à pesca não. Nem se considerarmos suas habilidades para se guiar nos rios, para navegar e nas “artes mecânicas”, como a construção de canoas e batelões. Desse modo, o que poderia explicar essas diferenças? A resposta para o autor é muito clara:

Quando o cearense chega no interior do Pará, custa - é-lhe um sacrifício penosíssimo - adaptar-se ao novo meio, às novas necessidades da vida. Há por isso sempre, um contraste chocante entre os dois indivíduos.⁷⁶

Ainda que esteja se referindo ao ambiente, o autor não adere de todo às explicações do determinismo geográfico, uma vez que reconhece que o caboclo está muito bem adaptado ao ambiente. O desajustado é o cearense, a quem falta experiência de vida no novo meio. As diferenças se referem muito mais à sua condição de migrante, de desenraizado. E é a partir dessa experiência que tudo do Ceará parece melhor e o cearense também. Ainda que reconhecesse que o caboclo não era indolente, chamou-o de covarde, promíscuo e não muito inteligente, sem aptidões para o canto e a poesia.

⁷⁵ *Idem*, p. 03 e 04.

⁷⁶ *Idem*, p. 47.

As posições de José Carvalho, muito naturalmente, atraíram discordâncias entre os intelectuais de Belém. O mais destacado foi Jorge Hurley, que publicou *Yaríbes da Amazônia. Em torno do livro "O matuto cearense e o caboclo do Pará" do poeta cearense José Carvalho*.⁷⁷ O trabalho foi lido em forma de conferência em Curuçá, em julho de 1930. Hurley se compraz em provar que na Amazônia há boa poesia popular, ao contrário do que tinha afirmado Carvalho. Cita para exemplificar coletas variadas de quadras e loas recolhidas pelo interior da Amazônia. O que explicaria a posição de Carvalho?

Para Hurley, Carvalho andava muito com os cearenses, e só reconhecia como valerosos aquilo que aos costumes cearenses se assemelhasse. Era preciso novamente lembrar que "o meio era outro, logo outros são os costumes"? Mas Hurley não se conformava com a reafirmação de preconceitos que, para ele, já deveriam estar mais do que superados por se tratar de "fantasias prejudiciais aos créditos da civilização do vale do Amazonas."⁷⁸ Além de não ser inculto, o caboclo não era covarde e muito menos promíscuo, como afirmava Carvalho. Hurley proclamava: "A época dos que falavam mal da planície amazônica já passou" e lembrava *Inferno Verde* (Alberto Rangel), *Deserdados* (Carlos Vasconcelos) e *Terra Imatura* (Alfredo Ladislau). Apontava como marcando a transição do mal para o bem, encerrando o ciclo, o *De Bubuia*, de Pio Ramos.

Os anos vinte e trinta foram decisivos para se construir uma nova imagem da Amazônia. Jorge Hurley não foi o único a combater os preconceitos construídos sobre a terra amazônica e sua gente. Numa época em que a presença do folclore valorizava a produção literária, esquecer todo o fabulário indígena, era, no mínimo, estranho. Só a condição de migrante

⁷⁷ HURLEY, Jorge. *Yaríbes da Amazônia. Em torno do livro "O matuto cearense e o caboclo do Pará" do poeta cearense José Carvalho*. in: *Itaranã (Pedra Falsa)* Separata do vol. IX da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Belém, Off. Graphics do Instituto D. Macedo Costa, 1934.

⁷⁸ *Idem*, p. 05.

explicava as escolhas de Carvalho, que a todo momento queria encontrar um cantador da mesma estirpe dos nordestinos.

Mas a presença nordestina na literatura amazônica continuava a ser significativa, ainda que o cearense aparecesse mais integrado. Longe de a todo momento apelar para o ambiente, Abguar Bastos, ao romancear o ciclo da castanha, passada a euforia da borracha, mostra o nordestino mais integrado. A propósito, nos anos trinta, e sem a influência dominante e sufocante da borracha, a literatura amazônica nos mostra outros lugares, e não só o seringal, outros dramas, outras gentes e outros falas.⁷⁹ Esta é uma geração que não se reconhece no exotismo de sua terra, mas que busca igualdade de tratamento nacional.

Todos esses contos, contudo, não alçaram a dramaticidade de Alberto Rangel em *Obstinação*. Parece-nos que este conto poderia ser tomado como paradigmático do confronto entre caboclos e “cearenses”. Os que chegam, com ânsia incontida de enriquecimento rápido, tornam-se parasitas; Rangel compara o coronel “cearense” com o apuizeiro que asfixia seu hospedeiro, tornando-se um “apuizeiro social”.

Antes a terra era grande, a gente diminuta, e esta contentava-se de pouco. Depois, chegou o cearense em colunas tumultuárias de ocupação. Restringira-se a terra com o aumento da população estranha, e, o que se tomava mais grave, sobrevinda no plano exclusivo de ganhar dinheiro a rodo.⁸⁰

O “cearense”, na figura do coronel Roberto, ameaça o caboclo Gabriel, quer-lhe as terras que ocupa há gerações. O coronel tinha chegado naquelas bandas como outros “cearenses”, acoitado pela seca e pela fome. Parecia nunca se saciar, sempre a querer mais terras. Para que o coronel queria tanta

⁷⁹ BASTOS, Abguar. *Safra*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1937.

⁸⁰ RANGEL, Alberto. *Inferno Verde*. p. 167.

terra? “Dir-se-ia que ele gozava a soberba de acabar com os caboclos.” Apesar de, depois de se negar a entregar pacificamente suas terras ao coronel, Gabriel as ter perdido na justiça, não se entrega. Prefere se enterrar vivo nos vãos de uma sapopemba. Desse modo, um só consegue as terras com a morte do outro. Nem mais, nem menos. A construção simbólica do “apuizeiro social” será apropriada por muitos outro literatos, especialmente quando a temática for o seringal. E neste caso, quem morre, vítima do coronel de barranco, é sempre o nordestino-seringueiro.

Na literatura pós-euclidiana, no entanto, aos poucos o convívio entre caboclos e nordestinos se ameniza. Peregrino Júnior aponta diferenças, não mais impossibilidade de dividir a mesma terra. A Amazônia torna-se, ao longo de tantas subidas e descidas, idas e vindas, um pouco nordestina também.

Analisaremos a seguir alguns romances e contos que têm o seringal como cenário, palco para narrar as tragédias das vidas que a selva consome: *Paroara*, de Rodolpho Theophilo; *Deserdados*, de Carlos Vasconcelos; *A Selva*, de Ferreira Castro, e *Terra de Ninguém*, de Francisco Galvão. No conjunto das obras apontadas acima é o naturalismo que as une como estilo comum, e que contribui para imprimir uma representação sobre a vida na floresta que nos interessa sobremaneira discutir.

3. Literatura e História: a apropriação simbólica do passado.

Meyer observa, ao discutir o soneto onde Mário de Andrade afirma que o seringueiro perdido na mata é “brasileiro que nem eu”, que o reconhecimento de uma identidade comum, determinada pela existência de uma nação comum, soa estranha, uma vez que os poemas tentam anular uma distância de classe difícil de disfarçar na expressão “que nem eu”.⁸¹

Nessa questão da construção identitária, que tentaria aproximar

⁸¹ MEYER, Marlyse. *op. cit.* p. 27.

seringueiros do Acre com o paulista que escreve seus poemas, vale mais marcar os territórios da diferença. Mesmo porque, o seringueiro do Acre a que se refere Mário de Andrade, nem sempre foi seringueiro, e nem sempre foi do Acre. Há uma mobilidade histórica que aponta para a construção da identidade do seringueiro do Acre, antes um provável migrante nordestino, em sua grande maioria cearense. Desse modo, ser seringueiro do Acre aponta para um aprendizado da vida na selva, bem como do processo de trabalho na coleta da borracha, o que de fato implica num desenraizamento, a que os migrantes se referiam como *tornar-se manso*.⁸² Bravos eram aqueles que chegavam, que ainda não conheciam a vida no seringal, não sabiam o que os esperava, já que suas expectativas estavam povoadas por imagens da Amazônia construídas no Nordeste pelo *paroara*.

É ele o migrante de retorno que, no Nordeste, atesta que as fábulas de riqueza conseguidas na extração da borracha eram possíveis. O *paroara* é o elo de ligação entre Nordeste e Amazônia, aquele que foi para os seringais e voltou rico, muito rico. Normalmente, volta não só para rever a família, buscar uma namorada, mas, principalmente, para arregimentar novos trabalhadores para o seringal. Os romances que vamos discutir a seguir têm este itinerário: um personagem que se move do Nordeste como *bravo*, e no processo de adaptação, ou desenraizamento, nos mostra os meandros da vida no seringal.⁸³

Um marco na literatura do seringal é constituído pela publicação, em 1898, do romance de Rodolpho Theóphilo, *Paroara*. Pertencendo ao grupo que fundaria a Padaria Espiritual, Theophilo demonstra uma opção estética pelo naturalismo, expressa também nas discussões raciais e nos diversos tipos de determinismo que desenvolve em suas obras.⁸⁴ Em *O Paroara*, o autor se preocupa em caracterizar, num primeiro momento, como era a vida de um

⁸² Sobre o desenraizamento cultural ver: BOSI, Ecléa. Cultura e Desenraizamento. in: BOSI, Alfredo (org.). *Cultura Brasileira. Temas e situações*. São Paulo, Ática, 1987, p. 16-41.

⁸³ A recorrência temática na literatura amazônica foi observada já inúmeras vezes. Ver: PRETO-RODAS, Richard. Amazon in Literature: Themes and Changing perspectives. in: WAGLEY, Charles (ed.). *Man in the Amazon*. Gainesville, U.P. of Florida, 1974.

⁸⁴ Ver: BARREIRA, Dolor. *op.cit.*

camponês no sertão do Ceará, as agruras e dificuldades da seca e do trabalho agrícola. Todas as ações são insuficientes para retirar os personagens da ignorância e miséria a que se vêem conformados. O personagem, João das Neves, casado com Chiquinha, que tem um filho por ano, nunca consegue juntar um “fundo de reserva que o garantisse de um ano crítico”. Mesmo quando, com a ajuda de amigos, consegue ampliar seu roçado, a fatalidade de uma praga de lagartas associada com a seca faz com que a perda do roçado se some à da vaca, seu único patrimônio que o resgataria de agruras maiores. A migração aparece nesse momento como a única forma de quebrar essa conformidade/conformação, que para o autor, no entanto, não é social, mas atávica, enrustada na inferioridade racial do matuto cearense.

o nomadismo da raça vermelha, transmitido por atavismo à população mestiça, a qual constitui talvez quatro quintos dos habitantes do Ceará, é o fator principal do despovoamento da terra cearense. Este instinto de vagabundagem inato no mestiço é alimentado por causas secundárias, entre as quais as secas e as irregularidades das estações ocupam o primeiro lugar.

João das Neves crescera ouvindo relatar as migrações de seus antepassados. Criança ainda, acompanhara o pai a Fortaleza, na seca de 1877. O avô e o bisavô sabia que também tinham feito parte do êxodo de famintos nos tempos de fome, que vem de anos em anos deslocar a população sertaneja. Contavam até que um de seus ascendentes, em uma dessas migrações, embarcara para a Amazônia, e que vivia lá muito rico e feliz, dono de grandes seringais.⁸⁵

Desse modo, o autor constitui os motivos para a decisão que João das Neves tomará de migrar quando chegar na cidade o paroara. José Veríssimo, em artigo sobre o romance de Theophilo, nos informa que paroara era o modo

⁸⁵ THEOPHILO, Rodolpho. *O Paroara. Scenas da vida cearense e amazônica*. Fortaleza, Editor L. C. Cholowiecki, 1899, p. 187-188.

como chamavam no Amazonas aos paraenses. A desinência *uára* ou *oára* era empregada pelo povo junto a certos e limitados nomes de lugares, como *marajoára* ou *manauára*. Assim, o emprego no Ceará do termo *paroara* tem o significado de migrante de retorno, mas que retorna rico. No entanto, o emprego da terminação “tem alguma coisa de pejorativa”, o que justifica a observação de Veríssimo de que o Ceará vê na migração para os seringais não só uma ameaça ao povoamento e ao trabalho, mas também como corruptora e desmoralizadora pela atuação perniciosa da figura do *paroara*, que não só arregimenta novos trabalhadores para os seringais, mas também traz consigo “maus costumes” e “vícios” que levam ao desapego e desprezo dos “antigos hábitos da vida provinciana.”⁸⁶

No entanto, o que parece desagradar a Veríssimo, além naturalmente das questões literárias, foram as descrições da migração e da vida nos seringais. Sabemos que Theophilo nunca foi à região dos seringais, e nos perguntamos o que terá lido para se informar sobre a vida dos migrantes coletores da borracha ou mesmo sobre a vida cotidiana na Amazônia, já que não despende muito esforço descrevendo a natureza amazônica, que é apresentada de forma bastante genérica, ressaltando sempre a ausência de luz solar na floresta. Os aspectos que mais ressalta, no entanto, situam-se em território já quase que mitológico: a fartura que a natureza amazônica propicia em termos de alimentação: a pesca do pirarucu e do peixe-boi, a viração das tartarugas e a coleta dos ovos, e a caça relativamente abundante na floresta. Enquanto João das Neves padece no seringal, contrai a malária e se esforça de todo modo para voltar ao Ceará, seu companheiro de trabalho, ao contrário, mostra o processo de adaptação do *bravo* até se tornar um *manso*, aprendendo os segredos da floresta, da caça e da pesca, sem se preocupar com o saldo no barracão ou a volta ao Ceará. Naturalmente, quem guia esse migrante que se adapta à vida na floresta é um índio já aculturado, que vai desvendando os segredos da floresta e ensinando ao *bravo*

⁸⁶ Ver a coluna de José Veríssimo, Revista Literária, no *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 16.10.1899.

estratégias de sobrevivência. No entanto, esse migrante, especificamente, tem uma qualidade que outros não possuíam, a curiosidade. Está sempre observando, errando, aprendendo. E a cada aprendizado, o prazer de viver na mata se descortina. Muito diferente do personagem principal, que resiste em se tornar um *manso*, como se, ao fazê-lo, retirasse de si a possibilidade de voltar ao Ceará.

De um modo bastante conclusivo, Theophilo se posiciona contra a migração para os seringais:

Estas levas de paroaras endinheirados é que fomentavam o despovoamento do Ceará. À primeira vista parecia um bem a migração pelos valores que entravam anualmente para o Estado. Ninguém a vista das riquezas que vinham da Amazônia cogitava do dia de amanhã, nem tampouco que, se um homem refratário ao paludismo voltava rico, quarenta e nove lá ficavam enterrados.⁸⁷

Mas são os paroaras que sustentam pelo interior do Nordeste a imagem da Amazônia, durante o auge da borracha, como uma terra da promessa, de fortuna rápida e fácil. Pelo menos é assim que aparece na literatura: como o homem que torna visível - pela maneira de trajar, o relógio patacão no bolso, outros inúmeros presentes que traz, além de grande quantidade em dinheiro - o seringal como a terra do *ouro negro*. O personagem de Theophilo, no entanto, não vem confirmar essa imagem, já que, ao retornar da Amazônia com pecúlio para tocar a vida no Nordeste, encontra os filhos mortos, e a mulher moribunda, como que a confirmar a tese de que o despovoamento do Ceará não era compensado pela riqueza trazida da Amazônia.⁸⁸

Além das preocupações com o despovoamento do Ceará, Rui Facó

⁸⁷ THEOPHILO, *op. cit.* p. 474

⁸⁸ Ver outra história trágica de paroara in: CAMPOS, Humberto. *O monstro e outros contos*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1935.

lembra que o paroara contribuiu para uma quase imperceptível mudança de atitude do homem nordestino diante das estruturas sociais:

Mas o homem que voltava não era o mesmo. O contato com outras gentes, com outras formas de vida social, a concorrência desenfreada entre os donos de seringais, uma luta pela existência muito mais afanosa do que na pasmaceira do Nordeste, sua mentalidade se modificara. (...)essa modificação se manifestava principalmente num maior grau de inconformismo das populações sertanejas.⁸⁹

A literatura do seringal insere-se nas discussões sobre a influência do meio na organização social, levadas a efeito no Brasil por Araripe Júnior, Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha, dentre outros, sob forte influência de Buckle e Taine.⁹⁰ Num certo sentido, a obra literária é tomada como extensão das conclusões científicas, abrangendo desde o darwinismo social ao determinismo geográfico, passando evidentemente pelas discussões raciais tão em voga ao finalizar o século XIX. Desse modo, o que a literatura retrata busca o estatuto de ciência, pretendendo estampar o real, não se conformando com o papel de ficção. Às vezes, personagens e enredos são abandonados para que o autor possa discorrer sobre a situação da região, transmutando-se o livro de romance a ensaio.⁹¹ Na tradição do realismo, essa literatura busca ser fidedigna como uma história, trazendo na ficção um viés de objetividade.

Em sua grande maioria, os romances naturalistas condicionam o homem às leis naturais, reproduzindo-se a máxima determinista da superioridade e irreversibilidade das forças da natureza, associando-se fatalidade e determinismo. O destino dos personagens nos é dado de antemão, posto que enunciado pela leis naturais e universais, abrangendo animais, homens e

⁸⁹ FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963, p. 35.

⁹⁰ Ver nesse sentido VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical. História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil*. p. 87 e *passim*.

⁹¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O olhar naturalista: entre a ruptura e a tradição. *Revista de Antropologia*. n. 35, p. 149-167, 1992.

sociedades. Desse modo, o homem, ao chegar à Amazônia desadaptado, deve enfrentar um forte inimigo: a floresta.

Não será a primeira vez que se dirá que tem a natureza amazônica o estatuto de um personagem. O ambiente domina toda a trama, e a urdidura da vida dos personagens caminha sempre no sentido de confrontar homem e natureza. É evidente que não podemos prender os autores numa camisa-de-força, buscando os pontos em que se adequam ao modelo naturalista. Há especificidades nesta questão que queremos delinear. Dois romances serão privilegiados: *Deserdados*, de Carlos Vasconcelos e *A Selva*, de Ferreira de Castro.

Como definir *Deserdados*, senão como um show de horrores? O domínio da natureza só produz o trágico, transparecendo uma sociedade repleta de vilezas e corrupções, de comportamentos viciados, cientificamente comprovados pela teoria da miscigenação racial.

Carlos Vasconcelos, que viveu na Amazônia durante dois anos na região do rio Yaco, no Acre⁹², abre seu romance afirmando que Theophilo, Rangel e Euclides apenas esboçaram a vida na Amazônia, por lhes faltar experiência, seja por falta de conhecimento direto do meio, no caso de Theophilo, ou por exígua permanência nos seringais. Victor, personagem principal, é também um engenheiro em viagem para os rios acreanos com a missão de medir os seringais. Nessa viagem, Victor, que é sem dúvida alter-ergo de Vasconcelos, começa a perceber a natureza amazônica como uma panfagia:

Comiam-se ali uns aos outros, até os vegetais parasitavam assim desabridamente. E parecia mister devorar naquelas paragens,

⁹² Carlos Vasconcelos nasceu no Ceará, onde cursou o preparatório no Liceu Cearense, terminando no Recife, em cuja Faculdade de Engenharia matriculou-se em 1896. Obteve a carta de engenheiro geógrafo e seguiu para a Amazônia, em 1902, para voltar logo depois, e completar os estudos no Rio de Janeiro, na Escola Politécnica (engenheiro civil). Voltou ao Amazonas e, depois de dois anos no Rio Yaco, veio ao Rio de Janeiro defender os direitos de constituintes quanto à propriedade da terra na zona do Acre e Alto Purus. Sustentou nos jomais do Rio uma discussão em torno da criação do Estado do Acre.

para não ser engolido... quem quisesse conquistar, fizesse-o com bruteza de ímpetos e escancaramento de propósitos.⁹³

A luta pela sobrevivência, onde impera a lei do mais forte, estende-se, não só para as relações inter-pessoais, mas para toda a sociedade. Desse modo, os seringueiros que conseguem saldo, depois de anos de labuta na selva, dirigem-se para as cidades para serem espoliados por uma série de escroques, cafetões e prostitutas, numa panfagia social:

Era bem a luta desajustada das serpentes, em que cada uma tenta engolir e busca defender-se das faces da outra. (...) o seringueiro alimentava com a goma elástica (...) desde o patrão e o aviador até as mundanas européias...⁹⁴

A natureza luxuriante contamina os homens, que se deixam dominar, nos apelos do sexo, por sua condição animal. Neste ponto, o homem é um animal a lutar pela fêmea escassa, e a mulher reduzida à condição de fêmea passiva, objeto de conquista de um macho, como determinam as leis naturais. O romance de Vasconcelos sobreleva esta questão, a ponto de construir uma imagem de *anomia social*. A clássica história da venda da mulher em troca de saldo reaparece em quadros muito mais tétricos. Mulheres são constantemente raptadas, ainda meninas, para servirem à volúpia sexual dos homens, e morrem precocemente de parto. Homens são assassinados para que outros possam tomar suas mulheres para si, como no capítulo *Caça à fêmea*, onde os personagens Torquato e Conduru lutam até a morte de ambos pela posse de uma fêmea, raptada depois por um terceiro. Não há lei na selva, não a lei que protege os cidadãos como em outros lugares do país, apenas a lei do mais forte. Tivessem se levado mulheres para os seringais “teriam por toda a parte disseminado ninhos, ao invés de antros de conspiração e crimes...”⁹⁵

⁹³ VASCONCELOS, Carlos. *Deserdados*. Rio de Janeiro, Ed. Leite Ribeiro & Maurillo, 1921, p. 116-117.

⁹⁴ *Idem*, p. 268.

⁹⁵ *Idem*, p. 309.

Desse modo, a anomia familiar é estendida para o social, determinando o teor violento da vida cotidiana. Nesse sentido, Vasconcelos abusa da imagem do apuizeiro social, e o trabalho no seringal também é retratado como uma relação anômala, imperando pela violência a lei do mais forte.

O determinismo torna o meio elemento todo poderoso no condicionamento do caráter e temperamento humanos. Releva na trama os elementos espaciais, empobrecendo a relação entre homem e meio, por torná-la unilateral: os personagens são mero joguetes das forças externas. Procura-se adequar a paisagem interior dos personagens com a paisagem externa. Desse modo, numa paisagem selvagem tem-se naturalmente ações selvagens. Daí encontrar-se presente nessa literatura uma tendência ao escabroso, à crueza cênica, proliferando cenas brutais tão ao gosto naturalista. Como se buscasse provocar no leitor efeitos sensoriais de horror diante da animalidade e da selvageria dos homens vivendo na floresta.

Como pensar, seguindo esses princípios, a própria floresta, senão sob o signo dos trópicos e do pecado? Uma conclusão é certa: para se viver nesse lugar, e criar uma sociedade de progresso, é preciso que a floresta venha abaixo.

Tombados os grandes madeiros (...) a bacia do Amazonas oferecerá infintos plainos à atividade da reconstrução universal. (...) abarrotar-se-á de celulose, víveres e gados, com a estreme uberdade que a crosta de humus natural assegura.⁹⁶

Na tradição filosófica ocidental, a submissão de tudo aquilo que é natural ao sujeito autocrático culmina no domínio de uma natureza cega. Este é o processo que Adorno e Horkheimer denominam de esclarecimento, ou desencantamento do mundo, em que o despertar do sujeito (redução a uma única distinção ser/realidade) reduz a natureza a mera objetividade, com a

⁹⁶ *Idem*, p. 311-312.

subsunção da magia e do mito que intermediavam a relação com a natureza. O ensaio sobre Ulisses pensa a passagem do caos à civilização, onde as condições naturais não mais exercem seu poder de maneira imediata. Condição fundamental, no entanto, para que se possa pensar uma natureza dominada pelo trabalho.⁹⁷

Essa Amazônia de Carlos Vasconcelos só servirá ao homem, não apenas desencantada, mas também destruída. Terminado este processo, os cearenses, que palmilharam os labirintos da selva, legarão à civilização um “gigante em ação”.

Foi para desfazer uma imagem da Amazônia infernal, tal qual a descrita por Vasconcelos, que outros autores, autóctones, dedicaram-se a produzir uma representação da Amazônia como um paraíso verde, ressaltando-se as obras de Alfredo Ladislau, *Terra Imatura*, e Raimundo Moraes, *Na planície amazônica*, publicados respectivamente em 1918 e 1926. E para atenuar a imagem infernal, argumentaram que tanto Euclides quanto Rangel pouca experiência tiveram do seringal, e que em suas descrições havia um evidente exagero.

Nuno Vieira, na primeira edição do *Terra de Incamiaba*, de Abguar Bastos, responsabilizou Euclides por todos os disparates que tinham sido escritos sobre a Amazônia, e denominava esses escritores de “barlaventaristas”, aqueles que apenas viam a região de algum navio, sem descer ao chão, sem auscultar seu coração.⁹⁸

A publicação de *A Selva*, de Ferreira de Castro, colocava em pauta novamente essas discussões.⁹⁹ Lançado em 1930, o romance de Ferreira de Castro alcançou rápido sucesso, colocando a vida dos seringais novamente em foco, e também a vida na floresta. A selva descrita neste livro não é destituída de mistérios e atributos naturais grandiloquentes, apenas que o viver na floresta, sempre difícil, é partilhado por homens que constituem uma rede de

⁹⁷ ADORNO, T. W. e HORKHEIMER, M.. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.

⁹⁸ Ver PRETO-RODAS, *op. cit.* p. 191-192.

⁹⁹ CASTRO, José Maria Ferreira de. *A Selva*. Lisboa, Livraria Editora Guimarães, 1949.

solidariedade, na precariedade e instabilidade quotidianas da vida no seringal, e estes é que oferecem material à trama. Em outras palavras, Ferreira de Castro se diferencia abrindo clareiras para mostrar como os homens constituem suas relações, não dando ao clima, ou à própria selva, caráter estritamente determinista para os dramas que se desenrolam nos seringais. O que Ferreira de Castro ressalta é a experiência social. Assim, sua obra se insere num contexto sócio-cultural bastante complexo, envolvendo uma luta pela apropriação simbólica da Amazônia, na definição do que a caracterizaria, determinaria sua essência, fosse ela paradisíaca ou infernal. E neste ponto a literatura adquiriu estatuto especial, a ponto de Ferreira Reis se perguntar, traduzindo um dúvida corrente, se a literatura não desserviria à região.¹⁰⁰

Todos os autores referidos antecederam a publicação de *A Selva*. O que diferencia a obra de Ferreira de Castro, nesta discussão, é justamente a *experiência*.¹⁰¹

José Maria Ferreira de Castro nasceu em 1898, em Ossela, uma pequena aldeia ao norte de Portugal. Migrando para o Brasil, teria por volta de doze anos quando se estabeleceu no seringal Paraíso, no Madeira, trabalhando no armazém, e ocupando outros postos na estrutura do seringal. Por lá permaneceu por quatro anos. Segundo ele mesmo expressou, referindo-se ao momento em que saiu do seringal:

Eu tinha então dezesseis anos. E dos quatro que passara ali, não houve um só dia que não desejasse evadir-me para a cidade, libertar-me da selva, tomar um barco e fugir, fugir de qualquer forma, mas fugir.¹⁰²

¹⁰⁰ REIS, Arthur César Ferreira. A literatura amazônica desserve à região. *Cultura*, v. 1, n. 2, p. 4-7, abril-junho de 1972.

¹⁰¹ Para uma discussão a respeito da experiência ver: THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; *Idem*. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

¹⁰² Apud: COELHO, Nelly Novaes. A presença do Brasil na vida e na obra de Ferreira de Castro. *Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade*, v. 41, n. 1/2, p. 09-38, jan.-jun.1980, citação p. 18.

Ainda em Belém, trabalhou como jornalista por mais alguns anos antes de regressar a Portugal ao final da primeira guerra mundial. Em 1930 publicou *A Selva*, seu segundo romance sobre o Brasil¹⁰³, e sobre os portugueses migrantes, onde retratou a vida nos seringais do Madeira. Sua visão da Amazônia advém da experiência de quem, no seringal, um dia fez de tudo. Rapidamente traduzido por toda a Europa, o romance de Ferreira de Castro tornou mundialmente conhecidas as condições em que era produzida a borracha amazônica, contribuindo para consolidar uma imagem da Amazônia como uma região ignorada pelo mundo civilizado.

A trama se desenrola em torno de Alberto, português num exílio voluntário, que viera para o Brasil fugindo de perseguições políticas. Tenta a sorte em Belém, lembrando-se de um tio que lá vivia, e nas casas aviadoras consegue um emprego, mas a crise que se assoma logo o coloca como desempregado. Vivia na hospedaria do tio, dessas que abrigavam os retirantes para os seringais, a se consumir no ócio, quando um vapor conduzindo bravos, ou seja, novos trabalhadores para os seringais do Alto Madeira, chega à cidade, com a carga defasada pela fuga de três homens. Seu tio como que o negocia para o agenciador de mão-de-obra, na tentativa de se ver livre das despesas que dava, e o orgulho de Alberto não lhe permite recusar: assume a dívida de um dos fujões, e parte como mais um na carga que ocupa a terceira classe do vapor Justo Chermont, rumo ao seringal "Paraíso", de propriedade do coronel Juca Tristão.

A viagem rumo aos seringais, na terceira classe do gaiola, começa a delinear, para Alberto, e para o leitor, os horrores que enfrentará. Chegando ao seringal, é-lhe confiado o serviço de extração do látex, contrariando suas esperanças de trabalhar no armazém. E para aprender o serviço, colocado junto a um "manso", o Firmino, que lhe ensina o trabalho, desvenda os mistérios da selva, e junto com o Agostinho, vivem a solidão da floresta.

¹⁰³ Publicou em 1928 *Emigrantes*. Depois de *A Selva*, só voltou a tomar a Amazônia como tema no romance *Instinto Supremo*, onde aborda Rondon e a pacificação indígena.

Ali tudo perdia as proporções normais. Olhos que enfiassem pela primeira vez, no vasto panorama, recuavam logo sob a sensação pesada do absoluto, que dir-se-ia haver presidido à formação daquele mundo.¹⁰⁴

E essas paisagem repetitivas sugerem vazio, espaço desocupado, ocioso, mas também impenetrável, misterioso, e talvez perigoso. O peso do absoluto diante da criação que não considerou que os novos homens que viriam para essa floresta não tinham parâmetros para pensá-la, a não ser sua própria paisagem.

A selva dominava tudo. Não era o segundo reino; era o primeiro em força e categoria, tudo abandonado a plano secundário. O homem, simples viandante no flanco do enigma, entregava sua vida à dominadora. O animal esfrangalhava-se no império vegetal e, para ter alguma voz na solidão reinante, forçoso se lhe tornava vestir pele de fera. A árvore solitária que, na Europa, borda, melancolicamente, campos e regatos, perdia ali a sua graça e romântica sugestão e, surgindo em brenha inquietude, impunha-se como um inimigo. Adivinhava-se que a selva tinha, como os monstros fabulosos, mil olhos ameaçadores, que espreitavam por toda parte. Nada à assemelhava às últimas florestas do velho mundo, onde o espírito busca enlevo e o corpo frescura sobre os tapetes de relva; assustava com o seu segredo, com o seu mistério flutuante e com as suas eternas sombras, que davam às pernas nervoso anseio de fuga.¹⁰⁵

Se a princípio sentia-se diferente da massa nordestina, superior até, a experiência em comum nas estradas dos seringais, sangrando as árvores, coagulando o látex, compartilhando as preocupações com a sobrevivência na selva, acabou por trazer a Alberto um sentimento mais próximo desses homens, de si tão diferentes. Alberto começou a compreender que o que os

¹⁰⁴ CASTRO, José Maria Ferreira da. *A Selva*, p. 70.

¹⁰⁵ *Idem*, p. 105.

prendia não era a solidão da selva, mas também as lianas que os amarravam ao barracão do “seu” Juca, os preços aviltados da borracha colhida em contraposição aos preços dos bens elementares, como o feijão, a farinha e o jabá, pelos quais o coronel cobrava exorbitâncias. Este era o inferno do qual não conseguiam se libertar, a dívida que os escravizava.

Após um ano colhendo o látex, Alberto foi indicado para substituir o caixeiro do barracão, já que saber ler e ter o mínimo conhecimento de contabilidade era bastante raro nos seringais; e foi ocupando essa posição, tendo intimidade com os papéis da contabilidade, que pôde avaliar a espoliação de que os seringueiros eram vítimas, a fome de muitos a sustentar o luxo da família de “seu” Juca em Belém.

No barracão central, a vida era partilhada com o guarda-livros e a esposa, enquanto Juca Tristão passava as noites jogando e bebendo. E também com o preto velho Tiago, antigo escravo, que tinha ao coronel estranha devoção. Essa vida pacata foi interrompida com a notícia da fuga de quatro homens, dentre eles o Firmino. O sistema de solidariedade entre os donos de seringal faz que sejam rapidamente presos e entregues a “seu” Juca, e postos no tronco. Durante a noite sobrevém surra magistral. Na noite seguinte, o barracão misteriosamente arde num incêndio. Na faina de controlar o fogo, dão pela falta de Juca Tristão, e descobrem que não conseguira sair de seu quarto. Enquanto comentam a morte do patrão, o velho Tiago confessa: tinha passado a tranca na porta, impedindo a fuga de Juca. E justifica:

Eu é que sei o que é ser escravo! Ainda tenho aqui, nas costas, o sinal do chicote do feitor, lá no Maranhão. Branco não sabe o que é liberdade, como negro velho. Eu é que sei!¹⁰⁶

Em meio ao fogo, a imagem do inferno se afirma. A escravidão dos homens a sustentar o luxo e a ganância dos patrões e da vida nas cidades; as tentativas de fuga frustradas pelas mortes e castigos, num lugar onde a lei é

¹⁰⁶ *Idem*, p. 311.

feita pelo mais forte, onde não havia sequer respeito pela família, já que as mulheres eram vendidas para os seringueiros que por elas podiam pagar. Para alguns leitores de Ferreira de Castro, o inferno não era um exagero literário, era pura expressão da experiência. Dentre esses leitores destaca-se Humberto de Campos, que também viveu na juventude num seringal e fez questão de afirmar:

O que interessa na Amazônia, à literatura, é o homem, e particularmente o seringueiro e a sua tragédia. Para conhecer um e outra, fazia-se mistér viver no seringal, estudar-lhe o mecanismo, entrar, enfim, na peça, como personagem e não apenas como espectador.¹⁰⁷

Desse modo, o narrador, na medida em que o personagem Alberto se posiciona como o alter-ego de Ferreira de Castro, comprova, pela experiência vivida, que não havia exageros nas cenas descritas por Euclides e Rangel. Não era a voz do outro que falava pelo seringueiro, mas a voz que tem toda a autoridade para falar a verdade: a da experiência.

A narrativa de Ferreira de Castro vinha comprometer uma outra imagem da Amazônia que tentava se firmar: a da *Belle Époque*. Desse modo, ainda que não tenha sido o primeiro a contar ao mundo as condições de vida dos trabalhadores dos seringais, contribuiu para desfigurar a imagem da Amazônia paradisíaca.

O extrativismo da borracha teve seu auge no início do século, quando rápidas fortunas foram ganhas devido aos altos preços que a borracha alcançou no mercado mundial. Até que as plantações de seringueiras na Malásia começaram a produzir, arrastando os preços para baixo e consigo a civilização tropical na Amazônia. Terminada a primeira guerra mundial, a produção amazônica da borracha descera a níveis insignificantes, trazendo para Belém e Manaus um período de decadência.

¹⁰⁷ CAMPOS, Humberto de. Um romance amazônico. in: *Crítica. Segunda Série*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1935, p. 336.

O que estava em pauta no momento em que Ferreira de Castro escreveu *A Selva*, era a apropriação simbólica da história do *boom* da borracha elaborada concomitantemente à obra de Castro, ou seja, no período da decadência. É nesse momento que se constrói uma imagem de civilização para a Amazônia, assentada nas cidades de Belém e Manaus, com suas largas avenidas, belos palacetes, e magníficos teatros, como signos figurando uma pequena Europa. Não é a toa que ainda hoje se referem a esse período lembrando que Belém podia ser comparada a uma Paris dos Trópicos.

Márcio Souza observou que “a face oficial do látex era a paisagem urbana, a capital coruscante de luz elétrica, a fortuna de Manaus e Belém, onde imensas somas de dinheiro corriam livremente.”¹⁰⁸ Essas são as cidades ditas da *Belle Époque*, das óperas no teatro, dos cafés, dos bondes, de um otimismo e ostentação desenfreadas...¹⁰⁹ A outra face mostrava um perfil sombrio e emaranhado nas intrincadas estradas dos seringais, “face esta que poucas vezes perturbou o poder dos coronéis de barranco, ou mesmo os donos das casas aviadoras.” “O ‘ciclo da borracha’ e sua ‘irresponsabilidade’ marcam de forma indelével a maneira de expressar a região.”¹¹⁰ Ainda segundo Márcio Souza, teria sido a geração que viveu a decadência da borracha a responsável, em parte, pela mitificação desse período. Conservaram em meio à decadência um passado de luxo e fausto, uma *belle époque* e não se cansaram de recriar a imagem da vida perdulária dos coronéis de barranco. A literatura cumpre aqui seu papel: posta na sala de visitas ao lado do piano, parte da sua produção se consumiu tentando mostrar que Euclides da Cunha tinha, evidentemente, exagerado quando tratava do seringueiro e dos horrores e misérias presenciadas nas estradas dos seringais. E se esforçam, sem conseguir, para mostrar uma outra Amazônia, que não fosse nem a

¹⁰⁸ SOUZA, Márcio. *A expressão Amazonense. Do colonialismo ao Neocolonialismo*. São Paulo, Alfa-Omega, 1990, p. 100.

¹⁰⁹ Ver: BURNS, E. Bradford. *Manaus, 1910. Retrato de uma cidade em expansão*. Manaus, 1966. Tradução de Ruy Alencar de artigo publicado no *Jornal de Estudos Inter-Americanos*, vol. VII, no. 3, julho de 1965.

¹¹⁰ SOUZA, Márcio. *op. cit.* p. 111.

irresponsabilidade literária da *belle époque*, nem os horrores que descreveram Euclides da Cunha ou Alberto Rangel.

Todo passado é uma reconstrução, e esse passado de fausto da Amazônia precisa ser melhor pensado, no sentido de estabelecer suas ramificações, seus enraizamentos, tanto simbólicos quanto políticos. Ferreira de Castro, com a literatura, o fez, na medida em que, ao escolher seu percurso narrativo, situa as cidades de uma forma bastante específica.

Nas páginas de *A Selva* não encontramos esse mundo das cidades opulentas da Amazônia. A trama apenas toca de passagem pelos portos de Belém e Manaus, os trabalhadores observam do navio a vida que lá se desenrola. Apenas Alberto, o personagem central, tem a coragem de afrontar o aliciador de mão-de-obra descendo do navio em Manaus, e tão só para constatar que não tem chances de escapar do seringal, pois conhecemos mais um elo da corrente que prendia os trabalhadores : a casa aviadora. Ferreira de Castro parece confirmar a afirmação de Márcio Souza de que os retirantes nordestinos não macularam a civilização das cidades.¹¹¹

É, portanto, o avesso do mundo dito civilizado que vemos em Ferreira de Castro, o silêncio da floresta diligentemente percorrida por nordestinos a sangrar a seringueira, recolher o látex, elaborar a péla. E nessa faina cotidiana decifrar os enigmas que a floresta propõe, num jogo de vida e morte, em que só sobrevivem aqueles que se adaptam. É no processo de trabalho que se conhece a floresta, adapta-se ao novo mundo natural, e, mesmo sonhando em voltar para suas terras, os trabalhadores estabelecem laços de solidariedade, de permanência com a gente e com o mundo. O que temos, dessa forma, em Ferreira de Castro é o desnudamento do sustentáculo da *Belle Époque*. Os desmandos, a violência, a mesquinha espoliação da vida dos trabalhadores que sustentava o fausto dos coronéis de barranco. Permeada sempre pelo duro viver na selva.

¹¹¹ *Idem*, p. 101.

A Selva é o romance de um homem aparentado a este espírito absurdo, filho desta solidão siberiana, de rios imensos, esperanças que iam morrendo na rotina miserável do corte da seringa, no silêncio. (...) Ele arrancou da clandestinidade este frio deserto e, com ele, a literatura amazônica marcou seu primeiro encontro público com os leitores do mundo.¹¹²

E os palacetes das cidades deslumbrantes nunca mais tiveram o mesmo brilho. Ferreira de Castro provocou um deslocamento de sentido na representação da Amazônia, já que não se trata mais de um embate entre homem e floresta, mas, naquela natureza, homens lutam entre si, pela sobrevivência, e também por justiça social. Depois de *A Selva*, ninguém mais culpou a natureza amazônica pelas relações sociais dominantes nos seringais.

Na literatura do seringal há um denominador comum: a violência da vida quotidiana. O coronel de barranco não é só uma figura violenta, mas também alvo da violência quase que invariável de algum seringueiro. Ora, falar da violência pode ser tomado como uma sublimação do medo - há uma constante tensão social que não é só de fundo ficcional, mas presente nas relações sociais do seringal que se infiltra na narrativa literária. O seringal aparece associado ao rompimento de valores sociais e morais pelo sobrepujar do ambiente natural, ou seja, o domínio da floresta sobre os homens é perceptível no âmbito das relações sociais e pessoais, pois essa literatura nos apresenta homens desumanizados, embrutecidos. Ferreira de Castro aponta a ganância dos seringalistas e aviadores como responsável pela escravização dos seringueiros, dando primazia ao social para se pensar o seringal. E Francisco Galvão, em *Terra de Ninguém*,¹¹³ leva adiante a questão social, introduzindo na organização social do seringal a figura do sindicalista, no personagem que um dia participou de sindicatos no Rio de Janeiro, e expressa a insatisfação dos seringueiros na organização de um ataque ao centro onde morava o seringalista.

¹¹² *Idem*, p. 124.

O romance de Galvão é importante neste trajeto porque sobleva na sua trama o argumento do abandono da Amazônia. Ou seja, não mais natureza ou ganância, mas descaso dos governos, que tinham abandonado a região ao Deus-dará após a derrocada econômica da borracha. Francisco Galvão, que foi eleito deputado pelo Amazonas, representa o pensamento da elite após o *boom* da borracha, quando o governo federal efetivamente nada fez para salvaguardar a economia regional.

Segundo o próprio Galvão, se méritos literários não teve seu romance, pelo menos serviu por "ter sido uma clara advertência aos homens de governo (...) contra os perigos de uma indústria possivelmente condenada a desaparecer pela própria rotina em face do desequilíbrio entre o capital e o trabalho."¹¹⁴

No momento em que fazia esta avaliação de seu romance, Francisco Galvão alinhava-se aos ideólogos do Estado Novo, e proclamava Getúlio como o redentor do Vale da Promissão. "As leis sociais chegaram até os centro ínvios da planície, alforriando o seringueiro bilioso..."¹¹⁵ Pois, se até aquele momento, "havia por parte dos governos uma estranha e inconcebível má vontade" contra a Amazônia, o governo estado-novista "decifrava a esfinge amazônica", promovendo a colonização por nordestinos e o saneamento, elevando os problemas, antes tidos como regionais, ao estatuto da nacionalidade. Afinal, como bem lembrava o autor, ou se decifravam os enigmas amazônicos, ou se ficava vulnerável a sérios problemas de segurança nacional, uma vez que a Amazônia fazia fronteira com cinco países, além das Guianas.¹¹⁶

A literatura tinha feito seu trabalho, denunciando as condições de vida dos seringueiros, a escravização cruel imposta pelo sistema de aviamento. Em

¹¹³ GALVÃO, Francisco. *Terra de Ninguém. (Romance Social do Amazonas)*. Rio de Janeiro, Adersen Editores, 1933.

¹¹⁴ GALVÃO, Francisco. O homem da Amazônia vencerá a natureza. *Cultura Política*, v. 3, n. 25, p. 94-96, março 1943.

¹¹⁵ GALVÃO, Francisco. O sentido social da Amazônia. *Cultura Política*, v.1, n.1, p. 149-154, março 1941, citação p. 150.

¹¹⁶ *Idem*, p. 154.

muitas circunstâncias, tinha exagerado, não só por privilegiar a paisagem, mas também por denegrir o homem amazônico, o nordestino e o caboclo que conquistaram a selva para a civilização. Mas Vargas não se deixava “envenenar pelo curare da literatura de oitiva sobre a terra, foi vê-la de perto.” E lembrava o discurso do rio Amazonas, onde o ditador prometia que “o regime não os esqueceria, porque a Amazônia era a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã.”¹¹⁷

De um certo modo, Vargas vinha reafirmar a grandeza do destino histórico da Amazônia e, nesse contexto, as alegorias infernais perdiam seu sentido.¹¹⁸ Como numa comédia dantesca, era preciso descer às profundezas do Inferno para se alçar ao Paraíso.

¹¹⁷ GALVÃO, Francisco. O homem da Amazônia vencerá a natureza, p. 95-96.

¹¹⁸ BURKE, Peter. História como alegoria. *Estudos Avançados*, v. 9, n.25, p. 197-212, 1995.

Capítulo II

Arautos do Eldorado.

1. O Discurso do Rio Amazonas.

Em seu número de outubro de 1941, a revista *Cultura Política* publicava "O Discurso do Rio Amazonas", proferido por Getúlio Vargas em Manaus, quando em viagem pelo vale no ano anterior.¹ Podemos perceber seu caráter comemorativo de imediato, pois completava-se um ano que o ditador o tinha pronunciado. Considerando-o uma das "peças mais notáveis" de Vargas, o editor da revista destacava que o mesmo tinha já "um sentido histórico", porquanto "a data de 10 de outubro ficará provada para sempre como a da definitiva incorporação da região Amazônica ao sistema social e econômico fundado pelo Presidente Getúlio Vargas."² Como se aquele discurso tivesse o poder de transfigurar a realidade social. Se nem tanto, ao menos marcava o início de uma nova era para o vale Amazônico, conforme declaravam, que finalmente começava a delinear como futuro o que muitos já tinham antevisto: tornar-se o Vale da Promissão.³

¹ VARGAS, Getúlio D. O Discurso do Rio Amazonas. *Cultura Política*, v. 1, n. 8, p. 227-230, outubro de 1941.

² *Idem*, p. 227.

³ Humboldt, e outros naturalistas, predisseram que a Amazônia seria o celeiro do mundo. No entanto, o discurso que associa a Amazônia com o vale da promessa estava tão difundido no período que estamos tratando, que não se trata absolutamente de nenhuma novidade. Na verdade, insere-se na luta pela representação da Amazônia como paraíso, em detrimento da representação infernal, conforme já discutimos no primeiro capítulo. Para exemplificar, ver: MORAIS, Raimundo. Terra da Promissão in: *Na Planície Amazônica*. São Paulo, Edusp; Belo Horizonte, Itatiaia, 1987, p.141-145.

Vargas começava seu discurso afirmando que “ver a Amazônia é um desejo de coração na mocidade de todos os brasileiros.” A Amazônia simbolizava a grandeza territorial da Pátria. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta - foram as nossas tarefas. E, nessa luta, que já se estende por séculos, vamos obtendo vitória sobre vitória.”⁴ Mas os problemas da Amazônia eram os mesmos de todo o país. Necessitava-se adensar a população, e não mais se justificavam os argumentos que desautorizavam a vida civilizada nos trópicos. Munindo-se de uma exploração racional dos recursos da região, ao mesmo tempo em que se implantariam colônias agrícolas ocupadas por trabalhadores nacionais, a Amazônia se integraria ao movimento de reconstrução nacional, pois não fora esquecida pelo regime de 10 de novembro. Ao contrário, Vargas enfatizava:

porque sois a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da Nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora.⁵

No número seguinte, *Cultura Política* voltava a tratar do discurso, entrevistando personalidades da vida política e cultural amazônica sobre o sentido histórico que a prédica anunciava. Para delinear os problemas que precisavam ser resolvidos na Amazônia, recorria à literatura amazônica, reproduzindo um trecho de uma discussão entre dois personagens de um conto de Alfredo Ladislau em *Terra Imatura*. Um dos personagens, Arianda, um caboclo da terra, afirmava que a terra fecunda, por incúria dos amazonenses, era criminosamente inexplorada: “ficamos de braços cruzados, alimentando o deprimente paradoxo social de sermos, de fato, um povo que vive quase na miséria, dentro do maior celeiro do mundo!”⁶ Nada havia que justificasse a incultura amazônica, a não ser, talvez, o descaso dos governos centrais, “cujo

⁴ VARGAS, G. D. *Op. cit.*, p. 227.

⁵ *Idem*, p. 229.

⁶ LADISLAU, Alfredo. *Terra Imatura*, p. 11.

desamor a esta região faz pensar que ela é ainda uma terra estrangeira na consciência nacional.”⁷ Mas o presidente Vargas vinha desmentir Arianda, bastava atentar para seu discurso... E naquele momento, continuariam os homens amazônicos, pessimistas como Alfredo Ladislau? *Cultura Política* entrevistou o interventor do Pará, José Malcher, para quem Vargas tinha finalmente percebido que os problemas amazônicos eram nacionais. O discurso tinha se tornado, incontestavelmente, “a pedra fundamental do ressurgimento amazônico, ou antes a página inaugural do programa da revalorização brasileira da Amazônia.”⁸ Citando ora um trecho, ora outro, concordavam com o tom geral, no seu caráter inaugural, Abelardo Conduru, prefeito de Belém, Hugo Carneiro, ex-governador do Acre, Araujo Lima, e J.G. de Araujo Jorge, dentre outros.

Tratava-se, evidentemente, de um evento “fabricado”, ou seja, produzido para ser comemorado, o que pode ser comprovado pelas publicações que se avultavam em torno do tema em jornais, revistas e livros. Como exemplo, citamos a obra *A visita do Presidente Vargas e as esperanças de ressurgimento do Amazonas*, em cujas páginas, além dos discursos de Vargas, encontramos uma série de transcrições de reportagens publicadas nos jornais, com opiniões e comentários das mais diversas procedências a respeito de um fato que entrava na categoria dos grandes acontecimentos históricos. Vargas foi tratado como “o redentor da Amazônia”, e os aspectos ressaltados para considerá-lo como tal foram os projetos de colonização e saneamento. Impressionam, neste livro, as fotografias das paradas quando da visita de Vargas a Manaus, imagens que primavam por mostrar um espetáculo grandioso, de cada detalhe da visita.⁹ Não é demais lembrar que o Estado Novo instituiu a parada como “a única manifestação coletiva possível de

⁷ À margem do Discurso do Rio Amazonas. *Cultura Política*, v.1, n. 9, p. 161-171, novembro de 1941.

⁸ *Idem*, p. 163.

⁹ *A visita do Presidente Vargas e as esperanças de ressurgimento do Amazonas*. Manaus, Imprensa Pública, 1940. Ver também: *A Amazônia vai ressurgir. A visita do Presidente Getúlio Vargas à Amazônia, da qual resultou um vasto plano de saneamento e de empreendimentos gerais no setentrão brasileiro*. Belém, Serviço de Publicidade e Propaganda da Prefeitura Municipal, outubro de 1940. Ambos no CPDOC-FGV.

aprovação. O ritual festivo da Unidade se faz então pela arregimentação dos cidadãos em corpos cívicos de feição militarizada.”¹⁰ No ritualismo estado-novista, tudo era motivo para renovação diária do civismo, do amor à Pátria e é nesse sentido que se enquadra a organização de um calendário comemorativo, onde se insere o Discurso do Rio Amazonas.¹¹

O que nos interessa na questão é a forma como o Estado Novo incorporava uma série de anseios dispersos, e os projetava numa campanha nacional, ao mesmo tempo em que fornecia uma série de justificativas para medidas conjunturais, imputando-lhes outro teor, dotando-as de grandeza. A partir daquele momento, a Amazônia entraria efetivamente na campanha da Marcha para o Oeste. Desse modo, o discurso sobre a Amazônia não se dirigia apenas a satisfazer interesses regionais, mas se articulava com o objetivo de alcançar toda a Nação.

A Marcha para o Oeste, campanha lançada em 1938, possibilitava aos detentores do poder no Estado Novo apresentar uma imagem homogênea da Nação, e do Estado, como capaz de superar os conflitos sociais. Nesse sentido, o Estado Novo permitia-se falar pelos outros, “o conjunto dos brasileiros, de quem precisava interpretar corretamente seu pensamento e para quem precisava encaminhar diretrizes políticas, que todos, supostamente, desejam e aprovam.”¹² Foi nesse contexto que Vargas lançou o lema da

¹⁰ SOUZA, José Inácio de Melo. *A Ação e o imaginário de uma ditadura. Controle, coerção e propaganda política nos meios de comunicação durante o Estado Novo*. São Paulo, ECA-USP, dissertação de mestrado, 1990, p. 298.

¹¹ Ver: MEDEIROS, Ruy Mário de. *Discurso do Rio Amazonas (Promessas e Realizações)*. Palestra realizada, por iniciativa do Instituto Nacional de Ciência Política, em comemoração ao 4º aniversário do Discurso do Rio Amazonas. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944; *Idem*. *Recuperação Econômica da Amazônia*. Palestra realizada sob o patrocínio da Sociedade Paraense de Estudos Econômicos, em Belém do Pará, na sessão comemorativa do 5º aniversário do “Discurso do Rio Amazonas”. Rio de Janeiro, 1945 (CPDOC-FGV) A palestra de 1944 foi publicada também pelo *O Observador Econômico e Financeiro*, n. 106, novembro de 1944. Quanto ao aspecto das datas cívicas a serem comemoradas ver: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *As Festas que a República manda guardar Estudos Históricos*, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.

¹² LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas, Papirus, 1986, p. 53.

campanha: "O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o oeste."¹³
 Segundo Lenharo,

a construção da Marcha atina para a imagem da nação em movimento à procura de si mesma, de sua integração e acabamento. O movimento é de conquista, de expansão; visa estimular a sensação de participação de todos na política, na qual, por sinal, os canais institucionais de participação coletiva se encontram vedados.¹⁴

Apresentando o Oeste como uma região de espaços vazios e, portanto, espaço para a conquista, a propaganda da Marcha ocultava que o mesmo estava ocupado por complexas relações de poder.

Discutiremos o modo como Vargas, e os ideólogos do Estado Novo, apropriaram-se de uma grande variedade de símbolos, recorrentes na história cultural do Nordeste e da Amazônia, para conjugá-los na propaganda política. Considerando-se que o domínio do simbólico é um lugar estratégico para o poder, com a Marcha para o Oeste e o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, as autoridades procuraram dispor de um arsenal simbólico para conjugar interesses diversos num só, o da Nação.¹⁵

Neste discurso, e em todo o aparato que se armou em torno dele, podemos perceber que se tratava de um movimento que se apropriava de uma série de recursos simbólicos para justificar um determinado tipo de exercício de poder, e as políticas públicas nesse bojo geradas.

Em primeiro lugar, sobrelevava-se a figura mítica do Vale da Promissão. Nenhuma outra região do país fora desse modo tantas vezes descrita. A

¹³ VARGAS, Getúlio. No limiar de 1938 *apud*: LENHARO, Alcir. A Marcha para o Azul. *Anais do Museu Paulista*, XXXIII, 1984, p.07-16, citação p. 07. Ver também: RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1970.

¹⁴ LENHARO, Alcir. *Sacralização...* p. 15.

¹⁵ "Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência real, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio." BACZKO, Bronislaw. Imaginação social in: *Enciclopédia Einaudi*. Vol 5, Anthropos-Homem. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984 p.296-332, citação p. 298-299. Ver também BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.

Amazônia prometia há tempos tornar-se uma Canaã, tinha todo o potencial para tal, o que já fora predito inúmeras vezes. Para se concretizar essa vocação mítica, a região precisava, no entanto, de um redentor, como o próprio discurso da *Cultura Política* denominou Vargas. Contamos então com mais um elemento mítico e simbólico: o grande líder. Não era, naturalmente, a primeira vez que se associava a Amazônia com a simbologia do Êxodo, como terra que abrigaria um povo que a redimiria de seu atraso econômico e social:

O mundo amazônico não pertence ainda a seus habitantes atuais. (...) Talvez que a própria Amazônia tenha que criar, no próprio seio, em tempos futuros, seus felizes possuidores... Se em outras plagas novo Moisés não se colocar à frente de novos semitas que a venham desbravar.¹⁶

Cabia ao grande redentor lembrar que a Pátria precisava do trabalho de todos para realizar suas promessas: “O que a Natureza oferece é uma dádiva magnífica a exigir o trato e o cultivo da mão do homem”, lembrava Vargas mais uma vez, para ainda afirmar que:

Nada nos deterá nesta arrancada que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: - conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo na história da terra para, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização.¹⁷

O povo brasileiro realizaria sua vocação redentora; guiado por Vargas, redimiria o grande vale do descaso de que tinha sido vítima por muitas gerações. Para tanto tornavam-se necessárias medidas básicas para que a

¹⁶ LADISLAU, A. *op. cit.* p. 20.

¹⁷ VARGAS, G. Discurso do Rio Amazonas, *op. cit.*, p. 229.

terra fértil alcançasse sua vocação: "Necessitais adensar o povoamento, crescer o rendimento das culturas, aparelhar os transportes."¹⁸ Como não mais se justificavam as afirmações de que o homem não podia criar civilização nos trópicos, para os problemas que o "clima caluniado" gerava, tinha-se a arma do saneamento. Povoar e sanear, eram as armas básicas apontadas para tornar realidade o Vale da Promissão. Um povo e seu líder redimiriam os erros do passado, e lançariam mais do que promessas para o futuro, posto que este se tornava presente.

Neste arsenal simbólico de que o discurso dispunha, faltava um último elemento: definir qual seria o povo escolhido para ocupar o Vale da Promissão. Quem o grande líder guiaria, tiraria do deserto, e levaria para a nova terra, destinada ao povo escolhido? Naturalmente, não estrangeiros, mas nacionais. Aqueles que há muito esperavam uma remissão de tanto padecer no deserto: o povo nordestino.

Podemos perceber, desse modo, que Vargas trabalhava discursivamente com imagens de grande apelo simbólico associadas à migração. As remissões constantes ao êxodo do povo judeu pelo deserto, conduzido por Moisés, apontam para um processo de sacralização da política, que se amoldava bem na história social do povo nordestino. O Estado Novo se apropriava dos significantes da narrativa bíblica do Êxodo sem contudo nela se enraizar; modulava o discurso de modo a não destacar a mística da libertação nele contido.

No processo de constituição identitária do ser nordestino, sem dúvida participam com grande peso a seca e a migração, seja num primeiro momento para a Amazônia, a exemplo da grande seca de 1877, seja já nas décadas de cinquenta, para o "sul-maravilha". É sempre importante lembrar que a conquista do Acre, resultado da grande onda migratória no final do século XIX, será posta como um grande feito que o povo nordestino realizou, e teria condições de repetir. Mas talvez nenhum elemento tenha tido tanta importância na representação identitária do nordestino quanto as simbologias do

¹⁸ *Idem*, p. 228.

cristianismo, presente nos vários movimentos de cunho religiosos, como Canudos e Juazeiro, apenas para citar os mais conhecidos. Tratava-se, no discurso, de cumprir uma missão que só o nordestino tinha condições de realizar.

No entanto, esta prática discursiva não se aplicava exclusivamente ao Nordeste. Ao analisar as apropriações simbólicas feitas em torno do “corpo da Nação”, Lenharo apontou para a sacralização da política durante o Estado Novo, observando que cada corpo individual modelava-se para o trabalho, e era “disposto valorativamente enquanto oblação litúrgica...”¹⁹ Verter o sangue, se necessário fosse, para o bem da pátria.

A migração do sertanejo, que sempre fora apresentada na representação do Nordeste com cores tétricas, símbolo da fome e da miséria, entrava no campo discursivo carregada de positividade pois, ao contrário de se constituir em um erro, um acontecimento que supostamente só ocorria quando o sertanejo não tinha mais opções, essa mesma migração era apontada como solução para alguns problemas.²⁰ Em primeiro lugar, para o próprio trabalhador nordestino, que iria em busca de melhores condições de vida, e desse modo minimizava para o Estado os problemas sociais nordestinos. Mas o problema migratório era também uma questão fundamental nos projetos de colonização do interior do Brasil, ou seja, questão central na Marcha para o Oeste. A associação da migração com a colonização do interior do Brasil, como requisito da Marcha para o Oeste foi feita, por exemplo, por Arthur Neiva, em

¹⁹ LENHARO, Alcir. *Sacralização ...* p. 18. Lenharo ainda lembra: “A sacralização da política visava dotar o Estado de uma legitimidade escorada em pressupostos mais nobres que os tirados da ordem política, funcionando como escudo religioso contra as oposições não debeladas. Da mesma forma, os canais convencionais, alimentados pela religiosidade, podiam ser utilizados como condutores mais eficientes dos novos dispositivos de dominação que o poder engendrava.”

²⁰ A associação da migração com a busca de uma terra promissora encontrava-se presente até mesmo entre os cientistas sociais do período, que pensavam a migração interna como fator de desenvolvimento. Para alguns, as cidades entrariam no imaginário do trabalhador rural como terras de promessa, lugar onde poderia ter condições de vida melhor, e portanto de nada adiantavam as políticas que buscavam fixar o trabalhador no campo se não lhe dessem condições de vida boas. Em outras palavras, a migração não tinha o sentido funesto que muitos teimavam em lhe imprimir. Ver: HELLER, Frederico. O êxodo do campo como fator de desenvolvimento *Sociologia*, v. 5, n. 1, p. 57-64, 1943.

um artigo²¹ publicado na revista do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, onde afirmava que uma distribuição equitativa da população era fator importante para o progresso econômico.²² Como homem do governo, Neiva apoiava-se a todo momento nos discursos de Vargas para mostrar a imperiosa necessidade de se promover a migração para assegurar a soberania do país naquelas regiões em que a densidade demográfica colocava em risco a nacionalidade.

Voltando da visita que tinha feito à Amazônia, Vargas parou em Fortaleza, onde proferiu mais um discurso que será recorrentemente lembrado. Dirigindo-se às “classes trabalhadoras”, o presidente afirmou:

Venho da região amazônica... enquanto percorria o prodigioso vale, a cada momento, lembrava-me de vós. Numa época em que o Nordeste era assolado pela seca, em que as populações, deixadas ao abandono, procuravam, por si mesmas, recursos para não morrer, os nordestinos, principalmente os cearenses, começaram a emigrar para a Amazônia. Saíram da terra flagelada, transferiram-se para outra, onde havia abundância de água, onde a própria planície verde parecia encharcada pelo rio-mar. E o cearense adaptou-se à nova vida, avançou através da mata virgem, foi o pioneiro da Amazônia, afrontando perigos sem conta, audaz, heróico, persistente. Embrenhado na floresta, foi ter aos confins do Brasil, reivindicando para a Pátria e incorporando à soberania nacional cerca de 200.000 quilômetros quadrados - todo o território acreano. E essa obra é vossa, cearense. Por isso mesmo, a cada passo e em cada lugar a que chegava vinha-me à lembrança o povo desta terra, que deu homens aos postos da alta

²¹ NEIVA, Arthur. O problema da imigração e colonização. *Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio*. v. IX, n. 107, p. 263-309, julho de 1943.

²² A migração era considerada também um fator de segurança nacional, devendo a ocupação da Amazônia assegurar as fronteiras nacionais. Não podemos minimizar o caráter militar de todo o movimento para o Oeste, e suas preocupações geopolíticas.

administração, ao comércio, à indústria e, lá, continua presente nos velhos desbravadores e na jovem e numerosa descendência.²³

Vargas trabalhava discursivamente com a conquista do Acre como um grande feito heróico dos trabalhadores anônimos que incorporaram à Pátria o grande território e, ao mesmo tempo que enriqueciam, cooperavam em prol da soberania nacional. No momento em que se requeriam novos heróis, o presidente só poderia se lembrar dos cearenses. O apelo indireto à migração estava feito. A partir de então, a propaganda tornou-se mais intensa. Com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados, a migração para a Amazônia passou a ser tratada como uma campanha nacional denominada de Batalha da Borracha, onde a propaganda política assumia a tarefa de facilitar a arregimentação de trabalhadores para os seringais, modulando-se com as contingências econômico-sociais da conjuntura. A propaganda aliava à simbologia do Êxodo outros elementos que apelavam para a aventura, a descoberta e o desbravamento, contidos na Marcha para o Oeste, potencializando o apelo para a migração.

Não significa, no entanto, que tomaremos a propaganda política como tendo o poder, por si só, de realização efetiva. Entre o que propõe e a realização, a prática social, há um espaço trançado pelo imaginário social, que nem sempre a propaganda alcança, ou concretiza numa prática.

Entendemos aqui que não estamos diante de um Estado que é sujeito, mas que, segundo expressão empregada por Lefort, “se ordena em conformidade”. Esta conformidade, contudo, não significa ausência de luta e resistências, como se as sociedades sob regimes totalitários, ou autoritários, não fossem “teatro de conflitos múltiplos, latentes ou manifestos, que contradizem a lógica do sistema.” Ainda segundo Lefort, é preciso apreender o sistema em sua história, ou seja, as contradições que abrigava, desde a

²³ VARGAS, Getúlio. Discurso de Fortaleza, proferido em 15 de outubro de 1940, in: *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, Vol. VIII, 1941, p. 95-96.

sua formação, e como se desenvolveram. Para tal, é preciso também abandonar a ilusão de um sistema onipotente para podermos entrever suas contradições.²⁴ Nada mais ilusória do que a imagem de hegemonia. Afasta outras imagens, como as de divergência, dentre os detentores do aparato do Estado e que definem sua linha política. Há que se considerar, no entanto, que uma certa ilusão de onipotência está inscrita nos discursos do Estado Novo, na medida em que, ao lançar para o futuro uma história que se queria perpetuar, buscava imprimir um sentido na temporalidade.²⁵ Trata-se, para nós, de entender como as instituições formam sentido para os homens que delas são tributários e cuja trama de existência é por elas urdida.²⁶

Nesse sentido, como coloca Bourdieu, não podemos atribuir "os efeitos da dominação a uma vontade única e central", já que corremos o risco de nos impossibilitarmos de "apreender a contribuição própria que os agentes (incluindo os dominados) dão, quer queiram quer não, quer saibam quer não, para o exercício da dominação por meio da relação que se estabelece entre suas atitudes, ligadas às suas condições sociais de produção, e as expectativas e interesses inscritos nas suas posições no seio desses campos de luta, designados de forma estenográfica por palavras como Estado, Igreja ou Partido."²⁷

Para melhor entendermos as inflexões mais sutis que se estabeleceram, na Campanha da Borracha, entre a propaganda posta em circulação pelas autoridades do Estado Novo, e a migração nordestina para a Amazônia (e os móveis subjetivos dos migrantes), cuja resposta à propaganda pode ser considerada positiva, as colocações de Bourdieu devem sempre ecoar neste

²⁴ LEFORT, Claude. *A invenção democrática. Os limites do totalitarismo*. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 243-245.

²⁵ LE GOFF, Jacques. *Enciclopédia Einaudi, Memória - História*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. Ver também, sobre a questão do futuro como uma possibilidade aberta, BOURDIEU, Pierre. *Le mort saisit le vif. As relações entre a história reificada e a história incorporada*. in: *O Poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1989, p.75-106.

²⁶ LEFORT, Claude. *As formas da história*. São Paulo, Brasiliense, 1979, p. 42. Lefort está se referindo a observações de Margaret Mead quanto à necessidade de tomar-se atento à dimensão temporal dos fenômenos culturais, especialmente a maneira pela qual se forma um modo de apreensão do passado e do futuro na órbita de uma cultura.

²⁷ BOURDIEU, Pierre. *Op.cit.* p. 86.

trabalho daqui por diante.²⁸ Ou seja, a propaganda tem uma eficácia, como o poder tem positividade, que não lhe é próprio, mas relacional, pois vai ao encontro de anseios múltiplos, como o desejo de uma nova vida, de uma terra própria, de dinheiro para solucionar problemas, apenas para citarmos algumas razões postas pelos migrantes ao atender ao chamado da propaganda.

O trabalho de propaganda política foi fundamental no sentido de congrega esforços para as campanhas que o Estado Novo lançou. Alguns aspectos da propaganda totalitária, postos em discussão por Hannah Arendt, devem ser aqui lembrados. Em primeiro lugar, o fato de esse tipo de propaganda anunciar intenções políticas como profecias. E quando as profecias tornam-se "realidades", tem-se um "álibi retrospectivo." Por outro lado, o uso da propaganda visava não persuadir, mas organizar, ou acumular forças sem o uso explícito da violência.²⁹

No Brasil, o tema da propaganda política apareceu, pela primeira vez, justamente durante os anos trinta. A preocupação de Vargas com as modernas técnicas de propaganda política era anterior ao Estado Novo, e a condução

²⁸ "A submissão a certos fins, significações transcendentais, quer dizer, superiores e exteriores aos interesses individuais, raramente é o efeito de uma imposição imperativa e de uma submissão consciente. É assim, porque os fins ditos subjetivos, só se revelam, no melhor dos casos, tarde demais e do exterior, nunca são apreendidos como tais de modo imediato, na própria prática, por nenhum dos agentes, nem mesmo pelos mais interessados - aqueles que teriam mais interesse em fazer deles os seus fins conscientes - quer dizer, os agentes dominantes. A subordinação do conjunto das práticas a uma mesma intenção objetiva, espécie de orquestração sem maestro, só se realiza mediante a concordância que se instaura, como por fora e para além dos agentes, entre o que estes são e o que fazem, entre a sua 'vocação' subjetiva (aquilo para que se sentem feitos) e a sua 'missão' objetiva (aquilo que deles se espera), entre o que a história fez deles e o que ela lhes pede para fazer, concordância essa que pode exprimir-se no sentimento de estar bem 'no seu lugar', de fazer o que se tem que fazer, e de o fazer com gosto - no sentido objetivo e subjetivo - ou na convicção resignada de não poder fazer outra coisa, o que também é uma maneira, menos feliz certamente, de se sentir destinado para o que se faz." BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*, p. 86-87. Para a questão do consentimento nas relações de poder, e a vontade de submissão ver também: BOÉTIE, Etienne de la. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo, Brasiliense, 1982. Ver na mesma obra os comentários de Lefort. Observamos o mesmo teor da submissão em Canetti, ao discutir o agulhão da ordem: "Uma ordem é como uma flecha: é disparada e atinge seu alvo. Antes de atirá-la, o mandante faz mira. Com sua ordem, ele pretende atingir uma pessoa específica; a flecha tem sempre uma direção escolhida. E permanece cravada naquele que atinge; este tem de arrancá-la e passá-la adiante, a fim de libertar-se de sua ameaça. Na realidade, esse processo de transmissão da ordem adiante desenrola-se como se seu receptor a arrancasse de si próprio e, a seguir, distendendo seu próprio arco, atirasse a mesma flecha adiante. O ferimento em seu corpo se fecha, mas deixa para trás uma cicatriz. Toda cicatriz possui uma história: ela é a marca deixada por uma determinada flecha." CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p.308.

²⁹ ARENDT, Hannah. *Totalitarismo, o paroxismo do poder*. Rio de Janeiro, Editora Documentário, 1979, p. 73-102.

dessa tarefa coube a Lourival Fontes, que durante toda uma década dirigiu o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), traduzindo a linha política do regime. Ao DIP, filiavam-se os DEIPS, órgãos estaduais que objetivavam difundir a imagem do novo regime, e tratar de evitar que se veiculassem oposições ao mesmo. A revista *Cultura Política*, ao encargo de Almir Andrade, cumpria parte desse papel de divulgar a imagem do regime. Este é um tema não inédito na historiografia brasileira, pois, quase que invariavelmente, quando se fala em propaganda política, lembramo-nos do DIP. Em decorrência, é um assunto bastante explorado, por diversas linhas teóricas e metodológicas.³⁰

Contudo, só poderemos entender os matizes de como se desenvolveu a Batalha da Borracha se nos ativermos ao fato de que a guerra fazia sua aparição, ameaçando a todos, e ao futuro promissor. Raoul Girardet considera que é nos períodos críticos que os mitos políticos firmam-se com mais nitidez, impõem-se com mais intensidade, exercem com mais violência seu poder de atração. "O nascimento do mito político situa-se no instante em que o traumatismo social se transforma em traumatismo psíquico. É na intensidade secreta das angústias ou das incertezas, na obscuridade dos impulsos insatisfeitos e das esperas vãs que ele encontra sua origem."³¹ A guerra, que acontecia na Europa, a cada dia se tornava mais presente e palpável, assumindo o vulto de um conflito mundial. Infiltrava-se na vida cotidiana através das grandes manchetes dos jornais, que acompanhavam as batalhas e os movimentos dos exércitos em conflito; nas revistas femininas, cujo estilo militar se fazia presente na moda; na obsessão de outras revistas com o poder bélico,

³⁰ GARCIA, N. Jahn. *Estado Novo. Ideologia e Propaganda política*. São Paulo, Loyola, 1982; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Et. Al. *Estado Novo. Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982; GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo, Marco Zero, 1990; SOUZA, José Inácio de Melo. *A Ação e o imaginário de uma ditadura. Controle, coerção e propaganda política nos meios de comunicação durante o Estado Novo*. São Paulo, ECA-USP, dissertação de mestrado, 1990; PAULO, Heloisa Helena de Jesus. O DIP e a juventude - ideologia e propaganda estatal. (1939-1945) *Revista Brasileira de História*, v. 7, n. 14, p. 99-113, 1987; LACERDA, Aline Lopes. A "Obra Getuliana" ou como as imagens comemoram o regime. *Estudos Históricos*, v. 7, n. 14, p. 241-263, 1994; GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores. A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

³¹ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 182.

com a beleza dos submarinos; nas filas de racionamento, na mesa, com a ausência do pão, ou do açúcar.

A guerra era um acontecimento diário. Quando o governo de Vargas declarou guerra ao Eixo, o país entrou em mobilização: a população de grandes cidades, como Recife e Rio de Janeiro, foi envolvida nos exercícios de *black-out*, e o exército começou a chamar os reservistas. No litoral do Nordeste, submarinos alemães afundaram navios mercantes, visando dificultar o estabelecimento das forças americanas em Natal e Recife, provocando o medo de que a guerra aqui aportasse. Esses ataques resultaram em dificuldades de abastecimento interno, e de transporte para os migrantes. Ainda que os acontecimentos da guerra tenham sido grandemente censurados na imprensa, a exemplo do próprio afundamento dos navios no Nordeste, ou da movimentação do exército soviético, a guerra soprava como um vento gélido que atingia a todos. Até a literatura popular a registrava:

Leitores fiz estes versos

Cheio de angústia e de dor

De ver os meus conterrâneos

Sofrerem o dissabor

Morrerem barbaramente

Na garra do traidor

(...)Agora vou vos contar

A grande calamidade

Que ecoou nas capitais

Aldeia vila e cidade

A vibrante punhalada

Da seta da falsidade.

Foi no meado de agosto

Esse caso doloroso

Que os filhos perderam os pais

Mulheres mães e esposos

No meio do oceano

Turbulento e revoltoso

Cinco naus dos indefesos
 Desta marinha mercante
 Sofreram o golpe feroz
 Do bandido fascinante
 O nazista o bandoleiro
 O cretino extravagante..
 (...)Foram lançados dois torpedos
 Co'a maior impiedade
 Em seguida a embarcação
 Desceu à profundidade
 Ali que vítima desumana
 De maior perversidade³²

O fascínio do poder bélico perpassava toda a imprensa nacional, e neles os submarinos ocupavam um lugar privilegiado, já que a capacidade de se ocultar nas profundezas os transformavam quase que num animal que espreita a caça.³³

... passamos oito dias a bordo esperando dois caça-minas e um avião para acompanharem o navio. Nós saímos de S. Luís às 18 horas do dia 14 de setembro de 1943, viajamos a noite toda sem direito de fumar um só cigarro. Alguns fumavam no porão. No outro dia, pelas 9 horas, apareceu o avião que acompanhava os navios com dois torpedos debaixo das asas. Depois de algumas horas começamos a avistar um sinalzinho ao longe que foi seguido atentamente pelos marinheiros, todos de binóculos. Como todos pensavam nos submarinos alemães, o

³² CONTIGUILA, Augusto Laurindo Alves. Naufrágio dos navios brasileiros nas águas sergipanas e a traição de mandarino. Aracaju, s/d. in: PROENÇA, Manoel Cavalcanti. (org.) *Literatura Popular em verso. Antologia*, tomo I. Rio de Janeiro, MEC/ Casa de Rui Barbosa, 1964, p. 247-252. Em Belém do Pará também circulou uma série de folhetos de cordel sobre a guerra. Ver: PEREGRINO, Tenente Umberto. *Imagens do Tocantins e da Amazônia*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana, 1942.

³³ Ver: *A Semana*, Rio de Janeiro, 5.7.43, p. 28-29.

alvorço foi enorme. Depois, encostaram duas embarcações, chamadas de caça-minas, que nos acompanharam até o Rio Amazonas.³⁴

A guerra ultrapassava os atos governamentais que convocavam os reservistas, e impunha seu domínio no mundo da propaganda: o fumante do cigarro *Continental* era aquele que jogava com seu filho um jogo de guerra; a GE comunicava a seus consumidores que tinha parado de fabricar geladeiras, ventiladores e bateadeiras, e pedia a todos que conservassem da melhor maneira seus aparelhos, conclamando a ajuda no esforço de guerra. Avultavam os anúncios de seguro, e as capas das revistas também cediam o espaço do *glamour* das estrelas de Hollywood, para as mulheres que colaboravam no combate ao inimigo.³⁵

Assim, não é só no *contexto* da guerra (como se esta não estivesse presente), que a Batalha da Borracha deve ser pensada, mas se desdobra como uma *campanha* de guerra, ainda que o discurso visasse dissolver esse elemento perturbador, reafirmando a todo momento que a campanha era muito mais ampla, com objetivos mais nobres. No entanto, o tratamento que a guerra recebeu na propaganda colaborava para arregimentar trabalhadores para a Amazônia. E desta forma foi assumida por muitos daqueles que se engajaram, ou seja, como um dever de patriota num momento de guerra:

Estava no Ceará com minha família. Era soldado. O chefe, por causa da guerra, pediu que muitos viessem para o Amazonas... Vim acompanhado de mais de mil homens para esse trabalho. (...) Não vim

³⁴ Depoimento de "seu" Raimundo, colhido por Pedro Martinello. *A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o Vale Amazônico*. Rio Branco, Universidade Federal do Acre, 1988, p. 242.

³⁵ Todos esses anúncios foram publicados durante o primeiro semestre de 1943. Outro exemplo significativo pode ser encontrado na revista *A Semana*, março de 1943, que publicou uma capa em que mulheres sentadas e enfileiradas, fardadas de cáqui, usam máscaras contra gás. É bom não esquecer que os sistemas de distribuição da imprensa nacional já se encontram bem implantados, e revistas como *O Cruzeiro* e *A Semana*, podiam ser compradas em todo o país.

ao Amazonas cortar seringa não. Vim fugido da guerra, e da seca que teve lá...³⁶

2. A Batalha da Borracha

Organizada como uma campanha nacional, a Batalha da Borracha foi na prática o resultado de uma série de acordos firmados com os Estados Unidos (Acordos de Washington), que objetivavam aumentar a produção de matérias-primas estratégicas para a guerra.³⁷ Firmados em março de 1942, os Acordos de Washington previam a ajuda técnica e financeira dos Estados Unidos ao Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial. Em troca de uma série de matérias-primas estratégicas, tais como a borracha e alguns minerais, além do apoio aos Aliados, os Estados Unidos forneceriam ao Brasil material bélico, financiamento para programas de saneamentos (Vale do Rio Doce e Amazônia) e abastecimento alimentar, dentre outros. Uma série de campanhas cívicas foram desenvolvidas, dentre as quais se destacava a Batalha da Borracha. Todos deveriam se concentrar no esforço de guerra, e essas campanhas deveriam “conscientizar e mobilizar a sociedade brasileira para o conflito”.³⁸

Mesmo tendo presente a guerra como um dado novo, o discurso não descuidou, nem abandonou a linguagem religiosa que eivava as prédicas de Vargas. A campanha coadunava duas linhas de argumentação: na primeira

³⁶ Depoimento de um soldado da borracha, colhido por Sebastião Antônio Ferrarini. *Transertanismo, sofrimento e miséria do nordestino na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1979, p.44-45.

³⁷ Sobre os Acordos de Washington ver: Os Convênios de Washington. *O Observador Econômico e Financeiro*, n. 74, p. 11-14, 1942; Acordos de Washington. *O Observador Econômico e Financeiro*, n. 86, p. 04-06, 1943; Acordos de Washington. *O Observador Econômico e Financeiro*, n. 87, p. 94-99, 1943; Os Acordos de Washington. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, v. IX, n. 107, p. 183-199, 1943; A Amazônia e os Acordos. *O Observador Econômico e Financeiro*, n. 87, 4-5, 1943. Para uma síntese dos acordos ver: MARTINELLO, Pedro. *A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o Vale Amazônico*. Rio Branco, Universidade Federal do Acre, 1988.

³⁸ GOMES, A. C. *História e historiadores*. p. 130.

lembrava-se a guerra, que era contingente, que comovia pelo patriotismo (e pela eliminação de um inimigo externo); e a segunda continuava colocando a Amazônia como o Vale da Promissão para o migrante nordestino. A guerra não excluía as promessas, apenas tornava mais urgente o deslocamento.

Na prática, para que se pudesse reativar a indústria extrativa da borracha, tornava-se necessário também impulsionar todo o sistema econômico que praticamente estagnara com a crise da borracha na Amazônia, na década de 1910. Em outras palavras, reabrir os antigos seringais e viabilizar novos, incentivar a migração, incrementar o obsoleto sistema de transporte, promover o saneamento das regiões produtoras e cuidar do abastecimento. O governo, com a cooperação norte-americana, montou então um aparato organizacional sem precedentes no país até então.

Em primeiro lugar, os acordos propiciaram um aumento do preço da borracha, ainda que abaixo do que se esperava. Quanto à questão do capital necessário para reativar a produção da borracha, foi criado o Banco de Crédito da Borracha, com a finalidade de financiar toda atividade gumífera.

Para suprir a região dos gêneros necessários, entraram em ação a SAVA (Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico) e a RDC (Rubber Development Corporation). Quanto ao transporte, procurou-se modernizar o SNAPP (Serviço de Navegação e Administração dos Portos do Pará) e aumentar sua frota. O saneamento ficou a cargo do SESP (Serviço Especial de Saúde Pública) criado especialmente com o fim de prestar assistência aos novos trabalhadores que se dirigiam para a Amazônia.

Já a migração, que abasteceria os seringais de mão-de-obra, ficou a cargo do Departamento Nacional de Imigração (DNI); posteriormente criou-se o SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, em 1942), e a CAETA (Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, em 1943).³⁹

³⁹ A legislação que criou cada um desses órgãos pode ser encontrada em ANDRADE, Almir. *Contribuição à História Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1950, vol. II.

Respondendo ao apelo da propaganda, aos incentivos governamentais, e em decorrência da seca de 1942, milhares de trabalhadores nordestinos se dispuseram, e foram dispostos, a enfrentar a batalha da produção, confiantes que conseguiriam refazer suas vidas em bases mais seguras, uma vez que, além de arcar com os custos financeiros da viagem para a Amazônia, o Estado Novo prometia encetar novos planos de colonização da região.⁴⁰

É de fundamental importância que compreendamos que a Amazônia era apreendida por um imaginário constituído de elementos contraditórios, no qual sobressaía a imagem da floresta verde e pujante, misto de Éden e Inferno Verde. Para o migrante nordestino, a Amazônia era marcada por dois elementos que, ao contrário da escassez nordestina, havia em fartura: água e terra.

Devemos considerar, por outro lado, que no imaginário social a respeito da identidade nordestina se enraizara a tradição da migração para a Amazônia, partindo principalmente do Ceará, sempre que a seca assolava os sertões. Essa tradição fazia com que a migração para a Amazônia não fosse tida como uma aventura ao completo desconhecido, dando ao migrante um conhecimento mínimo de como era a vida num seringal do Acre, seja por ter algum parente que tivesse ido para os seringais, ou ouvido alguns cantadores nas feiras, ou mesmo nas conversas corriqueiras. Além da figura do paroara, o imaginário do migrante também era composto por figuras um pouco mais tenebrosas, da selva, das relações sociais dominantes nos seringais, e, principalmente, das condições sanitárias da região, como veremos quando discutirmos particularmente como a experiência da migração é representada na literatura de cordel.

Ao elaborarem um discurso que justificava as políticas públicas levadas a efeito na Amazônia, durante o período da Segunda Guerra Mundial, as

⁴⁰ Não há consenso quanto ao número de migrantes arregimentados. Durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada em 1946, para apurar responsabilidades quanto aos migrantes que ficaram na região Amazônica, cinquenta mil surge como o número de arregimentados. Pelos relatórios oficiais, não chegariam a vinte mil.

autoridades governamentais buscavam conferir um sentido menos conjuntural aos projetos, e apresentar tais medidas como um feito que redimiria a Amazônia do descaso governamental a que região vinha sofrendo desde a decadência da borracha. Ao mesmo tempo, apresentava-se a campanha como uma solução para os camponeses nordestinos, que além de ganharem dinheiro, teriam facilidades de conseguir terras. Para tanto, como já vimos, lançaram mão discursivamente da Marcha para o Oeste, e a Batalha da Borracha passou a fazer parte da campanha bandeirante que visava integrar os sertões ao corpo da Nação.

Para o Estado Novo, o Brasil não estava ainda geograficamente integrado e urgia ocupar o sertão. As campanhas que o Estado lançou, a exemplo da Marcha para o Oeste na qual se inseria a colonização da Amazônia, apareciam discursivamente com essa finalidade. É importante lembrar que a Marcha para o Oeste congregava numa campanha um imaginário disperso acerca do “sertão”, eivado de ambiguidades. Voltar o olhar para o interior do Brasil eram já preocupações postas por intelectuais como Euclides da Cunha e Monteiro Lobato, por exemplo. Na década de 20 também os cinegrafistas se voltam para o interior, trazendo para o litoral imagens das nossas riquezas naturais desconhecidas, que aguardavam ser desbravadas. Estes filmes antecipavam a febre bandeirantista da Marcha para o Oeste.⁴¹ O sucesso editorial de livros narrando as aventuras no sertão, como o de Hermano Ribeiro da Silva *Nos sertões do Rio Araguaia*, também atestam o quanto a figura mítica do bandeirante, e do viajante, estavam vivas no imaginário nacional. Enquanto Fawcett desaparecia nas matas, discutia-se a transferência da capital para o planalto central.⁴² A Marcha para o Oeste nada

⁴¹ SOUZA, José Inácio de Melo. *A Ação e o imaginário de uma ditadura*. p. 31-32.

⁴² SILVA, Hermano Ribeiro da. *Nos sertões do rio Araguaia*. São Paulo, Edições Saraiva, 1935; Idem, *Garimpos de Mato Grosso*. São Paulo, Empresa Editorial J. Fagundes, 1936. Junto com amigos, Hermano faz-se de bandeirante, e percorre parte do interior de Mato Grosso, vindo a falecer tragicamente nas margens do Araguaia. Em seu livro podemos encontrar um relato para o caso Fawcett, inglês que procurava pelos sertões, cidades perdidas, e que desapareceu misteriosamente. Lembramos que o caso Fawcett foi largamente comentado na imprensa nacional durante os anos trinta e quarenta. Quanto à transferência da capital para o planalto central, ver: HOLSTON, James. *A cidade modernista. Uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 23-27.

mais fez do que congregar essas discussões e anseios numa campanha política, que trabalhava com as figuras míticas do bandeirante e da conquista de uma terra promissora, e desocupada.

Ao alardear a fartura de terras sem donos, buscava-se atrair muitos migrantes que esperavam encontrar terra e a liberdade para nela reconstruir suas vidas, tal como vinha acontecendo desde os anos áureos da borracha. No plano substantivo, no entanto, o Oeste não era vazio, mas um espaço há muito ocupado por complexas relações econômicas e sociais, tais como, por exemplo, grandes propriedades de criação de gado, amplas áreas de garimpo, em Mato Grosso, e coletores de drogas do sertão, como castanha, copaíba, ou pau-rosa, na Amazônia.

Por outro lado, a questão social no campo assumia, durante esse período, conotações explosivas. Especialmente para o Nordeste, o Estado Novo delineou algumas medidas saneadoras, promovendo um cerco ao banditismo, principalmente aos grupos de cangaceiros, bem como uma campanha de desarmamento do sertão, com o objetivo explícito de controlar o poder dos coronéis. Evidentemente, sabemos que a tensão social no campo era decorrente da concentração da terra, e das relações sociais que primavam por sistemas coercitivos de trabalho, tais como o já conhecido esquema de endividamento do trabalhador ao barracão da usina de açúcar, mecanismo este semelhante ao utilizado nos seringais da Amazônia no início do século.

Dessa forma, entendemos a política de migração de nordestinos para a Amazônia como uma estratégia política para aliviar as tensões sociais no campo, simplesmente deslocando o problema para outro lugar, onde os conflitos poderiam ser abafados mais facilmente.⁴³ Ao mesmo tempo em que

⁴³ Esta estratégia de transferir trabalhadores foi uma prática recorrente do governo Vargas, que, através do Ministério do Trabalho, arregimentou trabalhadores desempregados nas favelas do Rio de Janeiro, e os enviou para trabalhar no campo, no início da década de trinta. Os trabalhadores não se adaptaram ao trabalho no campo e retornaram às cidades. O assunto foi bastante discutido na imprensa, já que os trabalhadores foram enviados para uma companhia coletora de erva-mate na fronteira com o Paraguai, e que trabalhava em regime de escravidão por dívida. Ver: GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *O imaginário do sertão. Lutas e*

se buscava prover a mão-de-obra necessária para um setor da economia que estava em crise.

Os incentivos para que a migração se avolumasse, na forma de distribuição gratuita de passagens, entraram em circulação já em 1940, logo após a visita do Presidente à região amazônica, anteriormente, portanto, aos Acordos de Washington. Assim, quando foram assinados os acordos, já havia, ainda que de forma dispersiva, uma prática que incentivava a migração para a Amazônia. Ao mesmo tempo, resolvia-se em parte, e de forma bastante tradicional, o problema da seca que, ao iniciar o ano de 1942, novamente grassava pelo sertão do Nordeste, tornando mais visíveis os problemas sociais dela decorrentes.

Objetivava-se, pelos Acordos de Washington, intensificar a produção de borracha, a ponto de suprir a necessidade bélica dos aliados, comprometida com o domínio do Japão sobre as regiões produtoras da Malásia. Pensava-se poder incrementar a produção para chegar a cem mil toneladas de borracha, pretensão que logo se percebeu impossível de ser concretizada, devido principalmente ao pouco interesse dos seringalistas em abrir mão de seu controle sobre o sistema extrativista. Mas os recursos financeiros, dispostos pelos Estados Unidos para a Campanha da Borracha, visavam principalmente aumentar a produção de uma forma extensiva, reincorporando os seringais abandonados desde o final do *boom* da borracha. Para tanto, era necessário aumentar a mão-de-obra, via migração.⁴⁴

E aqui o discurso se descompassa perigosamente, pois a migração deixou de ser espontânea, para ser “incentivada”, ou melhor, passou a ser gerida como uma operação estratégica. Montou-se pelo Nordeste, e pela Amazônia, uma rede de arregimentação de trabalhadores que se “dispunham”

resistências ao domínio da Companhia Matte Larangeira. Mato Grosso, 1890-1945. Campinas, dissertação de mestrado em História, IFCH- UNICAMP, 1991.

⁴⁴ Os Estados Unidos, que tiveram participação ativa na Batalha da Borracha, não só forneciam recursos financeiros, mas montaram e participaram de uma série de organizações destinadas a sustentar a campanha, como o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e a Rubber Development Corporation (RDC). Ver: CORRÊA, Luiz de Miranda. *A Borracha na Amazônia e a II Guerra Mundial*. Manaus, Edições Governo do Estado do Amazonas, 1967.

a ir para os seringais; hospedarias para abrigar os migrantes foram construídas, bem como postos para convencer os trabalhadores das frentes de trabalho que ocupavam os flagelados na seca; normas médicas para arregimentar apenas os aptos ao trabalho foram estabelecidas; criou-se, na Amazônia, um sistema de abastecimento (papel que coube à Rubber Development Corporation, pela facilidade de importação dos Estados Unidos), e de transporte para levar os nordestinos migrantes para os seringais. Além desse aparato, elaborou-se uma propaganda em que se assegurava ao migrante amparo do Estado, através da assinatura de um contrato de trabalho que, em linhas gerais, o protegeria do sistema de aviação, responsável pela escravidão do seringueiro ao barracão, ao mesmo tempo em que se prometia auxílio monetário para as famílias que ficavam, bem como aos trabalhadores que partissem garantia-se que não teriam despesas com a viagem.⁴⁵

As primeiras levas de migrantes, contudo, não se dirigiram para os seringais. O *Estado do Pará*, no início de junho de 1942, noticiava que, dos 1.500 retirantes nordestinos que estavam na Hospedaria de Migrantes, restavam apenas 140, tendo o restante sido colocado em núcleos agrícolas, próximos de Belém.⁴⁶ Queixava-se, igualmente, o presidente do Conselho Nacional de Imigração, de que as quatro mil passagens gratuitas distribuídas pelo Lloyd foram destinadas a "mulheres, barbeiros, alfaiates, marceneiros, artífices de toda sorte, seduzidos pela facilidade de transporte", que não queriam se dirigir aos seringais, nem às colônias agrícolas, ficando os migrantes pelas cidades do caminho.⁴⁷

Do mesmo modo, a elite amazônica que controlava a produção e comercialização da borracha não aderiu de pronto à campanha, apesar do incentivo à produção pelos preços mais altos do que os praticados no

⁴⁵ Era costume, durante o auge da migração nordestina para os seringais, que as despesas de transporte, pagas pelo arregimentador, seriam anotadas na cademeta do trabalhador, e pagas quando começasse a produzir. Tais despesas constituíam um forte nó na cadeia que criava o sistema de escravidão por dívida.

⁴⁶ O *Estado do Pará*, Belém, 08.06.42.

⁴⁷ Encaminhamento de trabalhadores nordestino para a Amazônia. Entrevista com o presidente do Conselho Nacional de Imigração e Colonização. *Revista de Imigração e Colonização*, v. 3, n. 2, p. 21, agosto de 1942.

mercado internacional. A resistência maior se voltava contra o controle que o Estado buscava estabelecer, através do Banco de Crédito da Borracha e da Rubber Development Corporation, sobre a comercialização da borracha e o abastecimento dos seringais, alijando as casas comerciais do lucrativo sistema de aviamento. Durante todo o ano de 1942, a imprensa paraense publicou artigos contrários à atuação do BCB na Amazônia, em que representantes dos seringalistas, e de casas aviadoras, mostravam-se desgostosos com a política de preços praticada pelo Banco, resultado dos acordos firmados com os Estados Unidos.⁴⁸

Quanto aos migrantes nordestinos, a preocupação maior estava em mascarar as reais condições de vida nos seringais, já que a ação das autoridades estava longe de atingir o Acre, que tinha sido o maior produtor de borracha, mas cujos seringais encontravam-se em estado de abandono. Necessário se fazia continuar a atrair novos contingente de trabalhadores migrantes, uma vez que a escassez de mão-de-obra comprometia todo o sistema de produção. A única possibilidade de aumentar a produção de borracha no contexto do extrativismo amazônico do período estava na extensão da mão-de-obra. De fato, para o trabalhador que tinha migrado, restava tentar sobreviver, enfrentando não só as agruras da selva amazônica e o arcaico sistema de aviamento implantado nos seringais desde o período áureo da borracha, mas tendo que reelaborar substancialmente seus referenciais culturais, espaciais e temporais.

Contudo, discursivamente, apresentava-se o problema como constituinte de um plano global de colonização da Amazônia, um programa de desenvolvimento da região num contexto de economia de guerra, e de crise da

⁴⁸ Durante todo o ano de 1942, o jornal *O Estado do Pará* publicou artigos contra a administração de Oscar Passos no BCB, discutindo não só a questão do preço da borracha, em célebres artigos de Chermont de Miranda, mas também a política de Oscar Passos de apenas contratar para os cargos do Banco, conforme se afirmava, pessoas estranhas aos problemas da região. As críticas arrefeceram quando Malcher, então interventor, renunciou ao cargo e foi nomeado presidente do BCB.

produção da borracha. Os nordestinos que para lá migrassem seriam os "soldados do trabalho", contribuindo para a conquista e ocupação de uma grande região esquecida pelos poderes públicos, incorporando-a definitivamente ao corpo da Nação. Segundo Lenharo,

A razão da fome, da seca, do sofrimento cede lugar à dimensão mítica de uma participação que se torna impositiva, em face do curso de uma tradição que converte a migração e a conquista numa obrigação patriótica a ser sempre reposta. (...) Da seca à conquista, o discurso esvazia o primeiro polo, pelo qual deveria dar conta de suas responsabilidades e acentua o outro, o da participação obrigatória, miticamente formulada, a impulsionar o trabalhador, somente pelo trabalho, a tomar o seu lugar, intocável, de edificar o corpo do país.⁴⁹

3. Soldados da borracha: propaganda política e migração.

A assinatura dos Acordos de Washington desencadeou uma propaganda maciça em torno da migração para a Amazônia e da produção da borracha. Os migrantes que se engajaram na campanha ficaram conhecidos como "soldados da borracha", e ganharam *status* de combatentes de guerra.⁵⁰

As instituições criadas para dar suporte à Batalha da Borracha davam a aparência de que o governo federal estava integrando a Amazônia ao resto do país. Também se afirmava que os migrantes que para lá se dirigiam não ficariam desprotegidos. No Nordeste foi montada uma rede de hospedarias para abrigar os trabalhadores, selecioná-los e aguardar o transporte para a Amazônia. Hospedarias também foram organizadas em Belém, Manaus, Rio

⁴⁹ LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste*. Campinas, Ed. Unicamp, 1985, p. 98.

⁵⁰ Decreto lei 5225, datado de 1º de fevereiro de 1942, dispunha sobre a situação militar dos trabalhadores nacionais engajados para a exploração da borracha, e considerava que tais trabalhadores teriam sua incorporação ao exército adiada até o término do contrato de trabalho.

Branco e Porto Velho. Cada trabalhador recebia, no momento de embarcar, uma espécie de provisão de guerra, como no exército, só que neste caso, "apropriada" para o trabalho no seringal.⁵¹

No discurso do Estado Novo, o que fora feito contingencial e descontinuadamente, transfigurou-se em epopéia, configurando-se um sentido e uma direção para o vivido. Desse modo, a campanha da Batalha da Borracha elaborou a imagem de que o trabalhador estaria protegido pela onipresença do Estado.

A propaganda buscava mostrar que se estendia para a Campanha da Borracha os direitos trabalhistas que fora concedido aos trabalhadores urbanos.⁵² Um modelo de contrato de trabalho foi largamente divulgado na imprensa nordestina, no qual se regulamentava desde a compra de gêneros alimentícios até a jornada de trabalho diária. Evidentemente a propaganda não colocava em pauta as dificuldades de fiscalização no cumprimento do contrato, considerado impraticável, e que recebeu uma saraivada de críticas dos seringalistas.⁵³ De um modo geral, o contrato não se coadunava com as condições de extração do látex. No caso da jornada de trabalho, por exemplo, no seringal ela é determinada pelo ritmo do trabalhador e pelas condições naturais de processamento do látex que, colhido num dia, não pode ser deixado para defumar no dia seguinte. O que significa que, na prática, a jornada de trabalho num seringal gira em torno de doze horas.⁵⁴

⁵¹ O equipamento era constituído de 1 camisa, 2 calças, 1 par de alpercatas, 1 chapéu, 1 mochila, 1 rede, 1 prato, 1 talher, 1 caneca. in: *Relatório dos trabalhos realizados pela Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia*. Outubro de 1943 a setembro de 1944, p. 59. O relatório pode ser encontrado no CPDOC/FGV, ou Biblioteca do Senado Federal.

⁵² Para a questão do trabalhismo, e da legislação correspondente, ver: MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 2ª ed., 1984; GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2ª ed., 1994.

⁵³ Condições de produção da borracha na Amazônia. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* v. XI, n. 123, p. 215-256, novembro de 1944.

⁵⁴ ZANONI, Mary Helena Allegreti. *Os Seringueiros. Estudo de caso em seringal nativo do Acre*. Brasília, UNB, dissertação de mestrado em Antropologia, 1979; TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *O aviamento e o barração na sociedade do seringal*. São Paulo, FFLCH-USP, dissertação de mestrado em Sociologia, 1980.

Chegando ao seringal, a realidade para o migrante era bem diferente. O aparato montado pelo Estado Novo não chegou a se expandir pelo interior da Amazônia, e durante os primeiros meses houve sérias dificuldades de abastecimento e transporte. O SESP, que sem dúvida fez um trabalho sem precedentes em termos de saneamento, nunca saiu das cidades e nem chegou perto de um seringal do Acre. Medicamentos que deveriam ser distribuídos gratuitamente, como a atebrina para o combate à malária, eram descaradamente vendidos pelos seringalistas. A Rubber sem dúvida se esforçou para manter o abastecimento dos seringais, vendendo em Rio Branco por preços bem razoáveis para um tempo de guerra, mas ninguém fiscalizava o repasse na caderneta do seringueiro.

Vamos nos ater a um ponto específico para acompanharmos o funcionamento da campanha: visando propagar a necessidade de produzir borracha no esforço de guerra, Getúlio Vargas proclamou julho de 1943 como o mês nacional da borracha. No primeiro dia do mês, seu discurso, conclamando a todos para produzirem borracha, ecoou pelas ondas da "Hora do Brasil". Lançada a campanha, todos os dias os jornais dos *Diários Associados* publicaram uma reportagem sobre a Batalha da Borracha, como o início da construção de uma nova Amazônia, de uma base para sua colonização.

E foi bem no espírito de uma campanha que os jornais amazônicos dos *Diários* organizaram uma viagem para a região, uma semana antes de começar a campanha governamental.⁵⁵ Quem lê unicamente aquelas páginas poderia se deixar seduzir pela imagem de que a Amazônia estava fervilhando: aviões cruzariam seu espaço em todos os sentidos, levando material necessário ao abastecimento; caminhões e navios abarrotados de trabalhadores, os soldados do trabalho, com destino aos seringais para colher a preciosa borracha. Nos editoriais d'O *Jornal*, Chateaubriand bombardeava o leitor com informações as mais diversas sobre sua viagem para a Amazônia, comentários sobre a

⁵⁵ *Jornal do Comércio*, Manaus, e *Vanguarda*, Belém. As reportagens foram reproduzidas em vários outros jornais do conglomerado de Chateaubriand, tais como *O Jornal*, naturalmente, e *Diário de Pernambuco*.

generosidade dos *yankes* aliados, a grandiosidade da contribuição norte-americana para a Batalha da Borracha.

A caravana partiu do Rio de Janeiro, em dois aviões, carregando “figuras destacadas dos círculos econômicos e administrativos do país”, na última semana de maio de 1943. De Belém, Chateaubriand transmitia diretamente ao Rio mensagens sobre a excursão, retransmitidas para todo o país através das emissoras dos *Diários Associados* no Rio, São Paulo, Belo Horizonte, e Porto Alegre.

Em seus editoriais, Chateaubriand privilegiava alguns temas que considerava nobres, como a atuação do SESP ou da Rubber, e a engenhosidade de Ford, que implantou na selva uma experiência pioneira no plantio da seringueira. Sobressai nesses editoriais a idéia de que “compreenderam os responsáveis pela batalha da borracha que o êxito desta depende da reabilitação do trabalhador”.⁵⁶ Estava em curso, para a Amazônia, uma nova era.

Pelo mês de junho a campanha pela borracha se intensificou. Todos os dias os *Associados* publica uma reportagem abordando algum aspecto da região, ou um artigo de algum membro integrante da excursão por eles patrocinada. Ficamos sabendo que era “intenso o entusiasmo no norte e no nordeste pelo Mês da Borracha”, entusiasmo esse que podia ser comprovado no dia 09, quando se publicou a manchete: “Mil e quinhentos seringueiros em desfile pelas ruas de Manaus” comemoram “um dos maiores dias do Mês Nacional da Borracha”. Para corroborar o intenso esforço cívico, “enfrentando numa escala jamais conhecida antes o problema sanitário do Amazonas, batalhões de médicos, engenheiros e funcionários estão empenhados na Batalha da Borracha.”⁵⁷

Nos jornais do Nordeste a propaganda também era intensa, publicandose material de divulgação elaborado pelo SEMTA. Grandes cartazes apareciam

⁵⁶ CHATEAUBRIAND, Assis. Missão Sagrada. *O Jornal*, 27.5.43, p. 4.

⁵⁷ As expressões citadas entre aspas foram manchetes de reportagens d' *O Jornal*, nos dias 06, 09 e 13.06.43.

nas páginas de jornais como o *Diário de Pernambuco*, de Recife, ou *O Povo*, de Fortaleza, onde se invocava o patriotismo com a possibilidade, ao mesmo tempo, de ganhar dinheiro. Durante os anos de 1942 e 1943 foram distribuídos folhetos conclamando os nordestinos a lutarem na retaguarda, produzindo borracha.⁵⁸

Todos os modernos meios de comunicação foram postos à disposição da Batalha da Borracha. Além das reportagens que preenchiam as páginas dos jornais e revistas, e a distribuição de folhetos, diariamente podia-se ouvir, durante o mês de julho de 1943, um programa radiofônico transmitido em uma espécie de cadeia nacional.⁵⁹

Além de ter sido organizada como uma campanha de guerra, a Batalha da Borracha também trabalhou com um dos mais fortes e poderosos símbolos para o camponês nordestino: a pequena propriedade. Entendemos que a migração teve íntimas relações com a questão da terra, uma vez que o plano de "soerguimento econômico da Amazônia" dava uma coerência discursiva à política de migração, como se fosse seu propósito fixar o homem à terra, povoando uma região que, "vazia", não se integrava organicamente à Nação. A propaganda buscava se alinhar a essa diretriz, alardeando com a distribuição gratuita de pequenos lotes de terra.

Esta questão respaldava-se nos projetos de colonização agrícolas que seriam implantados no Maranhão, Amazonas e Pará. Não é possível, pois, dissociar a migração do chamariz pela terra. Para as autoridades governamentais, tratava-se de apresentar projetos "racionais" de ocupação da terra, não desordenados e sob controle do Estado, ao mesmo tempo em que a propaganda liberava mão-de-obra para os seringais. Para o migrante, era-lhe posto no horizonte a possibilidade de conseguir a reprodução da condição

⁵⁸ Os cartazes foram publicados no *Diário de Pernambuco*, nos dias 10.06.1943, 13.06.1943, 20.06.1943. Sobre os folhetos ver: AN/AP, cx. 05, doc. 40, folheto: *Rumo à Amazônia. Terra da Fatura*.

⁵⁹ Era o "Programa da Borracha", transmitido diariamente às 18 horas e 30 minutos por emissoras como a Rádio Nacional (Rio de Janeiro), Rádio Difusora (São Paulo), Rádio Inconfidência (Belo Horizonte), Rádio Sociedade da Bahia (Salvador), Rádio Clube de Pernambuco (Recife), Rádio Educadora de Natal, Ceará Rádio Clube (Fortaleza) e Rádio Clube do Pará (Belém). Ver: *Diário de Pernambuco*, Recife, 10.06.1943.

camponesa, ganhando uma pequena propriedade numa terra que era apresentada como sendo de eterna fartura.

Desse modo, a distribuição de pequenas propriedades constituía-se num dos elementos centrais da propaganda do Estado Novo para arregimentar novos trabalhadores para os seringais. É exemplar, nesse sentido, uma série de artigos publicados na imprensa do Ceará, assinados por Pimentel Gomes, em que mostrava de maneira idealizada uma pequena propriedade no Acre e as possibilidades de se ganhar muito dinheiro com a borracha, desde que o trabalhador estivesse disposto a, acima de tudo, trabalhar muito.⁶⁰

A propaganda elaborada para a Batalha da Borracha é aqui vista como uma estratégia de controle social que, ao se utilizar dos meios de comunicação de massa, buscava estabelecer mecanismos de persuasão no sentido de garantir a adesão coletiva ao regime. No caso específico da Batalha da Borracha, a migração para a Amazônia foi apresentada como uma ação patriótica, equiparando-se com os pracinhas da FEB, já que, para os soldados da borracha, tratava-se de ganhar a batalha da produção. Ao nos remetermos para o contexto nacional, percebemos que esta não foi uma ação isolada, uma vez que conecta-se com a criação da Coordenação de Mobilização Econômica, sob o comando do Ministro João Alberto, ao mesmo tempo em que no espaço urbano decretava-se o aumento da jornada de trabalho, suspensão do direito de férias e proibição da mobilidade do trabalhador, considerado desertor se abandonasse o emprego. Tais medidas davam para a indústria nacional mais chances de absorver o mercado interno na substituição das importações imposta pela Guerra.⁶¹

O discurso do Estado Novo apresentava sua política e seus projetos

⁶⁰ Publicada no jornal *O Povo*, Fortaleza, durante os anos de 1942 e 1943. Pimentel Gomes foi encarregado de organizar uma série de colônias agrícolas a serem implantadas nesse período, em quase todos os municípios do Acre, mas que nem chegaram a ter uma vida efetiva. Esses artigos serão comentados adiante, no capítulo III.

⁶¹ CORREIA, Algenyr dos Santos e NOGUEIRA, Rosa Maria Esteves. A intervenção do Estado no domínio econômico. O caso da Coordenação de Mobilização Econômica. *Dados*, n. 13, p. 134-150, 1976.

como se estivessem se realizando no plano substantivo, sem resistências, críticas ou dissidências. O que poderia vir a ser possibilidade de futuro, era enunciado como se estivesse acontecendo no momento presente, ou seja, como fato. O Estado Novo era apresentado como o futuro que se concretizava. O modo como aproximavam os acontecimentos históricos numa linha de continuidade que tinha como fim o próprio Estado, remete-nos para uma discussão sobre as formas de apropriação do tempo histórico pelo poder. Criava-se uma forte ilusão de hegemonia, de destino histórico.

Instituiu-se para a Amazônia dois tempos que se entrecruzavam: a conquista do Acre, que tinha por função se apropriar do passado dos trabalhadores nordestinos e reificá-lo num segundo tempo, instaurador de uma nova era: o Estado Novo que unificava as várias experiências, apresentando uma imagem homogênea da Nação e do Estado, superando os conflitos sociais.

Ao se estabelecer essa linha de continuidade entre os acontecimentos, qual seja, a obra dos "lendários nordestinos", com os novos "bandeirantes" que estavam travando a "batalha da produção" nos seringais, buscava-se legitimar a prática da migração como um grande benefício ao país.

Situando-o no terreno da história, o discurso imprimia uma imagem de futuro: finalmente integrada ao corpo da Nação, a Amazônia alcançaria o progresso e o desenvolvimento que parte do país já desfrutava. Essa imagem de futuro naturalmente se constrói com a recusa de uma certa imagem do passado, reparado pela ação governamental que não mais deixaria a região ao descaso público.

Através da Marcha para o Oeste e do plano de Valorização Econômica da Amazônia, o Estado Novo pretendia-se restaurador do passado, instituindo-se como origem do futuro, marco inaugural da história, que o discurso do Rio Amazonas consubstanciava.

O nordestino, com seu instinto de pioneiro, embrenhou-se pela floresta, abrindo trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre para deslocar-se logo, segundo as exigências da própria atividade

nômade. E ao seu lado, em contato apenas superficial com esse gênero de vida, permaneceram os naturais à margem dos rios, com a sua atividade limitada à caça, à pesca e à lavoura de vazante para consumo doméstico. Já não podem constituir esses homens de resistência indobrável e de serena coragem, como nos tempos heróicos de nossa integração nacional, sob o comando de Plácido de Castro e a proteção diplomática de Rio Branco, os elementos capitais de progresso da terra, numa hora em que o esforço humano para ser socialmente útil, precisa concentrar-se técnica e disciplinadamente. O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto. O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do regime de 10 de novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da Nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora.⁶²

Estão presentes nesse discurso os elementos essenciais que norteavam a propaganda: um tempo de heroísmos e uma nova era de prosperidade. Ao trabalhar com a imagem bíblica do Vale da Promissão, enunciava para os que migram o advento de um novo tempo livre da escravidão, das pragas e flagelos. Afinal, esta nova Amazônia, a terra prometida, finalmente cumpria seu grande papel de acolher o povo escolhido, o migrante nordestino.

Ele não precisava lutar pela terra no Nordeste, e nem importava que as relações sociais fossem “injustas” pois, no Vale da Promissão haveria terra em abundância, e controle sobre as injustiças sociais. Tudo isso sem precisar responder porque o mesmo não poderia ser conseguido no Nordeste. Ao mesmo tempo, apropriavam-se da representação social do trabalhador

⁶² VARGAS, G. O Discurso do Rio Amazonas. *Op. cit.*, p. 228-229.

nordestino, o herói que domina um ambiente hostil e conquista novas terras para Nação, como acontecera como o Acre.

Intencionava-se estabelecer, dessa forma, uma distribuição dos papéis sociais: ao Estado cabia dirigir, ao trabalhador, conquistar e produzir. Buscava-se criar uma imagem homogênea em que crenças e objetivos comuns guiarão a todos, construindo-se uma espécie de código de bom comportamento, pois se não há o que contestar, há que se participar.

A campanha pode ser então pensada nos termos postos por Baczkó, pois acionava o imaginário social como uma das forças reguladoras da vida coletiva, e em especial do exercício da autoridade e de legitimação do poder. Produzia uma "representação total e globalizante da sociedade como uma 'ordem', em que cada elemento encontrava o seu 'lugar', a sua identidade e a sua razão de ser."⁶³

⁶³ Baczkó, *op. cit.* em especial suas considerações sobre propaganda e poder simbólico, conjugadas com a figura do grande líder, nas páginas 308-314.

Capítulo III

A Maldição dos Trópicos

1. Clima e Floresta.

Toda sociedade percebe, representa e simboliza o meio ambiente no qual se situa. Não é novidade para ninguém a imagem da floresta amazônica associada ao inferno: impenetrável, misteriosa e pestilenta, a selva guarda em seu âmago a antítese do mundo civilizado. De modo ambivalente, associa-se também a imagem da natureza primitiva com o paraíso terrestre.¹ A questão, na verdade, está imersa numa discussão muito mais ampla sobre a vida nos trópicos, ou, como bem formulou Valverde, sobre a “maldição dos trópicos”.²

Essa “maldição” pode ser resumida em alguns pontos. Em primeiro lugar, o clima é debilitante devido à uniformidade das temperaturas elevadas e, em decorrência, as doenças tropicais, malária principalmente, anulariam qualquer esforço humano para as atividades econômicas. Em segundo lugar, as florestas tropicais criam uma ilusão: são na verdade muito pobres economicamente, devido à dispersão das espécies de valor, e seu solo é pobre para a agricultura e para a pecuária, pois sem a luxuriante cobertura vegetal é facilmente erodido, e propenso à laterização. Em consequência, o destino dos trópicos úmidos não é alcançar o desenvolvimento econômico das

¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969; LE GOFF, Jacques. O Ocidente medieval e o oceano Índico: um horizonte onírico. in: *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa, Editorial Estampa, 1980.

² VALVERDE, Orlando. A Amazônia Brasileira. Alguns aspectos sócio-econômicos. *Boletim Geográfico*, v. 28, n. 208, p. 43-50, 1969.

regiões temperadas.³ Nas próximas páginas vamos nos dedicar a analisar como a questão da vida nos trópicos foi pensada nos anos trinta e quarenta, quando o Estado Novo, através dos programas de colonização e da Marcha para o Oeste, aparece como a remissão desta maldição.

O clima foi largamente utilizado para explicar grande parte da “realidade social” da Amazônia. Esteve em voga até o período estudado, e muitos autores se preocupavam em arrolar argumentos para comprovar que a tese climática estava errada. Dentre esses autores, destacavam-se os na região nascidos, preocupados em desconstruir a imagem infernal. Ou seja, não era o clima, quente e úmido, que impedia o desenvolvimento e o progresso da Amazônia. Quanto ao segundo argumento, que se refere à pobreza dos solos da floresta, ainda não era aventado no período que estudamos, ou melhor, ainda não tinham sido sistematizados os conhecimentos dispersos a respeito da agricultura na Amazônia. Ao contrário, predominava a imagem de que, uma vez que as condições se apresentassem, a agricultura se desenvolveria bem.

Discutiremos primeiramente os aspectos relacionados ao clima. Neste ponto, invariavelmente arrolam-se os naturalistas, que elogiaram o clima da Amazônia, como propício e benfazejo:

Tanto quanto o experimentamos, o clima esteve excelente. (...) Pela manhã e ao anoitecer a temperatura era agradavelmente fresca, e tivemos quase sempre uma boa chuva, e uma aprazível brisa durante as tardes, o que era bastante refrescante, servindo para purificar o ar.⁴

O clima que estamos desfrutando nos causa uma surpresa das mais agradáveis. Esperei sempre viver, logo que nos achássemos na região amazônica, sob um calor acabrunhante, ininterrupto, intolerável. Longe disso, as manhãs são frescas, e é uma delícia passear-se pelas manhãs, quer a pé quer a cavalo, entre seis e oito horas. Se no meio

³ Ver: GOUROU, Pierre. *Les pays tropicaux. Principes de une géographie humaine et économique*. Paris, Presses Universitaires de France, 1947.

⁴ WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte; Itatiaia, São Paulo, Edusp, 1979, p. 24.

dia, o calor é efetivamente muito grande, ele vai diminuindo por volta das quatro horas; as tardes são absolutamente agradáveis e a temperatura das noites nunca é incômoda. Mesmo quando, durante o dia, ele é dos mais fortes, jamais é sufocante; sempre uma ligeira brisa sopra brandamente.⁵

.....

A temperatura amena, o permanente verdor da vegetação, a frescura da estação da seca, quando o calor do sol é abrandado pelas fortes brisas marinhas, bem como a moderação das chuvas periódicas tornam o seu clima um dos mais privilegiados da face da terra.⁶

Pelo depoimento dos naturalistas, não era o clima que impedia o desenvolvimento da região amazônica, já que este era agradável, e, o mais importante, salubre. Segundo Bates afirma, referindo-se à cidade de Belém:

A região sempre teve a reputação de ser extremamente salubre... Ficamos agradavelmente surpreendidos ao verificarmos que não havia risco em ficar a pessoa exposta ao ar da noite, nem em morar em terrenos pantanosos. Alguns ingleses, estabelecidos ali fazia vinte ou trinta anos, pareciam tão corados e saudáveis como se nunca tivessem deixado sua terra natal.⁷

Muito embora pudéssemos multiplicar as referências ao clima ameno, a associação imaginária estabelecida entre clima quente, tórrido, com o inferno, era difícil de não ser feita. Em "Um clima caluniado", título que sintetiza a questão e que viria a ser muitas vezes repetido, Euclides da Cunha afirma que as condições sociais em que viviam os migrantes nordestinos seriam as responsáveis pelos altos índices de mortalidade. Ao mesmo tempo, no entanto,

⁵ AGASSIZ, Luiz, AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938, p. 191.

⁶ BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. São Paulo, Edusp; Belo Horizonte, Itatiaia, 1979, p. 23

⁷ *Idem*, p. 22-23.

chega a concluir que o clima faz uma certa, e necessária, seleção natural entre os homens.

Reconheçamos naquele clima uma função superior (...). Policiou, saneou, moralizou. Elegeu e elege para a vida os mais dignos. Eliminou e elimina os incapazes, pela fuga ou pela morte. E é por certo um clima admirável o que prepara as paragens novas para os fortes, para os perseverantes e para os bons.⁸

Contestava-se, no início do século, a afirmação genérica de que não era possível o desenvolvimento da civilização nos trópicos, de que sob o clima tórrido, os homens perdiam estímulos psicológicos e capacidade criadora. Os defensores do determinismo climático afirmavam que o calor criava a indolência, a mesma que qualificava o caboclo e sua pretensa incapacidade para o trabalho. E criava a sesta depois do almoço, o marulhar lânguido das redes em preguiçoso acalanto... Nada irritava mais (e irrita ainda) os intelectuais da Amazônia, do que o argumento da indolência do caboclo.

A relação entre trópico e clima, como não benéfica à vida humana, é bastante antiga, e é praticamente impossível traçar uma genealogia da questão, já que podemos remetê-la a Aristóteles. Importa-nos atentar que a América e o Brasil têm sido analisados sob este prisma desde o período colonial. Como exemplo, podemos citar *Diálogos das Grandezas do Brasil*, onde se desenvolve uma discussão em torno do clima e das condições de salubridade para a vida humana no Novo Mundo. Neste manuscrito do século XVII arrola-se uma série de argumentos para provar que a vida, não só era possível nos trópicos, como a terra era dadivosa e o clima muito bom e temperado: "E é tanto isto assim que não faltam autores que querem afirmar estar nesta parte situado o paraíso terreal."⁹

⁸ CUNHA, Euclides da. Clima caluniado. in: *Um paraíso perdido*. p. 63.

⁹ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife, Editora Massangana, 1997, p. 50.

As discussões referentes ao clima tropical no período colonial podem ser acompanhadas pelos instigantes estudos de Antonello Gerbi, que analisou os argumentos daqueles que se dedicaram a pensar os trópicos, a malignidade do clima, e a conseqüente degenerescência do homem americano, como Buffon, Bodin e De Paw.¹⁰ Nessa discussão, grande destaque foi dado à insalubridade. A resposta vinha prontamente: nenhuma das doenças que mais matavam na Amazônia tinham sua origem na região, muito menos a malária, que sequer era conhecida entre os índios. Na medida em que a malária conquistava terreno por toda a Amazônia, provocava estragos consideráveis.¹¹

O que estava em questão, quando se levantava como argumento o clima, era a imagem da insalubridade da Amazônia, que se conjugava com as teorias telúricas e climáticas das origens das doenças. Não se pense que a imagem da Amazônia como um lugar eminentemente palustre tenha sido uma ficção, ou que tenha ocorrido apenas para alguns. A associação trópico e febre aparece amiúde. E a história da construção da estrada-de-ferro Madeira - Mamoré era constantemente lembrada para reforçar o argumento de que a Amazônia era um local insalubre e, portanto, inabitável.¹² Ainda se acreditava, no início do século, que os miasmas eram os responsáveis pela propagação das doenças, mesmo quando já se conhecia ser o mosquito o transmissor da malária.¹³

¹⁰ GERBI, Antonello. *La naturaleza de las Indias Nuevas*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992; *Idem. La disputa del Nuevo Mundo. Historia de una polémica. 1750-1900*. México, Fondo de Cultura Económica, 1993.

¹¹ HEMMING, John. *Amazon frontier. The defeat of the brasilian indians*. London, Macmillan, 1977, p. 279-283, onde, a partir dos relatos de naturalistas, traça a história do avanço da malária sobre as populações indígenas no século XIX, provocando verdadeira depopulação na medida em que a doença avançava e crescia em virulência. Ver para uma breve história da malária: CAMARGO, Erney Plessmann. A malária encenada no grande teatro social. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 24, p. 211-228, 1995.

¹² Para a construção da Madeira - Mamoré ver FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A ferrovia do diabo*. São Paulo, Melhoramentos, s/d.; FOOT-HARDMAN, Francisco. *Trem fantasma. A modernidade na selva*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

¹³ Barros Ferreira ilustra esta questão quando coloca, em seu romance *O Romance da Madeira Mamoré*. São Paulo, Clube do Livro, 1963, um dos personagens afirmando que os miasmas eram os responsáveis pela doença. Victor Godinho e Adolpho Lindenberg, em viagem pela Amazônia, também encontraram pessoas que duvidavam, em 1909, que a malária fosse transmitida por um mosquito. Ver *Norte do Brasil. Através do Amazonas, Pará e Maranhão*. Rio de Janeiro, Laemmert & C., 1909, p. 32.

Para Raimundo Morais, grande defensor de uma imagem telúrica da Amazônia, em se tratando de clima e salubridade fazia-se mister considerar que a Amazônia não era homogênea, nem tinha “a uniformidade contínua e chã prefigurada em nosso espírito.”¹⁴ Algumas regiões eram reconhecidamente insalubres, enquanto outras possuíam clima agradável. O olhar que se dirigia para a Amazônia deveria ser guiado, não por espíritos soturnos, a exemplo de Dante que orientava Rangel, e que o fazia embaralhar “os panoramas vislumbrados idealmente nas leituras com os panoramas descortinados realmente sobre a terra.”¹⁵

Até o final do século XIX, e adentrando pelo século XX, esta questão era candente, e se aliava às teorias raciais e ao determinismo geográfico. As teses do determinismo geográfico no Brasil ganharam difusão e rápida assimilação na segunda metade do século XIX, principalmente na medida em que a visão determinista, nesse momento, “reveste-se de um conteúdo progressista, pois é levantada num contexto de crítica às teorias racistas”, atuando no sentido de naturalizar um “destino nacional inscrito na conformação territorial.”¹⁶ As leituras de Ratzel, segundo Moraes, apoiariam aqueles que defendiam que “as potencialidades abertas pelo patrimônio natural e territorial só poderiam se substantivar com o concurso de um Estado forte.”¹⁷

Na década de quarenta, temos o auge da discussão sobre a vida nos trópicos. Para a Amazônia, o trabalho de Charles Wagley foi sem dúvida fundamental, por mostrar que a cultura deveria ser pensada como fator determinante para se entender o modo de vida de sua população, sua miséria e adaptação ao ambiente.¹⁸ Ainda se fazia muito esforço, perdia-se muito

¹⁴ MORAIS, Raimundo. *Na planície amazônica* Belo Horizonte, Itatiaia, 1987, p. 147.

¹⁵ *Idem*, p. 151.

¹⁶ MORAES, Antonio Carlos. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 166-176, 1991, citação p. 171.

¹⁷ *Idem*.

¹⁸ WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1988. No primeiro capítulo, Wagley discute os principais problemas apontados pela comunidade científica de sua época sobre a vida nos trópicos. Seus interlocutores são Pierre Gourou, Earl Parker Hanson, Preston James, Josué de Castro, dentre outros.

tempo, tentando se provar que a vida nos trópicos poderia ser uma vida saudável, e não degenerada.

Aliada à questão da vida nos trópicos, somava-se a da vida na floresta. Abrigo do mundo selvagem, a floresta foi, costumeiramente, representada como o domínio do mundo natural, antítese da cultura e da civilização. Não é demais lembrar que, como apontam inúmeros manuais escolares de história, as civilizações surgem quando o homem consegue o domínio sobre a natureza através da agricultura, deixando de ser coletor e caçador, portanto habitante das matas e das florestas, e abandonando o nomadismo para se tornar sedentário. O passo seguinte se dá com a construção de cidades e o surgimento do Estado. Este foi, incontestavelmente, o princípio demiúrgico da história humana, para o imaginário do homem ocidental do século XIX e algumas décadas do atual.¹⁹

Não bastava que nas florestas, especificamente na Amazônia, houvesse ocupação humana, seja de grupos indígenas, ou de grupos sociais que se dedicavam ao extrativismo das drogas do sertão. Numa visão teleológica da história, esses grupos se encontravam em estágios anteriores ao civilizacional. Dentro da lógica do progresso, a Amazônia ocupava um dos últimos lugares numa escala evolutiva e social.

Daí advém, em parte, a idéia de que era um espaço “vazio”, não ocupado por atividades humanas significativas. Contudo, após quase quatrocentos anos de ocupação portuguesa, é difícil de se aceitar que a floresta tenha permanecido intocada por populações indígenas ou mestiças em busca das drogas do sertão. A idéia de vazio está vinculada, quem sabe, à de Paraíso perdido, Éden do qual o homem foi expulso. Uma invenção, um mito moderno, esse o da Amazônia intocada.

O conceito de *wilderness* tido como terra intocada, é, fundamentalmente, uma percepção urbana, uma visão de pessoas que vivem longe do ambiente natural de que dependem como fonte de

¹⁹ Para uma história desse imaginário ver: NASH, Roderick. *Wilderness and the american mind*. New Haven, Yale University Press, 1982.

matéria-prima. Os habitantes da zona rural têm percepções diferentes das áreas que os urbanos designam como **wilderness**, e baseiam seu uso da terra em visões alternativas. Os grupos indígenas dos trópicos, por exemplo, não consideram a floresta tropical como selvagem: é sua casa. Muitos agricultores entram numa relação pessoal com o meio ambiente. A natureza não é mais um objeto, mas um mundo de complexidade em que os seres vivos são freqüentemente personificados e endeusados mediante mitos locais. Alguns desses mitos são baseados na experiência de gerações e suas representações das relações ecológicas podem estar mais perto da realidade que o conhecimento científico. O termo conservação pode não fazer parte de seu vocabulário, mas é parte de seu modo de vida e de suas percepções das relações do homem com a natureza.²⁰

Mas essas questões ainda não estavam muito claras quando o Estado Novo lançou a campanha de colonização do interior do país, na Marcha para o Oeste. Ao contrário, o discurso estado-novista vai trabalhar com outro elemento do imaginário já discutido acima - a floresta como indício de extrema fertilidade - na tentativa de provar que a vida nos trópicos, não só era possível, mas constituía o futuro da humanidade, a floresta se transformaria no celeiro do mundo.

2. Agricultura na Amazônia: o mito da fertilidade.

Se a vida agora já é propícia, mal completo ainda o levantamento telúrico, avalie-se o que não será amanhã, quando a bacia trabalhada pelos ventos e pelas águas atingir altitude desafogada. Surgirá então, dilatado e completo, por mando dos Fados, o florido Paraíso Verde, alcatifado, arroteado, povoado, capaz de abastecer o orbe de frutas, de legumes, de cereais e de carnes. Basta para isso que a indústria extrativa seja substituída pela indústria agrícola, tomando o

²⁰ Gomez-Ponta e Kaus, *apud*: DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, HUCITEC, 1996, p. 36.

seringueiro lavrador, o caucheiro pastor. Em vez da borracha o arroz, em lugar da balata o gado. (...) No dia em que a extração da seringa, do caucho, da madeira, se transmude na plantação do arroz, da cana, do milho, do cacau, de acordo com as exigências geográficas, a planície equatorial volver-se-á em fabuloso refúgio da humanidade.²¹

Raimundo Morais nos dá, neste trecho, uma síntese do imaginário que se desenvolveu em torno da fertilidade do vale amazônico, e que era compartilhado por muitos outros intelectuais do período, que se esforçavam em construir uma imagem da região não calcada no inferno verde. Para tanto, buscavam apoiar seus argumentos em grandes autoridades, a exemplo dos naturalistas, pois tanto Bates, como Wallace, acreditavam nas potencialidades agrícolas da região, não aproveitadas por falta de mão-de-obra:

Nos trechos por onde passamos, poder-se-ia cultivar cana de açúcar, algodão, café e arroz, da melhor qualidade e em quaisquer quantidades. A navegação é livre e ininterrupta durante todo o ano. Toda a região é entrecortada por rios e igarapés que podem fornecer água com fartura para qualquer fazenda que ai se estabeleça. Mas a indolente disposição do povo e a escassez de mão-de-obra entravam o desenvolvimento das potencialidades dessa excelente terra, pelo menos até que ai se estabeleçam colônias de europeus ou de norte-americanos. Não existe região no mundo onde, como essa, possa o povo cultivar e colher tantos produtos de primeira e de segunda necessidade! Milho, arroz, mandioca, cana-de-açúcar, café, algodão; bovinos, aves, suínos; banana, laranja e mais uma infinidade de outras frutas e legumes; tudo produz e se reproduz sem necessidade de muitos cuidados. Uma pessoa poderia ter aqui uma vida de abundância sem necessidade de lançar mão de um único produto exótico, pois a generosa natureza fornece tanto a madeira para construir a casa, quanto as cabaças e a argila para fabricar o necessário vasilhame, e tudo o mais! E quantas vantagens não se adivinham numa terra onde

²¹ MORAIS, Raimundo. *op. cit.*, p. 142.

não é preciso interromper as atividades agrícolas durante o inverno, podendo-se, pelo contrário, plantar, colher e criar, seja o que for, durante todo o ano! E onde o próprio vestuário, quanto mais leve e simples, mais confortável será! E onde uma centena daquelas pequenas necessidades e exigências de uma região de clima frio são inteiramente supérfluas.²²

Na medida em que a economia extrativa da borracha se firmava, muitos no Pará se queixavam do abandono das atividades agrícolas. As vilas se despovoavam, encareciam os preços e rareava a produção agrícola. Sempre tomada como sinônimo de processo civilizador, era a agricultura considerada como a atividade essencial capaz de ocupar a região amazônica. Enquanto o homem ficasse preso à indústria extrativa, o vale não conheceria o progresso das civilizações agrícolas.

A produção agrícola sempre preocupou os governantes da região, desde os colonizadores portugueses, que visavam estabelecer um sistema de abastecimento que pudesse viabilizar uma ocupação humana mais extensa. A maior preocupação sempre foi com o abastecimento agrícola de Belém. Aliados aos sonhos de colonizar a Amazônia com brancos europeus, os governos provinciais incentivaram a criação de colônias agrícolas na região Bragantina ao mesmo tempo em que promoviam a propaganda pela Europa para arregimentar mão-de-obra.

Os primeiros europeus, sobretudo espanhóis, começaram a chegar, mas logo abandonaram as colônias por apresentarem diversos problemas. A construção de uma estrada-de-ferro foi iniciada em 1883, chegando a Bragança finalmente em 1908. Contudo, a estrada sempre operou em regime deficitário. No final da década de noventa, com a seca mais uma vez grassando pelo Ceará, a ocupação da Bragantina por nordestinos se acentua, de tal forma que se tornam dominantes na região.²³

²² WALLACE, Alfred Russel. *op. cit.*, p. 60.

²³ Para a história da região Bragantina ver: CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém, Universidade do Pará, 1963, 2. vol.; *Idem*. *A estrada de ferro de Bragança. Visão social, econômica e política*. Belém, SPVEA, 1955; *Idem*. *Colonização do Pará*. Belém, Instituto

As causas apontadas para o malogro da colonização da região Bragantina iam desde a má administração até a falta de erário e mão-de-obra. Nunca se apontavam causas locais que questionassem o mito da uberdade florestal, tais como: baixa fertilidade do solo, condições climáticas ou incidências de pragas na lavoura. "Procurando justificar a existência das colônias e as vultosas despesas consumidas na instalação e manutenção das mesmas, os relatórios primavam em apresentar estatísticas de produção, sem esclarecer, no entanto, a quanto correspondia aquela produção em área cultivada, capital aplicado e esforço despendido."²⁴

Houve um único período em que a Estrada não foi deficitária: após 1916, quando cerca de 30.000 nordestinos se fixaram na região depois da seca de 1915. Nas palavras de Amaro Teodoro Damasceno Jr. "o trabalho dessa gente foi um destruir de ouro para produzir prata."²⁵ Graças à existência de imensas áreas devolutas, a mata continuou sendo destruída em proporções sempre maiores, estendendo-se a devastação por dezenas de quilômetros, tendo como base uma agricultura primitiva, mantendo sempre viva a ilusão de uma fartura sem limites.

Essas questões ficam melhor esclarecidas quando analisamos o romance de Bruno de Menezes, *Candunga*.²⁶ Candunga é o personagem que, juntamente com outra família de retirantes do Ceará, instala-se na região Bragantina. Para iniciar as atividades agrícolas e se sustentar enquanto derruba a mata, entra no sistema de aviamento, ficando endividado com Zé Portuga, o aviador que passa então a ter direitos sobre a safra futura. A trama se desenrola quando Romário, agrônomo responsável pela colônia, resolve

Nacional de Pesquisa da Amazônia, 1956; EGLER, Eugênia Gonçalves. A Zona Bragantina no Estado do Pará. *Revista Brasileira de Geografia*, v. XXIII, n. 3, p. 527-556, jul-set. 1961; PENTEADO, Antonio Rocha. *O uso da terra na região Bragantina - Pará*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1967.

²⁴ EGLER, *op. cit.*, p. 533.

²⁵ *Apud*. EGLER, *op. cit.*, p. 539.

²⁶ MENESES, Bruno de. *Candunga (Cenas das migrações nordestinas na zona Bragantina)*. Belém, 1954. Ed. Fac-similar da Secretaria de Estado da Cultura/ CEJUP, 1993, obras completas, vol. 3.

afrontar o sistema de aviamento, visando favorecer os colonos e ajudá-los a colocar a safra no mercado por preços melhores.

Publicado em 1954, quando já se questionavam os métodos agrícolas implantados na região, o romance imprime um caráter social aos problemas enfrentados pelos colonos, ou seja, sua ruína devia-se ao injusto sistema de aviamento. Apesar de ter apontado alguns dos problemas agrícolas que os colonos enfrentavam, como a queima desregrada, o desmatamento desnecessário, as pragas, principalmente as saúvas que atacavam as plantações, o autor em muitos momentos reforça o mito da fertilidade da terra, ora por apontar o sistema de aviamento como o vilão, ora indicando o desconhecimento dos caboclos de práticas agrícolas mais adequadas. Mais uma vez, os problemas ecológicos da Amazônia não eram reconhecidos.

Bruno de Meneses poderia ter subsídios para discutí-los, pois já em meados da década de quarenta, a fertilidade do solo amazônico era questionada, tendo-se como referência exatamente a região Bragantina. Após décadas de devastação florestal, a região mais se assemelhava a um deserto. Em muitos locais, a capoeira que substituíra a mata já tinha sido novamente derrubada para a produção de carvão, para o plantio de mandioca e fabrico da farinha. Problemas ecológicos em consequência da lixívia e das práticas agrícolas foram apontados por Felisberto de Camargo, diretor do Instituto Agrônomo do Norte.²⁷ Na verdade, "Camargo foi o primeiro cientista a reconhecer e descrever sistematicamente as diferenças críticas entre as duas grandes regiões ecológicas da Amazônia, e a enfatizar os limites à fixação humana na região. Em consequência dos estudos do IAN, os cientistas passaram a reconhecer a natureza extremamente delicada da floresta pluvial amazônica e a questionar o potencial da região para uma exploração agrícola

²⁷ CAMARGO, Felisberto C. Terra e colonização no antigo e novo quaternário na zona da Estrada de Ferro de Bragança, Estado do Pará - Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. X, p. 123-147, 1948.

descontrolada e um crescimento econômico em grande escala.”²⁸

Como uma portentosa e exuberante floresta podia ocultar solos tão pobres? Difícil de se acreditar. Felisberto Camargo, que já tinha atraído a ira da elite paraense quando afirmara que não adiantava se fomentar o plantio de seringueiras enquanto não se resolvessem os seus problemas ecológicos²⁹, conforme veremos adiante, encontrou firme opositor em Ernesto Cruz, que aponta como causa do fracasso da Bragantina o desamor dos nordestinos ao trabalho. Um círculo vicioso que se fecha em torno de si próprio e se estrangula!

Também devemos considerar que tinha se formado uma sensibilidade, uma percepção do ambiente que informava o imaginário de um futuro muito promissor. O desejo de realização dessas promessas é posto como possível, factível, de tal modo que qualquer outra informação contrária, que viesse ameaçar esse futuro, dificilmente seria aceita. Só poderia ser trabalho de sabotagem do inimigo interno, como Felisberto Camargo foi considerado. Vejamos como essa discussão se desenrola na polêmica gerada em torno das plantações de seringueiras, durante o Estado Novo.

Cultivar seringueiras, de forma sistemática e racional, foi uma idéia que brotou não apenas na cabeça de uns poucos iluminados. Ainda que não tenha

²⁸ DAVIS, Shelton. *Vítimas do milagre. O desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 160 e *passim*. Ver também: CAMARGO, Felisberto C. Report on the Amazon region, in: UNESCO *Problems of Humid Tropical Regions*. Paris, 1958, p. 11-24. Posição também assumida por MEGGER, Betty J. Environmental Limitations on the Development of Culture. *American Anthropologist*, n. 56, p. 801-824, 1954; *Idem*. *Amazônia. A ilusão de um paraíso*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. Eduardo Galvão, ao discorrer sobre a vida em Itá, afirma que o tipo de agricultura que se pratica contribui para o empobrecimento do solo mais rapidamente. GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.

²⁹ Arthur Reis, numa conferência sobre colonização da Amazônia proferida no Recife, em 1966, refere-se a Felisberto Camargo: “O certo é que tudo quanto o professor Camargo afirma sobre a Amazônia, a Amazônia não recebe bem. Há uma hostilidade tremenda em relação ao mesmo, uma incompreensão em torno daquilo que ele pensa, porque o professor Camargo sempre entrou em conflito com todos os homens da região. Então não se toma em consideração absoluta nada do que o mesmo afirma. (...) É tal a posição do professor Camargo, que não sei se teve êxito ou não, porque não se tentou, porque partiu do professor Camargo; é o suficiente na Amazônia para ninguém querer experimentar.” in: FONSECA, F. et. al. *Trópico e colonização. Seminário de Tropicologia*. Recife, UFPE, 1969, p. 94-95.

se constituído numa prática corriqueira, o surgimento de algumas tentativas de cultivo, na região amazônica ao final do século XIX, vem comprovar que a idéia já tinha ocorrido a alguns poucos cultivadores. No entanto, apesar de podermos considerar essas tentativas como meros experimentos, os obstáculos com os quais se depararam podem ser considerados como insuperáveis. Historicamente, os “problemas ecológicos” da Amazônia ainda não eram de conhecimento científico, não podendo ser apontados como fatores desencorajadores do plantio da Hévea. Tais problemas só se tornaram de pleno conhecimento depois da decadência, mais precisamente, no período que estamos estudando e na década seguinte. Assim, como fator limitador ao plantio sistemático podemos apontar a própria ausência de conhecimento científico mais detalhado da árvore, que até o início do século XX permanecia um completo mistério para os agrônomos da Amazônia. Também podem ser apontados outros fatores, como a escassez de capital e de mão-de-obra.

Na verdade, há que se pensar na oposição demonstrada por segmentos da elite amazônica à economia de exportação advinda do extrativismo. Grandes proprietários e políticos questionavam os benefícios que a indústria extrativa trazia para a região, já que criava outros tantos problemas, como o abandono da agricultura e a falta de mão-de-obra, ocasionando grandes dificuldades de abastecimento alimentar. Tais críticos dos negócios da borracha, segundo Bárbara Weinstein, “culpavam a economia coletora primitiva pela instabilidade econômica, pelo atraso tecnológico e pela escassez e ignorância da população da Amazônia.”³⁰

Tavares Bastos, por exemplo, refere-se aos povoados que surgiam em função do extrativismo como “esse transtorno da vida social, essa depravação moral alimentada pelo trabalho em comum e ausência de todas as regras da decência, essa existência nômade, preocupam a todos os que observam as coisas do Amazonas.” Observando que, enquanto as drogas do sertão, como a

³⁰ WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia. Expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 1993, p. 51.

borracha, continuassem a alcançar preços que compensassem os fretes e os gastos de produção, a extração continuaria a dominar as atividades econômicas. A única esperança era que, com o exemplo dos imigrantes, "os hábitos da população melhorem", sendo "lícito esperar que se propague o cultivo regular de seringueiras."³¹

Com a perspectiva de crise, em 1910, começava a ser voz corrente na Amazônia a necessidade de se incentivar o plantio de seringueiras. Jacques Huber, do Museu Goeldi, que poucos anos antes tinha experimentado plantar algumas árvores de Hévea, foi enviado ao Oriente para avaliar a situação das plantações, e voltou com notícias alarmantes. No ano seguinte, a crise se consolidava. O governo federal efetivamente pouco fez para proteger ou mesmo dirimir a crise. O plano Pedro de Toledo, planejado para se antepor às plantações do Oriente, sequer saiu do papel. Os argumentos arrolados para explicar a *débâcle* vão desde a incompetência da burguesia em assumir um sistema agrícola, à falta de capitais e mão-de-obra para tocar adiante um tal projeto, uma vez que os nordestinos, com a crise, faziam o caminho inverso.³² O sistema extrativista voltou sua atenção para outros produtos, como a castanha, e mesmo para produtos agricultáveis, como a juta e a pimenta do reino.³³

Vale a pena realçar que se associa a imagem da crise com o fim de atividades lucrativas na região, o que não corresponde a uma realidade sócio-econômica. Nem sequer os seringais desapareceram: ainda que muitos tenham sido abandonados, outros mantiveram a produção, associada à agricultura de subsistência.

³¹ Tavares Bastos chega mesmo a apontar tentativas de cultivo da Hévea na região das ilhas. Ver: BASTOS, Tavares. *O vale do Amazonas*. São Paulo, Companhia Editora Nacional/INL, 1975, p. 123.

³² MENDES, Amando. *A borracha no Brasil*. São Paulo, Sociedade Imprensa Brasileira, 1943; SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1980; WEINSTEIN, B. *op. cit.*

³³ PETEY, Beatriz Célia C. de. Aspectos da economia amazônica à época da depressão (1920-1940). *Boletim Geográfico*, v. 31, n. 228, p. 112-131, 1972; MIYASAKI, Nobue; ONO, Morio. O aviamento na Amazônia. (Estudo sócio-econômico sobre a produção de juta) *Sociologia*, v. XX, n. 3, p. 366-396, agosto de 1958, v. XX, n. 4, p. 530-563, outubro de 1958.

Era voz corrente nos seringais, nos tempos áureos da borracha, não ser permitido aos seringueiros dedicar-se a atividades agrícolas. Ou porque a agricultura roubaria tempo da extração do látex, ou porque o trabalhador, tendo direito a manter uma roça, não precisaria comprar tanto no barracão do seringalista. É fácil encontrarmos na literatura exemplos de seringalistas proibindo plantar nos seringais ou destruindo pequenas plantações clandestinas dos seringueiros.

Desse modo, as dificuldades de abastecimento nos seringais, no auge da borracha, ganharam fama. Tudo, ou quase tudo o que se comia vinha de fora, especialmente enlatados. Alguns seringais mantinham um pequeno roçado de mandioca e cana, para a produção de farinha e aguardente, mas esta não era a regra. O dono do seringal poderia até manter pessoal especialmente para a pesca e caça, mas apenas para abastecer os habitantes do centro, onde se encontrava o barracão e onde morava o seringalista. O seringueiro, nas estradas da floresta, tinha que colher a borracha e também arrumar tempo para a caça e a pesca.

Nesse regime de penúria alimentar, as condições de saúde eram as piores possíveis. O temor do beribéri povoava a imaginação dos seringueiros, e sabe-se hoje que tal doença é exclusivamente provocada por deficiência alimentar.

Desse modo, a região foi caracterizada como sendo de fome endêmica.³⁴ Tal situação dava argumentos àqueles que acreditavam que a borracha impedia o desenvolvimento agrícola da Amazônia, sua verdadeira vocação.

O declínio da borracha, após 1910, teria dado início a uma economia de subsistência e propiciado um afrouxamento dos laços de dependência ao barracão. Os seringais, praticamente abandonados, foram fracionados entre

³⁴ Sobre o regime alimentar da região ver: CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*. São Paulo, Brasiliense, 1967, p. 41-92.

os trabalhadores que permaneceram nos altos rios.³⁵

A questão da colonização do Acre para gerar suprimentos agrícolas, e aliviar a balança comercial, estava posta desde o início do século, quando também começaram a ser organizadas algumas pequenas colônias agrícolas, nos municípios do território, principalmente ao redor de Rio Branco: Gabino Besouro (1908); Deocleciano de Souza (1912); Cunha Vasconcelos (1913). Mas era voz corrente que borracha e agricultura não combinavam.

Durante a Batalha da Borracha, o governo do território encarregou Pimentel Gomes de elaborar projetos de implantação de novas colônias agrícolas. O seringal Empresa, localizado próximo à cidade de Rio Branco, foi adquirido para ser loteado em pequenas propriedades experimentais, onde se consorciariam plantações de seringueiras e produtos de subsistência, conforme pode ser lido nos artigos de Pimentel Gomes publicados no jornal *O Povo*, de Fortaleza. Efetivamente, contudo, a colonização só tomou impulso em 1946, quando se tentou minimizar as consequências da *débâcle* da Batalha da Borracha, ou seja, dar uma solução para os seringueiros arregimentados, que, naquele momento, criavam constrangimentos vagando pelas ruas das cidades. Os projetos em torno do seringal Empresa não renderam os frutos esperados: dos cem mil hectares alardeados pela propaganda, apenas um pouco mais de quinhentos estavam sendo cultivados no início da década de cinquenta. Ao fazer a avaliação das condições sanitárias do Acre, Guerra afirma que “a penúria alimentar não é extremamente grave devido às roças de subsistência. Porém a produção é pequena, de modo que condiciona um consumo reduzido dos gêneros alimentícios.”³⁶

³⁵ Arquivo Nacional (Fundo Soldado da Borracha) PR 15006/44, em que um encarregado de seringal reclama a Getúlio Vargas contra a adjudicação de um seringal no Abunã. Ver também: SILVA, Adalberto Ferreira da. *Ocupação recente das terras do Acre: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra*. Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, dissertação de mestrado, 1982.

³⁶ GUERRA, Antonio Teixeira. *Estudo Geográfico do Território do Acre*. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1954, p. 181.

Alcino Teixeira de Mello nos informa que, depois da Batalha da Borracha, a desilusão tomou conta dos trabalhadores arregimentados, e quase nenhum queria ficar na Amazônia, mesmo ganhando um lote de terra nas colônias agrícolas implantadas. No entanto, apesar disso afirma que os resultados eram alentadores, opinião que se contrasta com a de Guerra. Segundo Mello, necessitava-se de mais colônias para que se libertasse o Acre do peso das importações de gêneros alimentícios. Podemos perceber que ainda orientava o imaginário a oposição agricultura x borracha, alinhando-se o autor na corrente que argumentava que a borracha entravava o desenvolvimento agrícola do vale:

Por mais paradoxal que pareça, o fato é que a indústria extrativa da borracha - a maior fonte de riqueza da Amazônia - está entravando o progresso e o desenvolvimento do imenso Vale. Grande parte da população amazônica aproveitável no trabalho, entrega-se a atividades ligadas à extração da goma elástica, para o que precisa importar tudo o que se toma necessário à manutenção dessa indústria, desde a farinha d'água, alimento fundamental para os trabalhadores da Planície, até os tecidos e mais utilidades indispensáveis.³⁷

A situação das colônias agrícolas fundadas nos outros municípios não diferia das de Rio Branco. Em Tarauacá também existiam três colônias, fundadas em períodos diversos, mas na avaliação de Guerra, "a quase totalidade das colônias não possui organização, e nem ao menos divisão dos lotes. O que existe na realidade é o ajuntamento de uns poucos lavradores em uma área, que algumas vezes está quase na zona urbana da cidade, vivendo sem nenhuma orientação, nem assistência."³⁸ Visitando um agrupamento de casas de lavradores na colônia Marechal Hermes, Guerra ficou assustado com

³⁷ MELLO, Alcino Teixeira de. *Nordestinos na Amazônia*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1956, p. 35.

³⁸ GUERRA, Antonio Teixeira. *op. cit.* p. 120-121.

o estado de miserabilidade das pessoas, constatando que a produção agrícola não era suficiente sequer para garantir a própria subsistência da colônia.

Na avaliação criteriosa feita por Guerra, o sonho de uma propriedade auto-suficiente, que propiciasse condições para a reprodução da vida camponesa, em níveis melhores do que aqueles encontrados no Nordeste, tinha novamente falido.

Concomitantemente à discussão da colonização via pequena propriedade, e de certa forma imbricada também nessa questão, travava-se uma outra batalha, a que buscava adaptar o plantio de seringueiras na forma de *plantations*, racionais e lucrativas como as do Oriente, ainda que sofressem a concorrência dos pequenos produtores. A formação de grandes plantações de seringueiras significava colocar a Amazônia em condições de competir no mercado mundial da borracha, e, de certo modo, restaurar um passado de glórias. Mas para Henri Ford significava, sobretudo, auto-suficiência de uma matéria-prima essencial para sua indústria. Vamos acompanhar os percalços e discussões engendrados pela iniciativa de Ford na Amazônia, principalmente no que essa discussão contribuiu para, num primeiro plano, construir um conhecimento científico sobre a adaptação da vida na floresta, e, num segundo plano, despertar o imaginário de uma Amazônia restaurada em sua glória e plena de promessas de futuro auspicioso.

Nos estudos de história ecológica, ou ambiental, o ambiente passa a ter papel atuante. Para Drummond, significa combinar a história natural com a história social, ou seja, “colocar a sociedade na natureza”. As implicações deste postulado são claras e significam “atribuir aos componentes naturais objetivos a capacidade de condicionar significativamente a sociedade e a cultura humanas.” Significa também que “o cientista social dá às forças da natureza um estatuto de agente condicionador ou modificador da cultura.”³⁹

³⁹ DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991. Ver também um dos expoentes dessa história ecológica: WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

Foi nessa perspectiva que Warren Dean se dedicou a pensar as várias tentativas de se conseguir domesticar a Hévea em seu ambiente de origem, a Amazônia. Seu trabalho *A luta pela borracha no Brasil*, tem sintomaticamente como subtítulo *Um estudo de história ecológica*.⁴⁰ Sem dúvida, surpreende pela extensão da pesquisa, e centra o foco de sua análise nas dificuldades biológicas enfrentadas pelos técnicos em adaptar a Hévea ao sistema de grandes plantações. No trabalho de Dean, os fatores biológicos entram como determinantes para explicar os constantes fracassos das plantações de Hévea. No entanto, não consideramos que Bárbara Weinstein tenha inteira razão ao afirmar que "tal argumento hipotético pouco contribui para melhor compreensão da experiência histórica da Amazônia e de seus habitantes; na prática, o cultivo frustrado de seringueiras e muitas outras plantas na região tem permitido sobrevida a uma economia baseada na extração de produtos silvestres."⁴¹ Dificilmente poderíamos considerar que o poder devastador do fungo causador do mal das folhas tenha sido intencionalmente usado para manter a economia extrativa! Não se quis frustrar o cultivo da Hévea, ele foi frustrado por consideráveis problemas ambientais⁴². Mas também é mais do que certo que os grandes aviadores, que lucravam como o sistema extrativista, sempre se opuseram a investir capital ou mesmo esforço na agricultura. Porque o fariam, se a indústria extrativa baseada no sistema de aviamento era lucrativa?

Nosso objetivo, neste momento, é discutir o imaginário social em torno das plantações de seringueiras durante o Estado Novo, ainda que essas plantações nunca tenham sido postas em prática, ou quando o foram, com resultados desalentadores. Consideramos que Dean sobreleva os problemas ambientais, não considerando as sensibilidades dadas pelo contexto, e o imaginário dos sujeitos que discutiam esses problemas. Ou seja, Dean desconsidera, na realidade histórica daquele momento, o dado cultural (o imaginário social) na relação com a natureza.

⁴⁰ DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil. Um estudo de história ecológica*. São Paulo, Nobel, 1989.

⁴¹ Weinstein, Bárbara. *op. cit.* p. 09-10.

⁴² Ver também: RIPPY, J. Fred. Some rubber-planting fiascos in tropical America. *Inter-American Economic Affairs*, n. 10, p. 3-24, 1956.

Dessa forma, não consideraremos os projetos de plantações de seringueiras como erros históricos, mas como componentes do imaginário social sobre a região, no período, que expressam uma dada sensibilidade para com o ambiente e que foi construída historicamente. É evidente que os detentores do sistema comercial amazônico se opunham às grandes plantações, com o argumento de que a *Hévea* silvestre detinha um padrão de qualidade insuperável. No entanto, a oposição não pode ser responsabilizada pelo fracasso da Ford Motors Company na Amazônia.

Nesse sentido, precisamos examinar mais detalhadamente a experiência da Ford na Amazônia.⁴³ A implantação de um projeto de plantio de seringueiras visava, sobretudo, atingir a auto-suficiência na produção de automóveis, o que significava quebrar com o, na prática, quase monopólio do Oriente na produção da borracha.⁴⁴ A decisão de investir em grandes plantações foi também o resultado do fracasso de Thomas Edison em produzir, em seus laboratórios, uma borracha sintética.

Fordlândia foi fundada às margens do Tapajós em 1927, e os problemas que a Ford enfrentou foram inúmeros, desde o início. Dentre os "culpados" pelo fracasso da experiência arrolam-se desde a escolha do local onde se instalou o projeto, passando pela escassez de sementes até a oposição política que enfrentou dos governos estaduais e dos nacionalistas e integralistas.

Nos anos trinta, o projeto da Ford na Amazônia foi atacado por ser considerado um claro caso de intromissão estrangeira no país. Os ataques partiram principalmente da Sociedade de Amigos de Alberto Torres, que servia

⁴³ Sobre Fordlândia e Belterra ver: CRULS, Gastão. Impressões de uma visita à Companhia Ford Industrial do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. I, n. 4, p. 03-25, outubro de 1939; RUSSEL, Joseph A. Fordlandia and Belterra, rubber plantations on the Tapajós River, Brazil. *Economic Geography*, n. 18, p. 125-145, 1942; ARRUDÃO, Matias. Ford e a Fordlândia. *Digesto Económico*, v. II, n. 16, p. 29-33, março de 1946; MENDES, Armando. A Fordlândia e a *Hévea* brasiliensis. *Digesto Económico*, v. II, n. 16, p. 41-44, março de 1946; VICENTINI, Yara. 1930: a utopia urbana de Ford na Amazônia. *Espaço e Debates*, v. XI, n. 34, p. 84-91, 1991; GALEY, John. Industrialist in the wilderness. Henry Ford's Amazon venture. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 21, n. 2, p. 261-289, may 1979.

⁴⁴ O comércio da borracha do Oriente encontrava-se praticamente cartelizado, graças ao Acordo de Stevenson, que impunha cotas aos países produtores visando estabelecer um equilíbrio nos preços. Ver: Dean, W. *op. cit.*; PINTO, Nelson Prado Alves. *Política da Borracha no Brasil. A falência da borracha vegetal*. São Paulo, HUCITEC, 1984, p. 59-60.

como um fórum para a discussão dos problemas de segurança nacional, no que concerne à geopolítica das fronteiras. Seu imenso território, composto de milhares de hectares, a isenção de impostos por cinquenta anos e um indiscriminado direito de jurisdição interna, forneciam os argumentos para se creditar à Ford um projeto de enclave imperialista.

Esse clima de animosidade foi aos poucos sendo dirimido, principalmente quando a ele se confrontava a construção de uma cidade completa, em pleno coração da selva, que brotava com todos os confortos necessários para a vida moderna, e dispositivos de saneamento e higiene. O fordismo trazia a civilização em meio às ruínas do passado, pois a cidade dispunha de água, luz, hospital, escola, cinema, porto, oficinas mecânicas e casas bem alinhadas para os trabalhadores e dirigentes, contribuindo para anular as críticas que o empreendimento da Ford recebia.

No que se refere à adaptação ambiental da seringueira ao sistema de *plantations*, o mal das folhas, provocada pelo fungo *Microcyclos*, mais conhecido como *Dothidella ulei*, fez sua aparição bem cedo, provocando a infestação de grandes extensões de área cultivada. A partir de então, dedicaram-se a inúmeras experiências, de clonagem e enxertia, que visavam fornecer uma árvore resistente às pragas e, ao mesmo tempo, viável produtiva e economicamente. Concordamos com Dean quando afirma que se criou na Amazônia o maior campo experimental de domesticação de seringueiras. Em vão. Quando a Ford transferiu, em 1945, Fordlândia e Belterra ao governo brasileiro por um preço meramente simbólico, tinha gasto milhões de dólares e avançara muito pouco no combate ao mal de folhas, obstáculo intransponível para o desenvolvimento de plantações competitivas.

Mas o que chegava ao público brasileiro era uma outra imagem, muito diferente dos problemas técnicos enfrentados por agrônomos e biólogos. Até os estudos de Dean, a grande causa apontada como responsável pelo fracasso da Ford tinha sido a dificuldade de conseguir mão-de-obra para levar adiante o projeto, ou mesmo a resistência dos trabalhadores arregimentados ao regime

disciplinar que imperava nas cidades fordistas. Uma vez mais era o nordestino apontado como o vilão da história.⁴⁵

Sem dúvida, a Ford encontrou nos primeiros anos dificuldades em arregimentar mão-de-obra, bem como enfrentou rebeliões entre os trabalhadores arregimentados, devido ao sistema disciplinar implantado. Segundo Dean, a região contava com uma disponibilidade de mão-de-obra bastante reduzida, não dispondo de mais do que 250.000 homens adultos nas áreas rurais, em toda a bacia amazônica, no final da década de 20. Além do mais, a Companhia impunha um rígido controle de saúde, rejeitando os trabalhadores doentes e contaminados pela malária, para preservar a segurança sanitária de Fordlândia.⁴⁶ No início da década de 30, a Companhia confiou aos arregimentadores locais a tarefa de contratar trabalhadores, estabelecendo um fluxo regular de mão-de-obra. Apesar dos altos salários pagos, e das comodidades que a cidade oferecia, ao que tudo indica, a rotatividade era bastante alta, levando a administração a considerar a importação de trabalhadores chineses, e depois portugueses, já que uma experiência com barbadianos foi também problemática.

Segundo Dean, "os problemas de mão-de-obra da empresa Ford não podem ser considerados críticos, nem mesmo um fator importante em sua falta de lucratividade. A quantidade de conflitos e rotatividade de mão-de-obra que a Ford enfrentou no Tapajós era, sem dúvida, muito menor que a que encontrava em Detroit. (...) Para a Ford, uma dificuldade muito maior do que a rotatividade da mão-de-obra era o fato de que, decorridos treze anos e efetuados um investimento de quase 10,5 milhões de dólares e o plantio de 3.650.000 seringueiras, praticamente não havia uma sequer em condições de ser explorada."⁴⁷

Mas não era essa a imagem que se passava para o resto do país. Em visita a Belterra, em 1940, Vargas fez um pronunciamento para o rádio, em

⁴⁵ Frequentemente acusado de indolente e preguiçoso, conforme depoimentos dos administradores da companhia colhidos por: PEREIRA, Osny Duarte. *Desnacionalização da Amazônia*. Rio de Janeiro, Editora Fulgor Ltda, 1958.

⁴⁶ Dean, W. *op. cit.* p. 125.

⁴⁷ *Idem*, p. 127.

cadeia nacional, elogiando as condições de trabalho que a Ford proporcionava, impressionado com a cidade e a saúde dos trabalhadores. Fordlândia e Belterra significavam:

um clamoroso desmentido àqueles raros que ainda supõem ser impossível o aproveitamento agrícola do Amazonas. Por outro lado, após tanto tempo de vida vária e erradia, o nosso caboclo fixa-se pela primeira vez à terra e a sua mão, que quase só sabia colher e depredar, habitua-se enfim ao gesto do sementeiro.⁴⁸

Nada mais natural do que incentivar a plantação de seringueiras quando, em decorrência dos Acordos de Washington, a borracha alcançou preço considerado minimamente satisfatório para as condições amazônicas. As plantações de seringueiras surgiram na imprensa como o grande veículo que tiraria a Amazônia do atraso e a colocaria em condições de competir, talvez, com as plantações orientais.

Com a criação do Banco de Crédito da Borracha abriu-se uma linha de crédito para financiar o cultivo de seringais. No entanto, tal programa, de imediato, recebeu a oposição de Felisberto Camargo, diretor do Instituto Agrônomo do Norte. Camargo vinha atuando com as missões americanas e com a Ford, encontrando-se, portanto, bem informado sobre as dificuldades técnicas que o plantio enfrentava. Como se apregoava que as plantações poderiam ser feitas a partir de sementes nativas, Camargo alertava, em uma série de artigos publicados na imprensa do Pará e do Rio de Janeiro, para o amadorismo de tais conselhos, ao mesmo tempo em que lembrava que não se estava propriamente interessado no plantio, mas apenas em obter rapidamente o financiamento do BCB.⁴⁹ Observava também sobre a necessidade de orientação técnica quanto à escolha de sementes, recomendando apenas o cultivo daquelas que já tinham sido testadas quanto à resistência ao mal de folhas, e que fosse ao mesmo tempo de alta produtividade. Quem poderia

⁴⁸ CRULS, G. *op. cit.* p. 22.

⁴⁹ *O Estado do Pará*, 7.4.43.

garantir esses dados técnicos era tão somente o IAN, que possuía um viveiro de descendentes de clones utilizados na Ford.

A celeuma que causou foi bastante grande, encontrando oposição acirrada não só entre a elite paraense, mas também na burocracia estado novista. Uma série de artigos de Valentim Bouças, publicados no *O Observador Econômico e Financeiro*, vieram incrementar a discussão, e o que se percebe é uma incrível incapacidade de se reconhecer que uma planta amazônica pudesse enfrentar problemas de adaptação ambiental, no sistema de *plantation*.⁵⁰

Camargo respondeu às críticas de modo convincente, e começou a divulgar um projeto de plantio de seringueiras em pequenas propriedades, considerado por Dean uma proposta corajosa, já que Camargo propunha, a longo prazo, a “derrubada dos seringalistas e a criação de uma classe de pequenos produtores agrícolas.” Tal projeto partia do pressuposto de que “o sistema econômico semi feudal da Amazônia era incapaz de instaurar uma agricultura racional.”⁵¹ Para Camargo, “neste final de época de extração de borracha da selva, é indispensável dar ao seringueiro a maior parcela dos benefícios destes meios técnicos de melhorar a produção, mesmo porque não há mais tempo para a exploração capitalista dentro da selva.(...) Já é tempo de compreender que a vida do seringueiro, na selva, não oferece margem para a exploração.”⁵²

Essa proposta respirava os ares do tempo e da propaganda do Estado Novo. Os programas para implantar colônias de pequenas propriedades foram usados como panegíricos da Marcha para o Oeste e da clarividência do Estado Novo para solucionar os problemas do sertão. E as soluções passavam

⁵⁰ Plantações de borracha. *O Observador Econômico e Financeiro*, n. 87, p. 6-7, abril de 1943; e (88): 3-5, maio de 1943; A Borracha: Passado, Presente e Futuro. *O Observador Econômico e Financeiro*, n. 89, p. 119- 149, junho de 1943.

⁵¹ Dean, w. *op. cit.* p. 149. As argumentações de Camargo podem ser encontradas em: Plantações de borracha. *O Observador Econômico e Financeiro*, n. 90, julho de 1943; Plantação de Seringueiras. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1944. Ver também comentário de Felisberto Camargo em: BRASIL, Câmara de Deputados, Comissão Especial do Plano de Valorização da Amazônia. *Anais*, 2 vols. Rio de Janeiro, 1948, 1:130-140.

⁵² CAMARGO, Felisberto. Exploração Extrativa da Borracha. *Boletim do Ministério da Agricultura*, v. 31, n. 10, p. 3-18, outubro de 1942, citação p. 11.

necessariamente pelo cerco ao latifúndio. Desse modo, o apoio à pequena propriedade sinalizava como uma estratégia que corroeria a velha ordem latifundiária, instaurando, aos poucos, uma nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do país exigia.

Ao mesmo tempo, delineava-se como estratégia para aliviar a tensão social no campo, principalmente no Nordeste, onde a ordem latifundiária das usinas resistia às transformações. A solução seria o deslocamento de populações migrantes para zonas férteis e produtivas - a Amazônia e o Centro Oeste - tidos como vazios a serem ocupados e integrados ao corpo da Nação. É assim que o binômio migração - colonização, via pequena propriedade, surge naturalizado no contexto da conquista da Nação, e como sua salvaguarda contra inimigos externos. Nem por isso deixava de aparecer, no discurso, como condição para o desenvolvimento econômico do país.⁵³

É nesse sentido que podemos entender uma série de reportagens publicadas por Pimentel Gomes, no jornal *O Povo*, de Fortaleza, onde propagandeava os benefícios da pequena propriedade auto-suficiente, levada adiante pelo migrante nordestino, que deveria consorciar extrativismo com agricultura de subsistência. Pimentel Gomes foi diretor do Departamento de Produção no Acre, além de redator do jornal *O Acre*. Como diretor do Departamento de Produção, organizou as colônias agrícolas, principalmente a que ficava próxima de Rio Branco, implantada em terras do antigo seringal Empresa.

Como um de seus principais argumentos estava o fato de que o movimento de migração para a Amazônia não mais podia ser confundido com o do final do século passado. Antes era tido como uma aventura, a região recoberta de selva impenetrável e habitada por índios dispostos a defender suas terras. As comunicações eram difíceis, bem como o abastecimento. Mas com o Estado Novo, "A Amazônia já não encerra mistérios, está devassada

⁵³ NEIVA, Arthur Nehl. O problema da imigração e colonização. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, v. IX, n. 107, p. 263-309, julho de 1943.

com todos os rios conhecidos e as selvas trilhadas de varadouros.” Já não é uma aventura, nem um ato heróico ir para o Acre, que é tido pelo autor como uma terra de enormes possibilidades de vida. Primeiro, ele desfaz a idéia de inferno verde, que manchava a imagem do Acre, para em seguida acenar com a terra fértil, e à disposição para o migrante:

Há a lavoura. Os governos nacional e acreano vão organizar várias colônias agrícolas. Nas proximidades de Rio Branco, a primeira já está em organização. Numa área não muito inferior ao Distrito Federal, em zona alta, enxuta, fértil, recortada por vários arroios, preparam-se dois mil lotes de terra para os agricultores. Cada lote terá 45 hectares. É, portanto, uma pequena fazenda. Nela há lugar para um pequeno seringal com 6 hectares, podendo dar mais de seis toneladas de borracha anualmente, desde o sexto ano (...) Estas colônias estão necessitadas de população. Os lotes são ótimos para agricultores do nordeste, do oriente e do sul do país que desejam ter uma propriedade pequena mas capaz de prover todas as necessidades.⁵⁴

O Acre é apresentado como um Eldorado, mas que precisa de migrantes, de trabalhadores dispostos a vencer a terra com o trabalho, e a enriquecer:

O bem do Brasil exige uma melhor distribuição de sua população, para que haja um maior aproveitamento do esforço dos brasileiros. E no Acre encontrariam criaturas operosas e audazes as maiores possibilidades de vida fácil e de rápido enriquecimento. Exemplifiquemos. Um seringueiro, numa colocação razoável, colhe num dia de serviço vinte litros de látex que fornecem sete quilos e quatrocentas gramas de borracha laminada. A borracha laminada está a 18\$500 o quilograma em Rio Branco, capital do Acre. Um operário ganha, portanto, num dia de trabalho, cerca de 130\$000. Vinte dias de trabalho por mês são 2:600\$000. Trabalhando apenas nove meses no

⁵⁴ *O Povo*, 09.07.42

ano, teria quase 24 contos. Dedicando quatro dias à lavoura, colheria grande parte do feijão, do milho, do aipim e da batata de que precisa. A floresta fornece caça. Alguns rios e lagos são bastante piscosos. O governo federal fornece grande copia de remédio contra o impaludismo.(...) Sem exagero, vendendo borracha laminada, um operário trabalhador e econômico pode economizar 10 contos por ano.⁵⁵

Temos nestes artigos a idealização da pequena propriedade como auto-suficiente e capaz de produzir todo o necessário para a vida autônoma. E o operário realmente trabalhador pode até vir a ter economias! Na reportagem seguinte continua idealizando a pequena propriedade. Vejamos como apresenta um seringal de plantação:

A área é mínima - três hectares. Isto numa terra em que as propriedades se medem, em regra, às dezenas de milhares de hectares. Há meio hectare de pasto, num trecho baixo, que alaga. Arrendado, dá um lucro razoável. Há meio hectare com culturas diversas - bananeiras, mandioca, milho, uma pequena horta. Nos dois hectares restantes mil e tantas seringueiras formam um bosque, abrigando algumas centenas de cafeeiros, copuassuieiros e outras plantas de pequeno porte. No centro do bosque, numa clareira, uma casa de madeira confortável. Há, por outra parte, inteligência, zelo e trabalho perseverante. Das seringueiras, 340 foram plantadas há dezoito anos, têm tamanho razoável, muito satisfatório, e estão sendo cortadas. Produzem cerca de quatrocentos quilos de borracha por ano. As restantes, muito novas, só em anos futuros começarão a ser aproveitadas. Quando isto acontecer, se produzirem proporcionalmente, tanto quanto as mais velhas, fornecerá o pequeno seringal de dois hectares, cerca de 1.200 quilos de borracha laminada. Atualmente, aqui, valeriam cerca de vinte e dois mil cruzeiros! E esta renda seria conseguida com um esforço relativamente pequeno, bastando o trabalho de um único homem - o sitiante - para todo o serviço. O futuro da borracha no Brasil está, em grande parte, nas propriedades

⁵⁵ *Idem*, 30.09.42.

pequenas e médias. Organizem um plano nesse sentido. Dividam um seringal em pequenos lotes de terra. Dêem cada um deles a um agricultor - homem criteriosamente escolhido, trabalhador, honesto, inteligente, cheio de vontade de progredir. Amparem-no nos primeiros anos. E num futuro próximo a borracha de plantação, a borracha saída das pequeninas propriedades que o governo criou sobrepujará de muito a floresta. E quando vier a crise e a borracha da floresta se tornar deficitária, a de plantação ainda dará lucros pingues (sic) assegurando ao Brasil um lucro razoável entre os produtores.⁵⁶

Pimentel Gomes idealiza um seringal plantado, como se o trabalhador, ou pequeno proprietário, não fosse enfrentar problemas como o mal de folhas, inclusive como se ele não fosse conhecido. Coloca-se em questão o método de laminação, não praticado nos seringais, e que Pimentel Gomes ignora. Todas as contas que faz, nas quais sobra tanto dinheiro para o pequeno proprietário, são sempre tomando como base o preço da borracha laminada, ficando patente a ação propagandística. Muitos já alertavam para a necessidade de mudar o processo de coagulação, para que o seringueiro pudesse fornecer uma matéria mais uniforme e livre de impurezas, que alcançaria melhores preços no mercado. Mas isso nunca se tornou uma prática corrente nos seringais, que não abandonaram o método indígena de coagulação do látex, e continuaram a produzir suas pélas. Como os artigos foram publicados num jornal de grande apelo popular em Fortaleza, Pimentel Gomes usava como chamariz para atrair imigrantes o que talvez fosse um desejo seu, nunca uma realidade corrente nos seringais do Acre. Este ponto fica melhor esclarecido quando observamos que ele busca mostrar as colônias agrícolas, não só como terra de futuro para o migrante, mas como se elas estivessem sendo implantadas na prática:

Vagarosa, mas continuamente, numa trabalho silencioso de formiga, as estradas se abrem na floresta virgem, caem trechos de mata

⁵⁶ *Idem*, 15.12.42

e surgem culturas diversas, as culturas mais comuns no Brasil, que serão substituídas, meses depois, no momento oportuno, por plantios de seringueiras. As casas abrigam-se entre as culturas. As estradas se animam com o trânsito de imigrantes recentemente chegados de outros pontos do país, em busca de uma vida mais farta, mais futura, mais feliz.⁵⁷

É claro que Pimentel Gomes não apresenta tudo como sendo louros e glórias. No final de 42 já admite alguns problemas: a produção não será a que se esperava (e ele próprio contribuiu para criar a expectativa com seus artigos). Não houve homens em quantidade suficiente, o abastecimento (alimentício e material para a extração da borracha) tinha sido bastante deficitário, bem como o crédito e o transporte. Mas nem por isso o autor deixava de proclamar a colonização do Acre com muito otimismo.

Os problemas começam a aparecer quando discute o relatório de um técnico agrícola que teria visitado uma série de seringais, apontando como problemática a desconfiança entre seringueiros e seringalistas, desconfiança esta que impedia o aumento da produção. O seringalista

... procura aumentar a produção de borracha, exigindo de cada homem um esforço maior, lembrando a Guerra e os compromissos brasileiros. O seringueiro não corresponde ao apelo. Na sua opinião tudo é inventado pelo patrão desejoso de lucros maiores. Mantém, portanto, a escassa atividade anterior. Homem sóbrio, sem grandes esperanças, certo de morrer na mediocridade em que vive, o seringueiro, em regra, trabalha apenas quanto lhe basta para conservar o seu modesto padrão de vida. Quando a borracha estava mais barata - a cinco cruzeiros o quilograma - produzia ele anualmente cerca de mil quilogramas de borracha. Hoje, que o preço é muito maior, não se faz mister produção tão grande - bastam-lhe quinhentos e seiscentos quilogramas. Trabalha dois ou três dias por semana. Nos outros dias caça, pesca ou descansa. Os mais trabalhadores cuidam de pequenas

⁵⁷ *Idem.*

lavouras, em clareiras abertas na floresta em torno da barraca em que residem.⁵⁸

Existem exceções, os "saldistas", ou seja, aqueles que tinham saldo no barracão. Mas, em geral, os bravos pouco produzem. Para solucionar essa falta de vontade de trabalhar, o técnico agrícola sugere a criação de milícias de trabalho, uma espécie de exército da produção:

Para cada grupo de trezentos seringueiros haveria um chefe de produção com as seguintes obrigações: a) visitar os seringueiros auscultando-lhes as necessidades; b) ministrar-lhes ensinamentos rudimentares de higiene e a maneira de se defenderem das doenças mais comuns; c) fiscalizar e por sua assinatura na caderneta após a entrega das partidas de borracha pelos seringueiros aos seringalistas; d) construir e presidir uma espécie de tribunal do trabalho, composto de seringalistas e seringueiros para julgamento da falta de uma produção mínima, impondo ao infrator multa ou prisão, conforme a gravidade do caso; e) fiscalizar e fazer cumprir a legislação em vigor no tocante à produção de borracha e ao cumprimento de uma tabela de preços, para a venda dos gêneros; f) procurar resolver sempre que possível por meios suasórios as questões entre seringueiros e seringalistas; g) promover reuniões de seringueiros e exortá-los a uma produção acima do limite mínimo; h) fazer chegar às autoridades competentes as queixas dos seringueiros e seringalistas; i) promover e solicitar tudo o que for possível e necessário ao alcance de uma maior produção.⁵⁹

Pimentel Gomes propõe então, a organização do "trabalho obrigatório".

Cada seringueiro deveria produzir uma quantidade mínima de borracha, por ano. Este mínimo variaria com o rio em que trabalhasse - sabido que há alguns muito ricos em látex, como o Abunã, o Acre, o Jamari, o Mutum, e outros muito pobres, como o Madeira - e com as

⁵⁸ *Idem*, 16.01.43.

⁵⁹ *Idem*.

suas condições de saúde. Os relapsos iam para trabalhos públicos, durante algum tempo, formando turmas administradas pela polícia.⁶⁰

Estes longos trechos tornaram-se necessários para que se pudesse observar como facilmente se desmonta a máscara que recobre a pequena propriedade idealizada. Ou seja, ela só será permitida se o camponês contribuir, com trabalho diligente, para o mercado. Nos casos em que se mostrar indolente, só produzindo o mínimo para sobreviver, impõe-se o trabalho obrigatório. Além disso, o trabalhador precisava ser supervisionado, caso contrário não produziria. Daí, naturalmente, a necessidade de uma supervisão do Estado autoritário que conseguisse convergir os benefícios da pequena propriedade, não para o migrante, mas para o mercado.

Ao final da série de reportagens, desfazia-se a imagem da pequena propriedade como solução para o desenvolvimento econômico da Amazônia. Sem a necessária supervisão, os migrantes nordestinos dedicavam-se exclusivamente à produção para a sobrevivência. O choque entre as duas concepções do Vale da Promissão podia ser percebido: para o migrante, terra que garantisse a sobrevivência de um modo não cativo, nem ao barracão do seringal ou da usina, nem ao mercado; para as autoridades governamentais, mão-de-obra. O corpo da Nação parecia destituído de braços, ou pelos menos, de braços dóceis ao comando da cabeça.

Como se pode comprovar, na propaganda do Estado Novo a agricultura aparecia como a condição de possibilidade de efetivar na Amazônia o Vale da Promissão para o migrante nordestino. Mas por si só não era suficiente para atrair o migrante nordestino, nem concretizar na Amazônia o Vale da Promissão. Outro elemento entrava poderosamente na propaganda do Estado Novo: o saneamento.

⁶⁰ *Idem.*

3. Sob o signo da insalubridade.

Oswaldo Cruz e Belisário Pena estiveram na Amazônia, em 1910, a serviço da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, com a incumbência de traçar um plano sistemático para a profilaxia da malária. Os canteiros de obra da ferrovia tinham se tornado um sumidouro de vidas, a ponto de se afirmar que, para cada dormente assentado, correspondia um trabalhador morto. Em Porto Velho permaneceram por cerca de um mês, ao final do qual recomendaram à direção da estrada-de-ferro uma série de medidas profiláticas. Em síntese, o plano consistia em impor uma estrita vigilância sanitária sobre os trabalhadores, já que o saneamento da região era inviável, pois custaria mais do que a construção da ferrovia. Para se ter um controle mínimo sobre a doença, recomendavam que se ministrasse diariamente uma dose maciça de quinino a cada trabalhador, e o uso obrigatório de mosquiteiros e telas nos dormitórios, onde os homens deveriam estar reclusos assim que o sol se pusesse. Medidas que só surtiriam efeito se, ao mesmo tempo, fossem implantados mecanismos punitivos para obrigar o cumprimento das regras.⁶¹

O que surpreende no relatório de Oswaldo Cruz sobre a Madeira-Mamoré é a imediata associação entre a necessidade de saneamento da região, tomada principalmente pelo impaludismo, e as possibilidades econômicas que adviriam do saneamento, ou seja, a idéia de que finalmente ter-se-ia acesso às "colossais riquezas brasileiras."⁶²

Quando passa a avaliar as condições de salubridade, reconhece que a região há tempos tinha fama de doentia, mas a vila de Santo Antônio do Madeira, "toca às raias do inverossímil em questão de insalubridade."⁶³ Doenças como a malária e o beribéri semeavam não só a morte, mas o medo entre os migrantes para os seringais. Desse modo, o saneamento da região foi,

⁶¹ CRUZ, Oswaldo. Considerações gerais sobre as condições do rio Madeira. in: CRUZ, Oswaldo; CHAGAS, Carlos e PEIXOTO, Afrânio. *Sobre o Saneamento da Amazônia*. Manaus, P. Daou, 1972. Ver também: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *op. cit.* HARDMAN, Francisco Foot. *op. cit.*

⁶² *Idem*, p. 05.

⁶³ CRUZ, Oswaldo. *op. cit.* p. 09.

quase que invariavelmente, pensado como solução para os problemas de povoamento e de desenvolvimento econômico. Ocupar e sanear, sanear e ocupar, aparecem como fórmulas mágicas que resolveriam todos os problemas que a região enfrentava, ou que as elites queriam resolver, para alcançar o que denominavam civilização.

Com a crise da borracha, em agosto de 1911, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio promoveu um debate entre os interessados nos negócios da borracha, no sentido de racionalizar a produção gumífera e tornar seus custos competitivos. Conhecido como "Plano Pedro de Toledo", resultou na criação da Superintendência de Defesa da Borracha, que se propunha também a sanear a região, para que a mortalidade da força de trabalho descesse a níveis mais aceitáveis. É nesse contexto que se inscreve a expedição científica, da qual fizeram parte Carlos Chagas, do Instituto Oswaldo Cruz, Pacheco Leão, da Escola de Medicina do Rio de Janeiro, e João Pedro de Albuquerque, da Diretoria Geral de Saúde Pública, que percorreu grande parte dos altos rios, onde se concentrava a atividade de extrativismo da borracha. Dessas expedições resultaram alguns relatórios que passaremos a analisar a seguir, por terem feito uma avaliação das condições sanitárias da região dos seringais.⁶⁴ Por outro lado, esses relatórios também contribuíram para se formar uma imagem da Amazônia como região insalubre, posto que fazem uma avaliação não ufanista. As viagens dos sanitaristas ao Norte e ao Nordeste mostraram um outro país, aquele dos deserdados e desassistidos, uma população rural vítima do analfabetismo, da doença e da ignorância. Mostraram que o Jéca Tatu não era apenas um produto da ficção. É importante lembrar que essas expedições se inserem no contexto da descoberta do sertão como um problema a ser enfrentado para o fortalecimento da nacionalidade, o que implicava em cuidar de uma população completamente posta à margem pelo

⁶⁴CRUZ, Oswaldo. Relatório sobre as condições médico-sanitárias do Vale do Amazonas, apresentado a S. Exa o Snr. Dr. Pedro de Toledo. in: *Sobre o Saneamento da Amazônia*. Manaus, P. Daou, 1972.

poder público, até então.⁶⁵

Logo na introdução do relatório apresentado ao ministro Pedro Toledo, Oswaldo Cruz lembra que, a respeito do extrativismo da borracha, "ninguém confia atualmente no resultado de empresa que, metódica e regularmente, quisesse explorar tal indústria, porque teria ele diante de si o espectro da morte para aniquilar todos os esforços."⁶⁶

Carlos Chagas, João Pacheco e Pedroso Leão percorreram, num primeiro momento, os rios Solimões, Juruá e Tarauacá, mas o fizeram em época não propícia, pois começava o período das cheias e os seringueiros ainda estavam internados nas matas. Das cidades e seringais que percorreram, é sem dúvida o impaludismo um problema estorrecedor, chegando a apresentar índices quase que totais de contaminação, provocando altas mortalidades. Como os seringueiros não estavam presentes nos pontos observados, os sanitaristas tiraram suas conclusões pelo exame das crianças, que na sua quase totalidade apresentavam sinais da doença.

Observaram também que as condições alimentares dessa população eram deficitárias, pela ausência quase que completa de agricultura, e os produtos importados chegavam em mãos do consumidor com preços majorados em mais de 50%, comparados aos praticados em Manaus. Tiveram uma única oportunidade de visitar uma moradia de seringueiros, que consideraram boa, para surpresa geral:

Ficamos surpreendidos do conforto relativo em que vivia o seringueiro, que possuía plantações, criando pequenos animais e mantendo a família numa condição de vida farta. Apesar de não ser essa a condição geral entre os seringueiros e sim limitadas àqueles que são mais aplicados ao trabalho, indica o fato de que a vida do

⁶⁵Sobre as expedições dos sanitaristas pelos sertões ver: *A ciência a caminho da roça. Imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz- Casa de Oswaldo Cruz, 1991; SANTOS, Luis A de Castro. O Pensamento Sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados*, v. 28, n. 2, p. 193-210, 1985.

⁶⁶CRUZ, Oswaldo. Relatório sobre as condições médico-sanitárias do Vale do Amazonas, apresentado a S. Exa. o Snr. Dr. Pedro de Toledo *op. cit.* p. 50.

seringueiro não é tão miserável, que nos faz supor a tradição que nos chega ao sul.⁶⁷

Mas ao entrarem no rio Acre, essa imagem começou a mudar. Havia uma atividade maior de trabalho bem como população mais densa e, nesse sentido, o aspecto dos seringais foi considerado “mais animador” porque as condições econômicas eram mais prósperas que nos outros rios. Contudo, essa prosperidade fazia-se acompanhar de uma maior morbidez, que excedia em muito a observada nas zonas de trabalho dos outros rios. Podemos perceber que tomavam contato com a realidade dos seringais descrita em cores tão negras por Euclides e Rangel. Poucas vilas possuíam médicos e farmácias, e o mais comum era a permanência do seringueiro nos barracões, “onde não existem elementos de tratamento, ali morrendo sem qualquer assistência médica ou medicamentosa.”⁶⁸

As conclusões a que chegaram são assustadoras:

(...) o que aí observa a Comissão excede a tudo quanto tem visto em outras regiões do país, de elevado índice endêmico pela malária. Nunca encontrou tão elevada letalidade por uma epidemia e nunca viu uma condição mórbida mais intensa e mais generalizada que aquela do Acre. Aí, na totalidade dos seringueiros estudados, todos os indivíduos se apresentam infetados, com lesões viscerais profundas, entre elas predominando as lesões de baço e de fígado. Os indivíduos, todos infetados crônicos, com acessos repetidos de recaída, numa condição de inferioridade orgânica das mais acentuadas, adaptam-se de algum modo à moléstia crônica e só se dizem doentes quando apresentam incidentes agudos da moléstia. Tanto assim é, que recusam mesmo a intervenção gratuita que se lhes oferece, uma vez que não estejam febris. E, interrogados sobre seu estado de saúde, os indivíduos, mesmo os mais profundamente afetados, dizem-se perfeitamente sãos, tendo eles o mesmo estribilhos - “só tenho baço” - o

⁶⁷ *Idem*, p. 69.

⁶⁸ *Idem*, p. 79.

que significa uma esplenomegalia considerável consecutiva de acessos repetidos de malária.⁶⁹

Em relação às medidas a serem adotadas para sanear a região, a comissão era da opinião de que pouco adiantava construir grandes hospitais nas principais cidades dos rios, e aconselhava a criação de postos médicos e farmacêuticos, com pequenas enfermarias, em praticamente todas as vilas, para que o acesso aos serviços médicos fosse facilitado. Além de um imprescindível trabalho de propaganda para a quinização sistemática e preventiva em certas épocas do ano, o que só seria viável com a instalação de postos de venda de quinina de boa qualidade e preço mínimo aos proprietários e seringueiros. Eram medidas imprescindíveis, não apenas por questões humanitárias, como lembravam os sanitaristas:

Todo o dispêndio em medidas sanitárias terá imediata compensação num verdadeiro ressurgimento de numerosos brasileiros, que se tornarão aptos para o trabalho ativo e concorrerão de modo sensível para o aumento da receita do País. Um dos fatores que mais dificulta o desenvolvimento das regiões do Amazonas, especialmente do Acre, e que concorre para anormalizar as condições econômicas em tais regiões, é sem dúvida, a ausência de fixação de trabalhadores nas terras exploradas. São populações adventícias as dos rios produtores de borracha, indivíduos que para aí vão com o objetivo de adquirir pequeno pecúlio e regressar para regiões de vida mais confortável. Sendo assim, o homem não se afeiçoa à terra onde trabalha e pouco cuida de promover seu engrandecimento. Ora, a razão capital deste fato é encontrada na insalubridade dos rios de borracha, nas epidemias que aí reinam e que impossibilitam a permanência demorada de trabalhadores, os quais têm necessidade de procurar em outras regiões alívio para as moléstias aí adquiridas.⁷⁰

⁶⁹ *Idem*, p.87-88

⁷⁰ *Idem*, p. 102.

O relatório concluía, de maneira peremptória e contundente:

O que aí existe, ocasionando imensa hecatombe e maisinando todas as condições naturais da Amazônia, é a mais absoluta ausência de assistência médica e medicamentosa, é o desconhecimento completo das medidas de profilaxia individual contra a malária, é o abandono do proletário a um estado mórbido perfeitamente atenuável ou a fatalidade da morte por uma moléstia perfeitamente curável. O que, enfim, constitui no Vale do Amazonas a maior fatalidade é esse desprezo pela vida humana da parte dos poderes públicos e dos possuidores de seringais, não existindo lá, onde a riqueza, trazida pelos resultados de uma indústria extrativa, só depende do trabalho humano, a noção exata do valor de uma existência!⁷¹

O impacto dos resultados dessas expedições foi considerável. Na imprensa, tornou-se um dos assuntos prediletos discutir as condições sanitárias em que viviam os Jécas pelo interior do país. Aliás, devemos considerar que foi essa discussão que modificou o prisma pelo qual o próprio Monteiro Lobato passou a considerar sua criação: já não seria o Jéca Tatu decaído devido à preguiça e à indolência, mas uma vítima das doenças que consumiam a maioria da população brasileira. Com um tom nem um pouco ufanista, Monteiro Lobato afirmava:

Fala-se hoje em Pátria mais do que nunca. Jamais o dispêndio de hinos, versos, conferências, artigos, livros, boletins e discursos patrióticos foi maior. No fundo de tudo isso, porém, está a retórica vã, a mentira, a ignorância das verdadeiras necessidades do país.

Programa patriótico, e mais que patriótico, só há um: sanear o Brasil.

Reforma eleitoral só há uma: sanear o Brasil.

Fomento da produção só há uma: sanear o Brasil.

Campanha cívica só há uma: sanear o Brasil.

⁷¹*Idem*, p. 122.

Serviço militar obrigatório só há um: sanear o Brasil.

(...) Se tencionamos subsistir como povo soberano, livres do pesadelo de ignominiosa absorção, o caminho é um só: sanear o Brasil.⁷²

O Serviço Especial de Saúde Pública, resultado direto dos Acordos de Washington, foi criado especificamente para levar o saneamento à região amazônica, e também para acompanhar os migrantes nordestinos que se dirigiam para os seringais. Em termos organizacionais, foi pensado para atuar nos mesmos moldes que a Fundação Rockefeller atuava no combate à febre amarela, tanto nos Estados Unidos, como no Nordeste do Brasil. É importante estabelecermos quais as práticas médicas e a concepção de sanitário subjacentes a essa prática, para podermos entender, tanto os pontos positivos do SESP, quanto seu fracasso em determinados aspectos. Em síntese, o SESP foi criado para domesticar o meio ambiente através do saneamento, propondo-se a, no caso da malária, eliminar o vetor causador da doença, sem atacar diretamente as condições sociais que propiciavam o incremento da mesma de forma epidêmica.

Foi apenas em decorrência dos acordos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos que se passou a pensar numa atuação mais generalizada para a região, em termos de saúde. O saneamento era tido como condição preliminar para que se pudesse desenvolver uma civilização nos trópicos, uma vez que não se responsabilizava mais o clima tropical, na década de quarenta, pela alta mortalidade na região. A prática sanitária visava domesticar o ambiente hostil ao homem civilizado.

A tônica da discussão girava não mais na impossibilidade de se ocupar os trópicos, mas na forma racional e planejada da ocupação, com colônias

⁷²LOBATO, Monteiro. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. São Paulo, Brasiliense, 12^a. ed. 1968. Os artigos que compõem o volume foram publicados em sua maioria no ano de 1918. Citação à p. 244-245.

agrícolas que propiciassem a higienização do ambiente, tornado dessa forma apto para a civilização nos trópicos.⁷³

Efetivamente o SESP começou a agir a partir de julho de 1942, e constava dos seus objetivos o controle da malária, o saneamento geral da região, e a assistência médica à população.⁷⁴ Tendo como área de ação primordial a Amazônia, o SESP montou, de 1942 a 1945, uma infra-estrutura constituída, a grosso modo, por um posto central em Belém, uma agência em Manaus, um estaleiro em Belém para a construção de barcos fluviais e preparo de pessoal de bordo, além de um laboratório que se destinava às investigações científicas sobre a malária e outras doenças. Ao longo desses poucos anos, foram fundados postos de saúde em cerca de trinta municípios, que assistia à população em imunizações e pequenos atendimentos. Dentre as obras de engenharia sanitária destacam-se drenagens em Belém, Manaus, Porto Velho, Rio Branco e Boca do Acre, além de instalações de esgotos e sistemas de abastecimento de água, bem como uma campanha de construção de sentinas nos pequenos municípios. O SESP dedicou-se também a campanhas de educação sanitária e formação de pessoal, especialmente enfermeiras, médicos, e guardas sanitários.⁷⁵ Considerando que os brasileiros não possuíam experiência, e por se tratar de um programa conjunto, sua direção ficou a cargo da Inter-American Foundation. Os brasileiros ocupariam postos secundários, até que demonstrassem competência para gerir o SESP, desvinculados da orientação médico-sanitária e administrativa americanas.

Ainda que de forma tímida e aleatória, pela primeira vez na história amazônica atacavam-se alguns dos problemas crônicos da região, como a malária, e o saneamento das maiores cidades. Mesmo considerando que o SESP não tenha atingido diretamente os seringais, suas atividades científicas, através dos trabalhos do Instituto Evandro Chagas no reconhecimento dos

⁷³ O trabalho de Afrânio Peixoto pode ser lembrado como um esforço para reabilitar o clima tropical. Ver: PEIXOTO, Afrânio. *Clima e Saúde*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1975.

⁷⁴ Acordo entre o Brasil e os EE.UU. da América para prosseguimento do Programa de Saneamento e Saúde Pública. *Anais do Ministério da Educação e Saúde*, dezembro de 1943, p. 107-119.

vetores da malária, e as enquetes realizadas pelo interior da região, contribuíram para um maior conhecimento dos seus problemas médico-sanitários. Suas dificuldades maiores deviam-se a problemas estruturais não sanados na época, como por exemplo, as condições de transporte e comunicações. A falta de transporte para pessoal, medicamento e materiais contribuiu para que sua ação fosse limitada.

Para José Carlos de Souza Braga e Sérgio Góes de Paula, o SESP teve, em termos nacionais, uma atuação equivocada devido à concepção subjacente de que, para se combater a pobreza, dever-se-ia, em primeiro lugar, dar combate à doença, estabelecendo-se dessa forma um círculo vicioso. Em decorrência desse ponto de vista, os métodos de combate às doenças deveriam dispor de recursos financeiros e montar uma estrutura semelhante a dos países ricos. O SESP, assim, "disseminou pelo Brasil, ao longo de quase trinta anos, unidades sanitárias modelo, inadequadas à estrutura brasileira e às nossas possibilidades financeiras."⁷⁶ Não resta dúvida de que, devido aos altos custos, os governos estaduais e municipais não conseguiram assumir responsabilidade financeira sobre as estruturas criadas pelo SESP, como os postos de saúde e os hospitais, logo ao final da Segunda Guerra Mundial.

Os sistemas de saúde funcionam como uma forma de regulamentar uma dimensão da vida, através de práticas e normalizações, imprimindo ao corpo hábitos que alteram paulatinamente o cotidiano de uma cultura. Foi este aspecto que o SESP tentou colocar em prática no "Programa da Amazônia". Para tal fim, dedicou-se não só a prestar assistência médica aos migrantes nordestinos, mas traçou projetos de engenharia sanitária que adentravam na vida cotidiana das pessoas, com programas de abastecimento de água, construção de sentinas, além de programas educacionais para a transmissão de conceitos de higiene, seja na formação de pessoal para atender nos postos

⁷⁵ ANDRADE, Almir de. *Contribuição à História Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1950, vol. II, p. 45-46.

⁷⁶ BRAGA, José Carlos de Souza; PAULA, Sérgio Góes de. *Saúde e Previdência. Estudos de Política Social*. São Paulo, CEBES/HUCITEC, 1981, p. 59.

de saúde, seja nos cursos para professoras primárias e confecção de material didático, como filmes, cartazes e panfletos.

O SESP apareceu como administrador da saúde pública na medida em que, em seus objetivos, inter-relaciona a assistência médica (postos de saúde), controle da saúde da força de trabalho (controle das hospedarias de migrantes, por exemplo), e um esquadrinhamento geral da saúde pública, intervindo nos setores que poderiam afetar a população como um todo, seja na tentativa de controle da malária, ou através da engenharia sanitária no espaço urbano e suburbano.⁷⁷

No momento de sua criação, no entanto, a preocupação primordial era assistir aos trabalhadores que migravam para a Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial, propiciando-lhes condições mínimas de saúde para incrementar a produção de borracha:

No início da atuação do SESP, em meados de 1942, quando era urgente a obtenção de borracha amazônica em grande escala para a guerra, fazia-se necessário manter ativos, e tanto quanto possível livres de acessos de malária, os milhares de seringueiros espalhados na região. Não existindo em perspectiva, medidas de eficácia imediata no controle do paludismo pelo combate aos transmissores na área, foi decidido fornecer atebrina largamente, enquanto se experimentava métodos adequados de proteção individual e coletiva.⁷⁸

No que tange à gestão da força de trabalho, o acordo assinado entre o SESP e a CAETA, em 1943, objetivava o controle da saúde do trabalhador, arregimentando apenas aqueles aptos para o trabalho nos seringais, ou para enfrentar a longa viagem. Todos os trabalhadores recrutados, e que ingressavam nos acampamentos ou hospedarias, deveriam ser submetidos a

⁷⁷Ver FOUCAULT, Michel. O Nascimento da Medicina Social. in: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1984, p. 97.

⁷⁸DEANE, Leônidas M. Observações sobre a malária na Amazônia brasileira. *Revista do Serviço Especial de Saúde Pública*, v. I, n. 1, p. 1-59, 1947, citação à p. 29. O autor, que discute o período de julho de 1942 a junho de 1946, informa que 2/3 dos dezessete milhões de comprimidos de atebrina foram distribuídos no primeiro ano de atuação do SESP.

um exame médico completo para se saber se estavam qualificados. Seriam desqualificados os trabalhadores que precisassem de mais de 30 dias de hospitalização, ou que saíssem do acampamento sem o "passe de viagem". Todos os trabalhadores considerados qualificados ou aptos deveriam ser imunizados contra a varíola, febres tifóide e paratifóide e tétano, bem como permanecer no acampamento por no mínimo oito dias.

Os serviços prestados pelo SESP à CAETA no encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia concentravam-se nas cidades onde existiam hospedarias e acampamentos, e onde funcionavam os postos de saúde, ou seja, Fortaleza, Sobral, Teresina, Caxias, São Luis, Belém e Manaus. Ao SESP cabia ainda determinar as condições dos acampamentos quanto às instalações e qualidade da alimentação fornecida aos migrantes, visando estabelecer condições mínimas de saneamento e higiene.⁷⁹

Em declarações prestadas ao jornal cearense *O Povo*, Charles Wagley, que coordenava a atuação do SESP no programa de recrutamento dos trabalhadores, afirmava:

O seringal será saneado completamente, estabelecendo-se para os trabalhadores as máximas condições de segurança. Não é preciso dizer mais. A proporção que a civilização avance um passo na floresta imensa, o saneamento dará o mesmo passo, tomando menores as possibilidades de febres palustres e de outros males endêmicos. Para isso, desejamos que o migrante seja um homem sadio, e não o portador de enfermidades novas e um campo propício a enfermidades naturais da zona em que vai trabalhar.⁸⁰

Essas declarações visavam mais aquietar os temores dos trabalhadores, e podem ser inseridas num esforço de propaganda para arregimentá-los, função a qual o SESP não se furtou.

⁷⁹Serviço Especial de Saúde Pública. Relatório de suas atividades no último trimestre de 1943. *Anais do Ministério da Educação e Saúde*, abril de 1944, p. 114-158.

⁸⁰*O Povo*, 20.04.43.

Na Amazônia, no que se refere ao esquadramento geral da saúde pública, observamos que os administradores e técnicos do SESP preocuparam-se com as possíveis resistências da população a esse controle da saúde proposto. Esta questão pode ser observada na discussão gerada sobre a função dos "guardas sanitários":

Observou-se que o Serviço Especial de Febre Amarela e os diversos serviços de controle da malária haviam criado para a sua atuação uma categoria de pessoal denominada 'guardas'. O trabalho dos guardas consiste em executar instruções muito precisas e fazer rigorosas inspeções com o fim de constatar se os regulamentos sobre o controle dos mosquitos estão sendo observados. A palavra 'guarda' já traz consigo, implicitamente, uma noção de poder policial, e em vista do trabalho que realizam, o público já se habituou à idéia de que esses homens são investidos de poder de coerção. A seção de saneamento do SESP necessitava, para o seu serviço de saneamento do meio ambiente, de homens da categoria geral de guardas (...) A teoria do treinamento e da função desses guardas ou instrutores sanitários consistia em afastar a noção policial e criar na família um interesse pessoal pelo guarda, dando-lhe ajuda e conselho sobre a melhora do saneamento do lar.⁸¹

Uma certa resistência ao poder médico, e coercitivo, já demonstrada em outras campanhas, fez com que se mudasse a denominação de guardas para instrutores, com vistas a angariar a colaboração da população. Contudo, sua função continuava sendo, de uma certa forma, policial. Seu objetivo maior era o de esquadrihar toda a cidade ou área de sua responsabilidade, e enviar os dados para o posto central, em Belém. Dessa forma, de posse prévia de um mapa da cidade, o instrutor, em primeiro lugar, localizava no mapa todas as casas, para em seguida proceder a um inquérito sanitário domiciliar,

⁸¹WAGNER, Edmund. Engenharia Sanitária no Vale do Amazonas. *Revista do Serviço Especial de Saúde Pública*, v. 1, n. 11, p. 87-134, 1947, citação p. 95.

averiguando as condições estruturais e de higiene da casa e do quintal, a forma como se dava a remoção de dejetos, o abastecimento de água, a lavagem de mãos, a remoção de lixo e de água servida, instruindo ao mesmo tempo os moradores sobre a importância de medidas higiênicas.

Foi de posse dessas informações que se resolveu atacar a remoção de dejetos através da campanha de construção de sentinas higiênicas. Uma vez construídas, de acordo com os padrões estabelecidos, os instrutores deveriam periodicamente fiscalizar sua manutenção e limpeza.⁸² Ao mesmo tempo, paralelamente, atacava-se na frente educacional, instruindo-se as professoras primárias sobre normas de higiene e saneamento, que eram repassadas nas escolas, buscando normatizar hábitos, tanto no espaço urbano quanto no rural.

Essas práticas médico-sanitárias havia muito eram requeridas pelos estudiosos de saúde pública no Brasil, principalmente na forma de campanhas que atingissem o trabalhador do campo, e que objetivassem disseminar normas de higiene para combater males tidos como de simples solução, como as verminoses. Dessa forma, podemos entender que, tanto o discurso do SESP, como suas práticas, foram relativamente bem aceitas no meio médico, pois eram as esperadas.

A atuação do SESP, no entanto, não conseguia atingir diretamente os seringais. As distâncias amazônicas, e o trabalho ainda incipiente do próprio SESP, sem suficiente pessoal qualificado e estrutura de funcionamento, explicam a concentração do SESP na região urbana, principalmente Manaus e Belém. Mas como o SESP deveria propiciar condições sanitárias mínimas para os migrantes e seringueiros, distribuiu-se aos migrantes milhares de comprimidos de atebrina para prevenção da malária, a maior preocupação das autoridades de saúde pública amazônica.⁸³

As relações entre produtividade e saúde foram, no período, claramente expressas. Na verdade, esta era a grande função do SESP: promovendo-se o

⁸²*Idem*. Ver também: Projetos de Sentinas executados em localidades da Amazônia. *Revista do Serviço Especial de Saúde Pública*, v. 1, n. 4, p. 977-995, maio de 1948.

⁸³DEANE Leônidas M. Observações sobre a Malária na Amazônia Brasileira. *Revista do Serviço Especial de Saúde Pública*, v. 1, n. 1, p. 01-59, 1947.

saneamento da região pensava-se garantir uma maior produtividade nos seringais. Contudo, não se chegava a discutir diretamente a questão social relacionada à saúde, os mecanismos de poder e estruturais que tornavam impraticáveis as diretrizes médico-científicas de profilaxia e saneamento da região, ainda que os orçamentos destinados à saúde fossem apontados como insuficientes.

A distribuição em larga escala dos comprimidos de atebrina não impediu que os migrantes nordestinos se contaminassem a granel. Efetivamente, os propalados comprimidos de atebrina não foram distribuídos gratuitamente, pelo menos não aos seringueiros que, caso quisessem deles fazer uso, deveriam comprá-los nos barracões dos seringais.⁸⁴

Apesar do esforço do SESP ao promover campanhas educacionais sobre o uso da atebrina, ou mesmo da necessidade de se usar mosquiteiros para prevenir a malária, esforço este visível nas páginas dos jornais, como *O Acre*, e na distribuição de panfletos,⁸⁵ o quadro de saúde dos que voltavam dos seringais, só fazia confirmar uma outra face da imagem da região amazônica: a do domínio da doença. "Era até capaz de abandonar meu marido para voltar para a minha terra. Isto é uma terra desgraçada, só tem doença e febre, mas lá só se falava nas bondades dela..."⁸⁶

No final do período estudado, o SESP, em acordo com os governos estaduais, excluiu como área de sua atuação os municípios maiores, concentrando-se nas cidades mais rurais com população de seis a oito mil habitantes.⁸⁷ Durante os anos de 1945 e 1946, terminada portanto a Batalha da Borracha, o SESP transferiu todas as atividades médico-sanitárias organizadas nos Territórios do Rio Branco, Acre e Amapá para as respectivas administrações territoriais, ficando apenas sob sua responsabilidade as

⁸⁴ MELLO, Alcino Teixeira de. *Op.cit.* p. 90.

⁸⁵ Ver nesse sentido o arquivo de Gustavo Capanema no CPDOC, FGV.

⁸⁶ Depoimento de uma migrante recolhido por: BENCHIMOL, Samuel. *Romanceiro da Batalha da Borracha*. Manaus, Imprensa Oficial, 1992, p. 149.

⁸⁷ ANDRADE, G. C.; SUTTER, U. A. Estruturação de um serviço rural de saúde na Amazônia. *Revista do Serviço Especial de Saúde Pública*, v. 2, n. 2, p. 591-600, dez. 1948.

atividades de engenharia sanitária, ou seja, projetos de abastecimento de água e redes de esgoto.⁸⁸

Quanto aos trabalhadores nordestinos que migraram para os seringais, Alcino Teixeira de Mello apresenta alguns dados: "Cerca de 3.000 brasileiros, atacados de doenças tropicais, regressaram em um ano da Amazônia para suas terras, inutilizados para o serviço da lavoura."⁸⁹ Os trabalhadores que desejavam obter passagem do governo para o regresso ao Nordeste deviam se submeter novamente ao controle médico, pois só a conseguiriam se fossem considerados incapazes para o trabalho nos seringais, condição em que 80% dos examinados se enquadravam. Ainda que no ato do recrutamento o governo tivesse prometido passagem de volta ao término de dois anos de serviço nos seringais, não foi esta a prática. Só voltaram gratuitamente os incapacitados.⁹⁰

⁸⁸ PENIDO, Henrique Maia. O Serviço Especial de Saúde Pública e suas realizações no Brasil. *Revista do Serviço Especial de Saúde Pública*, v. 10, n. 2, p. 363-385, dez. 1959.

⁸⁹ MELLO, Alcino Teixeira de. *op. cit.* p. 94.

⁹⁰ *Idem.*

ÊXODO

Desci (...) para o conduzir para uma terra boa e esperançosa,
uma terra onde corre o leite e o mel. Êxodo, 3:8.

Por que nos trouxestes a este deserto, para matar à fome toda
essa multidão?

Êxodo, 16:3.

Capítulo IV.

Poetas e cantadores das viagens.

1. O tema da viagem e a narrativa da migração.

Viagem, metáfora central do modo de estar no mundo moderno. De um lado, símbolo de progresso, de enriquecimento material e cultural; de outro, símbolo de insegurança, perigo e perda. A viagem tanto pode ser em busca do aprofundamento das raízes culturais, como a moda das viagens à Itália, berço da cultura européia, quanto uma viagem que visa a destruição da identidade, no caso do tráfico de escravos.¹

A viagem é um tema central não só na modernidade. Adorno e Horkheimer metaforizam a viagem de Ulisses, como a viagem que a humanidade precisou realizar para efetuar a passagem da natureza à cultura, na constituição do eu.² Mas Ulisses não era um errante. Para que a viagem se fizesse possível, era necessário um ponto de partida e de chegada, a casa (o *oikos*).

O viajante é aquele que se posta de frente para o futuro, onde brilha a centelha de esperança, campo aberto de possibilidades e indeterminações, mas também como o tempo de onde pode surgir a redenção.

Migrar, viagem que introduz o descompasso no movimento de sedentarização dominante nas relações sociais, e não pode ser apreendida apenas como uma resistência que a ela se opõe, sob pena de não conseguirmos

¹ Este parágrafo se deve às observações de SANTOS, Boaventura de Souza. A queda do *Angelus Novus*. Para além da equação moderna entre raízes e opções. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 47, p. 103-124, março de 1997.

² ADORNO, T. W. e HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.

apreender o que é posto como desejo e como criatividade³. Migrar, colocar-se em viagem, no descompasso das pulsações desejantes da indeterminação, teimosamente bordejando através de nossos condicionamentos.

Ninguém melhor estabeleceu as relações entre o viajante e o narrador do que Walter Benjamin. Narrar e ouvir histórias são processos que tratam da troca de experiências, “fonte de onde beberam todos os narradores.” E os grandes mestres da narração são precisamente o viajante, especialmente o marinheiro mercante, que traz o conhecimento de lugares distantes, e o lavrador sedentário, que “conhece as histórias e tradições de sua terra.” A própria narrativa é tida como uma forma artesanal de comunicação, “que não pretende transmitir o puro em si da coisa, como uma informação ou um relatório. Mergulha a coisa na vida de quem relata, a fim de extraí-la outra vez dela.”⁴

O Nordeste do Brasil é considerado um local privilegiado em se tratando de narradores: cantadores, poetas de cordel, contadores de história, são todos considerados grandes narradores que estabeleceram fortes vínculos com a experiência de narrar, constituindo um rico fabulário de contos, poemas, histórias da vida comum de todos, em todos os dias, histórias de heróis e histórias de trabalho.

A gente era agricultor e juntava o feijão, o milho, para a noite debulhar. Era uma maneira pra reunir muitas pessoas, pra realizar aquele trabalho. Colocava o feijão em um lençol, um lençol grande ou vários lençóis, e ficava aquela roda de pessoas, moças, rapazes, mesmo velhos, crianças, debulhando feijão e contando história. Cada um contava uma história, e com aquilo a gente ganhava tempo e realizava aquele trabalho.⁵

Para os narradores acima descritos cabem as observações de Benjamim, de que aquele ainda é um “tempo em que o tempo não vem ao caso”, pois esses

³ Sobre os grupos sociais, no Brasil, que não se deixam facilmente capturar pelo processo de sedentarização ver: DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses. Espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais do século XIX*. Campinas, Editora da Unicamp, 1995.

⁴ BENJAMIN, Walter. O Narrador. in: *Os pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1980, p. 57-58, 63.

⁵ Depoimento colhido por LIMA, Francisco Assis de. *Conto popular e comunidade narrativa*. Rio de Janeiro, Funarte/ Instituto Nacional do Folclore, 1985, p. 73.

homens não estavam preocupados em abreviar o tempo do trabalho. Ao contrário, o tempo do trabalho era também o tempo de narrar, de perpetuar tradições ou reafirmar a memória coletiva.⁶

Narrar histórias é sempre a arte de as continuar contando e esta se perde quando as histórias já não são mais retidas. Perde-se porque já não se tece e fia enquanto elas são escutadas. Quanto mais esquecido de si mesmo está quem escuta, tanto mais fundo se grava nele a coisa escutada. No momento em que o ritmo do trabalho o capturou, ele escuta as histórias de tal maneira que o dom de narrá-las lhe advém espontaneamente. Assim, portanto, está construída a rede em que se assenta o dom de narrar.⁷

Essa rede em que se assenta o dom de narrar, como vimos no exemplo acima, estava plenamente constituída, e circulando no sertão Nordestino, desde meados do século XIX, na forma do folheto de cordel. Esses mesmos narradores são também grandes viajantes, já que não se dissocia do "homem nordestino" a perspectiva da migração. Mesmo que o poeta seja daqueles sedentários, que não perambula pelas feiras do sertão vendendo sua poesia, a viagem está presente no encadeamento das palavras que conduzem suas histórias a outros reinos, como o de Carlos Magno e os doze pares de França.

No entanto, o poeta de cordel era, no início do século, um ambulante, percorrendo todo o sertão vendendo seus folhetos. Leandro Gomes de Barros costumava vender seus folhetos em vários botequins no largo das Cinco Pontas em Recife, próximo da estação ferroviária de onde partiam os trens da Great Western, ou mesmo durante o percurso dos trens da linha-sul de Pernambuco.⁸ João Melchiades também viajava pelo sertão, a cavalo, em

⁶ BENJAMIN, Walter. *op. cit.*, p. 63.

⁷ *Idem*, p. 62.

⁸ Ver a forma como circulavam pelos trens esses poetas, e a importância dessa circulação em: RAMOS, Graciliano. *Viventes das Alagoas*. São Paulo, Record, 1980.

época de safra, para vender, além dos folhetos, terços, livros de missa e "romances de prateleira". Do mesmo modo, Francisco das Chagas Batista percorria o sertão no lombo de um burro, vendendo folhetos e outras miudezas.⁹

É o poeta de cordel, por excelência, o grande narrador da vida local nordestina. Ou melhor, de um modo determinado de se postar diante da vida, traduzindo uma história nos modos de *ser identitário* do nordestino.¹⁰ E tem para nós a vantagem de que essa narrativa aparece impressa.

A poesia popular nordestina, ou simplesmente literatura de cordel, associa-se hoje com a poesia popular brasileira. A despeito da produção oral de poesia em outras regiões do país, a associação da produção nordestina com o nacional deve-se, em parte, ao fato de que em outras regiões ela não foi impressa. Naturalmente, a poesia popular nordestina impressa corresponde a uma ínfima parcela da produção poética oral, cantada por violeiros e cantadores.

Considere-se também a grande massa migratória de nordestinos que ocupou todo o país, disseminando a sua cultura por todos os recantos. Se pensarmos na Amazônia, principalmente durante o *boom* da borracha, não há um rio que desague no Amazonas que não tenha sido habitado por nordestinos e seus descendentes, e que não traga consigo um pouco de poesia popular nordestina. Esse movimento de migração e difusão cultural fez com que se associasse simbolicamente a literatura de cordel tipicamente nordestina, com cultura popular do povo brasileiro. "A sextilha nordestina (estrofe de seis versos de sete sílabas) tomou-se a maior expressão de toda a nossa história."¹¹

Já no início do século a literatura de cordel estava bastante disseminada pelo Nordeste e pela Amazônia. Os poetas e editores tinham agentes que vendiam seus folhetos por toda a região: folhetos de Athayde, Leandro, e outros poetas podiam ser adquiridos, além das grandes cidades nordestinas, como

⁹ TERRA, Ruth Brito Lemos. *Memória de Lutas: literatura de folhetos do Nordeste (1893-1930)*. São Paulo, Global, 1983, p. 30-31.

¹⁰ Os modos de *ser* foram pensados a partir da premissa de Heidegger, ou seja, como *ente*, que se realiza no tempo e que, portanto, abre margens a se pensar a diferença. A tentativa é de pensar o *ser* nordestino, não a partir de uma essência, mas de uma constituição histórico-identitária.

¹¹ LUYTEN, Joseph M. *O que é literatura popular*. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 13.

Recife, João Pessoa, Fortaleza, Campina Grande, também em Belém, Manaus e Rio Branco.¹²

Para completar a contextualização que estamos fazendo, nunca é demais reafirmar o caráter ambíguo e contraditório da literatura de cordel, indubitavelmente conservadora e moralista, mas igualmente arraigada na experiência popular.¹³ Num momento em que as condições de vida no Nordeste passavam por profundas transformações, advindas da introdução do trabalho assalariado, que repercutia na quebra de costumes e valores, a literatura de cordel vinha traduzir em poesia essa experiência. Mas nem sempre a literatura de cordel reproduziu os valores tradicionais e conservadores, pois há uma galeria de anti-heróis que aparecem como sublimadores das classes pobres e representantes da necessidade de desforra contra os ricos no plano da sátira, e estamos nos referindo especificamente a personagens bastante famosos como Pedro Malasartes ou João Grilo.¹⁴

Para os objetivos deste capítulo, é necessário alertar, como Luyten observou, que a literatura de cordel é igual a qualquer outra literatura, isto é, tem autores. E não faz sentido separá-la por temas, não só por se tratar de um verdadeiro atentado à pessoa do poeta popular, mas também porque, mesmo quando se trata do mesmo tema, os poetas falam com intenções diferentes, sem ter conhecimento um da obra do outro.¹⁵ Em meio a inúmeras classificações da literatura de cordel, e outras tantas tentativas, esta observação de Luyten é importante, por resguardar a singularidade do sujeito narrador. E também por não subsumir uma representação singular no típico, numa suposta identidade "nordestina", representada como uma essência que não permite apreender a diferença. No entanto, nosso interesse aqui está em como esses autores, resguardadas portanto as especificidades que permitem a fluência da diferença,

¹² TERRA, Ruth. *op. cit.* p. 32.

¹³ SLATER, Candace. *A vida no barbante. A literatura de cordel no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984. Sobre o poeta como "representante do povo" ver: CURRAN, Mark J. A sátira e a crítica social na literatura de cordel. In: *Literatura Popular em Versos. Estudos*. Rio de Janeiro, MEC/ Casa de Rui Barbosa, 1973, p. 271-310.

¹⁴ *Idem*. Ver também: PELOSO, Silvano. O ciclo do anti-herói: antimodelos na cultura popular. *O canto e a memória. Histórias e utopia no imaginário popular brasileiro*. São Paulo, Ática, 1996, p. 147-179.

representaram temas específicos, quais sejam, a migração, o Nordeste e a Amazônia. Nesse sentido, buscamos alcançar o universo simbólico no qual o poeta se insere, com o qual compartilha e que representa em sua poesia, resguardada a ambiguidade entre o tradicionalismo e a crítica satírica.¹⁶

“De onde vem essa confiança, de que se pode inferir, a partir do livro, o perfil de seu leitor?” Pergunta feita por Natalie Davis a respeito da *Bibliothèque bleue*, para lembrar que as pessoas não necessariamente concordam com os valores e idéias dos livros que lêem. Se nosso objetivo é entender, através do cordel, a cultura popular, é necessário ter em mente que um livro não é apenas uma fonte de idéias e imagens, mas “um mensageiro de relações.”¹⁷ A questão também nos coloca na obrigação de nos posicionarmos a respeito da cultura popular. E, naturalmente, de suas relações com a cultura dita erudita. Não se tem aqui a menor pretensão de resolver os problemas teóricos que estão envolvidos nessa confluência, mas gostaríamos apenas de apontar para a possibilidade de pensarmos, no caminho traçado por Ginsburg e Bakhtin, sobre as influências recíprocas entre a cultura popular e a erudita, no conceito chave de circularidade.¹⁸ Com isto não estamos afirmando que a cultura popular é apreendida em toda sua complexidade pela lógica do erudito, de um saber, ao final, distante das práticas e do saber popular. Tentamos sempre pensar a cultura

¹⁵ LUYTEN, Joseph M. *O que é literatura popular*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

¹⁶ Há uma árdua, e bastante prolixa, discussão a respeito das classificações de folhetos, que para nossos objetivos não interessa aprofundar. Ver: DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Ciclos temáticos na literatura de cordel. *Literatura popular em versos. Estudos*. Rio de Janeiro, Mec - Casa de Rui Barbosa, 1973, tomo I; SOUZA, Liedo Maranhão de. *Classificação popular da literatura de cordel*. Petrópolis, Vozes, 1976. Nessa discussão, para quem está interessado em discutir uma metodologia de análise temática dos folhetos ver: TERRA, Ruth; ALMEIDA, Mauro W. B. de. A análise morfológica da literatura popular em verso: uma hipótese de trabalho. *Revista do IEB*, n. 16, p. 1-28, 1975; SANTOS, Idelete Muzart Fonseca dos. Novas perspectivas para análise das composições populares. in: *Literatura popular em versos. Antologia*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa; João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 1977, tomo III. Há, evidentemente, toda uma corrente que trata o cordel como ideologia e, nesse sentido, ver: CAMPOS, Renato Carneiro. *Ideologia dos poetas populares do Nordeste*. Recife, Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, 1959; PROENÇA, Ivan Cavalcanti. *A ideologia do cordel*. Rio de Janeiro, Imago; Brasília, INL, 1976; FAUSTO NETO, Antônio. *Cordel e a ideologia da punição*. Petrópolis, Vozes, 1979.

¹⁷ DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo. Sociedade e Cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p. 159.

¹⁸ GINSBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987; BAKHTIN, M. *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo/ Brasília; HUCITEC/UNB, 1987.

popular, e a forma como a interpretamos, marcada por contradições e ambigüidades.

Dentre os folhetos que manipulamos, um em especial gostaríamos de destacar, pois, embora o tema não se aproxime de imediato com o que estamos discutindo, encerra um grande valor simbólico. Trata-se de uma história de encantamento, ou do maravilhoso - conforme classificação que se prefira - que nos conta as aventuras do Príncipe Ribamar no Reino das Cinco Pontas, e que finda explicando a origem das guerreiras amazonas.¹⁹

O Reino das Cinco Pontas era constituído por uma magnífica cidade, localizada no Cariri, especificamente onde hoje é Juazeiro. O tempo onde ocorrem os acontecimentos que o poeta se dispõe a narrar é dos mais remotos, antes do Dilúvio, já existindo no Cariri "um grande povo de fé". A organização do reino pouco fica a dever às cidades utópicas de Campanella ou Morus, seja na organização política, ou mesmo na cultura material. Todos viviam em harmonia. A notícia de tal perfeição correu o mundo:

O valor dessa cidade
foi levado para distante
além dos mares bravios
através dos viajantes
dos mercadores do mundo
que o comércio garante!...²⁰

Ribamar, príncipe cruel de outro reino distante, ao ouvir as notícias da cidade das cinco pontas, foi dominado pelo espírito de aventura e pelo desejo de conquista. Partiu em busca da cidade, com um vendedor ambulante como guia, e um exército de setecentos homens. Chegando ao litoral do Brasil, no Recife, "admiraram do verde de nossas matas e quase todos choraram". Partiram mata adentro, enfrentaram um rio de piranhas e as furiosas caiporas e sacis que

¹⁹ BATISTA, Abraão. O Príncipe Ribamar e o Reino das Cinco Pontas ou a Origem das Amazonas. *Literaturas de Cordel. Antologia*. São Paulo, Global, 1976, vol. II, p. 41-65. Abraão Batista, de Juazeiro do Norte, além de poeta e cantador, também produz as xilogravuras que ilustram seus folhetos.

²⁰ *Idem*, p. 48.

defendiam as caças das florestas, já que os soldados matavam para se divertir. Feridos na batalha com os entes da floresta, que naquele tempo ocupava no Nordeste uma grande área, pararam para descansar nas margens do lago, onde foram encontrados pelas filhas do cacique do Reino das Cinco Pontas. Uma das filhas se apaixona pelo príncipe Ribamar, e não acredita que o cruel príncipe apenas quer o reino conquistar. E o consegue através de artimanhas, capturando ao final as filhas do cacique e as levando para seu reino, bem como todas as riquezas da cidade. No meio do caminho, no entanto, o príncipe arrasa a floresta, deixando atrás de si vasta destruição. Chegando ao seu reino, provoca a revolta do povo diante de tanta maldade, e é abandonado com os outros soldados, que lutam entre si até a morte. As filhas do cacique voltam para o Reino das Cinco Pontas, mas

Partiram com muita festa
no meio da alegria
mas no meio do mar
aconteceu a calmaria
e a rota do navio
foi outra que não sabia
Desviado da rota certa
ancoraram em outras zonas
na altura do Pará
no grande rio Amazonas
Depois de lára estudar
navegaram mais léguas nona
De rio acima subiram
cortando a linda floresta
e num recanto agradável
fizeram uma outra festa
sendo as ordens de lára
- a nossa casa é esta!²¹

²¹ *Idem*, p. 64.

Assim, é no Cariri que está a origem do mais simbólico dos mitos amazônicos: as mulheres guerreiras. Em alguns momentos do folheto têm-se a nítida impressão de estarmos lendo a aventura do descobrimento e conquista dos índios pelos portugueses. É impressionante a similitude do príncipe Ribamar com o português descobridor/conquistador, e destruidor das matas e da gente do reino nordestino. Ribamar deixa atrás de si só destruição, e a reconstrução do reino só foi possível num outro lugar: a Amazônia.

Mas se a Amazônia é o lugar onde se reconstruiu o reino perdido, lugar, portanto, da realização da utopia, e da redenção da conquista, é também morada de entes ferozes, como o Monstro do Rio Negro, outro folheto que encerra também grande valor simbólico para o tema que estamos discutindo.²²

Trata-se de um folheto, sem autoria identificada, que conta a história do mais terrível dos monstros, que não foi vencido por ninguém. Filho de um pajé que vivia no Rio Negro, da tribo Maué, o indiozinho desde menino era malvado, e aos quinze anos matou uma irmã e um irmão. Ofendeu a todos, e o pajé preparou-lhe uma puçanga, fazendo com que o rapaz ficasse doente, artifício que antecede a maldição proferida pelo pai. Retirando-se para a floresta, começa a transformação do rapaz em monstro, que ao longo de dez anos está terminada, e foi o monstro para o Rio Negro a matar todos os índios que tentavam detê-lo.

Quando completou um ano
em Rio Negro não tinha,
um só pajé feiticeiro
nem para fazer meizinha
e os índios se mudaram,
pois era o jeito que tinha.
O monstro se vendo só
entrou noutros afluentes,
do grande Rio Amazonas
matando todos os viventes
que se botavam pra ele,

se fazendo de valentes.
 Percorreu o Juruá
 Tefés, Purus e Xingu,
 Içá, Javari, Madeira
 Tapajós, Jari, Paru
 o Caquetá e o Trombetas,
 como assim o Maicuru.
 Percorreu o Jumundá
 Guruá e outros mais,
 comendo por toda parte
 poderosos animais; (...) ²³

Do Amazonas o monstro, esse devorador de índios que despovoou os rios, foi para o mar, sem encontrar um adversário que pudesse detê-lo. É difícil não associar o monstro com a colonização e o apresamento de índios escravizados. Quando nada mais havia na Amazônia que pudesse suprir suas necessidades, o monstro começou a aparecer nas praias do Nordeste, sem contudo molestar os homens. O poeta adverte que já enfrentou muitos animais fantásticos do bestiário nordestino, como burra-de-padre e lobisomens, sem nunca ter sido derrotado, marcando a superioridade do monstro amazônico sobre todos os entes do fabulário nordestino. Será que ele também devorará os homens do Nordeste?

Importa-nos que esse dois folhetos ilustram a presença no imaginário social da viagem circular entre o Nordeste e a Amazônia, sem que haja necessariamente pontos fixos de chegada ou de partida, mantendo-se o movimento como uma constante. Se há uma constante na literatura de cordel, esta é a mobilidade, dos vaqueiros e bois, dos cangaceiros, dos príncipes e cavaleiros salvando lindas donzelas.

A literatura de cordel nos permite discutir, portanto, como os próprios migrantes representaram sua condição, bem como os locais de onde partiram e onde pretendiam chegar. Desse modo, podemos confrontar como o Nordeste foi

²² O Monstro do Rio Negro. Recife, outubro de 1940. In: *Literatura popular em verso. Antologia*. Rio de Janeiro, MEC/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973, Tomo I. p. 221-229.

²³ *Idem*, p. 224.

representado, em suas ambiguidades, ora como uma terra má, sob o domínio da seca e da fome, ora como uma terra dadivosa, quando o inverno é generoso e há chuva para sustentar a agricultura, como podemos observar no folheto de Antonio Batista Guedes, *A vida sertaneja*, transcrito por Câmara Cascudo²⁴.

Quando o inverno é constante
o sertão é terra santa;
quem vive da agricultura
tem muito tudo que planta.
Há fartura e boa safra,
todo pobre pinta a manta ...

Dá milho, feijão,
tem fruta, tem cana,
melão e banana,
arroz, algodão,
as melancias dão
tantas como areia,
o gerimum campeia,
nas roças faz lodo...
Vive o povo todo
de barriga cheia!
(...)
Com o inverno se alegra
na mata o bravo veado;
nas locas o caitetú
fica todo arrepiado;
salta o mocó no serrote
quando vê o chão molhado...

Com vinte dias de chuva,

²⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. *Vaqueiros e Cantadores. Folclore poético do sertão de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1968, p. 253-254.

logo após a Vaquejada,
chega a fartura do leite,
manteiga, queijo, coalhada!
No tempo da Apartação
isto é que é festa falada!...

(...)

Se pega a chuva em janeiro,
Faz o povo a plantação;
Em fevereiro e em março
Quatro ou cinco limpas dão;
De vinte de abril em diante
Já comem milho e feijão...

Chega a abundância.
Reina a alegria,
Passa a carestia,
Passa a circunstância,
Com exuberância
A lavoura duplica
E uma vida rica
Passa o sertanejo;
Came gorda e queijo
Pamonha e cangica...

E então no mês de julho
O sol já fica mais quente,
Caem as folhas dos paus,
Seca o verde de repente,
É mes de pouco trabalho:
Folga quase tôda gente...

A rapaziada,
quase todo dia,

usa pescaria,
e muita caçada;
Vida bem folgada
Todo mundo passa,
de mel e de caça
Fazem seu vintém,
Trajam, passam bem,
Não choram desgraça...

Nisso, entra o mês de agosto
E aí começa o verão:
Entra-se em quebra de milho,
Bate-se e guarda o feijão,
Desmancha-se, então, a cana,
Descaroça-se o algodão.

Quando a safra é bôa
e o cobre se pega,
ninguém mais sossega
no sertão inteiro,
samba é balseiro,
bebedeira e jôgo,
por causa do fogo
que dá o dinheiro!...

Nesse folheto temos uma representação do sertão nordestino, como modelo ideal para o camponês, terra de fartura que corresponde ao trabalho empenhado em cada produção sazonal. Junto com a fartura, há a festa e o auxílio que fazem a rede de solidariedade na qual se insere o camponês. Para este poeta, o trabalho agrícola é compensador, quando há inverno, e a vida sertaneja pode transcorrer na tranquilidade e fartura, resultados do trabalho bem realizado.

Sobressai nesta descrição do sertão nordestino uma constante menção à comida, carnes gordas, leite e queijos, pamonhas, como numa sublimação da fome, marcando a contrapelo a carência alimentar que sofre o sertanejo, de tal modo a inserção do sertão no mercado capitalista tornou a fome endêmica.

Este Nordeste mitificado, recorrentemente representado em folhetos que tem como tema a migração, se desfaz com a seca. Seleccionamos para exemplificar um importante folheto de autoria de Leandro Gomes de Barros *A secca do Ceará*:²⁵

Sécca a terra, as folhas caem,
 Morre o gado sai o povo,
 vento varre a campina,
 Rebenta a secca de novo;
 Cinco, seis mil emigrantes
 Flagellados retirantes
 Vagam mendigando o pão,
 Acabam-se os animaes
 Ficando limpo os curraes
 Onde houve a criação.
 Não se vê uma folha verde
 Em todo aquele sertão
 Não ha um ente d'aqueles
 Que mostre satisfação
 Os touros que nas fazendas
 Entravam em luctas tremendas,
 Hoje nem vão mais o campo
 É um sítio de amarguras
 Nem mais nas noites escuras
 Lampeja um só pirilampo.(...)
 Tudo allí surdo aos gemidos
 Visa o aspecto da morte

²⁵ Leandro Gomes de Barros. *A secca do Ceará. Literatura Popular em verso. Antologia*. Rio de Janeiro/ Campina Grande; Fundação Casa de Rui Barbosa/ Fundação Universidade Regional do Nordeste, 1976, Tomo II. p. 270-276.

Como a nauta em mar estranho
Sem direção e sem Norte
Procura a vida e não vê,
Apenas ouve gemer
O filho ultimando a vida
Vai com seu pranto o banhar
Vendo esposa soluçar
Um adeus por despedida
Foi a fome negra e crua
Nodoa preta da historia
Que trouxe-lhe o ultimatum
De uma vida provisoria
Foi o decreto terrível
Que a grande penna invizível
Com energia e sciencia
Autorizou que a fome
Mandasse riscar meu nome
Do livro da existencia.

Junto com a seca, vieram a fome e a morte, e entre uma e outra, a retirada. Nada resta daquela vida sertaneja, nem a alegria, nem sequer vida. Inúmeros cordéis trataram da migração, entendida no mais das vezes como uma imposição natural da terra, sem se discutir as relações sociais que se desfazem com a seca, e através dela se perpetuam. A seca, e a consequente migração, são entendidas como um fatalismo que acomete o sertão periodicamente. No entanto, está presente naqueles versos muito mais do que denúncia social, ou análise socio-política, já que afloram sentimentos de dor, de desesperança pelo desenraizamento imposto circunstancialmente para aqueles que querem no

mundo agrícola se sedentarizar. Não é demais reafirmar, como disse Leandro, que se trata de uma “vida provisória.” Mas Leandro termina seu folheto com um dado inteiramente social, desnaturalizando migração e seca.

O governo federal
 Querendo remia o Norte
 Porém cresceu o imposto
 Foi mesmo que dar-lhe a morte
 Um mete o facão e roda-o
 O Estado aqui esfolia-o
 Vai tudo dessa maneira
 O município acha os troços
 Ajunta o resto dos ossos
 Manda vendel-os na feira.²⁶

Lembramos que a solidariedade entre os migrantes emerge em relação à adversidade que enfrentam longe da terra natal, e é o dado cultural que os une. Podemos, dessa forma, falar do cordel como uma memória sócio-cultural não só da migração, mas também dos feitos múltiplos para se manter a vida. Não é à-toa que, em outras poesias consagradas pela cultura erudita, podemos ouvir ressoando ao fundo a voz de um cantador.

Por trás do que lembro
 ouvi de uma terra desertada,
 vazia, não vazia,
 mais que seca, calcinada.
 De onde tudo fugia,
 onde só pedra é que ficava,
 pedras e poucos homens
 com raízes de pedra, ou de cabra.
 Lá o céu perdia as nuvens,
 derradeiras as suas aves;

²⁶ *Idem*, p. 276.

as árvores, a sombra,
 que nelas já não pousava.
 Tudo o que não fugia,
 gaviões urubus, plantas bravas,
 a terra devastada
 ainda mais fundo devastava.

Vou na mesma paisagem
 reduzida à sua pedra.
 A vida veste ainda
 sua mais dura pele.
 Só que aqui há mais homens
 para vencer tanta pedra,
 para amansar com sangue
 os ossos duros desta terra.
 E se aqui há mais homens,
 esses homens melhor conhecem
 como obrigar o chão
 com plantas que comem pedra.
 Há aqui homens mais homens
 Que em sua luta contra a pedra
 Sabem como se armar
 com as qualidades da pedra.²⁷

Em síntese, na literatura de cordel, é o sertão nordestino representado como uma terra boa para a vida camponesa, uma terra de fartura, mas com frequência acometida por fatalismos climáticos que destróem as plantações, matam o gado, secam as aguadas e expulsam os homens. De certo modo, o poeta não se deixa capturar completamente por uma representação uniforme de Nordeste, mostrando que são múltiplos esses Nordestes que ele percorre. No entanto, é como se o homem nordestino não tivesse como escapar de seu

²⁷ MELLO NETO, João Cabral. O Rio e a relação da viagem que faz o Capibaribe de sua nascente à cidade do Recife. *Obra Completa*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1995, p. 124. Negrito nosso.

destino adverso de eterno migrante.

Só Deus mesmo nos acode
pois o Nordeste não pode
salvar o seu pessoal.²⁸

Este mesmo poeta, que nos conta sobre a seca de 1942, desvenda os mecanismos de como a ajuda governamental se processa nessas ocasiões. A seca é descrita como um processo sazonal, apreendida a partir do calendário agrícola. Desde dezembro ela assola, e o que se plantou não “vingou”, morreu. Janeiro, fevereiro, março... em abril brotam os saques dos flagelados em Curema, Patos, Cajazeiras... Só então o governo toma providências, abrindo as frentes de trabalho, que naquele ano foram constituídas principalmente de construção de estradas de rodagem. Essa ajuda, no entanto, não é suficiente, pois pelo Nordeste a paisagem é uma só:

Aqui mesmo tem passado
Uma grande multidão
Uns buscando os trabalhos
E outros o Maranhão
Tanto que nesse trajeto
Vão deixando por completo
O ressequido sertão.²⁹

Ressalta neste folheto o aspecto *trabalho*. Para o poeta, no Nordeste, em tempos de seca, não há trabalho, apesar das frentes e da ajuda governamental,

²⁸ SILVA, José Bernardo da. Os horrores do Nordeste. Juazeiro do Norte, Ceará, 2 de agosto de 1942, in: *Literatura Popular em verso. Antologia*. Rio de Janeiro, MEC/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973, Tomo I. p. 242.

²⁹ *Idem*, p. 241.

não encontrando o homem alternativa para sobreviver à tragédia climática, a não ser a migração.³⁰

Certo que os nordestinos
São homens trabalhadores
Quando há um bom inverno
O sertão é de mil flores
Mas há 3 anos que cria
Seca, fome, epidemia,
Carestia e dissabores.
Faltou o pão para todos
E o pasto para o gado
A água pra todo mundo
Vive o povo aperriado
Quem vai para o Maranhão
Chega lá bate sezão
Finda morrendo coitado.³¹

A migração para o Maranhão, porta de entrada da Amazônia, também não aparece aqui como uma solução viável para os dramas nordestinos, pois para o poeta, se não se morre de fome no Nordeste, morre-se na Amazônia de malária.

Migrar, também no cordel, aparece como um processo naturalizado. Por mais que o migrante aceite esse destino, ainda assim aparece muito claro que ninguém gosta de se mudar.³² Também nos folhetos à migração associam-se aspectos como a pobreza e a miséria. O que de uma certa forma explica o mito do retorno, ou seja, de que a migração é sempre temporária, já que se coloca como

³⁰ Mesmo nas épocas normais, em sua maioria, os trabalhadores agrícolas do Nordeste eram temporários, havendo por todo o sertão carência de trabalho remunerado. Ver: FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*, p. 143 e *passim*.

³¹ SILVA, José Bernardo da. Os horrores do Nordeste..., p. 242. Observe que o Maranhão aqui significa a Amazônia. Sobre a migração para o Maranhão (Amazônia oriental) ver: MUSUMECI, Leonarda. *O mito da terra liberta (colonização espontânea, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental)*. Rio de Janeiro, Anpocs/Vértice, 1988.

³² Esta é uma observação válida até para períodos recentes, quando a migração para o sul já era predominante. Ver: LUYTEN, Joseph M. Migrações no Brasil. Estórias de retirantes. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 6, n. 2, p. 233-268, 1990.

perspectiva a volta à terra natal. O Nordeste aparece sempre como o *oikos*, o lar para o qual todo viajante almeja voltar, o ponto de partida para onde se deve retornar.

Há no entanto um ponto de tensão no corpo dos textos de cordel, a respeito do Nordeste como *oikos*: as profecias de Padre Cícero. Os folhetos que tratam das profecias começam a aparecer após a morte do padre: numa manhã de 1937, “Padim Ciço” teria aparecido defronte da matriz de Juazeiro e começado a falar do fim do mundo, ou do mundo como ele é conhecido, e do que o crente pode fazer para se salvar.³³ Em um desses folhetos, associa-se diretamente o Nordeste com o Egito, o cativoiro, as pragas e o Êxodo.

E sobre os gafanhotos
muitas vezes ele falou
os incrédulos duvidaram
mas meu padrinho não errou
porque a maldita praga
de gafanhoto chegou
(...)
Não é somente esta praga
que o povo vai sofrer
castigos e mais castigos
inda hão de aparecer
são doze pragas e não pode
uma delas se perder.³⁴

Essas profecias se assentam num tripé básico que aproximam os folhetos que versam sobre as “queixas do Nordeste” e as profecias milenaristas: fome, peste e guerra. No folheto *A guerra do Juazeiro em 1914*, de Antônio

³³ Sobre os cordéis e as profecias do Padre Cícero ver: CASCUDO, Luís da Câmara. *op. cit.*; VALENTE, Waldemar. *Misticismo e Região (aspectos do sebastianismo nordestino)*. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1963; COSTA, Roberto Aurélio Lustosa da (coord.). *Antologia da literatura de cordel*. Fortaleza, Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1978.

³⁴ SILVA, Caetano Cosme da. A praga de gafanhoto no sertão paraibano. in: *Literatura popular em verso. Antologia*. Rio de Janeiro, MEC/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973, Tomo I. p. 245-249.

Batista, Padre Cícero já teria falado de uma “*terra da mãe de Deus*” que “*guerra nenhuma devora*”, e onde

o mundo vira degrêdo
quem não chegar logo cedo
fica do lado de fora³⁵

Para o poeta João de Cristo Rei, considerado o arauto de Padre Cícero, no folheto *A profecia misteriosa sobre os trez dias de escuro*, haverá uma “limpeza” que separará os bons e vivos, dos ruins e mortos.

Quando isso acontecer
na terra da promessa
acaba-se a má semente
floresce a religião
chega o bom tempo de novo
melhora a situação³⁶

Um outro poeta, Gregório Gomes, associa mais diretamente as profecias com a migração:

Daqui até 45
tem muito o que aparecer
coisa de causar grande medo
fazendo o povo tremer
e para todos ficar ciente
basta saber toda gente
que eu me mudei para não ver
(...)
Os horrores são demais

³⁵ BATISTA, Antonio. A guerra do Juazeiro em 1914 in: *Literatura popular em verso. Antologia, tomo I*, p. 350.

³⁶ REI, João de Cristo. A profecia misteriosa sobre os trez dias de escuro. In: COSTA, Roberto Aurélio Lustosa da (coord). *Antologia da literatura de cordel. op. cit.* Vol. 1 p. 153-156.

que muito breve há na terra
o que não morrer de fome,
morre de peste ou de guerra³⁷

Não é sem propósito que fizemos presente aqui as profecias milenaristas manifestas no cordel, e atribuídas ao Padre Cícero. Na verdade, quando o Estado Novo promove a migração para a Amazônia, a partir de 1942, temos uma incrível conjunção do tripé já referido: a seca (fome e peste) e a Segunda Guerra Mundial, que tornam presentes os dias da Besta Fera, num tempo em que o chefe da Nação anuncia a conquista da terra da promessa.

Não podemos atribuir às profecias milenaristas o poder de terem provocado a migração, mas seria temerário não considerar este elemento poderoso do imaginário social nordestino, que em pontos bastante precisos se aproximam da propaganda do Estado Novo. É preciso considerar um outro elemento, ou seja, que no cordel, a imagem de Getúlio Vargas não só é cercada de uma aura mística, mas representava possibilidades de libertação ao jugo secular.³⁸ É a tirania e o mandonismo do “nobre” que Getúlio combate, na imaginação dos poetas, com sua legislação trabalhista. Quanto ao Estado Novo, parece que os trovadores deram apoio ao golpe de 37:

O Brasil de Norte a Sul
Tem grande admiração
A esse grande estadista
Que hoje dirige a Nação,
O chefe do Estado Novo
Conquistou a alma do povo
Do litoral ao sertão.³⁹

³⁷ GOMES, Gregório. In: CASCUDO, Luís da Câmara *op. cit.* p. 100.

³⁸ Lessa, Orígenes. *Getúlio Vargas na Literatura de Cordel*. Rio de Janeiro, Editora Documentário, 1973.

³⁹ João Martins de Athayde “Homenagem da musa sertaneja ao grande chefe da Nação Doutor Getúlio Domelles Vargas, e ao digno interventor pernambucano Agamenon Sérgio Magalhães” in: LESSA, O *op. cit.* p. 90.

Embora Athayde tenha produzido o cordel acima "de encomenda", ainda segundo Lessa, seria justo assinalar que todos os outros o fizeram com insuspeição, na medida em que falaram do mesmo modo depois da queda de Getúlio:

Não estão bajulando a autoridade. Apoiam um político vencido, embora lutando pela sua volta ao "trono". E isto torna mais particularmente curiosa a sua atitude. Para eles o Estado Novo é a fuga a um regime de opressão que todos sempre sentiram em sua própria carne ao longo do passado. Os tiranos sertanejos, os tubarões gananciosos, os coiteiros do cangaço, os opressores de sempre, a justiça a serviço do mandonismo, os politiqueiros que sempre pensam no povo na hora das eleições e das promessas para não cumprir, o cativeiro real em que vivem, são os males que julgam desaparecido com o Estado Novo. A limitação da liberdade, por ele implantada, não tem novidade nenhuma para quem sempre viveu na sujeição. Eles vêm o Estado Novo não como instituição contra suas liberdades civis, mas como "acouxo" contra os "nobres". E isso para eles é uma vingança tardia, mas digna de "aprôvo".⁴⁰

Essa imagem de Getúlio não pode ser tomada como resultado direto da propaganda política do DIP, ainda que em alguns cordéis ela seja bastante visível.

Mas retomemos o rumo do *oikos* nordestino que estávamos tratando. Também nos cordéis produzidos na Amazônia, ou que sobre ela versam, a comparação entre a vida nas duas regiões faz com que o Nordeste, por contraste, apareça como uma terra dadivosa, para onde se quer voltar. Vejamos como os poetas nos contam as histórias desses migrantes nos seringais.

⁴⁰ LESSA, O *op. cit.* p. 94.

2. Cantadores das viagens pela Amazônia.

Em meio a tantas vozes dissonantes, falando ao mesmo tempo sobre a Amazônia, a migração de trabalhadores nordestinos para os seringais, e a vida nessas paragens florestais, poderíamos ser tomados pela ilusão de que, desses homens, não houvesse voz alguma, apenas o silêncio.

Chegamos bem perto disso. Num primeiro momento, pensamos que apenas pudéssemos apreendê-los na voz dos outros. Felizmente, contudo, os migrantes aparecem, sim, com voz própria, para nos dizer como foram essas viagens, porque as viagens que fizeram foram múltiplas, às vezes não coincidentes com os propósitos das políticas públicas ao incentivar a migração. Não estamos, portanto, condenados ao silêncio, ou a escutar essa história na voz dos outros. O problema, muitas vezes, foi querer ouvir uma história única, quando o que temos é uma polissemia.

O que vamos fazer agora é operar um deslocamento no campo dos sentidos de Amazônia que viemos traçando até o momento, para então podermos escrever a outra história, aquela que o migrante nordestino nos conta.

“Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram?” - pergunta-se Benjamin.⁴¹ Sabemos que só há um lugar onde nos postar para ouvir, e não para prestar voz aos vencidos. Este lugar é o tempo carregado de agoras, o tempo que foi explodido do *continuum* da história.

Não podemos redimir os milhares de migrantes que morreram na floresta amazônica, simplesmente contando suas histórias. Para um migrante, a única redenção possível seria a concretização dos sonhos que o levaram a migrar. Apenas eles podiam se redimir.

Vamos deslocar essa história dos sentidos postos pelo Estado Novo no projeto de salvação para a Amazônia, trazendo à tona os muitos sonhos dos migrantes. Ainda que esses sonhos tenham sido urdidos naquela trama, não o foram exclusivamente por ela. Os migrantes não sonharam com o progresso da

Amazônia, mas com a redenção de suas vidas. Diferentes sentidos de história que se realizam em tempos diversos, pois o tempo do progresso não é, necessariamente, o tempo da redenção.

Temos em alguns folhetos de cordel a narração da história da migração nordestina para os seringais, dos principais problemas que os migrantes enfrentaram na floresta, dos sonhos de migração e da perda desses mesmos sonhos, ou seja, da desilusão.

Devemos a recolha de literatura de cordel na Amazônia a José Carvalho, Jorge Huley, Pompílio Jucá, que observaram a afluência de poetas populares para a Amazônia, e em especial para Belém. Ao desbravarem e povoarem muitos rios da Amazônia, em busca dos seringais, os migrantes tornaram possível a ampla circulação dos folhetos. Este foi um fenômeno observado também a partir do Nordeste, pois em 1903, com a publicação do *Cancioneiro do Norte*, por Rodrigues de Carvalho, "já encontramos registrada a motivação principal da busca da Amazônia pelos nordestinos em abundantes poesias. Surgem publicados, os primeiros documentos do ciclo dos seringais."⁴²

Famosos poetas populares no Nordeste tiveram sua experiência na Amazônia e lá encontraram motivos para poetar e pelejar. Silvino Pirauá, Firmino Teixeira do Amaral, Chagas Batista, João Melquíades Ferreira, Patativa do Assaré, Cego Aderaldo, e tantos outros... "A Amazônia já se tornara o rumo certo de muitos poetas", assim como de muitos outros nordestinos.

Francisco das Chagas Batista deixou pelo menos dois folhetos que falam da região: *A Amazônia* e *A questão do Acre*, este último narrando a epopéia acreana. O folheto *Descrição do Amazonas* tem co-autoria de seu irmão Antônio Batista Guedes. Firmino Teixeira do Amaral é, dos poetas que produziram na Amazônia, o mais conhecido.

Existia em Belém uma famosa editora de cordel, a Guajarina, de propriedade do pernambucano Francisco Rodrigues Lopes, que publicou dezenas

⁴¹ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. in: *Obras escolhidas I*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 223.

⁴² SALLES, Vicente. *Repente e Cordel*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Folclore, 1985, p. 19-20.

de folhetos e esteve ativa até o final da década de quarenta. Os folhetos da Guajarina tiveram larga repercussão e consumo atestado pelas numerosas e sucessivas edições. A irradiação da editora era tal que seus folhetos podiam ser adquiridos em Manaus; Rio Branco e Xapuri (Acre); Santarém e Marabá (Pará); São Luís, Caxias, Amarante e Icatu (Maranhão); Teresina e Parnaíba (Piauí); Fortaleza e Juazeiro (Ceará), Natal (Rio Grande do Norte) e Campina Grande (Paraíba), cidades "onde se localizaram seus agentes, responsáveis, por sua vez, pela irradiação nas proximidades, feita por vendedores ambulantes."⁴³

O fluxo de poetas e cantadores para a Amazônia tornou significativa a presença do Nordeste no folclore daquela região. Resultou, como não podia deixar de acontecer, na incorporação dos estilos e tendências da poesia sertaneja ao folclore amazônico.

Segundo Salles, os poetas descrevem a Amazônia com grande objetividade, já que a conheceram de perto. Os motivos que levaram os poetas à Amazônia foram os mesmos dos demais migrantes, ou seja, as condições de vida nos sertões periodicamente assolados pelas secas e as perspectivas de reconstrução da vida pelo enriquecimento rápido.⁴⁴

Belém e Manaus, como pontos de passagem obrigatórios para a região dos seringais, exibiam o triste espetáculo da miséria do nordestino retirante circundado da maior riqueza. A *Belle Époque* produzida pela borracha não conseguia esconder das ruas da cidade a situação de penúria em que a grande maioria aportava na terra da promessa. A *Província do Pará*, no início do ano de 1889, clamava a favor desses retirantes, a grande maioria rejeitada pelos aliciadores de mão-de-obra, que recrutavam apenas os mais jovens e aptos.⁴⁵

Os migrantes chegavam em Belém e, quando não se dirigiam imediatamente aos seringais, já arregimentados nos locais de origem, buscavam moradia nas pensões e hospedarias e faziam crescer os arrabaldes da cidade. O romance *O Gororoba*, de Lauro Palhano, nos mostra a Belém dos migrantes nordestinos.

⁴³ *Idem*, p. 151-152.

⁴⁴ *Idem*, p. 110.

⁴⁵ *Idem*, p. 111.

O progresso crescente de Belém seduzia as populações nordestinas, fugidas à agressividade dos sertões. Os contractos de colonizações agrícolas por imigrantes estrangeiros, a tanto por cabeça, enricava os felizardos concessionários, atraindo aqueles.

Do Nordeste vinham flagelados e inválidos; da Europa, inválidos e expertos. Dos nacionais, os fortes iam para a seringa; os europeus atiravam-se ao comércio e outras profissões ativas. Os inválidos de ambas as procedências invadiam a cidade esmolando e furtando.

Belém recebia parasitas em vez de braços. A chamada colônia cearense, ao longo da Estrada de Ferro de Bragança, era a única a produzir. Os núcleos estrangeiros, passado o período de alimentação oficial, despovoavam-se.

Desta invasão nasceram e cresceram os bairros miseráveis circundando a cidade em enorme curva, do Bagé ao Val-de-Cães, nos limites da mata. Os naturais, sem ambições e sem desvelos, viviam satisfeitos. As populações imigradas, ávidas de dinheiro, formavam o rebulício, as competições nos empregos...

(...) A miséria ia crescendo, estreitando o cerco a cidade. Levantavam-se cortiços, verdadeiros jiraus, nas zonas baixas e alagadas ou ranchos de ubi e taipa, chão de terra batida, nas zonas enxutas. Viviam aí indigentes e vagabundos, pobres, promiscuando a pobreza e a peste.⁴⁶

Essa Amazônia, que muitos teimam em descrever a partir do fausto e da riqueza originárias do trabalho dos migrantes nordestinos nos seringais, tinha também feições marcadamente nordestinas, pois para se criar um ambiente tipicamente nordestino, presentificá-lo, são elementos suficientes referir-se à literatura de cordel, citar alguns versos, ou mesmo ambientar um cantador. Por outro lado, nada é mais típico de Belém do que o mercado do Ver-o-Peso, onde o transeunte podia ouvir uma peleja, ou mesmo comprar um folheto de cordel numa das bancas mantidas pela Editora Guajarina.

⁴⁶ PALHANO, Lauro. *O Gororoba. Scenas da vida proletaria*. Rio de Janeiro, Edição da Terra de Sol, 1931, p. 105, 109-110.

Os cordéis que têm o seringal como tema não se diferenciam, no trato da questão social, daqueles que denunciam os maus padrões nordestinos ou a seca, pois na sua estrutura narrativa são em muitos aspectos semelhantes. Sobressai o caráter de lamento, mais ou menos impotente. Assim como nos cordéis onde o herói se confronta com algum poderoso senhor de engenho, em *O Nero do Amazonas*,⁴⁷ as contradições sociais ficam reduzidas a um conflito entre o bem e o mal, individualizando-se nos personagens em confronto, e resolve-se quase sempre mediante a coragem pessoal e a luta corporal.⁴⁸ Esta semelhança encontra-se presente inclusive na descrição da natureza, onde a paisagem nordestina prevalece sobre a amazônica. Esta não é, no entanto, a regra geral. Ao contrário, como já afirmamos, os poetas descrevem com bastante realismo a natureza amazônica, mas gostam sobretudo de contrapor-lá à natureza nordestina, como podemos observar no cordel *A despedida do seringueiro*. Enquanto o Nordeste aparece como uma boa terra, cheia de fartura, a Amazônia é descrita como uma “terra de lama”. No entanto, o que torna a vida na Amazônia tão ruim, não é o desconhecimento, ou estranhamento, do mundo natural, mas as relações sociais que são totalmente permeadas, dominadas pelo dinheiro, ambigualmente o motivo pelo qual o poeta migrou. Por isso, na despedida ele prefere se retirar para o Nordeste, pois o sonho de conseguir dinheiro se transforma em pesadelo, e a Amazônia uma terra de misérias. Quanto mais trabalhava, mais devia ao barracão, pois tudo o que ganhava, tinha que gastar com comida ou com remédios:

Vou-me embora, vou-me embora
Pra minha terra natal
Diabo leve a seringa
E o dono do seringal;

⁴⁷ Cordel publicado em SUASSUNA, Ariano. Coletânea da poesia popular nordestina. *Deca. Revista do Departamento de Extensão Cultural e Artística*. Recife, v. VI, n. 7, p. 85-92, 1967.

⁴⁸ MENEZES, Eduardo B. de. Estrutura agrária: protesto e alternativas na poesia popular do Nordeste. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. XI, n. 1-2, p. 29-61, 1980. São exemplos desse processo uma série de cordéis de autoria de Francisco Sales Arede, composta de três folhetos: O negão do Paraná e o seringueiro do Norte, O coronel Mangangá e o seringueiro do Norte, e O encontro do irmão do negão do Paraná com o seringueiro do Norte. Ver: SUASSUNA, Ariano. *op. cit.* Para comentários sobre esses cordéis ver: LONDRES, Maria José de. *Cordel. Do encantamento às histórias de luta*. São Paulo, Duas Cidades, 1973.

Que na minha terra eu como
Sem despendar um real!

Lá plantava a mandioca,
A melancia, o melão,
Mondubim e macacheira,
Por entre milho e o feijão,
Remexia na patrona,
Não me faltava um tostão.

Nesta terra de miséria,
De riqueza apregoadá,
Que parece ser mentira
De uma rude caçoadá,
Eu não quero mais viver,
Vou tocando em retirada.

De carne velha inda levo
Minha barriga inflamada
De gorda só levo as pernas,
De uma moléstia malvada;
Dinheiro ... nem um vintém
Só levo conta e ... mais nada.

Vou-me embora, vou-me embora
Prá minha terra natal;
Levo uma conta de tudo,
No bolso ... nem um real:
Tudo foi-se em tratamento
No barracão do hospital.

Vou-me embora, vou-me embora
Vou plantar meus jerimuns,
Embora que as chuvas falem

Sempre há os camapuns,
Ao menos lá eu não sofro
Estes malditos piuns.

Na minha terra eu já sei
Onde moram os tatus,
A dormida dos veados,
A comida dos jacus,
A capoeira onde correm
As ligeirinhas nambus.

Pra casa vinha cantando
Minha chula, meu baião,
Sem sofrer carapanãs
Dependurados na mão;
Comia mocó, preá,
Sem dever ao barracão.

À porta minha Joana
Vinha logo me encontrar,
Dava-me um riso brejeiro,
Ia o fogo renovar.
E nele punha a chaleira
Para a água aquecer.

Quando rompia a manhã
O leite eu ia tirar;
Joana fazia o pão
Para com ele almoçar,
E depois ... quantos prazeres
Entre nós pra desfrutar!

Adeus, oh! terra de lama!
Vou plantar meus gerimuns.

Dos veados ver a cama
 E o despertar dos anuns,
 Viver com a minha Joana,
 Sem o ferrão dos piuns.⁴⁹

Neste caso é o Nordeste que se torna novamente uma terra da fartura, ambigualmente garantida pela não necessidade do dinheiro a permear a vida cotidiana, em oposição à vida miserável nos seringais amazônicos, para onde se migrou pensando ganhar muito dinheiro.

Para o poeta, não se passaria fome no Nordeste, não fossem os períodos de seca. Outro aspecto bastante salientado pelo poeta, favorecendo o Nordeste na comparação, é a existência de uma vida familiar, afetiva, o que não existia no seringal. De uma certa forma, a presença da sua mulher Joana faz do Nordeste uma terra melhor, ou pelo menos mais suportável.⁵⁰

Segundo Santos, “a analogia é o processo dominante de percepção da realidade, segundo o qual o poeta expressa sua visão de mundo.”⁵¹ A presença do Nordeste nos cordéis sobre os seringais, no entanto, não pode ser pensada apenas como recurso narrativo utilizado pelo poeta para estabelecer comparações, pois se trata do *oikos*, o lugar para onde se deseja voltar. Desejo que, se concretizado, eliminaria uma condição tida como degradante: a de migrante.

O que é comum nos folhetos que descrevem a vida nos seringais é o caráter ilusório, enganoso, dos sonhos que motivaram a ida para a Amazônia. Os sonhos de riqueza, de se conseguir rápida fortuna, soçobram nas malhas do aviamento. Ao narrar em primeira pessoa, o poeta confere à sua história um cunho de veracidade, narrando uma experiência de vida, considerando uma felicidade ter

⁴⁹Poeta não identificado, reproduzido por CARVALHO, José Rodrigues de. *Cancioneiro do Norte*. Parahyba do Norte, Typ. Da Livraria São Paulo, 1928, p. 205-207.

⁵⁰É importante considerarmos os aspectos subjetivos, de descentramento, que a ausência de vida familiar e afetiva provoca nos migrantes. Enquanto que na poesia de cordel temos uma posição das emoções dessa ausência, forçada pelo sistema de aviamento, na literatura “erudita” aparece como uma anomia social, imputada ao migrante, como se a anomia fosse o resultado das ações do migrante.

⁵¹SANTOS, Olga de Jesus. O povo conta história. in: *O Cordel. Testemunha da História do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987, p. 19.

sobrevivido para contar a história, como Firmino Teixeira do Amaral, em *O rigor do Amazonas*.⁵²

Vou manifestar ao público
Um pouquinho da história
Da vida do Amazonas
O que gravei na memória
Onde estive seis anos;
Fui feliz contar victoria.
Lá bebi gota de fel,
Daquelle bem amargoso,
Dei graças a Deus sahir,
Me julgo bem venturoso;
Hoje sei que o Amazonas
É um sonho vil, enganoso!

Em um outro cordel, também de Firmino Teixeira do Amaral, *A vida dos seringueiros*,⁵³ o caráter verídico, de experiência, é novamente ressaltado, bem como a ilusão de riqueza. Mais importante ainda, o poeta alerta aos leitores que, se da Amazônia alguém contar façanha, é porque por lá não esteve:

Neste livrinho descrevo
a vida dos seringueiros
na luta do Amazonas
entre patrões camiceiros
aonde impera a ilusão
e não se vê compaixão
nem nos próprios companheiros

Amazonas é um filtro
aonde reina a ilusão

⁵² AMARAL, Firmino Teixeira do. *O rigor no Amazonas*. in: SALLES. V. *op. cit* p. 118.

⁵³ AMARAL, Firmino Teixeira do. *A vida dos seringueiros*. in: TERRA, Ruth Brito Lemos. *A literatura de folhetos nos fundos Villa Lobos*. São Paulo, IEB/ USP, 1981.

suplício da mocidade
 vereda da perdição
 céu dourado da riqueza
 força cruel da pobreza
 escada do turbilhão

Só conhece o Amazonas
 só quem lá já trabalhou
 porém quem conta façanha
 é porque lá não lutou
 e se lutou teve sorte
 não conversou com a morte
 e nem da sezaõ provou

O Amazonas é peito
 aonde o crime se cria
 recreio das ilusões
 teatro da fantasia
 degredo da mocidade
 capa da perversidade
 repouso da tirania

A ilusão da riqueza amazônica, no entanto, já se desfazia com a crise da borracha, que afetava tanto os patrões quanto os seringueiros, e

Quem em onze não saíu
 Hoje está prisioneiro.

Só que o poeta também deixa claro que fortes elementos dessa ilusão estão presentes no sistema de recrutamento dos trabalhadores no Ceará. O poeta percorre um trajeto clássico quando se trata de seringal, que se inicia no recrutamento e termina no paroara, ou seja, o Nordeste como ponto de partida e de retorno. O elo que fecha esse círculo é naturalmente o paroara, que tem a força

para manter a ilusão da riqueza amazônica. Não fosse a possibilidade de se tornar um dia um paroara, ninguém migraria...

No entanto, no momento em que escreve, Firmino Teixeira do Amaral já deixa perceber as fissuras que abalam essa imagem, e que se centra na figura do patrão. A imagem da riqueza amazônica passa a ser um elemento importantíssimo no *discurso* do patrão-arregimentador, como um atributo de sua honestidade e correção:

Os tais patrões quando baixam
em busca do pessoal
fazem do Amazonas
paraíso terrestre
dizem prometendo ouro
minha casa é um tesouro
é um céu meu seringal

Mas o migrante não deve se fiar nessas histórias de riquezas e de patrões honestos que lhe contam, pois

Os patrões dizem assim
quando é para lançá-los
oferecem mil vantagens
até a bordo botá-los
se prestam dignamente
para depois cruelmente
no cativeiro jogá-los

Os pobres que não conhecem
a vida do seringal
e ouvem dizer que lá tem
riqueza descomunal
correm tras da riqueza
mas só encontram pobreza

na luta triste infernal

Aqui a analogia se faz presente, e bastante forte, como recurso narrativo, pois o poeta no folheto *O rigor do Amazonas* se dedica a comparar os bons e maus patrões:

A lucta do Amazonas
Para quem tem saldo ou não,
Não há quem seja feliz
Tendo um patrão ladrão
Que com uma bala de rifle
Paga o saldo do christão.

(...)

Quando o seringueiro encontra
Por exemplo um bom patrão
Está com a vida ganha
E o thesouro na mão;
Só não fará a fortuna
Se perseguir-lhe a sezão

Mas não é a existência de bons ou maus patrões que garante, por si só, a boa sorte dos seringueiros em conseguir saldo. O poeta passa a descrever todos os mecanismos que aprisionam o migrante nos seringais, iniciando com a própria viagem, que é apresentada como uma antevisão do pesadelo que o espera. Tudo o que era apresentado como *mel*, se transforma em *taça de fel*, a começar pela comida que é oferecida nos gaiolas e se concretizando em uma ferrenha vigia para que o trabalhador não fuja do barco. Chegando ao seringal, momento em que é aviado e que percebe a quanto se avulta sua dívida, dá-se a consciência do engano, o arrependimento:

Quando o patrão tira a conta
o pobre fica assombrado
sente-se arrependido

em pra lá ter embarcado
 diz assim consigo só
 se meu Deus não tiver dó
 sei que estou desgraçado.

Se for fraco de espírito
 não cansa em se maldizer
 chora a finda liberdade
 trata de esmorecer
 antes de na luta entrar
 já chora para voltar
 mas lamenta em não poder

E aqui as imagens do seringal não se diferenciam muito daquelas que aparecem nos romances escritos pela elite intelectual. O seringal é para o migrante um desterro, cujo único consolo *no negror da solidão* são *as prosas dos camaradas*. O processo de trabalho no seringal é uma labuta insana, para no final constatar que trabalhou para o patrão.

Vivem os pobres sucumbidos
 neste miserável estado
 lutando sem perder tempo
 para depois ser roubado
 nas privações que se acha
 faz mil quilos de borracha
 e ainda fica enrascado
 (...)

O que faz, no fim do ano
 não dá pra pagar a conta
 em cima do miserável
 o desengano se monta
 a desventura lhe arrasta
 a liberdade lhe afasta

o cativoiro lhe afronta

Mesmo que, ao final de alguns anos, consiga saldo, é enganado pelo patrão que lhe dá uma ordem de pagamento que não é respeitada pelo aviador em Manaus ou Belém, ou então é roubado no navio *por grupos de jogadores e gatunos chapados*. Para aquele que consegue vencer todas as artimanhas, e sair vivo dos seringais:

Quem de lá volta com vida
E quatro contos na mala,
Escapou do beriberi
Da emboscada, da bala,
Pode crer que todo dia
Com Deus e os anjos fala.

Quem volta do Amazonas
Com dinheiro e com saúde,
É tão feliz quanto Lazaro
Que coberto de virtude
Ergueu-se em nome de Deus
Já morto no ataúde.

Já lutei e tive sorte
Em sair de tal cadeia,
Porque lá vi se matar
Gente no rigor da peia!
Fui tão feliz quanto Jonas
No ventre duma baleia.⁵⁴

Nos cordéis que arrolamos, podemos divisar uma estrutura que engloba todo o processo. Em primeiro lugar, o sertão nordestino é descrito como o Paraíso. Para o pequeno produtor, é terra de muita fartura, que sem muito

⁵⁴AMARAL, Firmino Teixeira do. O rigor no Amazonas, in: SALLES, V. *op. cit.* p. 118-122.

trabalho produz o essencial para a vida, conduzindo o homem à felicidade. A queda do Paraíso resulta da seca e temos como consequência a expulsão (migração). Por último, é a vida no seringal descrita como um eterno penar, resultado da queda do Paraíso, que leva mais uma vez à imagem do inferno.

Mas nem sempre. Em alguns cordéis aparece a imagem da revolta contra a espoliação típica do sistema de aviamento. Esses folhetos nos mostram que a história oficial tem passado ao largo da vida desses homens. O que temos no cordel é uma história de sobrevivência cotidiana, a história vivida, enquanto a história oficial aparece como mais uma ficção. O poeta escreve para quebrar o silêncio que se impõe sobre as histórias dos desvalidos.

Nos cordéis que tratam dos grandes personagens da História do Brasil, segundo Santos, percebe-se um componente de predestinação, que nada mais é do que influência da concepção judaico-cristã da história, onde a “promessa” desloca a perspectiva histórica do presente para o futuro e inclui, necessariamente, o trajeto da provação, da dor e do sofrimento, a fim de se atingir a realização histórica plena, ou seja, a redenção. Uma história messiânica.⁵⁵ Que em última instância pouco se diferencia dos feitos que os heróis devem cumprir para realizar o seu destino. O cordel da Amazônia contou as histórias de algumas lutas desses homens anônimos, tratados como heróis que vinham fazer com que a promessa de libertação se realizasse.

Segundo Vicente Salles, na década de 20 acentuaram-se os estados de tensão social na Amazônia, tanto nas colônias, quanto nos seringais, e um certo “espírito revolucionário” percorreu a planície, “ao mesmo tempo que o país, como um todo, exigia mudança e atualização de sua política social e econômica.”⁵⁶ Essa tensão foi expressa em algumas rebeliões que criticavam o sistema de aviamento, e que foram narradas em cordel. Um dos folhetos trata de um acontecimento histórico preciso, a revolta de Arumanduba, no rio Jari, nos seringais do senador José Júlio de Andrade, capitaneada pelo seringueiro Cesário de Medeiros.⁵⁷

⁵⁵ SANTOS, Olga de Jesus. O povo conta história. in: *O Cordel. Testemunha da História do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987, p. 11.

⁵⁶ SALLES, V. op. cit. p. 123.

⁵⁷ *O caso do Jary. História completa*. Editora Guajarina s/d, 43 p. *Acervo Cavalcante Proença* Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa.

É curioso que neste folheto o poeta logo avisa que a história que vai contar, soube através das notícias do jornal. Revela, de antemão, um estado de agitação que teria percorrido Belém quando se soube que os seringais do senador José Júlio teriam sido tomados por cangaceiros. Talvez este seja um aspecto que nos permita entender porque o poeta resolveu fazer um folheto sobre um assunto já por todos conhecido, pois observamos que não se sente ameaçado em ceder primazia ao jornal na difusão das notícias. Dois pontos são importantes: primeiramente, esclarecer que não se tratava de um bando de cangaceiros, mas dos próprios trabalhadores do senador que se rebelavam contra a tirania dos prepostos e dos mandantes; e depois o fato de que o povo leitor sempre espera pelo poeta, aguarda sua chancela e detalhes que não encontra nas notícias do jornal.

O motivo da revolta, que levou o amazonense José Cesario Medeiros a reunir em torno de si mais de setecentos trabalhadores dos seringais do Jari, principalmente migrantes do Nordeste, foram as péssimas condições de vida e o sistema de escravidão posto em prática pelos prepostos do senador na região de seu domínio.

Dinheiro nunca pegaram
e saldo nunca tiveram,
pelo menos aos jornais
foi o que todos disseram,
e acabar com tal regimen.
um dia se dispuzeram.

Os trabalhadores revoltados conseguem um gaiola e descem o rio para Belém. Lá chegando encontram a polícia de prontidão, mas Cesario entrega todo o armamento e conta às autoridades que a única coisa que queriam era sair do seringal:

Todos louvam a Cesario
por ser moço destemido,
pois se nunca fosse elle

estava tudo perdido,
 pois não se faz actos desses
 sem um chefe decidido
 Realmente esse Cesario
 foi um heroi arrojado
 pois não quis que no caminho
 ninguém fosse saqueado,
 apenas queria ver-se
 do seringal libertado.

Aqui é importante ressaltar a figura do herói popular na literatura de cordel, cujo significado pode ser entendido “na medida em que o seu destino tenha tido uma finalidade social e um objetivo coletivo”, conforme afirmou Peloso⁵⁸. Pouca diferença faz se o herói é Carlos Magno, Oliveiros, Lampião ou Cesário, pois todos sinalizam para um substrato mais profundo, qual seja, a revolta. “Histórias e lendas revivem, assim reformuladas, num quadro de novos valores em que epopéias de fundo histórico passam a representar, mudado o contexto, ânsia, necessidade e desejo de revolta de uma condição social muitas vezes dramática.”⁵⁹

Cantar as revoltas, portanto, está na tradição do cordel. É instigante quando pensamos que o cordel é a sublimação do que efetivamente não se tem condições de fazer: derrotar os poderosos e acabar com as injustiças do mundo. Ao herói e campeão popular confia-se um “desejo de desforra que tem raízes profundas, obliteradas pelos séculos, mas sempre prontas a reflorescer com suas antigas e obscuras razões de revolta.”⁶⁰ No entanto, para além de uma sublimação imediata, há um outro aspecto a ser considerado a respeito da expressão artística popular, qual seja, o de fazer da lenda, “um momento de reflexão mais geral sobre as razões mesmas do seu viver, uma exigência de esclarecimento da experiência

⁵⁸ PELOSO, S. *O canto e a memória. Histórias e utopia no imaginário popular brasileiro*. São Paulo, Ática, 1996, p. 105

⁵⁹ *Idem*, p. 106.

⁶⁰ *Idem*, p. 175.

histórica e social que está na sua origem e, por isso mesmo nas suas motivações profundas.”⁶¹

Mas o cordel que tratou da revolta de Arumanduba também buscou dar voz aos companheiros de infortúnio que seguiram o herói. Ao poeta, era primordial enfatizar que todos foram movidos pelo sentimento de injustiça, e que todos tinham uma história de desmando para contar.

Ainda muitos contaram
 cenas horríveis, cruéis,
 de homens que eram surrados
 da cabeça até os pés
 vivendo todos captivos
 como os presos nas galés.
 (...)

 Histórias horripilantes
 os desertados contaram
 factos cruéis e tyrannos,
 que no Jary se passaram,
 de crimes muito horrorosos
 que nunca se divulgaram.⁶²

O poeta trata então de contar aos seus leitores como era o “regime de ferro e fogo” que imperava nas terras do senador. Raros aqueles que trabalhavam e conseguiam saldo; ao contrário, todos viam-se submetidos a um regime de desmando que punia as menores faltas e pouco valor dava a uma vida, sendo comum o assassinato daqueles que conseguiam saldo.

Nunca se viu no Brasil
 tão feroz perversidade,
 andarem milhões de homens
 debaixo da crueldade
 e por qualquer ninharia
 levando relho à vontade.

⁶¹ *Idem*, p. 123.

⁶² *O caso do Jary*, p. 23.

Espera o poeta que a justiça seja feita, pois estão as autoridades colhendo depoimentos dos trabalhadores fugidos, ao mesmo tempo em que apela para o sentimento de caridade de todos seus leitores para que ajudem na campanha em prol dos desertados. E termina:

Esperemos, pois, agora
o que a Justiça dirá
sobre esses factos tão tristes
passados neste Pará
onde um rico seringueiros
faz pior do que um Pachá
Depois então voltaremos
para uns versos publicar
dando todo julgamento
que ao processo se vae dar
e pedimos que os leitores
não se esqueçam de os comprar.⁶³

O que é essencial a se preservar da literatura de cordel, para o entendimento da migração para a Amazônia, é que o imaginário e o simbólico também são aí constitutivos do real, por isso pode o poeta povoar com os temas tradicionais do cordel o cotidiano. Se as narrativas de luta que emergem estão profundamente arraigadas nessa tradição, poderíamos dizer que exercem o mesmo fascínio que um folheto que verse sobre Lampião ou Carlos Magno...

Pois os poetas se deslocam entre as histórias de tradição oral, erigidas em modelo histórico, e a crônica do cotidiano opressivo contra o qual se insurgem, utilizando como modelo narrativo a tradição idealizada. "Os poemas considerados formam grande texto por onde perpassam desejo de justiça e provas de valentia, num universo em que valores como honra e lealdade tem como pressuposto o senso de liberdade."⁶⁴

⁶³ *Idem*, p. 42.

⁶⁴ TERRA, Ruth. *Memória de lutas*, p. 141.

Capítulo V

A viagem dos arigós.

1. A diáspora nordestina e a invisibilidade histórica.

Pé na estrada, num pau-de-arara ou no lombo do burro, carregando matulagem para alguns dias, em busca de um outro lugar. Desse modo pode ser caracterizada a vida de uma parcela significativa da população brasileira. E não se trata de fenômeno recente, pois poderíamos remontar sua origem até o período colonial, na busca do ouro pelo interior do país nos séculos XVII e XVIII, e também no alastrar das fazendas de gado e pequenas agriculturas de subsistência pelo sertão. Movimentos que se intensificam no século XIX, na medida em que as bases econômicas se diversificaram e em que o café, o cacau, o algodão e a borracha propiciaram o avanço para o interior do país, em busca de novas terras agrícolas e de novas riquezas.

Há que se pensar também no modo de vida "típico" das populações rurais do interior do Brasil, condicionada seja pela persistência do extrativismo como alternativa econômica, seja pelo tipo de agricultura praticado, que rapidamente esgotava o solo, obrigando ao abandono da terra e à abertura de novas roças mais adiante, formando uma espécie de fronteira móvel.

Embora houvesse a tendência para se buscar novas terras agricultáveis, os territórios ocupados pelo interior do Brasil foram-no preferencialmente por grupos

de criadores de gado. A sociedade do couro, na feliz expressão de Capistrano de Abreu, espalhou-se pelo sertão, conferindo-lhe feição e identidade.¹

Não se trata simplesmente de projeção imaginária, de Capistrano e de Euclides da Cunha, a sensação de liberdade que associam ao vaqueiro sertanejo, e que foi representado na literatura nacional com farta recorrência, ainda que grandemente idealizada no que concerne à descrição de uma vida autosuficiente nas grandes fazendas.²

Para a itinerância das populações rurais poderíamos, portanto, apontar as mais variadas razões: esgotamento da terra, fuga do recrutamento, secas e flagelos naturais, recusa a se inserir num esquema de dominação política, etc. Razões não faltam para justificar seja a luta pela elementar sobrevivência, seja a busca de sonhos e de uma vida livre dos mandonismos locais.

As populações pobres do interior do Brasil tinham como tradição a mudança periódica para um outro lugar em busca de trabalho, ou de modos que garantissem a sobrevivência, provocando uma intensa circulação em busca de terra, de trabalho ou de ocupação econômica. A título de exemplo, podemos citar a região do Tocantins, cuja vida econômica girava em torno da produção extrativa da castanha, coletada durante mais de um século por migrantes sazonais do Goiás e do Maranhão.³ Ou ainda poderíamos citar os corumbas, moradores do sertão nordestino, que se mudam para a zona da mata na época de funcionamento das usinas, empregando-se no corte da cana e retornando

¹ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial. (1500-1800)* Rio de Janeiro, Sociedade Capistrano de Abreu/ Livraria Brigueit, 1954.

² Um exemplo mais contemporâneo é Carmo Bernardes, para quem, no sertão dos Gerais, "o gado era criado à lei da Natureza, solto no mundo. Os horizontes, os limites; e o olho do vaqueiro, o vedo." O gado e as larguezas dos gerais. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 23, p. 33-58, 1995. Citação p. 33.

³ No final do século passado, quando foi visitada por Ignácio Baptista de Moura, a colheita da castanha era feita por coletores do Maranhão e Goiás, para onde voltavam depois de finalizada. MOURA, Ignácio Baptista de. *De Belém a São João do Araguaia. Valle do Rio Tocantins*. Rio de Janeiro, Garnier, 1910. Em meados deste século, Catarina Dias observou a força atrativa que a região ainda exercia sobre as populações do baixo Tocantins (Maranhão, Goiás). Ver: DIAS, Catarina V. Aspectos geográficos do comércio da castanha no médio Tocantins. *Revista Brasileira de Geografia*, v. XXI, n. 4, p. 517-531, out.-dez. 1959.

terminado o corte, com pecúlio para tocar adiante as pequenas plantações que cultivam.⁴

Nosso imaginário, expresso em uma variada produção cultural, também está povoado pela figura estereotipada do migrante nordestino, e quase podemos ver, como num antigo filme dos anos cinquenta, um caminhão recoberto por uma lona, e lotado de retirantes, como exemplo daqueles que abandonaram o Nordeste, expulsos pela seca, ou perseguindo o sonho de uma vida melhor no sul maravilha.

Apesar de ser uma figura recorrente no nosso imaginário social, não podemos deixar de apontar para o aparente paradoxo de sua ausência na historiografia, e perguntar por que os movimentos migratórios tão pouco interesse provocaram nos historiadores. Este não é um problema restrito ao campo da história, pois tanto a geografia humana, quanto a sociologia, têm tradicionalmente tratado do fenômeno enquanto movimento social, dispensando pouco espaço para uma abordagem preocupada com os processos sociais pelos quais passa o migrante, subsumido-o, no final, a outros processos que lhe conferem sentido, o que contribui para se criar em torno do migrante nordestino uma invisibilidade: ele constitui um "tipo" e como tal não tem feições, apenas contornos sociológicos.

A literatura regionalista foi considerada, nesse sentido, muito mais rica, já que foca a atenção no migrante, segundo observação de Oliveira⁵, e teria aberto caminho para o estudo da migração enquanto fenômeno digno de nota. Com uma ressalva, no entanto: vinculou, no mais das vezes, a migração ao fenômeno da seca. Um recorte que privilegiou o aspecto ambiental, explicando a migração como um acontecimento trágico, circunstanciado no tempo, e geograficamente determinado. Como se os migrantes fossem grandes vítimas, produtos coisificados de uma condição patológica social, ou ambiental, que os tornava desestruturados.

⁴ SUAREZ, Maria Tereza Sales de. *Cassacos e corumbas*. São Paulo, Ática, 1977.

⁵ Francisco de Oliveira afirma que a literatura foi mais rica do que a ciência ao constatar a diversidade e a dinâmica da região Nordeste. Ver: OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 42.

Nossa proposta se abre no sentido de pensar a experiência dos migrantes, não como vítimas de uma sociedade injusta ou de um ambiente hostil, mas como sujeitos na produção e transformação da sociedade em que viviam. A produção intelectual a que nos referimos, destituía os migrantes dessa condição de sujeitos, transferindo-a para a seca.

Por outro lado, a condição de vítima legitimava as medidas emergenciais financiadas pelo Estado e controladas pelos grandes proprietários, posto que o flagelado, vítima da fome, está sempre propenso aos saques.⁶ Destituído de propriedades, o flagelado pela seca não saberia discernir prioridades para o sertão. Sequer para sua própria vida.

Evidentemente que a principal questão já posta pela historiografia refere-se a não migração dos flagelados para a região sul, ou o seu não aproveitamento enquanto mão-de-obra na economia cafeeira no final do século XIX. Tal questão pode ser resumida na constante recusa dos trabalhadores livres pobres em aceitar o trabalho assalariado disciplinado numa sociedade escravista que desprezava o trabalho. Graham e Hollanda Filho apontam que nesse sentido a preferência pela região Amazônica, no início do século, devia-se, entre outras causas, à ilusão de que o trabalho nos seringais aparecia como “mais livre”, ao mesmo tempo em que era corrente a atração exercida pela Amazônia, quando durante o *boom* da borracha acreditava-se numa extrema facilidade de se fazer fortuna rapidamente.⁷

A migração de trabalhadores nordestinos, não é demais observar, não ocorreu somente em períodos de seca, o que nos leva a questionar a primazia e o alcance do argumento que os associa indelevelmente. É para nós primordial dissociarmos seca de migração, e para tal, é preciso apontar algumas conexões de como essa junção se firmou no imaginário social.

⁶ Para uma análise das medidas emergenciais e a atuação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas ver: OLIVEIRA, Francisco de. *op. cit.*, p. 50-56.

⁷ GRAHAM, D. e HOLLANDA FILHO, S. B. *Migrações internas no Brasil 1872-1970*. São Paulo, IPE-USP, 1970, p. 34-39. Ver também: SANTOS, Roberto. *op. cit.* 107-108.

Ora, foi justamente a seca que produziu visibilidade para os problemas sociais do Nordeste agrário, uma visibilidade que, ao longo de décadas, teria se tornado insuportável, por contribuir para que se firmasse o que hoje se considera os estigmas do nordeste: seca, migração, misticismo. Ao mesmo tempo, como apontou Albuquerque Júnior, contribuiu para naturalizar esses mesmos problemas sociais:

(...) a seca de 1877, (...) surge como um marco na memória dominante na região, memória construída pelos vários grupos sociais, mas principalmente pela elite dominante. Este marco, como qualquer outro da história oficial, é uma construção imaginária do discurso da classe dominante, que visava marcar o fato de que as repercussões de 1877 são de outra qualidade, não porque esta seca tenha sido diferente das anteriores, mas por ela ter sido cercada por uma conjuntura que pôs em questão a exploração e a dominação destes dentro dos padrões em que eram realizadas. Por isso, tal conjuntura deve ser esquecida, deve ser apagada, precisa ser explicada pela ocorrência da seca, deslocando para o plano do natural fatores que se encontravam no plano social.⁸

E se focalizássemos a migração por um outro viés? E se buscássemos entendê-la centrando a atenção no migrante? Nos problemas sociais e culturais com os quais tem que lidar ao longo de sua vida, e que contribui para criar e recriar? Pensamos que a migração nordestina é um fenômeno muito mais rico do que tradicionalmente tem sido tratado. Ainda que não se descarte a seca como item explicador da migração, já que não se pode anular os seus efeitos sobre os movimentos sociais migratórios, não lhe daremos aqui o peso de determinação que tem assumido na literatura e na historiografia subsequente. Vamos buscar outras veredas pelos sertões. Caminhos que talvez nos mostrem a diversidade que o fenômeno encerra.

⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia. A seca no imaginário nordestino. De problema a solução (1877-1922)*. Campinas, dissertação de mestrado em História na UNICAMP, 1987, p. 81.

Antes é necessário conjugar algumas questões sobre a “invenção” do estereótipo do nordestino migrante e, junto com ele, de uma identidade. O Nordeste e a questão regional passaram por um processo de invenção que engendrou no seu bojo a construção identitária da nordestinidade, do ser nordestino. Uma certa elaboração da imagem estereotipada de migrante nordestino passou também pela construção discursiva da região Nordeste.⁹

É no movimento em que se procura dar conta da seca, técnica ou politicamente, que se constrói a imagem do nordestino migrante. Os modos como essa construção identitária foi sendo elaborada e apropriada, propiciaria oportunidade para entender melhor a mecânica da dominação política, e dos modos de efetivação do poder simbólico.

Identidade pode ser entendida como um conceito que explica certos dados da realidade, mas que não é uma entidade dotada de existência própria, ainda que se constitua num referencial para a percepção do social e do indivíduo. Por isso mesmo, enquanto conceito ordenador ou classificador, é passível de utilização ideológica - manipuladora, propagandística, além de ter um forte conteúdo simbólico. Uma certa “identidade nordestina” unificaria classes, interesses diversos, em um único interesse “regional”. No entanto, “ser de algum lugar” expressa uma rede de relações, de experiências e vivências que apontam para a multiplicidade, lembrando que identidade deve ser entendida também como construção histórica.¹⁰ Identidade nordestina pode significar e se comportar como um rolo compressor que homogeneiza toda a diversidade cultural sob o domínio de um estereótipo, pela marca do típico. “O tratamento da identidade social como uma modalidade de classificação implica necessariamente em considerar os processos que constróem, social e culturalmente, os esquemas de classificação dominante e determinadas representações compartilhadas, e onde é sem dúvida relevante a atuação de especialistas da produção simbólica, assim

⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca no Nordeste. *Revista Brasileira de História*, n. 28, p. 111-120, 1994, p. 119.

¹⁰ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

como de mecanismos institucionais de definição da “realidade”: enfim, não permite esquecer a função política dos sistemas simbólicos.”¹¹

Quando se trata de migração nordestina, tudo se passa como se fosse uma decorrência econômica e social natural, levando-se em conta a construção imaginária do tripé Nordeste/ seca/ migrante. De certo modo, esta representação social contribui para criar a invisibilidade em torno do migrante, deslocando as questões para outros campos que não favoreciam o surgimento de uma história social que os incluísse.

Nosso trabalho caminha em direção oposta. Ao longo de seu percurso, Deleuze e Guattari contribuíram significativamente ao afirmarem que a história foi sempre escrita do ponto de vista dos sedentários, “e em nome de um aparelho unitário de Estado”, uma vez que “é pretensão do Estado ser imagem interiorizada de uma ordem do mundo e enraizar o homem.”¹²

Igualmente os argumentos de Foucault, ao discutir a população como uma questão central da governamentalidade, foram fundamentais.¹³ “A constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de todos os processos referentes à população em sentido lato, daquilo que chamamos precisamente de economia.”¹⁴ Governamentalidade nada mais é do que a prática de gerir a população, e para tanto é preciso esquadrihar e produzir um saber necessário à condução dessa gerência.

Diríamos que a população apareceu na História do Brasil como um campo de intervenção, e de saber, quando se colocou no horizonte o fim da escravidão,

¹¹ PENNA, Maura. *O que faz ser nordestino*. São Paulo, Cortez, 1992, p. 71. Para uma discussão teórica da questão da identidade regional ver: BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1989. Ver também: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros Estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

¹² DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Rizoma. Mil Platôs*. São Paulo, Ed. 34, 1995, vol. 1, p. 35-36.

¹³ A associação de Deleuze e Guattari com Foucault foi apontada por DUARTE, Regina Horta. *op. cit.*

¹⁴ FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1984 p. 290.

ou seja, quando o problema da mão-de-obra passou a ser um dado da economia política e não mais da "economia doméstica".

A partir já da Lei de Terras de 1850, os movimentos populacionais ganharam visibilidade, demonstrando a necessidade de intervenção do Estado, na medida em que a própria lei buscava indisponibilizar as terras devolutas no sentido de resguardar mão-de-obra livre para o trabalho assalariado.¹⁵ Entre várias outras razões que explicam a desestruturação da economia de subsistência camponesa que possibilitava uma sobrevivência autônoma, há que se mencionar que a Lei de Terras valorizou monetariamente as propriedades nordestinas, e propiciou o desenvolvimento comercial da agricultura do algodão, razões que apontam para um fechamento das terras livres, impondo limitações à reprodução da condição camponesa.

É nessa confluência histórica que o constante e tradicional movimento das populações pelo sertão tornou-se alvo dos dispositivos de segurança, e a migração passou a ser controlada, para que não perturbasse a vida nos grandes centros urbanos, como Fortaleza, onde criaram-se campos para abrigar os flagelados da seca e retirá-los das ruas.¹⁶ Os migrantes tangidos pelas secas teriam gerado um grande medo nos centros urbanos como Recife e Fortaleza, corroborando estratégias de controle da população.¹⁷

Ou seja, o movimento da população se transformava num problema, cuja solução não passaria mais por medidas assistenciais, mas apontavam para a necessidade de elaborar estratégias de controle e sujeição.¹⁸ As relações com o

¹⁵ MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

¹⁶ NEVES, Frederico de Castro. A seca e o homem. Políticas anti-migratórias no Ceará. *Travessia*, IX(25):18-24, maio-ago 1996.

¹⁷ GREENFIELD, Gerald Michael. O comportamento dos migrantes e as atitudes das elites durante a grande seca de 1877-1878, *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 5, n. 2, p. 219-240, 1989.

¹⁸ Para uma discussão a respeito da transição para o trabalho assalariado no Nordeste ver: EISENBERG, Peter. A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1872. in: LAPA, José Roberto do Amaral (org.) *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980, p. 167-194; DINIZ, Ariosvaldo da Silva. O trabalhador pobre no imaginário das elites nordestinas. (1850-1920). *Brasil. Norte e Nordeste. Estudos em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Anpocs, Inter-American Foundation, 1991; PASSOS SOBRINHO, Josué Modesto. Migrações internas: resistências e conflitos. (1872-1920) *Cadernos de Estudos Sociais* v. 8, n. 2, p. 235-260, 1992; PALACIOS, Guillermo. Imaginário social e formação do mercado de trabalho. *Revista Brasileira*

controle da população são mais do que evidentes, e a historiografia sobre os trabalhadores livres pobres bastante abundante, apontando que se trata de um problema já pensado. Na verdade, pensado pelos próprios agentes sociais do século XIX, que buscavam no espaço social a governamentalidade da população. A construção da Nação, problema posto naquele século, encetou os movimentos de esquadrinhamento do espaço (comissões geográficas que visavam produzir, com os relatórios e mapas, uma visibilidade do país), e das pessoas. Estratégias que retiravam o indivíduo do poder da família, criando o homem público, possibilitando ao mesmo tempo a quantificação das pessoas. Esperava-se obter a visibilidade da Nação, da sociedade, ao mesmo tempo em que se produzia a ilusão de homogeneidade.

Desse modo, podemos entender a demografia como um saber gestado historicamente. No Brasil, o governo imperial ensaiou um primeiro recenseamento, incompleto naturalmente, em 1852. Um sucesso mínimo só seria alcançado em 1872, com o grande censo geral. O que nos leva a questionar a isenção dos dados censitários, e sua aparente neutralidade, situando-os como qualquer outro documento histórico, ou seja, socialmente produzido. E além de tudo, repleto de falhas, especialmente quando se tratava de esquadrinhar uma região como a Amazônia.

Há que se considerar que, nesse sentido, as estatísticas para o território do Acre não são plenamente confiáveis, especialmente para o período da decadência da borracha. Segundo um recenseador do IBGE, na década de 1940, a instituição não possuía pessoal qualificado e material suficiente para percorrer os altos rios. Os dados apresentados baseiam-se, confessadamente, em grande parte dos casos, em suposições e aferições um tanto quanto gerais.¹⁹ O então território não contava com uma repartição de terras, nem com um cadastro das

de Ciências Sociais, v. 11, n. 31, p. 123-139, junho de 1996; BARREIRO, José Carlos. Instituições, trabalho e luta de classes no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História*, v. 7, n. 14, p. 131-149, 1987; ALEGRE, Sylvia Porto. Fome de braços - Questão nacional. Notas sobre o trabalho livre no Nordeste do século XIX. *Cadernos C.E.R.U.*, n. 2, p. 67-91, 1986.

¹⁹ Território do Acre. Departamento de Geografia e Estatística. *Relatório das Atividades da Junta Executiva Regional de Estatística*, Diretoria Regional e Estatística do Acre, referente ao ano de 1944. AN, Fundo IBGE.

propriedades rurais existentes, que em sua grande maioria não estavam demarcadas. O Conselho de Segurança Nacional, através da CEFF (Comissão Especial da Revisão da Concessão de Terras na Faixa de Fronteira), com o instrumento normativo da Lei 2610, queria obter informações do regime de propriedade no território, esquadrihar a fronteira (como o fazia em Mato Grosso, na fronteira com o Paraguai, ou no Rio Grande do Sul, fronteira com o Uruguai e Argentina). Os pedidos de informação solicitados pela CEFF apareciam no Acre como uma quimera. Os proprietários não responderam aos inquéritos sugeridos e nem as prefeituras atenderam às exigências da CEFF, respondendo aos atos normativos com dados tão imprecisos quanto os que o IBGE conseguia obter.²⁰ Ironicamente, teria afirmado Vargas num discurso de agradecimento no IBGE, em 1938, que “ninguém pode governar sem a existência de boas estatísticas”. Foi reconhecendo essa necessidade, segundo Neiva, que o governo de Vargas organizou um grande censo em 1938.²¹ Foi também no sentido de produzir dispositivos disciplinares para o deslocamento da população que a campanha da borracha foi organizada.

Considerando, portanto, os movimentos populacionais como passíveis de dispositivos disciplinares, inseridos no conceito chave de governamentabilidade, não poderíamos deixar de analisar a produção acadêmica acerca do problema migratório.

A produção intelectual que buscou pensar os movimentos migratórios no Brasil é bastante vasta²², ainda que tal fenômeno não tenha sido abordado em sua historicidade. O olhar do historiador se orientou no mesmo sentido dos movimentos dominantes, considerados pelos detentores do poder político como mais importantes para o país, como por exemplo a imigração estrangeira para

²⁰ A imponderabilidade desses dados pode ser comprovada nas respostas dos inquéritos dadas à CEFF. Ver: AN/CEFF, Acre, lata 147. Parte dessa documentação é constituída de listas nominais de propriedade, ou de proprietários.

²¹ NEIVA, Arthur Nehl. O problema da imigração e colonização. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, v. IX, n. 107, p. 263-309, julho de 1943, citação p. 273.

²² Itamar de Souza fez uma sistematização bibliográfica, cronológica, dos principais trabalhos que trataram da questão da migração interna em: SOUZA, Itamar de. *Migrações internas no Brasil*. Petrópolis, Vozes; Natal, Fundação José Augusto, 1980.

São Paulo, apontada como única solução para a “falta” de mão-de-obra para a economia cafeeira. A historiografia brasileira tem visto com um certo despreço os movimentos de migração interna, principalmente aqueles que se dirigiam para o sertão, ou para as frentes de expansão, se assim se preferir. A ausência de estudos que buscassem pensar as andanças dos homens livres pobres pelo interior do Brasil é notória e flagrante. Talvez devêssemos perguntar se o fato de terem sido considerados movimentos sociais de cunho atávico, de caráter muitas vezes messiânico, teria cunhado um pré-conceito no “inconsciente acadêmico”, orientando a ausência da questão na seleção dos temas nobres de pesquisas. Isto também tem contribuído na produção da “invisibilidade” em torno do migrante.

Nos estudos migratórios, é justo que se abra algumas exceções. A primeira ao trabalho de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, onde se dedica num capítulo a pensar a migração nordestina para a Amazônia, ao finalizar o século XIX. O movimento migratório naquele período é entendido como única solução para a produção da borracha, cuja extração se baseava exclusivamente na extensão da mão-de-obra, e expansão da área produtiva. Os dados censitários que Furtado cita foram exaustivamente discutidos, mas ainda dão uma dimensão do movimento migratório para a Amazônia: meio milhão de pessoas entre as décadas de 1880 a 1910.²³ Ainda que esses números sejam contestados, e reduzidos para uma margem mais realista (em torno de 300 mil), suas conclusões não poderiam deixar de ser aqui mencionadas:

Excluídas as consequências políticas que possa haver tido e o enriquecimento fortuito de reduzido grupo, o grande movimento de população nordestina para a Amazônia consistiu basicamente em um enorme desgaste humano em uma etapa em que o problema fundamental da economia brasileira era aumentar a oferta de mão-de-obra.²⁴

²³ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1963, p. 164.

²⁴ *Idem*, p. 168.

Há que se mencionar também o trabalho de Douglas H. Graham e Sérgio Buarque de Hollanda Filho. *Migrações internas no Brasil. 1872-1970*.²⁵ Mostrando uma visão de conjunto das migrações internas, baseada nos dados censitários do século, os autores, no entanto, correlacionaram os movimentos migratórios às diversas etapas do desenvolvimento brasileiro. Desse modo o trabalho se enquadra, em alguns aspectos, na naturalização da migração enquanto fenômeno decorrente de uma estrutura econômica e social.

Numa ótica muito similar, ainda que não histórica, encontra-se o trabalho de Eunice Durham, *A Caminho da cidade*. Nele, "a migração interna se apresenta como um capítulo do desenvolvimento do capitalismo industrial e agrícola no Brasil."²⁶ E tem importância enquanto movimento fornecedor da mão-de-obra desqualificada e barata que a indústria precisava para alcançar seu papel de retirar o país do subdesenvolvimento. As modificações dos padrões de comportamento que o migrante realiza, interna e culturalmente, são entendidas como reflexos das alterações que ocorrem na ordem estrutural.

Uma outra contribuição digna de menção foi dada por Paul Singer, ao apontar a necessidade de se pensar os movimentos migratórios não apenas a partir de seus condicionamentos econômicos, mas levando em conta o caráter histórico do fenômeno, bem como seus condicionantes classistas.²⁷

Nossa perspectiva se abre no sentido de entender que migrar não é uma via de mão única, e não há homogeneidade de objetivos entre os que migram, nem das condições sociais para migrar. Há, contudo, desenraizamento, e segundo Ecléa Bosi, a cultura de um povo migrante deve ser pensada nesse contexto: "Não buscar o que se perdeu, as raízes já foram arrancadas, mas procurar o que pode renascer nessa terra de erosão."²⁸ O que se conserva do

²⁵ GRAHAN, Douglas H.; HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. *Migrações internas no Brasil. 1872-1970*. São Paulo, IPEA/USP, 1970.

²⁶ DURHAM, Eunice R. *A caminho da Cidade*. São Paulo, Perspectiva, 1978, p. 32.

²⁷ SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. in: *Economia política da urbanização*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 31-60

²⁸ BOSI, Ecléa. O que é desenraizamento. *Revista de Cultura Vozes*, v. 77, n. 6, p. 5-9, agosto de 1983; *Idem* Cultura e Desenraizamento in: BOSI, Alfredo. *Cultura Brasileira. Temas e Situações*. São Paulo, Ática, 1987, p.16-41.

passado, e o que se projeta como futuro, a partir de uma série de práticas sociais elaboradas pelos migrantes.²⁹ Pensamos que, nesse sentido, uma categoria, uma construção simbólica, recorrentemente utilizada pelos migrantes ao longo do tempo, merece atenção especial: o cativo.

Otávio Velho, quando pensa a noção de cativo, apoia-se no "reconhecimento de uma cultura bíblica que serviria de referência para se pensar as experiências vividas."³⁰ Cativo, assim, associa-se com a simbólica do *mal*, e para Velho, para se apreender o conceito em suas nuances, é necessário "voltar à enorme carga de sentido contida em símbolos pré-rationais, como os que contém a Bíblia, antes de toda elaboração de uma língua abstrata: errância, revolta, alvo não-atingido, caminho curvo e tortuoso, e sobretudo *cativo*, tornando-se assim o cativo do Egito, depois o de Babilônia, o segredo da condição humana sob o reino do mal."³¹ As observações de Velho são sobretudo instigantes, no sentido de abordar, e colocar em cena, outras possíveis explicações para a errância populacional, que não o viés exclusivista das determinações econômicas e sociais.

Se estas (as errâncias) constituem um enigma ou mistério que já levou analistas de outras épocas a falarem em 'instinto migratório atávico' do brasileiro, podemos, agora, apesar da sua ingenuidade conceitual, recuperar o termo no que tem de reconhecimento dos limites de nossas análises sócio-econômicas. O receio do mau-olhado, a dúvida quanto à salubridade de um local, a crença difusa de que um pobre jamais será deixado em paz por muito tempo, ou histórias fantásticas sobre as riquezas de outras terras, como a das bandeiras verdes das profecias do Padre Cícero - são essas algumas das razões invocadas para se deslocar. Todas, evidentemente baseadas em experiências muito reais, mas ao

²⁹ Neste ponto, gostaríamos de conjugar as idéias de W. Benjamin, a respeito do tempo histórico, com as de E. P. Thompson acerca das práticas sociais e de seu fazer-se, entendendo que para o historiador poder explodir o continuum da história há que deixar aflorar os múltiplos sentidos que envolveram as práticas sociais. Ver: BENJAMIN, Walter. *op. cit.* THOMPSON, E. P. *op. cit.*

³⁰ VELHO, Otávio. "O cativo da Besta-Fera. in: *Besta-Fera. Recriação do mundo*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995, p. 16.

³¹ RICOER, Paul, *apud*: VELHO, *op. cit.*, p. 17.

mesmo tempo expressando a desconfiança e uma vontade de testar a possibilidade (ainda) de exercitar a liberdade. Além disso, elas estão plenamente integradas à tradição bíblica, dentro da qual, desde pelo menos o Êxodo, o deslocamento representa uma fuga ao cativo: simbologia associada a questão do servo-arbítrio e que Ricoeur chega a crer que esteja presente em todas as culturas, ao menos como desenvolvimento lateral.³²

Se o cativo significa o mal, migrar estaria associado à simbólica do bem (êxodo para a Terra Prometida). E toda terra prometida precisa de seu povo escolhido. A idéia de que o nordestino é o povo escolhido não é nova, e pode ser testada na recorrência de movimentos milenaristas.

Padre Cícero “teria profetizado que seria necessário atravessar o Araguaia, buscar as ‘bandeiras verdes’ antes que fosse tarde”, nos informa também José de Souza Martins. Segundo a crença dos camponeses a que se refere Martins, “um dia o Araguaia iria ferver e quem não tivesse passado não passaria mais. Além do que, previra para os primeiros anos da década de 70 o aparecimento do ‘capa verde’, o cão, dissimulado de amigo e conselheiro, fazendo a bondade e querendo a maldade, falando em paz e fazendo a guerra. Não há sertanejo que não conheça essas profecias em vastíssimas regiões da Amazônia, desde o Maranhão até Rondônia.”³³

José de Souza Martins discute a questão do cativo, e da besta-fera em dois momentos distintos. No primeiro, ao polemizar com Velho, afirma: “A besta-fera é um personagem bem definido para o posseiro amazonense. A besta-fera é o dinheiro. (...) Por isso quando o caboclo se refere à besta-fera, fala concretamente do dinheiro...” Besta-fera no sentido de que o dinheiro, ao permear as relações pessoais, subverte a existência, tirando das mãos das pessoas o controle de sua vida. Desse modo, o dinheiro institui o cativo. “O grande pavor do sertanejo é a sujeição, é ser sujeito de alguém, é ser usado por alguém, usado

³² VELHO, Otávio. *op. cit.* p. 29-30.

³³ MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência*. São Paulo, HUCITEC, 1982, p. 143.

por alguma coisa”.³⁴ Em um momento mais recente, Martins aborda a mesma questão, de uma forma mais flexível, diríamos que menos ortodoxa, aprofundando algumas idéias que apenas tinha lançado nos trabalhos anteriores.³⁵ Uma dessas idéias é a associação que faz entre a migração para o Oeste e o caminho da Via Láctea, o caminho de Santiago. “É na direção do sol que fica a terra da liberdade e é nessa direção que as pessoas caminham”.³⁶

Pude observar diretamente que as migrações espontâneas do nordeste para a Amazônia, para um número muito grande de pessoas, estão motivadas por concepções milenaristas. Em diferentes pontos de uma extensão de cerca de oitocentos quilômetros ao longo do rio Araguaia encontrei diversos grupos de camponeses que chegaram à região inspirados pelas profecias do Padre Cícero sobre a existência de um lugar mítico depois da travessia do grande rio. (...) Esse lugar mítico é reconhecido como o lugar das Bandeiras Verdes, que ninguém sabe exatamente dizer o que é nem onde é. Mas seria reconhecido quando fosse encontrado, por ser um lugar de refrigério, de águas abundantes, de terras livres, em contraste com o nordeste árido e latifundista.³⁷

Não se trata de uma questão fácil de ser resolvida, e não vamos aqui recusar uma ou outra das explicações, ainda que assumam posições no mais das vezes conflituosas. Preservamos nessa discussão sua matriz religiosa, que vincula a migração com a busca da terra prometida. Eivada de múltiplos significados, a Bandeira Verde talvez possa ser entendida de uma forma mais simples:

A origem da minha viagem

A esta santa terra

³⁴ *Idem. Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1983, p. 132-133.

³⁵ *Idem. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social*, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.

³⁶ *Idem, Os camponeses e a política no Brasil*, p. 133.

³⁷ *Idem. O tempo da fronteira... citação p. 53-54.*

É porque em quarenta e três
O mundo estava em guerra
Foi a causa de tudo
Que nesta história se encerra
Eu já ia para a guerra
Já estava sorteado
Mas havendo necessidade
Para a borracha fui tirado
O bem da Pátria também era
Um bom serviço prestado.
Foi grande a minha tristeza
No meu pobre coração
Mas trabalhar pela defesa
Era minha obrigação
Ou entrava na bandeira verde
Ou seguia no batalhão.³⁸

Em 1943, Padre Cícero estava morto, mas presente no imaginário social nordestino através dos folhetos de cordel que propagavam a volta do “padim” e difundiam suas profecias. Velho e Martins concordam que o chamado da Bandeira Verde foi feito no início dos anos quarenta. Afinal, a besta-fera, em 1943, era uma presença viva: a guerra.

³⁸ Raimundo Alves de Oliveira. *O soldado da borracha que se tornou professor*. Rio Branco, Gráfica Maia, 1980, p. 2-3, *apud*: Martinello, Pedro. *A batalha da borracha na segunda guerra mundial e suas conseqüências para o vale amazônico*. Raio Branco, UFAC, 1988, p. 237. Na organização interna dos beatos do padre Cícero, *bandeira* tem um significado próximo ao de *mutirão*, similar à bandeira da festa do Divino Espírito Santo.

A imagem da migração para a Amazônia esteve, assim, recoberta de uma série de explicações simbólicas, que não podemos deixar de considerar, sob pena de ficarmos novamente presos nos velhos esquemas explicativos. A forte simbologia religiosa atuava em âmbito mais amplo do que a propaganda política e o recrutamento de trabalhadores para a borracha.

A ela somava-se no imaginário da migração para a Amazônia a figura do paroara, onde a Amazônia constituía-se como o vale da promessa, por possibilitar ao migrante ganhar muito dinheiro. E ganhar muito dinheiro era tido como a redenção da condição de miséria e pobreza que se vivia no Nordeste.

Ao definir para onde migraria, Chico Bento, personagem de *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, considera que “o mundo é grande e no Amazonas sempre há a borracha.” Tomando como exemplo um paroara pensa em rápido enriquecimento: “penetrava na sombra verde do Amazonas, vencida a natureza bruta, dominava as feras e as visagens, fazia dele rico e vencedor.” Sua mulher argumenta que as crianças não aguentariam; morreriam todas das febres e das doenças horríveis que ouviam falar. Chico Bento ao final decide-se por São Paulo: “Mas também o Amazonas hoje não vale a pena... Nem ao menos a borracha está dando dinheiro.”³⁹

Por toda a literatura regionalista nordestina há menção à migração para a Amazônia. Todo mundo sempre tinha alguém que conhecia, e que para lá tinha partido, um primo, irmão, tio, pai ou filho. Em muitas falas de migrantes, presentes nos trabalhos de Samuel Benchimol, o dinheiro não era tido como a besta-fera, como afirma Martins, mas a possibilidade de se libertar do cativeiro em que viviam. É o que ocorre com o personagem Valentim, de *A Bagaceira*:

Os rapazes foram arribando de um a um. Diziam que era pra me trazer um auxílio. E nem eles nem nada. O Acre é como o outro mundo;

³⁹ QUEIROZ, Rachel. *O Quinze*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1978, p.18 e 79.

pode ser muito bom, mas quem vai não volta mais. E diz que dinheiro de borracha encurta, enquanto ela estira.⁴⁰

A ilusão de enriquecimento, que se desfaz ao longo das décadas de migração para os seringais, vai ser retomada na propaganda política para arregimentar os migrantes durante o Estado Novo, conforme já discutimos.

Há que se discutir também o caráter espontâneo atribuído à migração para a Amazônia, quando na verdade se observa por todo o Nordeste uma prática sistemática e organizada de arregimentar trabalhadores para os seringais. A figura do paroara é emblemática dessa prática. De tal forma a migração era induzida e organizada que se pensou em proibir essas atividades, alegando-se que se despovoavam os sertões, e alardeava-se para uma crise de abastecimento de mão-de-obra para o próprio Nordeste, especialmente a lavoura algodoeira e canavieira.

Ao mesmo tempo, podemos dizer, na esteia de Deleuze e Guattari, que o migrante não é nômade e habita os espaços estriados pela forma Estado, sendo portanto um homem já sedentarizado. No entanto, “não se pode considerar o processo geral de sedentarização que venceu os nômades sem ter em vista os acessos de nomadização local que arrancaram os sedentários, e duplicaram os migrantes.”⁴¹

2. Arigós: O que há num nome.

Qual o significado da palavra arigó, perguntavam-se alguns leitores de jornais em Manaus, cada vez que se dedicavam a ler o noticiário policial. A palavra foi bastante ouvida na Amazônia nos anos de 1943 e 1944, para aos poucos ir invadindo o vocabulário daqueles que viviam naquela região. Na

⁴⁰ ALMEIDA, José Américo de. *A Bagaceira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1978, citação à p. 24-25. Ver também: MOREIRA, Eidorfe. *Influências Amazônicas no Nordeste. Reflexos da fase áurea da borracha*. Belém, UFPA/NAEA/ fundação Rômulo Moiorana, 1982.

⁴¹ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Tratado de nomadologia. A máquina de guerra. Mil Platôs*. São Paulo, ed. 34, 1997, vol. 5, p. 57.

medida em que era cada vez mais empregada, suscitava a curiosidade dos estudiosos da língua para descobrir sua origem, significado e empregos que o povo lhe dava.

Carlo Ginzburg, ao discutir os entrecruzamentos entre a história e a antropologia, buscando a convergência entre ambas, afirma: "O fio de Ariana (Ariadne) que guia o investigador no labirinto documental, é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome."⁴²

Referia-se a palavra arigó a um nome? Vejamos como foi empregada nos noticiários policiais: "Pelo subdelegado da polícia de Constantinópolis foram apreendidas 7 facas peixeiras e uma navalha, de arigós valentões daquele bairro."⁴³ Também uma quadra popular muito ouvida naqueles dias em Manaus dizia:

Manaus, cidade menina
Quem te conheceu como nós!
Hoje adormeces inquieta
Pensando nos arigós.⁴⁴

Assim, arigós foram consideradas pessoas arruaceiras, provocadoras de brigas, e que estavam tirando o sono daqueles que viviam em Manaus. Quem eram? Um dos significados da palavra vai nos esclarecer. Em meio a um acalorado debate na imprensa para saber o significado e origem da palavra, terminaram por concordar que arigó se referia a uma "ave de arribação, que, ao jeito das avoantes do Nordeste, migra em bandos compactos, devastando onde pousa."⁴⁵ São aves símbolos da migração nordestina, tal qual, para nós, a asa

⁴² GINZBURG, Carlo. "O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa, Difel, 1991, p. 174.

⁴³ BENCHIMOL, Samuel. *Romanceiro da Batalha da Borracha*. Manaus, Imprensa Oficial, 1992, p. 251. Devemos ressaltar que no noticiário dos jornais de Belém não se empregou, em 1943, a palavra para se referir aos migrantes nordestinos. Empregava-se "trabalhadores do SEMTA".

⁴⁴ *Diário da Tarde*, Manaus, 23.10.43. *Apud*: Benchimol, S. *Romanceiro da Batalha da Borracha*. p. 247.

⁴⁵ *O Jornal*, Manaus, 23.9.43, artigo de Adriano Jorge, *apud*: Benchimol, S. *Romanceiro da Batalha da Borracha*. p. 236.

branca cantada por Luiz Gonzaga. Mas a palavra era empregada, no espaço urbano de Manaus, como gíria com significados dúbios, tendendo a designar o malandro, o escroque, o lunfardo, aquele que vivia de surrupiar os bens do próximo. Segundo Martins Santana, professor do Ginásio Amazonense Pedro II, em Manaus, que publicou um extenso artigo a respeito da palavra no *Diário da Tarde*, tal conotação se devia a uma contaminação das reportagens dos jornais, que noticiavam roubos praticados por alguns migrantes que se autodenominavam como arigós, de modo que o povo começava a usá-la como sinônimo de ladrão.

Arigó não é um nome, mas ainda assim é um designativo pessoal que aponta para a inserção do indivíduo numa prática social, como pertencente a um grupo social, historicamente construído: migrantes arregimentados pelo Estado Novo, que se dirigiam para os seringais da Amazônia com o fim de incrementar a produção de borracha, mas que ficaram pelo espaço urbano provocando brigas e arruaças. Ele funcionará, para nós, como o fio de Ariadne que nos ajudará a compor a “malha fina” do “tecido social em que o indivíduo está inserido.”⁴⁶

Quando eram arregimentados pelos organismos governamentais para se integrarem ao Exército da Borracha, como soldados do trabalho, esses migrantes recebiam uma “farda”, constante de calça azul, blusa branca, alpercatas, chapéu e mochila. Chegando nas cidades de Manaus ou Belém, ficavam abrigados em hospedarias a eles especialmente destinadas. Periodicamente, naqueles anos, em espaços de poucos dias a cidade era invadida por levas de milhares de pessoas, vestidas de modo muito semelhante, e que sempre conseguiam burlar a vigilância das hospedarias para perambular pela cidade, romper o tédio, aliviar a tensão que pesava sobre o destino de todos em dias de guerra. Segundo nos relata Benchimol, andavam em bandos, sem dinheiro, pediam esmolas e provocavam todos os tipos de arruaças. Como não identificá-los como um só, não se render ao tipo: o arigó?

Por outro lado, é importante não perdermos de vista que no espaço social amazônico arigó era o “outro”, referido quase sempre em termos pejorativos, a

⁴⁶ GINZBURG, Carlo. *op. cit.* p. 175.

quem era destinado ocupar um *status* social inferior. Esse “outro”, contudo, não é possuidor de uma “essência” que o define *a priori*, mas é sobretudo produto de uma representação social, construída por “autoridades” discursivas diversas. E no caso em questão, especificamente pelas páginas policiais dos jornais de Manaus. Na medida em que pretendemos dar visibilidade ao migrante, temos que evitar o perigo de nos restringirmos à história das representações, buscando fazer uma história dos olhares e dos ocultamentos que nos permita ao menos vislumbrar esse migrante, dirigindo o olhar sobre a história que contavam de si mesmos.

Samuel Benchimol, que entrevistou muitos arigós naqueles anos, afirma que a chegada de uma leva de arigós, algumas vezes composta de até mil migrantes, “provocava certas preocupações por parte da população de Manaus, sobressaltada com as notícias que os jornais publicavam diariamente sobre roubos, assaltos e crimes que os arigós haviam praticado na cidade e nas estradas.”⁴⁷

Constituíam um tipo tão conhecido “que as velhas se benzem todas quando os vêem nas ruas”. Ao mesmo tempo nos mostra, na fala irônica do arigó, o cinismo com que o estereótipo foi construído:

Nunca vi um santo mais falado do que o arigó nesta terra. Tudo o que se faz por aqui põem a culpa em cima do arigó. Arigó faz milagres. Está em toda parte. Não há pouso que não tenha um. É um santo danado de desordeiro. As mulheres aqui respeitam o arigó como se fosse um santo. Rezam quando os vêem passar aos bandos pela rua.⁴⁸

Para a história oficial deste país, os arigós foram denominados “soldados da borracha”, patriotas que cumpriam sua obrigação de guerra. Entre a denominação jocosa, e a honrosa, a se fiar no depoimento de Benchimol, os migrantes aceitaram o apelido de arigó, o que não quer dizer que tenham

⁴⁷ BENCHIMOL, Samuel. *Romanceiro da Batalha da Borracha*. p. 247..

⁴⁸ *idem*, p. 245.

aceitado a visão de Benchimol, ou seja, uma versão desordeira, uma visão policial das ações desses migrantes. E aqui se faz uma primeira e necessária distinção.

O termo arigó começou a ser usado para designar os trabalhadores arregimentados pelo SEMTA. Imputava-se aos cariocas a responsabilidade pelos designativos desonrosos atribuídos aos migrantes. Esses cariocas foram arregimentados num grande esforço de propaganda, segundo observamos nas notícias dos jornais:

Partiu, hoje rumo à Amazônia, o primeiro contingente de trabalhadores voluntários a fim de intensificar a produção da borracha, como contribuição do esforço de guerra das Nações Unidas que lutam pela liberdade. (...) Integram a missão homens de várias categorias, sendo a maioria formada de ferreiros, carpinteiros, telefonistas e até engraxates. Reina grande interesse entre todos. São de qualquer modo os primeiros brasileiros que, voluntariamente, estabelecem seu front como contribuição para a derrota do Eixo.⁴⁹

Benchimol atenta que o tradicional movimento migratório, constituído de nordestinos de origem rural, ampliava-se e enriquecia-se com outros elementos “desconhecidos e quase estranhos à nossa história econômica e demográfica.”⁵⁰ Esses migrantes, de origem urbana, tinham as mais diversas ocupações no mundo do trabalho, desde operários a “chauffers” que “desamarraram o pé” e “perderam o breque”. Pela caracterização feita por Benchimol, o arigó era um tipo psicológico dado à aventura que via naquele momento a oportunidade para a viagem, dando vazão à inquietação e ao movimento que o impulsionava. Não eram os “típicos” migrantes oriundo do sertão, e até se duvidava que arigó fosse uma expressão nordestina, e que teria surgido entre os cariocas em trânsito pelo sertão. O que podemos deixar consoante aos depoimentos acima é que, no percurso, o trabalhador se transformava em desordeiro. Teria havido a intenção

⁴⁹ BENCHIMOL, S. O cearense na Amazônia. *Revista de Imigração e Colonização*, v. VI, n. 4, p. 337-420, 1945, citação p. 399.

⁵⁰ *Idem*.

de se livrar dos “maus elementos” no momento em que houve o recrutamento? Esta foi uma das respostas dadas ao término da campanha, para justificar porque tinha havido tantas reclamações dos migrantes:

Do Rio de Janeiro para o Norte só levamos uma quantidade pequena de trabalhadores - mil e tantos. (...) Foi a leva que nos deu mais trabalho. Em consequência da campanha da boa vontade enviamos de 1.100 a 1200 homens que nos deram muito trabalho. Eles seguiram pelo São Francisco, via Pirapora, Leopoldina, Crato, Fortaleza, Terezina, São Luís. (...) Na primeira turma, mandada do Rio de Janeiro, tivemos o maior número de fugas. É que grande parte dos homens era constituída de pessoas que se alistavam mais pelo espírito de aventura do que, propriamente, visando prestar um serviço de guerra. Assim é que foram provocando desordens em Pirapora, Januária - em todos pontos, enfim, tivemos sérias dificuldades. O nosso serviço não dispunha de meios para coibir tais abusos, porque nossa organização era de emergência. Fora criado em 30 de novembro, e em 19 de dezembro assinou-se o acordo com a Rubber, que começou a vigorar em janeiro, e em 15 de janeiro já partiu do Rio a primeira leva de “soldados da borracha”. Dentro desse período tão escasso tivemos de organizar o serviço, inclusive construindo pousos a meio do caminho. Apesar disso, os trabalhos estiveram muito acima do que se podia esperar, tanto na parte médica, quanto na parte alimentar.⁵¹

Dados ao espírito de aventura? Talvez. No entanto, no depoimento de Paulo de Assis Ribeiro, sobressai a desorganização do SEMTA, pois qualquer um pode deduzir que no longo percurso descrito, num período de seca, haveriam problemas de abastecimento alimentar, locais de pouso insatisfatórios, e consequentemente problemas de saúde, tudo isso somado só poderia gerar ... Arruaceiros, desordeiros...? Migrantes que demonstravam insatisfação entre o

⁵¹ Depoimento de Paulo de Assis Ribeiro na CPI da Batalha da Borracha. Diário da Assembléia, n. 4314, de 24 de agosto de 1946.

que fora prometido no momento do recrutamento, e o que se vivia concretamente na viagem até os seringais, tinham suas reclamações, dessa forma, transformadas em arruaças.

Para a elite amazônica, os arigós eram “o lodo da rua, a escória social brasileira”,⁵² recrutados pelas autoridades urbanas que se aproveitaram da campanha para despejar na Amazônia aqueles indesejados, desonestos e ladrões da pior espécie. Dessa forma, através de uma campanha surda, desqualificavam-se as reclamações dos migrantes, tanto no que se refere às condições da viagem, quanto ao trabalho nos seringais. Formavam um coro uníssono, os órgãos federais responsáveis pelo recrutamento, a elite amazônica, e a imprensa. Somava-se a essas vozes, até mesmo a de Samuel Benchimol, para quem o arigó constituía um tipo psicológico dado à aventura, e conseqüentemente às brigas.

É interessante ilustrar que na imprensa, mesmo quando se faziam críticas ao recrutamento, tomava-se como verdadeira a propaganda, ou seja, que o trabalhador seria assistido, e que se recrutava no Rio de Janeiro a “escória da vida urbana” que “não tem a mínima idéia do que seja o clima equatorial da Bacia Amazônica.”⁵³ Mas essas críticas tiveram pouco espaço na imprensa, controlada pelo DIP, que logo transformou os críticos em membros da *Quinta Coluna*. A Comissão de Controle dos Acordos de Washington lançou nota na imprensa advertindo aos “sabotadores da Batalha da Borracha”, pois criticar era “desencorajar a produção da matéria-prima mais necessária ao esforço de guerra”, crime passível de punição já que atentava “contra a segurança nacional.”⁵⁴

Os arigós ficaram presos nessa designação, como desordeiros, que não queriam trabalhar nos seringais e desertavam das hospedarias para arrumar empregos pelas cidades, e quando não conseguiam roubavam ou arrumavam pequenos biscates, desrespeitando os termos em que tinham sido recrutados.

⁵² Boletim da Associação comercial do Amazonas, ano VIII, n. 91, p. 42, fevereiro de 1949, *apud*: MARTINELLO, Pedro. *op. cit.*, p. 226-227.

⁵³ Artigo de Macedo Soares, “Os peixes também morrem afogados” publicado no *Diário Carioca* e referido por *O Povo*, Fortaleza, 21.01.1943.

⁵⁴ *O Povo*, Fortaleza, 10.08.1943.

Não era um migrante que se coadunava ao tipo de trabalhador que a elite amazônica queria, de caráter submisso, que se amansava facilmente ao trabalho compulsório nos seringais.

No entanto, já-antes da Batalha da Borracha, quando o DNI encaminhava os flagelados da seca de 1942 para a Amazônia, o problema da deserção dos migrantes e sua permanência no espaço urbano era apontado, bem como indicava-se um redirecionamento do recrutamento.⁵⁵ Apregoava-se uma política seletiva dos migrantes de modo a que se recrutassem trabalhadores rurais que melhor se adaptariam aos seringais. Foi nesse sentido que se criou a SEMTA e posteriormente a CAETA. Mesmo assim, os trabalhadores se revoltaram com as condições que lhes eram impostas nos alojamentos.

Essa representação do arigó como desordeiro e desrespeitoso, estendida a todos os migrantes daquele período, criava uma invisibilidade em torno do migrante enquanto cidadão, deslegitimando suas reivindicações no tocante às condições das hospedarias, bem como do trabalho nos seringais. Até mesmo nos depoimentos colhidos por Benchimol podemos perceber que os migrantes confrontavam o que fora prometido no momento do recrutamento, com o que lhes era oferecido na prática. Queixavam-se da comida, das instalações nas hospedarias, e temiam sobretudo as condições de vida nos seringais pois:

Em alguns andam reminiscências dos velhos tempos. Houve como que uma estratificação do passado por intermédio da tradição paroara. Acreditam piamente nas histórias que lhes contam. (...) Os imigrantes ainda trazem um resíduo do passado, um pedaço que lhe contaram daqueles tempos e que paralisou o sertão.⁵⁶

Um ou outro desses soldados arigós se destacou por escrever para o

⁵⁵ Encaminhamento de trabalhadores nordestinos para a Amazônia. *Revista de Imigração e Colonização*, v. 3, n. 2, p. 09-24, agosto de 1942, citação à p. 10.

⁵⁶ BENCHIMOL, Samuel. O cearense na Amazônia, p. 369.

presidente da República, reclamando direitos, fazendo denúncias, posicionando-se como cidadãos. São documentos indiciários, é verdade. E dizem respeito apenas àqueles que escreveram, não constituem nem modelo, nem tipo. Mas funcionam, para nós, como "espias ou indícios de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer."⁵⁷

3. Os arigós em percurso.

Não vamos novamente discutir a propaganda feita para recrutar trabalhadores. Basta lembrar, no entanto, que o recrutamento não se dava exclusivamente pela propaganda, ainda que esta tenha sido bastante eficaz.

O SEMTA, com recursos financiados pela Rubber, organizou postos que arregimentavam trabalhadores por todo o interior do Nordeste, com médicos para selecionar os aptos ao trabalho, alimentação e transporte gratuitos para os pontos de embarque para a Amazônia.⁵⁸ As pequenas cidades e povoados do Nordeste foram percorridas por recrutadores que reforçaram a propaganda. Os prefeitos recebiam orientação para cooperar nessa "ação patriótica",⁵⁹ e as cidades que recrutavam grande número de "soldados" recebiam destaque na imprensa.⁶⁰ Vejamos um relatório de um desses médicos recrutadores, que foi enviado ao SEMTA de Senador Pompeu, sertão do Ceará.

O ano de 1942 fora de seca brava em Senador Pompeu. Muitos homens, centenas deles, tiveram que trabalhar nas frentes para arrumar um pouco que comer. Concertavam açudes ou construíam estradas. Começava o ano de 1943, e chegava a Fortaleza a notícia de que lá houvera um ataque de um bando de

⁵⁷ GINSBURG, Carlo. *op. cit.*, p. 177.

⁵⁸ No arquivo de Paulo de Assis Ribeiro (AN/AP 50, cx. 04 e 05)) há uma série de relatórios de nutricionistas sobre as dificuldades de se conseguir manter uma boa alimentação nos postos de recrutamento; normas de como proceder os exames médicos, discriminando as doenças que tornavam um trabalhador inapto, ou apenas incapacitado temporariamente; e também modelos de fichas do SEMTA para serem preenchidas com dados do trabalhador, sua família e dependentes.

⁵⁹ Circular do interventor do Ceará Menezes Pimentel às prefeituras, in: *O Povo*, Fortaleza, 13.05.1943.

⁶⁰ Mossoró já contribuiu com mais de mil trabalhadores para a Amazônia. Extraordinária atividade do SEMTA. in: *O Povo*, Fortaleza, 06.04.1943.

flagelados. Algo precisava ser feito. Demócrito Rocha, jornalista do *O Povo*, criticava o plano de mobilização de trabalhadores para a Amazônia. Antes instalar um escritório em Senador Pompeu, era sua opinião, pois seria mais econômico e evitaria o êxodo de famílias inteiras para Fortaleza. Se o recrutamento fosse feito em pleno sertão, seria também mais fácil de arregimentar apenas os homens, e as famílias lá ficariam, já que eram inúteis para a urgência do trabalho que se precisava realizar na Amazônia.⁶¹

Foi debaixo de chuva que o Dr. Lins desembarcou, em Senador Pompeu, em março de 1943. O inverno se pronunciava, e os homens abandonavam as frentes pretextando voltar para suas terras, plantar um feijão, já que parecia que o ano ia ser bom. Segundo o Dr. Lins declarou, desde logo foi comunicando o motivo da sua visita a todas as pessoas conhecidas, sondando o ambiente e ouvindo expressões sintomáticas: "Dr Lins, antes destas chuvas, podia-se alistar muita gente, mas agora com o inverno promissor torna-se muito dificultoso encontrar-se gente para o Amazonas."⁶²

Como essa era a missão do Dr. Lins, e não podia dela desistir, entrou em contato com todas as autoridades, com o padre, com o locutor da rádio para que fizessem "a propaganda necessária à catequese." No dia seguinte, foi falar também com o administrador da construção da estrada e, em sua companhia, também falou com cada turma, ouvindo os motivos das suas reservas para com o SEMTA e a arregimentação de trabalhadores para a Amazônia:

Diziam uns que se recusavam porque se tratava de um recrutamento para a guerra; outros que já sabiam terem as primeiras turmas enviadas sido devoradas pelos índios; alguns que todos os homens seriam vendidos a peso de ouro; ainda apareciam as mães amantíssimas, que não desejavam separar-se dos seus filhos; destacava-

⁶¹ *O Povo*, Fortaleza, 11.01.1943.

⁶² Relatório do Dr. Lins ao SEMTA. Fortaleza, 18.03.43. AN/AP, cx. 04, doc. 08.

se como principal motivo a alegação de que o inverno era chegando e não havia assim, necessidade de deixar o Ceará.⁶³

Depois de muito argumentar, recrutou 15 homens, e no dia seguinte mais 15 se alistaram com a condição de serem alimentados até o embarque. Em um mês de atividades, o Dr. Lins instalou um posto em Tauá, percorreu as cidades vizinhas, falou com as autoridades de Maria Pereira, de Pedra Branca, e conseguiu selecionar 260 homens para a Batalha da Borracha. Embarcar, só embarcou mesmo 217, porque o restante desertou, e dentre os motivos alegados apontou o excessivo tempo de espera e a inatividade dos trabalhadores nos campos, bem como a comida, que não era muito boa. Ele, Dr. Lins, tinha feito o possível. Tinha até incluído entre os trabalhadores alguns com incapacidade física, temporária é claro, para serem tratados em Fortaleza, e também para incentivar os demais...

Mas é desses mesmos agentes de saúde que percebemos os primeiros indícios de que nem tudo se passava como o prometido. Uma nutricionista informava que a alimentação dos pousos era bastante deficitária, não só em termos nutricionais, como chegava mesmo a faltar comida.⁶⁴ As condições de saúde, ainda que não fossem precárias, não correspondiam à propaganda.⁶⁵

As primeiras reclamações apareceram ainda no Nordeste. Prometia-se ao migrante que receberia, além do equipamento de viagem, o pagamento de uma diária. Só que, como não se tornavam explícitas certas condições para o

⁶³ *Idem.*

⁶⁴ AN/AP, cx 04, doc. 27. Relatório do serviço de alimentação do Núcleo Provisório de Porangabussu. Divulgava-se, no entanto, que a alimentação dos trabalhadores era objeto de cuidados científicos. Ver: BARBOSA, J. J. Alimentação dos Soldados da Borracha. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, v. XII, n. 141, p. 131-146, maio de 1946.

⁶⁵ AN/AP, cx 05, doc. 53. Relatório de Fausto Pereira Guimarães, biólogo do Serviço Federal de Águas e Esgoto, em viagem a Teresina, relata que as condições sanitárias nos pousos eram "bem desfavorecidas", assim como havia um surto de febre tifóide.

recebimento das mesmas, os trabalhadores achavam que estavam sendo enganados, conforme viu-se o SEMTA na contingência de explicar:

o pagamento de diárias tem sido objeto de exploração por parte de alguns trabalhadores que, desistindo da viagem por covardia ou influência de pessoas de má fé alardeiam em seus municípios, a título de justificativa de seu gesto pouco másculo, que “o governo não cumpre o que promete”, ou seja, não paga a diária a que o “soldado da borracha” faz jus, desde a data do alistamento. Mas o que ocorre na realidade é simplesmente isso: o SEMTA, que lhe custeia todas as despesas, não faz aos trabalhadores nenhum adiantamento em dinheiro e somente no Pará pagará o saldo que cabe a cada um, descontados os débitos previstos...⁶⁶

A desilusão firmava-se, portanto, logo no início da viagem, confrontando-se a propaganda com as práticas. Evródio Irineu de Farias, seringueiro entrevistado por Costa Sobrinho, afirmou que “a coisa começou a dar com os burros na água desde o início. A travessia foi uma merda, pois a comida e o alojamento eram piores do que no meu barraco.” O acampamento onde ficou alojado em Belém pareceu-lhe um “campo de concentração, tudo era proibido.”⁶⁷ O excessivo rigor no controle dos trabalhadores confinados nos pousos, aliado às condições precárias em que nesses acampamentos se vivia, bem como a morosidade no transporte para os seringais, fazia com que os ânimos se acirrassem com bastante frequência.

Em Belém, além das constantes notícias de brigas e desavenças provocadas pelos migrantes, ocorreram alguns motins, segundo vários relatos dados à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Batalha da Borracha, em 1946. Em uma dessas rebeliões, houve a necessidade de intervenção da polícia,

⁶⁶ *O Povo*, Fortaleza, 16.04.1943.

⁶⁷ Evródio Irineu de Farias, cearense, foi para o Acre em 1943 e faleceu em 1989, tendo sido entrevistado por COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. *Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental. Contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo, Cortez; Rio Branco, Universidade Federal do Acre, 1992, p. 77. Aqueles que provocavam “arruaças” eram considerados indesejados e apresentados a polícia da cidade. Ver: *O Estado do Pará*, 06.05.1943.

o que resultou na morte de dois ou três migrantes, e de um policial ferido.⁶⁸ É evidente que muitas dessas brigas ocorridas nos acampamentos deviam-se a desavenças entre os próprios migrantes, mas não se pode descartar que outras tantas foram provocadas pelas condições precárias dessas hospedarias improvisadas. Pode-se inferir que as reclamações dos migrantes, quando resultavam em brigas com funcionários do SEMTA ou do DNI, eram tratadas como casos de polícia.⁶⁹ Foram os trabalhadores proibidos de sair dos pousos, para se assegurar que não desertassem. Em Manaus, a situação aflitiva dos pousos fez com que os dirigentes das instituições permitissem aos migrantes que saíssem para poderem arrumar emprego e comerem melhor.⁷⁰

Ezequiel Burgos, médico da hospedaria em Manaus deu um importante depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito, no qual sobressaem os relatos sobre a péssima alimentação e higiene, acarretando sérios problemas para os dirigentes do local. Além das dificuldades que advinham da provisoriedade das instalações, relacionava dois outros fatores: necessidade constante de se fazer economia aliada à dificuldade de abastecimento alimentar, e a longa permanência dos migrantes nas hospedarias uma vez que o SNAPP, e posteriormente o SAVA, não conseguiam dar vazão aos migrantes para os seringais por falta de transporte. Este foi, aliás, um dos problemas mais sérios enfrentados pela Batalha da Borracha, já que os Acordos de Washington e a série de instituições criadas em decorrência, não conseguiram aparelhar a contento o deficitário sistema viário amazônico.⁷¹ Nessas circunstâncias, era preferível dizer que os trabalhadores desertavam do que confessar a incapacidade das autoridades de efetivarem o

⁶⁸ Depoimento de Péricles de Carvalho publicado no *Diário da Assembléia* n. 4214, de 20 de agosto de 1946.

⁶⁹ Depoimento de Ezequiel Burgos publicado no *Diário da Assembléia* n. 4282 de 23 de agosto de 1946.

⁷⁰ Pelo menos, é o que nos relata Estanislau Siqueira, entrevistado por COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. *op. cit.*, p. 79.

⁷¹ Problema apontado desde o início da campanha como de difícil solução. Quem discordou da leviandade com que se recrutavam trabalhadores, esperando que fossem facilmente transportados para os seringais, foi demitido. Ver: Exposição reservada sobre as providências a serem tomadas para que o SNAPP possa cooperar razoavelmente no plano do governo de incentivar a extração da borracha... apresentada ao Ministro da Viação e Obras Públicas pelo Capitão de Corveta

que tinham prometido. Quanto à alimentação, os próprios dirigentes, como o Dr. Ezequiel, reconheciam que era insuficiente e de qualidade duvidosa:

... se vem distribuindo um feijão duro, com arroz mais duro ainda, sem qualquer tempero. As verduras praticamente desapareceram, sendo a ração de carne distribuída apenas no almoço, insuficiente para um homem que recebeu 60 gramas de pão com 120 de café no primeiro almoço. Às 16 horas essa pobre gente recebe um baião de dois, sem tempero que, mesmo com excesso de fome não pode ser tragado, resultando ter restos de comida onde o pessoal está passado fome. (...) tem aumentado consideravelmente o número de hospitalizados, em grande parte devido à sub-alimentação.⁷²

Num depoimento colhido por Pedro Martinello, o seringueiro Antonio Madeira de Matos corrobora a ligação entre a alimentação e a condição de saúde precária que grassava nos pousos:

No pouso de Tapanã (Belém) adoeci logo que cheguei devido à péssima alimentação e fui obrigado a baixar à enfermaria onde se encontravam vários companheiros de desdita. As crises que sofria no estômago, forçaram-me a gritar de dores ... Em Manaus fomos bem recebidos ... mas a comida era péssima a ponto de provocar diarreia nos "soldados da borracha". Crianças morriam muitas.⁷³

Ezequiel Burgos nos relata que, nos momentos de crise, quando recrudesceram surtos de malária e de meningite, os migrantes ameaçavam de *surras* os funcionários do SESP por não distribuírem comida, quando o abastecimento era de responsabilidade da CAETA. Quanto ao surto de meningite

Francisco Vicente Bulcão Vianna, diretor geral da SNAAP. AN/ PR/ Conselho Nacional de Economia, lata 303 - 1942, processo n. 1230.

⁷² Depoimento de Ezequiel Burgos publicado no *Diário da Assembléia* n. 4282, de 23 de agosto de 1946.

⁷³ MARTINELLO, Pedro. *op. cit.* p. 246.

que ocorreu em Manaus, afirma que sequer chegou ao conhecimento dos outros médicos da cidade, por medo de que houvesse exploração política do caso:

Na ocasião do surto de meningite, como médico, morava no mesmo hotel do Diretor da Saúde Pública do Pará, o Dr. Buid. Disse-lhe ser de toda prudência promovesse ele uma reunião de todos os médicos locais em seu gabinete, a fim de que tivessem conhecimento do que se passava na enfermaria. Comportava essa enfermaria cerca de 350 pacientes, o que não impedia que lá estivessem alojado quase 800. Além do excesso pernicioso, a situação se apresentava mais aflitiva pela falta d'água e escassez de recursos. A esta minha revelação o Dr. Buid asseverou-me ser de todo impossível, pois se fosse realizada os inimigos do coronel Barata explorariam a situação, para fins políticos. Assim, ficou constatado não se poder cientificar a classe médica do que se passava.⁷⁴

Se a classe médica não estava ciente do que ocorria nas hospedarias, que dirá outros setores da sociedade? Diziam que os arigós eram arruaceiros porque provocavam brigas, o que, no entanto, pode ser entendido como reivindicações de respeito ao que fora prometido, colocando em pauta a questão da sociabilidade política e da cidadania nesse período.

4. Arigós e cidadãos.

A propaganda fez uma série de promessas que os trabalhadores ao longo da viagem não se esqueceram. A principal delas garantia *direitos trabalhistas* dentro do seringal.

O Decreto-Lei n. 4451 de 9 de julho de 1942, que autorizava a constituição do Banco de Crédito da Borracha (BCB), praticamente estabelecia o monopólio das operações de compra e venda da borracha, comprometendo todo o sistema

⁷⁴ Depoimento de Ezequiel Burgos publicado no *Diário da Assembléia* n. 4282 de 23 de agosto de 1946.

de aviamento que dominava a produção extrativista da borracha e sua comercialização. Mais do que interferir no mercado, o BCB ampliava o seu raio de ação buscando disciplinar as relações de trabalho, como pode-se observar no Decreto-Lei n. 4.841 de 17 de outubro de 1942, onde o artigo 4º regulamentava a distribuição do valor líquido da borracha vendida, na proporção de 60% para o seringueiro, 33% para o seringalista e 7% para o proprietário; o artigo 6º determinava que ficava o seringalista "obrigado a facultar ao seringueiro, independente de qualquer indenização, o cultivo da terra, até um hectare, em volta de sua barraca, para consumo pessoal ou de família"; o artigo 7º, assegurava ao seringueiro "a meiação das castanhas que colher e a propriedade exclusiva das peles dos animais silvestres que abater"; e por fim, o artigo 9º determinava que "as relações entre proprietários de seringal, seringalista e seringueiros, serão regulados pelos contratos-padrão aprovados pelo Banco de Crédito da Borracha."⁷⁵

Pelo decreto-lei n. 5.381, de 7 de abril de 1943, que aprovava acordo firmado entre a SAVA e a Rubber (RDC), ficamos sabendo que era de responsabilidade da SAVA, "às expensas da Rubber", colocar os trabalhadores recrutados "com um empregador idôneo", ou seja, que respeitasse um contrato individual de locação de serviços, e que garantisse ao mesmo tempo condições de trabalho mínimas estipuladas:

Artigo VI-1- A SAVA providenciará a colocação de trabalhadores com seringalistas idôneos, mediante um contrato individual de locação de serviços, sendo que tal contrato deverá garantir ao trabalhador toda a proteção da legislação civil e trabalhista brasileira atualmente em vigor, que estabelece **condições não menos favoráveis** que as seguintes:

- a) contrato de prazo limitado;
- b) abastecimento de víveres a preços razoáveis e de qualidade e quantidade adequadas, bem como de outros artigos indispensáveis;

⁷⁵ BANCO DE CRÉDITO DA BORRACHA S. A. . *Legislação* S/l, s/e, 1947, p. 6-7. (Toda a legislação a respeito da Batalha da Borracha foi levantada pela Biblioteca da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, a quem agradecemos o serviço prestado.)

c) área razoável de terra (um hectare no mínimo) para plantações destinadas ao seu sustento alimentar;

e) inteira liberdade de movimento de acordo com as leis civil e trabalhista em vigor;

f) impedimento de serem cobrados aos trabalhadores juros por dívidas provenientes do fornecimento aos mesmos de víveres ou de outros artigos necessários à sua subsistência ou ao seu trabalho.

2- Além disso, compromete-se a SAVA a incluir no contrato individual de locação de serviços o seguinte:

a) que o trabalhador tenha a liberdade de mudar de empregador quando bem entender, respondendo o novo empregador pelas dívidas porventura contraídas com o anterior;

b) que o seringalista estabelecerá um limite de crédito para o trabalhador, limite este necessário às suas despesas essenciais, com o intuito de procurar reduzir ao mínimo o seu débito;

c) que o seringalista não cobrará pelos víveres e materiais fornecidos aos trabalhadores, preço superior ao publicado pela autoridade competente;

d) que as compras mensais de materiais, etc., feitas pelo trabalhador e as entregas de borracha por ele efetuadas, sejam escrituradas em sua cademeta individual, sujeitas à inspeção, em qualquer ocasião, pela autoridade competente.⁷⁶

É importante ressaltar que nunca o trabalhador rural recebera atenção legal nesse nível de detalhamento, estendendo-lhe direitos de cidadania... Pensar melhor essa questão da legislação trabalhista para o trabalhador rural e a questão da cidadania, ainda que nominal, é para nós um ponto importante para

⁷⁶ Acordo firmado entre a Superintendência de Abastecimento do Vale do Amazônico (SAVA) e a Rubber Development Corporation, aprovado pelo Decreto-Lei n. 5381 de 7 de abril de 1943.

entendermos em que o arigó se diferenciava dos migrantes do passado. É de se estranhar, no entanto, essa ênfase no contrato de trabalho, haja vista que, por se tratar de um período de guerra, os trabalhadores urbanos tiveram seus direitos suspensos, e qualquer atitude reivindicatória era considerada nociva aos interesses da segurança nacional.⁷⁷

Não basta simplesmente afirmar que o contrato de trabalho era um elemento a mais na propaganda política do Estado Novo, pois sua utilização se espalhou por campos mais largos. Relata Costa Sobrinho que Evródio, um dos seringueiros arregimentados durante a Batalha da Borracha, quando seguiu para os seringais "tinha em mãos cópia do contrato padrão que havia assinado, e verificou que não estava sendo cumprido. Fez uma carta para as autoridades denunciando os abusos e nunca obteve resposta. Decidiu sair e abandonou o posto de trabalho sem nenhum remorso por estar endividado no barracão, pois se considerava o único roubado."⁷⁸

Por outro lado, não há como desconsiderar que se trata de fato notório que os trabalhadores rurais foram excluídos da legislação social trabalhista. Na Consolidação das Leis do Trabalho, promulgada em 1943, há um processo de consagração dessa exclusão, na medida em que, ao se lhes negar direitos elementares que regulassem as relações de trabalho, também se negavam os mínimos direitos civis e políticos, como o de sindicalização, assegurando a exclusão dos trabalhadores rurais da cidadania.⁷⁹

O aparente paradoxo, a existência de uma política migratória de trabalhadores rurais regulada por um contrato de trabalho, cuja obrigatoriedade era garantida pelo Estado que o excluía da legislação trabalhista, pode ser pensado se à discussão anexarmos a política do Estado Novo para com os proprietários rurais, notadamente a velha oligarquia dos coronéis nordestinos. Afinal, a hesitação se deve à necessidade de se excluir essa oligarquia como

⁷⁷ PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. *Comunicações*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 16-65, outubro de 1982.

⁷⁸ COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. *op. cit.* p. 77-78.

⁷⁹ PRIORI, Angelo. Legislação Social Trabalhista: a exclusão do trabalhador rural. *História*, n. 15, p. 287-302, 1996.

poder controlador, poder que era dos coronéis e que regulavam desde o tempo de trabalho, ao tempo do descanso, e também o voto. É este o poder que se quer outorgar ao Estado. Não é à-toa que a esse processo podemos utilizar a expressão de Werneck Viana, "ideologia da outorga"⁸⁰, pois também não se queria deixar claro que essa oligarquia estava sendo objeto de controle do Estado, sob pena de se perder um aliado político.

Ao analisar os projetos de legislação trabalhista elaborados para o trabalhador rural, notadamente o Código Rural, Lenharo observa que duas regulamentações especiais chamam a atenção: eram alvo de disciplinamento o sistema de barracões de engenho e as relações de trabalho nos seringais, sendo que esta última parecia preocupar particularmente os integrantes da comissão de elaboração do Código:

Um seringal, por exemplo, só começa a ter valor depois de lotado pelos trabalhadores encarregados das "estradas" de seringueiros, que terão primeiro de abrir lugar na mata virgem, em luta aberta e ininterrupta com as forças da natureza. Para vencer, nessa luta, é preciso uma capacidade de resistência que só é concedida a homens de fibra especial. Grande parte dos que a iniciam sucumbem muitas vezes antes de conseguir colher os primeiros resultados do seu sacrifício. Tais homens merecem, certamente, uma proteção eficaz da lei contra os que os vêm explorando desumanamente, reduzindo-os quase à condição de escravos.⁸¹

Para Lopes, uma legislação defensiva do trabalhador nos seringais vinha a calhar em termos de facilitar sua fixação e de garantir a sua produtividade no esforço da economia de guerra.⁸² Já Lenharo observa que "o regime queria

⁸⁰ VIANA, Luís Weneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

⁸¹ LOPES, Waldemar. O projeto do Código Rural. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, 109, setembro de 1943, apud: LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil*, ... p. 88.

⁸² *Idem*.

assegurar a vitória na batalha da borracha; a outra batalha, a da guerra social mostrava-se interminável.”⁸³

O nordestino, dizia-se, voltava para casa, abandonava as hospedarias e os seringais, e era mais dado ao espírito de aventura do que à batalha da produção. No entanto, alguns deles levaram ao pé da letra os direitos apregoados no recrutamento e supostamente garantidos pelo contrato de trabalho:

Seringal Paraguassú, Município de Brasília, 10 de maio de 1944.

Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas

Eminente chefe da nação.

Nos soldados da borracha residentes na fronteira dos trez paizes. Brasil, Bolívia e Perus. Viemos de um modo geral pedir permissão a V. Ex. para que a nossa situação chegue ao conhecimento de V. Ex. Passamos a vossas mãos contas de liquidações da borracha e talões que comprovam a nossa situação commercial. E apellamos para o alto espirito de justicia que nos seja dado aquillo que o mesmo achar que **nos assiste por direito**. Alem do que enviamos a V. Ex. Tamos victimas de injurias e ameaças. O seringalista a que pertece este setor é de nacionalidade portuguesa. E quando **clamamos direitos assistidos por V. EX.** elle nos afronta dizendo que V. Ex. manda no Palacio do Catete e elle no seu seringal. Juntou todos os nossos productos chamando todos os seringueiros a liquidarem no dia 8 de abril deste corrente como provamos com as mesmas enviadas as mãos de V. Ex. Nossos filhinhos estão nus e famintos e pedem por nosso intermedio justicia para semelhante fato. Contudo V. Ex. pode contar serialmente com nosso esforço e produção da borracha em defeza do Paiz. Saberemos cumprir com o nosso dever e confiamos que a nossa situação sera melhorada assim que chegue esta as mãos do grande amigo e chefe. Permita-nos adiantar mais que esta situação e de um modo geral em todo o territorio do Acre. Clamores identicos foi divulgado ao Exmo Sr. Coronel Governador do Territorio do Acre ate então não fomos ouvidos. É este o motivo de sermos obrigados a

⁸³ *Idem*, p. 90.

fazer-mos novo apello direto. Estamos pronto para Respondemos pela palavras que acabamos de firmar perrante V. Ex. Enviaremos tambem talões referentes preços de mercadorias, venda de atebrias verificadas do governo. Segue tambem notas comprovantes do seringal Guanabara vizinho cobrando gratificações dos soldados da borracha que foram transportados para esta fronteira à custa do governo. Além disso segue também contas de vendas dos seringueiros que embarcam diretamente o Banco por intermedio do seringalista Alfredo Vieira Lima. Que tendo controles com a grande casa commercial em Manaus o Sr. G. G. Araujo estrae (?) da conta geral do Banco falsificando-a e tambem aos produtos. Os melhores fabricantes de borracha deste tem sido prejudicados pois as referidas contas viciadas pervalesses do nome do Banco clasificações impossivel para em nome do Banco dizerem que o seringueiro pois na sua borracha semambi e outras. E conhecido que nunca puseram semambi em suas borrachas nem mesmo quando ella não tinha a exigencia que tem atualmente. E a tudo isto sabemos que e abuso visto tratar de um material de guerra e que o mesmo esta cotado por V. Ex. e tambem sabemos que somos soldados da borracha empenhados na defesa do Paiz e atravez de todas essas circutancias já referidas contamos com o apoio de V. Ex. que nossa situação será melhorada com á chegada desta as vossas mãos. E afirmamos tambem que a cigurancia do Paiz estiver dependendo de nos pode confiar que elle não sera violado. Confiamos no alto espirito de V. Ex. firmamo-nos

Francisco Praia e João Valerio⁸⁴

Não era em um átimo, nem centrando esforço na propaganda, que o Estado Novo iria modificar as condições de vida e trabalho nos seringais. As promessas quebradas foram tratadas como desrespeito aos direitos. Adentrando os meses, as desilusões se firmavam mais rapidamente, pois os migrantes que chegavam na Amazônia, defrontavam-se com aqueles que desciam dos seringais

⁸⁴ AN/ Gabinete Civil da Presidência da República/ Fundo Soldados da Borracha, doc. 21727/44. Os documentos a que se refere a carta não foram encontrados. Negritos nossos.

em condições não diferentes daquelas relatas por Euclides e Rangel para definir o Inferno Verde:

Ultimamente tem regressado dos seringais um certo número de homens, fazendo as piores referências ao modo de serem recebidos e tratados nos seringais, ao que dizem. Falta a comida, passando o dia com um pouco de café puro e algumas vezes carne podre de Cr\$ 16,00 o quilo. Não existe remédio, sendo a atebrina vendida a Cr\$ 1,50 quando existe. Quando pedem remédio para algum companheiro, dizem que podem morrer porque isso não interessa ao seringalista. Acredito que haja algum exagero, mas seria interessante que o Dr. Dória (Vasconcelos, diretor do SAVA) ouvisse alguns deles. Do seringal Cora, pertencente a um português, tenho sabido horrores, tais como: promessa de extermínio pelos capangas do seringalista, venda de atebrina, informação de que os contratos nada valem, servindo apenas de engodo, para os "bestas", recusa de qualquer assistência em caso de doença; já tendo mesmo morrido alguns trabalhadores à mingua de tudo; pagando aos trabalhadores Cr\$ 4,00 para outros serviços que não a extração da borracha.

Parece que os seringalistas não cumprem 20 por cento do que prometem. Estamos com uma trabalho caríssimo para ser anulado por gente desse quilate. A vida do trabalhador para o seringalista, com raríssimas exceções nada vale. Parece que essa gente é encarregada do quinta-colonismo na Amazônia. O problema é sério porque amedrontam esses homens de todo jeito. Na nossa enfermaria tem alguns que regressaram, unânimes nas acusações. A miserabilidade nos que regressam é atroz. Pelo que contam são verdadeiros assassinatos algumas mortes naturais. (...) Os trabalhadores vão para os seringais antes que os responsáveis cuidem do abastecimento, ficando numa situação de constante penúria, passando fome.⁸⁵

⁸⁵ Carta de Ezequiel Burgos ao Dr. Péricles de Carvalho, Diretor do DNI, in: *Diário da Assembléia* n. 4282 de 23 de agosto de 1946.

Para a elite amazônica, o contrato de trabalho apregoado não passava de instrumento de propaganda, e desde o início da Batalha foi dito que não seria respeitado. Ao propor que o governo revisasse as condições de produção do látex impostas pela Comissão de Controle dos Acordos de Washington, via BCB, as Associações Comerciais da Amazônia afirmavam que dificilmente se conseguiria aumentar a produção, pois o tipo de trabalhador que se arregimentava não se adequava aos seringais. Melhor seria se o governo deixasse essas questões que envolviam o mundo do trabalho no seringal sob o controle do seringalista, como sempre tinha sido.⁸⁶

Alguns desses arigós conseguiram romper o muro da invisibilidade em torno do migrante nordestino que ia para a Amazônia, cuja imagem foi construída como um indivíduo submisso, que aceitava, ainda que reclamando, as piores condições de vida. Nós mostramos indícios de migrantes que reagiram contra todo o processo, de uma ponta a outra, que não aceitaram calados um destino inferno a seus desejos. Escudados por armas que o Estado Novo forjou, como o contrato-padrão, tentavam fazer valer seus direitos, postavam-se não como revoltados diante da vida, mas como cidadãos.

Esses trabalhadores, longe de repetirem mimética e mecanicamente o discurso dominante, reformulavam-no a partir de seus parâmetros culturais, bem como de suas condições imediatas de vida.⁸⁷ Não eram, no entanto, apenas os que partiam que reclamavam do não cumprimento dos “direitos” apregoados. As mulheres que ficaram também se mostraram lesadas.

Assim como muitos outros brasileiros fizeram naqueles anos, Maria Emilia Ramos Camara escreveu ao Presidente Getúlio Vargas clamando por assistência, pois seu marido tinha partido para os seringais havia um ano, e não mandara mais notícias. Como Maria tinha doze filhos menores, pedia ao Presidente que lhe concedesse uma pensão. Tal qual inúmeras outras cartas, esta também originou

⁸⁶ Condições de produção da Borracha na Amazônia. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, v. XI, n. 123, p. 215-256, novembro de 1944.

⁸⁷ Nesse sentido, ver a análise das cartas dos mais variados naipes enviadas a Vargas em: FERREIRA, Jorge Luiz. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. *Estudos Históricos*, v. 3, n. 6, p. 180-195, 1990.

um processo no Gabinete Civil da Presidência da República, para se apurar porque esta mulher de um “soldado da borracha” estava sem assistência. Ficamos então sabendo, na resposta que foi enviada a Maria, que seu marido, José Mariano Camara, tinha sido encaminhado pelo SEMTA ao seringal Piratinim, no Rio Machado, Porto Velho. Quanto à pensão, nada se podia fazer, pois no momento em que fora recrutado em Natal, José Mariano afirmou ser solteiro e não preencheu a ficha relativa a assistência à família.⁸⁸

Brantina Barbosa, naquele ano de 1944, também pediu ao Presidente proteção, e pelo mesmo motivo, já que seu marido também tinha ido para o Norte extrair borracha, e ela tinha ficado com dez filhos. No entanto, tinha recebido ordem de despejo e não sabia para onde podia ir. Por um processo bastante longo, ficamos sabendo que o marido de Brantina não foi encontrado, mas de igual modo também nos é informado que o mesmo não era muito idôneo e não pagava o aluguel havia muito tempo. E também nada se podia fazer quanto ao despejo.⁸⁹

Que dizer dos filhos e mulheres desses soldados da borracha que, conforme apregoado pela propaganda ficariam assistidos? Sabemos que não ficaram silenciosas, que clamaram com voz própria por assistência, e por direito à mesma.

Nós, abaixo assinadas, mulheres dos soldados da borracha, domiciliadas Crato (Ceará). Vimos perante V. Ex. pedir providências sobre suspensão nosso pagamento diárias, de ordem Dr. Falcão, alegando dará passes. Não temos noticias nossos maridos, cujo paradeiro ignoramos. Impossível aceitar passes porque ignoramos destino.

⁸⁸ AN/ Gabinete Civil da Presidência da República/ Fundo Soldados da Borracha, doc. 1647/44, carta datada de 24.04.1944.

⁸⁹ *Idem*, doc. 5421/44, carta enviada de Catalão, Goiás, 03.02.1944.

Confiamos V. Ex. dará solução satisfatória, mantendo nosso pagamento aqui, **conforme foi combinado.**⁹⁰

Nesse momento queria o Poder Executivo ver-se livre de toda assistência à família dos migrantes recrutados, e oferecia às famílias passes de viagem para a Amazônia. Alegava-se que não se podia mais sustentar as famílias, se os maridos já estavam colocados nos seringais e, portanto, ganhando o suficiente para fazê-lo por conta própria. Mas onde estavam esses maridos? Poucas sabiam, e o jornal *O Acre*, de Rio Branco, curiosamente anunciava em suas páginas que as cartas destinadas aos trabalhadores da borracha, enviadas para o Departamento de Produção do Acre, aguardavam que seus destinatários viessem buscá-las, pois o órgão, que era o responsável pela colocação dos trabalhadores nos seringais, também não sabia como localizá-los.⁹¹

Mossoró, 20 de junho de 1944.

Exmo. Snr. Presidente da República

Dr. Getúlio Vargas.

Nós abaixo assinadas, esposas, mães, noivas e irmãs de trabalhadores que há mais de um ano deixaram seus lares, a fim de procurar melhores dias de vida no extremo norte do país, forçados pela situação de miséria que encontravam-se em sua terra natal, viajaram para a Amasonia, com esperanças de serem bem sucedidos e prestarem relevante serviço a pátria no combate ao inimigo comum, produzindo borracha para a vitória das Nações Unidas.

Desde a saídas destes chefes de famílias, ficamos recebendo a importancia de dois cruseiros por cada pessoa, até o numero maximo de quatro pessoas somando o total de oito cruseiros diários. Esta quantia que recebiamos no fim de cada mês, mesmo com a carestia de vida, dava para imos passando.

⁹⁰ *Idem*, doc. 22333/44. Telegrama constando de sete assinaturas. Ver também: doc. 22592/44, que trata de outro telegrama de igual conteúdo vindo de Areias Brancas, RN. Negritos nossos.

⁹¹ *O Acre*, Rio Branco, 25.10.1943.

No dia 20 de junho do corrente ano foi cortado o auxílio as famílias assistidas pela Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amasonia, deixando na maior calamidade as famílias em grande parte numerosas que tão longe se encontram de seus chefes.

(...)Sr. Presidente. Para melhor provarmos a quanto chêga a nossa calamidade, só encontramos um meio, é apelarmos para V. Excia demonstrando o que podera fazer uma mãe com oito filhos longe do marido, em muitos dos casos não sabemos se sera vivo ou morto, casos de viuves que já existe bastante na cidade de Mossoró e outras do Estado do Rio Grande do Norte, que por lei cabia a indenização de dez mil e oitocentos cruzeiros **de acordo com o código trabalhista do Brasil**.

No entanto essas creaturas so receberam a titulo de gratificação a importancia de mil cruzeiros pela vida de seus inesquecidos maridos, deixando desenas de filhos menores na orfandade. (...) ⁹²

O documento vem assinado por cinquenta e quatro mulheres. Não se reclama mais uma ajuda individual, uma assistência para não ser despejada, mas se trata de um movimento organizado que reivindicava direitos e indenizações alegando como justificativa, não um direito aleatório, mas *o código trabalhista do Brasil*.

O abaixo-assinado deu origem a um parecer jurídico da CAETA sobre a suspensão do auxílio, ou assistência à família dos soldados da borracha em junho de 1944.⁹³ Conforme já se tinha demonstrado ao ministro do Trabalho, quando da reclamação feita pelas famílias do Crato (documento acima transcrito), a CAETA não podia mais se responsabilizar pela assistência às famílias pois, não só não era um órgão de Previdência Social *como querem e pretendem as famílias dos trabalhadores*, como fizera mais do que o estipulado por suas obrigações contratuais. De acordo com o contrato de encaminhamento firmado pelo

⁹² AN/ Gabinete Civil da Presidência da República/ Fundo Soldados da Borracha, doc. 31896/44. Grifos nossos.

⁹³ *Idem*, anexo ao mesmo documento.

trabalhador, obrigava-se a CAETA a prestar assistência aos dependentes “desde a data da assinatura deste contrato, até a colocação nos seringais”.⁹⁴ Como os maridos já estavam colocados, era agora responsabilidade deles o sustento de suas famílias. Ainda alegava que muitos trabalhadores desertaram do trabalho nos seringais, e que nem por isso deixou a CAETA de prestar assistência às famílias até aquela data. Contudo, como desde fevereiro de 1944 era o DNI o encarregado de aliciar novos trabalhadores, e que o vinha fazendo sem prestar a referida assistência, não tinha porque se propalar a existência de direitos invocados pelas signatárias. No entanto, não se eximia a CAETA de suas obrigações:

... a Caeta não tem poupado esforços no sentido de encaminhar todos os dependentes que lá encontram, em plena atividade, no front da borracha, preenchendo assim, a alta finalidade do amparo á família perfeitamente compatível com a nossa estrutura social.

(...)Não nos cabe responsabilidade pela recusa da família do trabalhador, a unir-se a seu esposo, sob fúteis e cavilosos pretextos! Uma vez que a CAETA faculta os meios de a família do trabalhador unir-se a este, no local de trabalho, e ela se recusa, é como se a união se houvesse dado, pois, é por vontade dos próprios dependentes - e contra vontade da Caeta - que tal união não se verifica.⁹⁵

Quanto às indenizações a que se referem as signatárias, por morte dos trabalhadores, informa ainda o auditor jurídico que todos as famílias que tiveram seus maridos incorporados, e que morreram no exercício, receberam indenização conforme estipulava a Lei de Acidentes, exceto, naturalmente, aqueles que tiveram morte natural. Neste último caso, a Caeta deu uma ajuda, num

⁹⁴ Contrato regulamentado pelo decreto-lei 5.813, de 14 de setembro de 1943. No referido contrato a Rubber Development Corporation repassava ao governo brasileiro a importância de US\$ 2.750.000 (dois milhões e setecentos e cinquenta mil dólares) para serem gastos no encaminhamento de 16.000 novos trabalhadores para a safra da borracha de 1944 e assistência à sua família, bem como às famílias encaminhadas anteriormente pelo SEMTA.

⁹⁵ AN/ Gabinete Civil da Presidência da República/ Fundo Soldados da Borracha, doc. 31896/44.

reconhecido gesto humanitário, nunca uma indenização que a lei não previa. Também no que se referia à localização dos trabalhadores, lembrava o auditor que o assunto não lhe era de competência, pois a SAVA era que tinha a obrigação contratual de colocar os trabalhadores nos seringais.

O que observamos aqui, mais uma vez, é a desautorização dessas mulheres enquanto cidadãs que reivindicavam direitos. O discurso que respondeu as reivindicações das mulheres dos arigós devolvia para os trabalhadores, ou para as próprias mulheres, a responsabilidade pelo não cumprimento do que fora prometido. É impossível não fazermos eco a uma pergunta provavelmente formulada pelas mulheres: como queria a CAETA que as famílias aceitassem ir para a Amazônia, se a própria CAETA admitia que nem sempre sabia onde estavam os maridos?

Ir para Amazônia como, se nos seringais não eram as famílias bem vindas? Por um lado, afirmava-se que contribuíam para o maior endividamento dos seringueiros nos barracões, e de outro lado, os seringalistas alegavam que um seringueiro com família sempre produzia menos borracha, tal como afirmou o coronel Luís Silvestre, governador do Território, em entrevista reproduzida no *O Acre*:

... a produção de borracha aumentará caso não faltem os indispensáveis fatores de produção, que são o número cada vez maior de imigrantes, mas sem famílias, pois as mulheres e os filhos aumentam o número de bocas sem um proporcional aumento de produção. É como que uma batalha para onde vão somente os homens.⁹⁶

No entanto, não só a propaganda conclamava num primeiro momento que o migrante fosse acompanhado da família, como efetivamente se incentivou a migração familiar. Logo no início do ano de 1943, o jornal *O Acre* anunciava a

⁹⁶ *O Acre*, Rio Branco, 10.04.1943.

chegada de 224 pessoas para comporem o exército da produção, entre homens mulheres e crianças, e continuou a anunciar a chegada de imigrantes de ambos os sexos acompanhados de menores, ao longo do ano.⁹⁷ Numa reportagem publicada n' *O Observador Econômico e Financeiro*, ficamos sabendo que o DNI tinha encaminhado mais de duas mil mulheres para a Amazônia, e explicava que se tratava de sanar a tristeza comum nos seringais que a falta de vida familiar ocasionava.

Como o D.N.I. se dedica a um serviço de colonização permanente que deve prosseguir depois da guerra e da Batalha da Borracha, a imigração familiar é a que está sendo feita. Enquanto o SEMTA mobiliza soldados, o D.N.I. joga com material mais plástico e fecundo; já leva o grupo humano selecionado e se encarrega de instalá-lo na terra, de modo que ele se radique pelo nascimento de novos filhos e pela fecundação de lavouras. Quando a alta de preços e as oportunidades excepcionais destes dias passarem, é possível que muitos milhares de homens que agora estão seguindo em busca da grande miragem retornem aos seus rincões, trazidos pela mesma esperança que os levou. Não assim os imigrantes do DNI. Com a família que levam consigo eles podem ser comparados a essas plantas que são tiradas de uma terra para outra com todas as suas raízes. Não pensarão jamais em voltar, porque levam consigo tudo o que amam.⁹⁸

Trata-se, evidentemente, de um claro movimento de sedentarização da população, conforme já discutimos a partir de Deleuze, revelando uma preocupação com a constante itinerância comum nos seringais. Por outro lado, uma descarada aleivosia quando se propaga que não haveria desenraizamento nesse tipo de migração.

⁹⁷ *Idem*, 31.01.1943.

⁹⁸ Homens para a Borracha. *O Observador Econômico e Financeiro*. n. 88, p. 32-44, 194, citação p. 40.

Quando cheguei aqui, tudo era desconhecido. Tudo estranho. Estava por fora de tudo. Mesmo assim fui parar num seringal e cortei seringa cinco anos. Achando que aquilo não dava para viver, deixei. Vim para o Amazonas, pensando que aqui era melhor de se viver. Isto porque quando vinha um para cá, o Amazonas, todos ficavam dizendo: agora fulano de tal vai melhorar de vida. Lá é que é terra de se viver. Lá tem tudo de bom. Assim embalado, eu também cheguei aqui. Além disso trabalhei muito tempo como castanheiro e sorveiro, coisas de que falavam. Aqui as dificuldades maiores foram os trabalhos muito difíceis; pouca alimentação e os difíceis meios de transporte. No Nordeste, o trabalho braçal também é duro. Mas lá é melhor o transporte, a alimentação, o regime de vida. E ainda das criações, do clima que aqui é muito quente. O clima foi a minha maior dificuldade a me acostumar ao trabalho do corte.⁹⁹

Estão presentes neste testemunho a condição de bravo, e o permanente mudar para melhor a vida, até se amansar na nova terra. Enquanto as autoridades do Estado Novo buscaram, ao final da Batalha da Borracha, brechas jurídicas para não cumprir o que fora prometido, os trabalhadores continuaram a reivindicar direitos, e o desrespeito para muitos foi tomado como traição.

Eu vim para o Amazonas em 1942, no tempo da guerra. Nosso navio não vinha comboiado. Quando chegamos em Fortaleza nosso navio foi atropelado por um submarino.(...) Eu trabalhei na seringa. Cortei seringa dezoito anos (...) Eu vim para cá porque era seca grande. O governo prometeu que no Amazonas era muito bom. Muitos resolvemos vir. Mas os patrões que trazia nós enganou nós. Enganou todos os arigós.¹⁰⁰

Ainda que em muitas dessas cartas predomine o tom paternalista, ressalte-se que os signatários postam-se no espaço público reivindicando não somente favores, mas cumprimento de direitos, colocando em questão não apenas a

⁹⁹ FERRARINI, Sebastião Antônio. *Transertanismo. Sofrimento e Miséria do Nordeste na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1979, p. 56-57.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 43.

propaganda tida como enganosa, mas a sociabilidade política e as práticas de cidadania que a elite brasileira teimava em não reconhecer como legítimas.¹⁰¹

¹⁰¹ Para uma história da sociabilidade política ver: PAOLI, Maria Célia. Trabalhadores e cidadania. Experiência do mundo público na história do Brasil moderno. *Estudos Avançados* v. 3, n. 7, p. 40-66, 1989.

Capítulo VI

Bravos e mansos.

1. Um pajé cearense. Hibridismo cultural e movimento migratório.

Os leitores do jornal *Diário de Notícias*, de Belém do Pará, depararam-se no dia 2 de fevereiro de 1885 com uma notícia intrigante: a de um pajé cearense. A se fiar no discurso do jornal, o dito pajé, que tinha como nome Raimundo Antônio, não passava de um embusteiro, que se aproveitava da credulidade dos incultos, retirando-lhes por artimanhas e usando de um aparato típico dos pajés, alguns de seus bens. A história de Raimundo, o pajé cearense, foi-nos contada por Aldrin Moura de Figueiredo, que a descobriu em meio a uma pesquisa histórica sobre as formas da religiosidade popular em Belém. Mas o próprio Figueiredo nos conta que esperava encontrar tudo, bruxas e magos, exceto um pajé cearense. Se a pajelança era tida como coisa de índio que vivia no mato, como pensar, não só a presença de pajés nas cidades, mas de um que nem amazônico era?

Segundo Figueiredo, “o encontro com o caso do pajé Raimundo Antônio de Belém não podia (...) me revelar muita coisa, a não ser pensar que o cotidiano das camadas populares estava longe de espelhar a beleza europeizada que a época sugere para toda uma literatura que existe sobre o período.” Não lhe interessava desvendar a carreira religiosa e/ou criminosa do cearense, pois “não

queria eleger os bons e os maus pajés, inferindo juízos de valor a partir dos discursos da imprensa.”¹

No entanto, é o próprio Figueiredo que nos fornece a primeira pista de como pensar nosso pajé, ao afirmar que “valia a pena refletir sobre a sua condição social de imigrante. Raimundo era um retirante nordestino, como muitos outros que saíram do Ceará rumo ao fausto da borracha, e que encontraram as agruras cotidianas vividas pela gente comum, pelos trabalhadores urbanos, pela arraia-miúda que efetivamente habitava o dia-a-dia da urbe pretensamente moderna.”² E Figueiredo aqui termina a história do pajé cearense, pois está interessado em outras questões. Cabe a nós a tarefa de pensar a condição social de migrante, bem como as tessituras que práticas semelhantes realizaram, aproximando as culturas amazônica e nordestina.

O xamã, na Amazônia, é o viajante por excelência, é um tradutor, aquele que faz a ponte entre códigos que jamais serão inteiramente equivalentes, e permite que os modos de significação de uma língua reverbere em outra.³ Esta posição relacional nos permite pensar o pajé cearense, não a partir dos códigos da polícia (para quem era um embusteiro, e não nos interessa relativizar essa verdade), mas entendê-lo como migrante que busca se integrar num novo meio sociocultural. Quem é o pajé, para a cultura amazônica, senão o que desvenda os mistérios da floresta, tem o poder sobre os encantados, propicia a comunicação entre o mundo natural e sobrenatural com o mundo dos homens?⁴

O pajé cearense é um homem traduzido, no sentido empregado por Hall e também por Bhabha, portador de uma identidade híbrida, que não é unitária e tampouco “pura”, visto que é o resultado de várias culturas e histórias

¹ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *A Cidade dos Encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia. A constituição de um campo de estudo (1870 - 1950)*. Campinas, dissertação de mestrado em História/UNICAMP, 1996, p. 2-9.

² *Idem*, p.5.

³ CUNHA, Manuela Carneiro da. Pontos de vista sobre a floresta amazônica: xamanismo e tradução. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, v. 4, n. 1, p. 7-22, 1998. É importante lembrar que Carneiro da Cunha se apoia em Benjamin para pensar o tradutor. Ver: BENJAMIN, Walter. *The task of the translator. Illuminations*. New York, Schocken Books, 1988.

⁴ Sobre a importância do pajé na sociedade cabocla ver: GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.

entrelaçadas.⁵ Para o historiador, o pajé cearense torna visível os processos culturais pelos quais os migrantes tiveram que passar, as reelaborações necessárias para sobreviver no novo lugar. Foi pensando nesse pajé cearense que buscamos pensar a adaptação dos migrantes nos seringais, como sujeitos que faziam constantes traduções culturais entre o Nordeste e a Amazônia.

2. O seringal e a tipificação histórica.

Estejamos atentos a uma certa tipificação do seringal, produto de uma escrita historiográfica. João Pacheco de Oliveira Filho apropriadamente observou que o seringal foi recorrentemente pensado a partir de um esquema interpretativo geral e de caráter abstrato.⁶ Como resultado dessas análises tem sido o seringal percebido como uma unidade que recobre a história da Amazônia, e que tem redundado em uma visão política e cultural empobrecida, dado que a noção de ciclo econômico explica todo o social. Constituiu nosso ponto de partida uma visão da Amazônia entendida não como objeto de estudo autônomo e isolado, mas intimamente ligada aos movimentos migratórios do Nordeste, à busca pela terra no Oeste. Nesse sentido, a moldura da história regional é bastante desconfortável, não só por seu caráter notadamente secundário, mas principalmente por sua qualidade estática, que não permite pensar o movimento, a circulação cultural que se processa nos meandros das regiões.

Do mesmo modo, a Amazônia apresenta-se-nos como uma incrível diversidade, ambiental ou cultural, que não pode deixar de ser considerada. Com isto, estamos afirmando também que um seringal contém experiências múltiplas e diversas histórias. Conhecer um seringal é conhecer a todos? Não acreditamos. Ainda que os modos de trabalho, a convivência com a floresta, a cultura material

⁵ HALL, Stuart. A questão da identidade cultural. *Textos Didáticos*. IFCH-UNICAMP, n.18, 1995, p. 71-72. Para a questão da tradução e hibridação cultural ver também BHABHA, Homi K. How newness enters the world. Postmodern space, postcolonial times and the trials of cultural translation. *The location of culture*. London, Routledge, 1994.

⁶ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O caboclo e o brabo. Notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 11, p. 101-140, maio de 1979.

resultante sejam similares, e possamos falar de uma cultura do seringal, no sentido de que podemos apreender modelos de organização das atividades produtivas, a experiência histórica, ou seja, a especificidade dos modos como os sujeitos enfrentaram determinadas situações em tempos e espaços distintos, precisa ser considerada.

Oliveira Filho aponta a existência de dois modelos básicos de seringal, tomando-se como parâmetro as atividades produtivas e a cultura resultante do viver nesse local. O seringal das ilhas, ou *caboclo*, explorado desde o início do século XIX, caracteriza-se por ser uma exploração em que a mão-de-obra utilizada era requisitada localmente, constituída de índios e mestiços, sendo que nesse seringal a força de trabalho era familiar, funcionando juntamente com outras atividades, como as de subsistência, o que acarretava numa pequena produtividade do trabalhador. Geograficamente esse seringal ficava adstrito à região das ilhas, tendo como limite de exploração o Xingu.

O segundo modelo, descrito como modelo do apogeu, ou dos altos rios (cabeceira dos afluentes do Solimões), tinha como característica principal o fato de ser uma exploração que ocorria em áreas muito além das fronteiras de mercado. A mão-de-obra era quase que integralmente importada, ressaltando-se a ausência da força de trabalho familiar (o trabalhador isolado é predominante), o que traz em consequência uma especialização da empresa com abandono da agricultura, e uma produtividade do trabalhador muito mais elevada.⁷ É o seringal *clássico*, que nós já conhecemos através da literatura.

O seringal para onde se dirigia o migrante arigó tinha já uma história, se quisermos considerar que sua chegada tenha se constituído numa experiência própria, específica, não completamente apreendida pela tipificação dos modos de vida no seringal. Essa história considera dois grandes períodos, o primeiro do apogeu, que percorre as décadas de 1870 até a Primeira Guerra Mundial, seguida por uma longa “decadência” econômica, abrangendo os anos 20 e 30.

⁷ *Idem*, p. 126.

Nesse sentido, é importante que nos detenhamos a analisar os “balanços” históricos efetuados sobre o período áureo da borracha, e qual o lugar que o seringal, bem como o migrante, ocupou na história da Amazônia. Mas não só na história amazônica, pois é importante que consideremos quais os significados atribuídos a uma experiência histórica específica para uma história nacional.

Roberto Santos, que se dedicou a fazer um desses “balanços”, aponta duas posições opostas que se chocam quando se trata de avaliar os resultados do crescimento regional e da contribuição desse crescimento para o âmbito nacional. A primeira posição, chamada de *ufanista*, engloba os que valorizam a era da borracha, “pelo que proporcionou ao Norte do país em termos de povoamento, ocupação territorial, ampliação da área física nacional...” Esta posição é por Santos denominada de “vulgar, de inspiração paroquialista e ingênua”.⁸

Próxima dessa posição há a tentativa de se pensar o seringal a partir do transplante analítico do sistema patriarcal, configurado pela casa-grande e a senzala. A este binômio correspondem o barracão e a própria selva, que confinava o homem na escravidão.⁹ Soma-se a esse modelo a transposição de outros problemas tipicamente nordestinos, principalmente quando diz respeito à adaptação do nordestino na Amazônia.¹⁰ Esse homem era caracterizado como místico e violento. Assim sendo, argumentam os partidários dessa tese, por que não se reproduziu nos seringais o cangacerismo típico do Nordeste? Em primeiro lugar, pelo própria transposição da figura do coronel, que teria na paisagem amazônica o mesmo sentido disciplinador e centralizador do senhor-de-engenho do Nordeste. O coronel de barranco, ou o seringalista, teria sido “a revelação humana mais característica do sistema econômico da borracha, e o seringueiro um simples prolongamento desse elo ecológico muito estreito...”¹¹ Por outro lado,

⁸ SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1980, p. 283.

⁹ Ver, TOCANTINS, Leandro. *Amazônia. Natureza, homem e tempo*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército/ Civilização Brasileira, 1982, p. 104.

¹⁰ ARAUJO LIMA. *Amazônia. A terra e o homem*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1975.

¹¹ TOCANTINS, Leandro. *Op. cit.*, p. 114.

a vida na floresta, e as dificuldades de comunicação, teriam esterilizado a semente do banditismo tipicamente nordestino. No seringal, os homens andavam armados para a defesa própria e para abater a caça, mas foram raros os casos de formação de bandos de bandidos.¹²

A segunda posição, denominada de *radical-pessimista* engloba os argumentos que negam “maior significado à economia gomífera” ou até mesmo “à contribuição da Amazônia ao desenvolvimento do país”.¹³ Notabilizaram-se nessa posição Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Como já discutimos as de Celso Furtado, vejamos então as idéias de Caio Prado Júnior, já que ele arrola argumentos emblemáticos do lugar que o seringal e o migrante ocuparam na história.

Num percurso bastante consagrado quando se trata de falar sobre a era da borracha, Caio Prado Júnior nos conta a história de seu descobrimento e utilização para o capitalismo industrial, o território onde era explorada, para finalmente chegar no migrante, ou seja, no problema da mão-de-obra. O lugar clássico do migrante, e não só na história econômica. Tanto os aspectos econômicos da extração da borracha, quanto os sociais são considerados rudimentares, pois o processo de trabalho consistia num extrativismo primário, exercido pelo seringueiro solitariamente na floresta, para ao final da coleta dissipar o salário ganho com bebidas alcoólicas, “única diversão que oferece o desolamento da selva.”¹⁴

É dessa dissipação do salário que sobrevive o sistema de exploração da borracha, pois “é preciso impedir que o trabalhador acumule reservas e faça economias que o tornem independente.”¹⁵ Após descrever o sistema de aviamento que engendra a escravidão por dívida, Caio Prado Júnior argumenta que a despreocupação com a cultura da seringueira e com a proteção e

¹² ARAUJO LIMA. *Op. cit.*, p. 137.

¹³ SANTOS, Roberto. *op. cit.* p. 283.

¹⁴ PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1978, p. 238. A primeira edição é de 1945, portanto, esta é uma avaliação feita durante a Batalha da Borracha.

¹⁵ *Idem*.

conservação das plantas preparava a ruína que se seguiria, disfarçada pelos preços altos e pelo trabalho miseravelmente pago.

Ao concluir, Caio Prado Júnior coloca novamente em circulação algumas imagens emblemáticas utilizadas para descrever o período da borracha. A primeira delas, a de enriquecimento fácil, e de igual modo despendido. Ou seja, que o trabalho dos seringais nada mais criava senão um “acampamento” na selva, e que toda riqueza não servia para “nada de sólido e ponderável”. O Teatro Municipal de Manaus é um atestado não só da riqueza dissipada, mas símbolo máximo de “um mundo perdido na selva tropical brasileira”.

É claro que desfeito o castelo de cartas em que se fundava toda essa prosperidade fictícia e superficial, nada sobraría dela. Em poucos anos, menos ainda que se levava para constituí-la, a riqueza amazonense se desfará em fumaça. Sobrarão apenas ruínas. Nas cidades, setores inteiros de casas abandonadas e desfazendo-se aos poucos; a mata, voltando ao isolamento. A terra se despovoava. Vão-se os aventureiros e buscadores de fortuna fácil procurar novas oportunidades em outro qualquer lugar. Ficará a população miserável de trabalhadores que aí se reunira para servi-los, e que trará estampado no físico o sofrimento de algumas gerações aniquiladas pela agrura do meio natural; mais ainda, pelo desconforto de uma civilização de fachada que roçará apenas de leve as mais altas camadas de uma sociedade de aventureiros. O drama da **borracha brasileira é mais assunto de novela romanesca que de história econômica.**¹⁶

Nesse momento percebemos nitidamente a presença de Euclides da Cunha sob a pena de Caio Prado, para quem aquela também era uma sociedade de construtores de ruínas. A “civilização de fachada” incomodava por dissipar a vida dos seringueiros, e nada construir de concreto e durável. Pensando

¹⁶ *Idem*. Grifos nossos.

estritamente nos moldes da história das civilizações, ou mesmo no molde da história econômica, o drama vivido pelos seringueiros não encontra lugar legítimo.

Desse modo, os seringueiros ocupavam o mesmo lugar que os migrantes no Nordeste, vítimas de circunstâncias que pouca importância tinham para a história, já que Caio Prado Jr. pensava nas contribuições da extração da borracha para o desenvolvimento econômico do país. Não é a mesma posição de Santos, para quem a Amazônia, "além de pagar ao resto do país cada mil réis despendido na área, ajudou simultaneamente a financiar o crescimento brasileiro no último quartel do século XIX e na primeira década do XX."¹⁷ Mesmo assim, para o migrante nordestino, ou o seringueiro, também não há um lugar que o nobilite nessa história.

Quando se trata de avaliar a experiência em termos populacionais, há um impressionante dado demográfico sempre considerado: o crescimento populacional da Amazônia, no período de 1870-1910 foi significativo, enquanto que para o período de 1920-1940 houve uma depopulação. A população total passou de cerca de 323.000 pessoas em 1870 para mais de 1.200.000 em 1910, o que, em termos relativos, coloca a região com um crescimento demográfico mais dinâmico do que o da média brasileira e até da região sudeste.¹⁸ É inegável que parcela expressiva dessa população era dirigida aos seringais, que com a crise sofreram verdadeira depopulação. Especificamente para o Acre e considerando-se os dados censitários, em 1940 a população da região teria sofrido uma queda de cerca de 13%, tomando-se os dados de 1920.¹⁹ É na linha do "desgaste humano" apontada por Celso Furtado, que os dados censitários são constantemente arrolados, quando não para provar que os aventureiros foram em busca de fortuna "fácil" em outros lugares, como os garimpos ou os castanhais.

¹⁷ SANTOS, Roberto, *op. cit.*, p. 298.

¹⁸ *Idem*, p. 118.

¹⁹ LIMA, Mário José de. *Capitalismo e extrativismo. A formação da região acreana*. Campina, Tese de doutorado em Economia, UNICAMP, 1994. Ver também: MARTINELLO, Pedro. *op. cit.* p. 208.

Ora, não há como estabelecer discordância com alguns desses argumentos, já que efetivamente a brutalidade do sistema de aviamento implantado nos seringais acarretou uma dilapidação do capital humano arregimentado para ocupar a Amazônia nos moldes extrativistas. O problema consiste em, ao se fazer a história, relegar o migrante-seringueiro à eterna condição de vítima e tornar irredutível sua experiência, ou seja, pensar que, ao se falar sobre os horrores que os migrantes viveram, se disse tudo. E pior, que esses horrores nenhum significado tiveram para a história, podendo ser esquecidos sem nenhum ônus.

Se tanto Caio Prado Júnior quanto Celso Furtado fizeram a avaliação em termos de história econômica, posições muito próximas das deles foram assumidas por quem fez história de cunho mais social. Isto em termos de desenvolvimento regional, pois aqui o migrante não ocupa o lugar clássico da eterna vítima de uma história que passa ao largo de suas vidas. Eles ocuparam o lugar da resistência.²⁰ Para Bárbara Weinstein, a economia da borracha foi essencialmente pré-capitalista em suas relações de produção e de troca: a rede de aviamento permitia que a elite amazônica exercesse sobre a população dos seringais um "domínio suficiente para manter a produção e os lucros." Nesse sentido, refreava qualquer desenvolvimento que pudesse originar uma "transformação fundamental na economia extrativa."²¹ Nessa linha, Weinstein conclui que a "decadência" da era da borracha produziu efeitos benéficos para as populações rurais, que puderam então "desfrutar uma maior liberdade de movimento e um acesso mais fácil aos meios de subsistência." Não que se deva pensar que houve um "fracasso" em se realizar a transição para um modo de produção capitalista na era da borracha, mas que, se algum ensinamento dessa história se pode retirar, é o de que "o crescimento econômico no contexto do capitalismo contemporâneo não é nada promissor para a Amazônia." E conclui na linha de pensamento que destina à Amazônia o lugar de *reserva*.

²⁰ WEINSTEIN, Bárbara. Capital penetration and problems of labor control in the Amazon rubber trade. *Radical History Review*, n. 27, p. 121-140, 1983.

Se os seringueiros que se opunham à mudança a fim de preservar uma certa aparência de autonomia e seu modo de vida costumeiro, ou os comerciantes que lutavam para preservar seu “arcaico” sistema de comercialização, parecem algo retrógrados ou equivocados, devem ter em mente que uma mudança descontrolada, em um meio ambiente tão frágil como o da Amazônia, pode ser consideravelmente mais desastroso do que a mera estagnação.²²

Decadência dos seringais, isolamento, insulamento, abandono dos seringais nas mãos dos seringueiros... resultaram em relativa autonomia em termos de cultura da sobrevivência. Por vezes, é necessário se pensar sobre o lugar em que o presente fixa a experiência do passado, como se este não estivesse aberto ao futuro, como se a história fosse portadora de uma essencialidade que descartasse o jogo da cultura e do poder. Qual é o lugar que vamos destinar ao migrante nesta história? Como produtores culturais de um saber sobre o viver na floresta que hoje não podemos simplesmente descartar, ou rotular como cultura de sobrevivência.

Antes, temos que aprender um pouco sobre o trabalho nos seringais, não nos moldes clássicos em que a coleta da borracha foi descrita, mas enfocando as novas experiências que os migrantes viveram para também eles aprenderem como era a vida num seringal.

3. Modos de vida nos seringais.

Mas qual é esse molde clássico que conformava a descrição dos seringais? Tratava-se de descrever estritamente o trabalho de coleta da borracha,

²¹ *Idem. A borracha na Amazônia: Expansão e decadência (1850-1920)*. p. 296.

²² *Idem*, p. 301.

como de fácil aprendizado. O seringueiro acordava geralmente de madrugada, e se entregava ao trabalho de sangrar as árvores. Começava por uma boca de estrada, para ao final do percurso, encontrar-se no ponto de partida, pronto para começar novamente, desta feita recolhendo o látex que tinha se depositado nas tigelinhas que fixara na primeira volta. Recolhido o látex, vinha a tarefa de fazer a péla por um processo de defumação, antecedida por um rápido almoço. Ao final da defumação, o seringueiro tinha terminado uma jornada de 12 a 14 horas de trabalho, e estava pronto para dormir e começar no dia seguinte tudo de novo.

Um trabalho sem complexidade e monótono. Será? Quem lê essas descrições ligeiras sequer percebe que esse trabalho se processa no interior da floresta, e que o viver nessa floresta talvez não fosse para os migrantes tão corriqueiro e simples, nem ao menos monótono. Já vimos no primeiro capítulo como a floresta se torna um personagem no romance de Ferreira de Castro, bem como para o personagem central o viver na floresta constituía uma constante decifração de mistérios. O bravo que chegava ao seringal, talvez tivesse a impressão homogênea do verde que “empastava-se na retentiva”, como o viajante que observava a floresta do rio. O convívio com outros seringueiros, os mansos, aos poucos descortinava a diversidade:

(...) Distinguia a raça tenebrosa dos apuizeiros, mascarados assaltantes de várias espécies de plantas robustas. (...) Também não escapavam à parada botânica do robusto cearense o antagonismo singular da plaga, criadora de famílias silvestre venenosas e de famílias medicinais. Corporificavam-se-lhe, (...)os tipos tóxicos, urarís, assacús, timbós, tinguís, cunambís, no flanco propiciatório das abútuas, das salsas, dos puxurís, das canelas, das cocas. Isso além dos que produziam bálsamos, leites, óleos, resinas, e muito menos dos que se extraíam palha, fibra, lenha, corda, cabo, fruto, madeira, cavaco, caroço, palmito, líber.²³

²³ MORAIS, Raimundo. *Ressuscitados*. São Paulo, Melhoramentos, s/d., p. 28.

Além da diversidade vegetal, cujo aprendizado era fundamental para a sobrevivência, o manso tivera que enfrentar o terror inspirado pelo grito que quebrava o silêncio tumular da selva vindo de uma variedade de pássaros, do acauã ao urutaí, arapongas, tucanos, saracuras, jacamins. Acrescente-se os ruídos produzidos pelas pacas, cotias, veados, antas, sucurijus, varas de caetetus, bandos de queixadas, sapos cururus, além dos perigos que enfrentava na água, dos jacarés à arraia e ao puraquê. Afora esses animais nem sempre visíveis, haviam os sobrenaturais, o curupira, o jurupari, anhangá, caapóra, mboitatá... Seres que precisavam ser respeitados e conhecidos se o bravo queria se dar bem na selva, para que tivesse boa safra de borracha, para que não se perdesse na floresta e para que não morresse de fome.

E com isso estamos nos referindo à diversidade de formas culturais que o viver na floresta produziu, e que não se restringe à produção da borracha. A experiência do migrante não pode ficar adstrita à coleta da borracha. Mesmo nas décadas do apogeu outras atividades foram desenvolvidas e resultaram num modo de vida do seringal. Apesar da fama de que nos seringais tudo o que se comia era importado, alguma pequena atividade agrícola se desenvolvia nos interstícios da atividade principal, mesmo que fosse restrita à vida no centro (junto com o seringalista).

Devemos, portanto, desconfiar desse discurso que naturaliza em excesso a atividade extrativa, como se fosse desprovida de uma relação bastante complexa com o mundo natural, da qual resulta uma cultura própria. Em decorrência dessa posição, o seringueiro é visto como um ser primitivo, inferior, entregue à própria sorte e, portanto, ligado à história por uma condição vil. Ou seja, como um ser natural, não produtor de cultura. O trabalho extrativo se realiza em condições adversas e num meio escasso de bens industriais, não tendo o homem outra alternativa senão descobrir no ambiente os meios que necessita para trabalhar e sobreviver. Com isto estamos nos referindo desde à lenha, ao peixe, à caça, até aos materiais necessários para fazer a defumação do látex, pois as condições de trabalho e sobrevivência dependem da sua capacidade de

intervenção e criação junto ao meio. Não há atividade extrativa que se sustente por muito tempo sem um relativo equilíbrio na relação com o ambiente. Portanto, ao se considerar o trabalho necessário para produzir borracha, deve-se conjugar ao mesmo a relação com a natureza, ou seja, extrair borracha significa também coletar frutos, lenha, pescar, caçar, etc...²⁴ Significa produzir cultura.

Desse modo, o migrante necessitava aprender os diversos segredos da floresta, os tipos de madeira utilizados para os fins mais diversos, os frutos que podia coletar para complementar sua dieta alimentar, os cuidados da roça necessários naquele ambiente e diversos dos que estava acostumado, se fosse agricultor. Devia aprender também os modos de se pescar na Amazônia, dependendo do peixe que se quer consumir ou mesmo do local onde se vai pescar, ou da época do ano. Igualmente precisava aprender os hábitos dos animais que podiam ser caçados, se quisesse variar sua alimentação. Mesmo no modelo clássico do seringal dos altos rios, na época do *boom*, não se coletava só borracha, o tempo se desdobrava em outras atividades que davam suporte à vida na floresta. Até mesmo as atividades da borracha precisam ser complementadas, como produzir cavacos para a defumação.

É importante que tenhamos presente que o calendário de trabalho no seringal amazônico é diverso dos calendários agrícolas nordestinos, por exemplo. O trabalho da borracha em seu sazonalidade é comandado pelo *fábrico*, cuja atividade organizativa vai além dos limites impostos pela extração do látex, regulando o calendário anual de um seringal. Tomando-se o "fazer a seringa" como atividade principal, o calendário tem início nos meses de junho e julho, quando termina o período de chuva e os seringueiros dão início ao *fábrico* com a limpeza das estradas, para então dar início à "colheita", atividade que prossegue até dezembro, quando reiniciam as chuvas. Nesse período os seringueiros também devem cuidar de um roçado mínimo, principalmente de mandioca para a

²⁴ Ver a interessante discussão sobre o trabalho extrativo em: TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *O aviamento e o barracão na sociedade do seringal. (Estudo sobre a produção extrativa da borracha na Amazônia)*. São Paulo, Dissertação de mestrado em Sociologia no DCS da FFLCH da USP, 1980, p. 111 e *passim*.

produção de farinha. O inverno, que corresponde aos meses de chuva entre dezembro e maio, é a época da caça de restinga, da extração da madeira e da coleta da castanha, se esta existir na região.

Há também o calendário semanal, durante o *fábrico* da seringa, elaborado pelo próprio seringueiro, dependendo do número de estradas que ele tem para o trabalho. No período áureo, o seringueiro devia dedicar todos os dias da semana ao corte, e talvez deixasse o domingo para o descanso, para se aviar ou entregar a produção no barracão. Já na “decadência”, se o seringueiro tivesse apenas uma estrada para o corte, praticamente metade da semana era dedicada a atividades complementares, como pesca, caça, produzir cavacos, cuidar do roçado, já que não se deve sangrar uma seringueira todos os dias. Tivesse ele duas ou mais estradas, alternaria o trabalho em uma e outra e estenderia a jornada de trabalho diária para poder se dedicar a outras atividades que garantissem a subsistência, ou contar com o auxílio do trabalho familiar.²⁵

Mas não é o seringal clássico que os arigós vão encontrar, seja porque esse seringal clássico é uma idealização que não encontra perfeito correspondente histórico, seja porque o modelo se refere ao período do *boom* produtivo. Nos anos quarenta, a região dos altos rios tinha outra história a contar, a da “decadência” ou o quase abandono da borracha como atividade principal. Em primeiro lugar, é preciso deixarmos claro que muitos seringais foram abandonados por seus proprietários. Dominava o absenteísmo, e o preposto do seringalista era geralmente algum seringueiro que permanecera no seringal quando a borracha já não alcançava preços compensadores. Considere-se também que, embora não tenha havido um desmonte do sistema de aviamento, as dificuldades de abastecimento se tornaram maiores, o que levou a um incremento de outras atividades, bem como à montagem de uma rede local de abastecimento centrada na figura do regatão. Nesse sentido, o seringal dos altos rios deixa de

²⁵ Para o trabalho nos seringais, além de TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *op. cit.*, ver também: ZANONI, Mary Helena Allegretti. *Os seringueiros. Estudo de caso em um seringal nativo do Acre*. Brasília, dissertação de mestrado em Antropologia na UNB, 1979; REIS, Arthur César Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1953.

corresponder ao modelo "clássico" acima descrito, parecendo-se mais com o modelo caboclo, com o agregar da mão-de-obra familiar ao processo produtivo. Ao mesmo tempo, ocorria uma diversificação das atividades produtivas, com o acréscimo da coleta da castanha como atividade econômica importante, que mantinha os trabalhadores em contato com o mercado.

Pode-se mesmo afirmar que, após o *boom* da borracha, a castanha se tornou a atividade principal, ou seja, aquela que conseguia melhor preço no mercado. Uma atividade, no entanto, não impedia que a outra se desenvolvesse, pois ocorriam em tempos diversos no calendário amazônico. Quando do início da Batalha da Borracha, para que os seringueiros voltassem a se dedicar à extração da borracha, e como as dificuldades de transporte impediam a colocação da castanha no mercado, a Rubber comprou, por preço superior ao praticado, toda a castanha armazenada em Manaus, numa operação muito criticada.²⁶

Quando tem início, portanto, a Batalha da Borracha, a estrutura que sustentava os seringais encontrava-se, se não totalmente abandonada, muito aquém da capacidade alcançada nos áureos tempos, pela falta de mão-de-obra e de transporte para levar os migrantes que chegavam e abastecê-los para a safra. Os seringueiros que permaneceram nos seringais durante as décadas da "decadência" tinham desenvolvido um modo de vida bastante autônomo, que não se conformava ao modelo antigo e nem às necessidades de aumento da produção requeridas pela campanha em curso, e possivelmente resistiram a abandonar essa autonomia.

Por outro lado, essa tão propalada autonomia que o seringueiro adquiriu com a "decadência" também não encontra um correspondente histórico muito perfeito. Não só as condições de vida do seringueiro não melhoraram nesse período - ao contrário, se tornaram muito mais difíceis a assistência e os meios de comunicação - quanto em nenhum momento viu-se o seringueiro livre da dívida

²⁶ Ver: CORRÊA, Luiz de Miranda. *A borracha da Amazônia e a Segunda Guerra Mundial*. Manaus, Edições Governo do Estado do Amazonas, 1967, p. 98-99.

que o aprisionava ao barracão. Em outras palavras, a “decadência” não assistiu ao desmonte do sistema de aviamento, pois este se estendeu também para outras atividades, como a coleta da castanha. Se, portanto, o seringueiro tinha mais autonomia, no que se refere ao controle do tempo para atividades como o roçado e a caça, a extração da borracha não deixou de ser nunca sua principal atividade. Tanto a caça quanto o roçado não podiam roubar tempo da seringa, sendo desenvolvidas no interior desse tempo, sob pena de ver aumentada a dívida com o barracão do seringal. É por isso que o roçado que o seringueiro mantém é suficiente apenas para produzir farinha, um dos itens que mais contribuem para seu endividamento no barracão.

Os proprietários de seringais também reclamavam do abandono governamental e de condições desfavoráveis para persistir em atividades econômicas pouco lucrativas. Em 1939, os seringalistas do rio Juruá, que se dedicavam à indústria madeireira, enviaram um manifesto a Getúlio Vargas pedindo providências no sentido de diminuir a carga tributária que pagavam; incentivar a migração, pois a falta de mão-de-obra paralisava as atividades; melhorar as condições de navegação, estabelecendo linhas regulares e consequente diminuição dos fretes pagos.²⁷

Desse modo, as condições não eram propícias para um rápido incremento da produção de borracha visando atender o abastecimento do mercado, comprometido com a tomada dos seringais da Malásia pelos japoneses. Os arigós iam enfrentar nos seringais amazônicos agruras semelhantes as que sofreram as primeiras levas de cearenses, situação esta que em nada correspondia ao propagandeado.

²⁷ BENCHIMOL, Samuel. *Romanceiro da Batalha da Borracha...* p. 221-222.

4. Migração: entre o desenraizamento e a reterritorialização.

Há aqueles para quem o entendimento da migração acarreta sobretudo perda de identidade e desenraizamento, tido como perda das relações sociais constitutivas dos referenciais que informam a identidade. No entanto, ao entender o migrar como puro desenraizamento, confina-se novamente o migrante na condição de vítima, passivo diante de um ato que

é tido como não sendo de sua escolha, mas de imposições históricas e estruturais, diante das quais ele se mantém alheio. Penna observa que a experiência do desenraizamento se conforma à de exclusão social, presente já no lugar de origem. O desenraizamento já existiria antes mesmo da partida, e nesse sentido a autora toma a experiência de uma certa precariedade dos modos sociais de existência que compelem à migração também como desenraizamento, sendo, portanto, o enraizamento no lugar de origem apenas um pressuposto.²⁸ Por outro lado, as práticas culturais que informam o modo de vida e a produção dos bens simbólicos dos quais decorre a construção identitária, podem ser perfeitamente “preservadas em outros espaços, recuperadas pela memória ou recriadas.”²⁹

Em nosso entender, a experiência da migração acarreta sem dúvida perdas que podem ser traduzidas como “desenraizamento”, que não precisa ser tomado como um momento único com o qual não se pode estabelecer relações, nem do qual nada mais pode brotar. Não se trata da perda de uma essência, mas de um momento no qual as mudanças que são vividas acarretam uma reconstrução, uma reelaboração da representação identitária, em que o sentimento dessa perda difusa é dominante. É inútil querer mascarar a perda resultante da migração, pois “o passado continua a nos falar. Mas já não é como um simples passado factual

²⁸ PENNA, Maura. Relatos de migrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento. in: SIGNORINI, Ignes (org). *Linguagem e identidade*. Campinas, Mercado de Letras: São Paulo, Fapesp, 1998.

²⁹ *Idem*, p. 98.

que se dirige a nós, pois nossa relação com ele, como a relação de uma criança com a mãe, é sempre já 'depois da separação'. É construído por intermédio de memória, fantasia, narrativa e mito.³⁰ É por isso que a volta à terra natal está quase sempre no horizonte, como desejo pulsante, de ser de novo um só com a mãe. "Quem não conheceu, (...), uma opressiva nostalgia por origens perdidas, pelos 'tempos passados'? Entretanto, esse retorno ao começo é como o imaginário em Lacan - não pode ser realizado nem esquecido e é pois o começo do simbólico, da representação, a fonte infinitamente renovável de desejo, memória, mito, busca, descoberta - em suma, o reservatório de nossas narrativas..."³¹ É nesse sentido que o Nordeste é sempre referido nas narrativas dos migrantes, principalmente se tomam sua experiência na Amazônia como um fracasso.

Esse momento do "desenraizamento", como veremos a seguir nos relatos de migrantes, é sempre de reconstrução, de espelhamento dos desejos. Não é nunca um vazio, um oco... Por vezes, somos dados a pensar que migrar é estabelecer uma linha de fuga, uma relação não arbórea (o que permitiria o desenraizamento) mas rizomática, que em sua multiplicidade permite desterritorializar e reterritorializar: instituir o devir, e a possibilidade de explodir o *continuum* da história, localizar-se entre as coisas, "num movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio."³²

É só nesse sentido que migrar pode ser entendido como resistência, não só à exploração e dominação existentes no local de origem, e que produzem a exclusão social, mas sobretudo a se ver fixado, emoldurado nesse lugar social e simbólico. Migrar é exercer o desejo de mudar, de não se conformar.³³ Vejamos,

³⁰ HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 68-75, 1996, citação p. 70.

³¹ *Idem*, p. 75.

³² DELEUZE, Gilles ; GUATTARI, Félix. *Rizomas. Mil Platôs*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1995, vol. 1, p. 37.

³³ PÓVOA NETO, Helion. A produção de um estigma: Nordeste e nordestino no Brasil. *Travessia*. v. 7, n. 19, p. 20-22, 1994.

pois, como alguns dos arigós expressaram as transformações vivenciadas no processo migratório, especialmente no que tange às percepções do espaço-tempo.

Determinadas formas de contar o tempo podem reduzir a dimensões não significativas a experiência. O que significam alguns poucos anos na vida de uma pessoa, ou meses, ou dias?³⁴ Qual pode ser o sentido de duração para quem perdeu parte dos referenciais sócio-temporais? O tempo aparece em seu avesso, como culturalmente construído, quando se analisa os movimentos migratórios e o fazer-se da vida num outro lugar.

Para a discussão da correlação entre tempo e espaço é importante retomarmos Evans - Pritchard, que por tempo ecológico refere-se a sequências temporais que emergem da relação com o ambiente natural, não como imposição imediata da natureza, mas como representação socialmente construída, mesmo porque, em termos sociais, não existe uma natureza em si, mas uma natureza culturalmente apreendida. Há um saber empírico sobre o ambiente de que o migrante bravo não dispõe, não só no que se refere ao processo de trabalho (fazer seringa ou o fábriço), mas também a uma convivência quotidiana com o ambiente, tais como saber caçar e pescar, como proceder à queimada, o que e quando plantar, como fazer previsões de colheita, etc. Contabilizar o tempo é

³⁴ O tempo que passa pode ser contabilizado a partir de diversos significados, não desprezíveis no contexto da presente discussão. Walter Benjamin, chama a atenção para a forma como Hebel narra o intervalo de tempo de quase uma vida: "Nesse ínterim a cidade de Lisboa foi destruída por um terremoto, a Guerra dos Sete Anos terminou, o Imperador Francisco I morreu, a Ordem dos Jesuítas foi suprimida, a Polónia dividida, a Imperatriz Maria Teresa morreu, Struensee foi executado, a América tornou-se independente e as forças francesas e espanholas reunidas não conseguiram conquistar Gibraltar. Os turcos cercaram o general Stein na cova dos Veteranos na Hungria. O Imperador José também morreu. (...) os camponeses semearam e colheram. O moleiro moeu, os ferreiros martelaram, os mineiros buscaram veios de metal na sua oficina subterrânea. (...)". BENJAMIN, Walter, *O Narrador* in: *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1980 p., 65. Também o tempo natural permite observar esta pluralidade, como observamos em Hesíodo: "No tempo em que o açoite do sol pungente perde o ardor que torna o homem mole de suor, quando Zeus onipotente faz chegar as chuvas outonais, e os membros dos homens se tornam muito mais ágeis - então, na verdade, a estrela Sirius passa sobre a cabeça dos homens destinados a morrer, só por pouco tempo durante o dia, e gosta de ficar mais tempo durante a noite - naquele tempo a madeira do bosque é completamente imune à picada do caruncho... naquele tempo tu deves cortar a madeira do bosque..." apud: LE GOFF, Jacques. "Calendário" in: *Memória-História*. Enciclopédia Einaudi, vol. 1. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 217.

fundamental para sobreviver no seringal, pois implica não depender exclusivamente do patrão para o abastecimento alimentar. As variações sazonais do tempo ecológico implicam o re-ordenamento ao longo do ano das relações sociais nele envolvidas.

Se o espaço é um ambiente, um ecossistema, ele não é apenas um ambiente natural, dado, mas um ambiente cognitivamente apreendido e culturalmente construído. Como ambiente construído, é um espaço significado, cujo uso social lhe atribui um sentido. A noção de ambiente inclui então, as relações sociais e a cultura, que fazem da "população" desse ecossistema uma sociedade. Se a história é dada pela desarticulação do ambiente construído, ela é também o processo de atribuição de novos significados ao espaço, de novos usos sociais e do deslocamento social dos agentes tradicionais. A mudança ambiental significa a alteração das relações com o espaço, dos homens entre si...³⁵

As mudanças do tempo-calendário são cíclicas, de modo que qualquer um, situado num ponto do tempo, possui um conhecimento do que está para vir, pode fazer previsões, e organizar sua vida. Não o migrante, que por não ter o saber (previsibilidade cíclica do calendário) não pode se organizar para o futuro. Desse modo, o migrante ao chegar no seringal não só precisava aprender o processo de trabalho, mas reordenar grande parte das suas relações socioculturais, com significados íntimos nem sempre perceptíveis, pois "o tempo consiste numa relação entre várias atividades."³⁶ As questões que se referem à adaptação do migrante ao seringal, as formas como apreendem esse novo ambiente, e desenvolvem o saber necessário para re-estruturar suas vidas, são as questões que pretendemos discutir a seguir.

³⁵ WOORTMANN, Ellen F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras do nordeste, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 7, n. 18, p. 41-61, fev. 1992. A discussão acima refere-se a EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer. Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo, Perspectiva, 1993.

³⁶ EVANS-PRITCHARD, E. E. *op. cit.* p. 113.

Enricar, arrumar recursos, ficar rico, são expressões recorrentes nos depoimentos recolhidos por todos os pesquisadores que trabalharam com história oral. Ilusão ou não, este é sem dúvida o impulsionador da grande maioria dos migrantes, numa clara expressão do desejo de abolir a exclusão social. Amazônia e Nordeste foram discursivamente confrontados no interior do movimento migratório, dependendo da experiência individual e dos desejos formulados pelos migrantes.

e a gente tinha aquela garra de prosperar de querer ter e diziam que o Pará tinha muita mata. Chegamos à colônia Augusto Montenegro, de lá foi para Belterra e acabou no planalto: nós queríamos prosperar.³⁷

Nos depoimentos recolhidos por Samuel Benchimol em 1942,³⁸ muitos eram de migrantes de retorno, ou seja, tinham ido para a região amazônica no início do século, retornado ao Nordeste e, naquele momento, voltavam aos seringais com novas esperanças. Nesses depoimentos pode-se resgatar a experiência da migração sob múltiplos aspectos, destacando-se a relação com a natureza, o processo de aculturação e as oposições entre mansos e bravos. Para o trabalhador rural nordestino, o binômio inverno (chuvas) e verão (seca), marca o ritmo da vida social, determinando ao mesmo tempo o calendário agrícola, especialmente para as regiões do agreste e do sertão, onde a dicotomia chuva e seca é marcadamente mais sentida. Na região amazônica, o tempo é diverso, tanto no calendário agrícola, como tempo-ambiente, marcando para o trabalhador migrante o desenraizamento do tempo social, sentido também na percepção do espaço.

A saída do Nordeste é sentida com muito pesar, pois para a grande maioria, não fosse a seca, nunca haveria a necessidade de migrar. Em alguns depoimentos, contudo, destaca-se uma nítida percepção das condições de

³⁷ Depoimento de um migrante nordestino em Santarém, PA, apud: LEROY, Jean Pierre. *Uma chama na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1991.

³⁸ BENCHIMOL, S. *op. cit.*

sujeição do trabalhador, como parte das estruturas de poder vigentes no Nordeste. Por isso alguns migraram e não querem mais voltar:

Eu não possuo nada. Pra que voltar para a terra dos outros? Lá só se vive na sujeição. Se se tira três alqueires de farinha, um é pro dono da terra. Em tudo ele tem um terço. Quero trabalhar pra mim mesmo. Não gosto de viver alugado.³⁹

Os sentimentos em relação à terra natal são bastante ambíguos, pois tanto revelam a desilusão e a revolta social contra a sujeição, como um intenso desejo de ficar um tempo, enriquecer e poder voltar com uma condição melhor:

Quero trabalhar na seringa. Vou ver se faço as minhas economias pra ver se volto com algum recurso. Não posso dizer quando, mas não fico velho aqui, fico não...⁴⁰

No entanto, a experiência como lavrador nordestino, que todo ano espera a chuva no dia de São José para saber se haverá seca ou inverno, ou como criador de gado, ou até mesmo como cidadão que se deixou levar pela aventura, não lhe dá sustentação alguma diante da natureza amazônica, pois seus referentes naturais não são mais válidos. Para o bravo que se aproxima do seringal, não há voz da experiência que o oriente no dia-a-dia do trabalho. A perda do referencial espaço-temporal, e sua reconstrução necessária para o migrante, faz com que toda experiência apareça como fragmentária. O impacto que as diferenças naturais e culturais provocam no migrante fica expresso no depoimento de Francisco Lopes, que foi para o Acre em 1906 ainda criança em companhia de um tio:

³⁹ BENCHIMOL, S. *op. cit.*, p. 157.

⁴⁰ *Idem*, p. 144.

Achava tudo esquisito, diferente dos costumes lá da minha terra. Tive muita vontade de voltar, mas de nada adiantava porque não tinha com que. O jeito que tive foi eu me amansar na terra. Desde esse tempo virei seringueiro.⁴¹

É importante observar que manso significa, não só ter o conhecimento da natureza amazônica, mas tem também uma conotação de sujeição, já que, uma vez que não pôde voltar, o jeito que encontrou foi se “amansar na terra”. Nos depoimentos de migrantes nordestinos na Amazônia, a oposição entre seca e fartura de água aparecem não apenas frequentemente, mas ocupam um lugar emblemático do processo de hibridação cultural necessária. Tal oposição faz com que aos migrantes as diferenças naturais e culturais se exacerbasse, já que tornar-se manso significava colocar em confronto os desejos que o motivaram a migrar e a vida cotidiana na Amazônia. Nesse contexto, o Nordeste a que se refere o migrante não é mais o Nordeste real, mas aparece mitificado, o lugar simbólico da origem. O sofrimento ocasionado pela seca é imediatamente esquecido no momento em que o migrante precisa reformular seus referenciais ambientais:

Eu não gosto desse negócio de viver no molhado. Gosto do pé enxuto (...) Não tenho gosto dessas beiras de rios. Parece que vive tudo afogado.⁴²

A abundância de água aparece como um empecilho aos movimentos, ao andar livre. Essa relação com o espaço tomado pelas águas, os segredos de se locomover pelos rios e igarapes, foi sem dúvida um dos elementos naturais que os migrantes mais estranharam:

⁴¹ BENCHIMOL, S. *op. cit.*, p. 131.

⁴² *Idem*, p. 164.

Na minha terra o senhor pode andar de uma extrema a outra, a pé ou a cavalo, vendo os conhecidos, visitando os amigos. Aqui, pra se dar um passo tem que se dar uma remada. Tudo é cortado de água.⁴³

Faz uns 6 meses que cheguei. Fui logo trabalhar na agricultura, no Curari, peguei muita febre, estranhei muito porque só andava em cima d'água, numa canoa, e eu estou acostumado a passar o dia inteiro em cima de um animal.⁴⁴

O processo de adaptação é doloroso, longo. Amansar-se significa não só adquirir o saber necessário para a sobrevivência, mas submeter-se à terra e aos novos costumes. Como afirmou um dos migrantes entrevistados por Benchimol: "Quem não se alisa, morre." Mas não é só o homem que se amansa, também a terra selvagem, na medida em que a civilização e a modernidade nela imprimem suas marcas: "O Acre agora está manso. O avião está passando todo dia arriba de nós."⁴⁵

Em alguns velhos mansos, Benchimol observa o orgulho de terem conquistado o Acre. Contudo, há aqueles que sabem que nada conquistaram, que não se deixam iludir por honrarias anônimas.

Eu tenho honra em ser veterano do Acre. Lutei com Plácido de Castro. (...) Nós sofremos muito e não vimos nada. As terras ficaram para os patrões e nós não tivemos nada e morremos (...) Nós conquistamos o Acre. O Acre portanto deveria ser nosso. Se o nosso chefe não fosse assassinado as coisas seriam outras.⁴⁶

⁴³ *Idem*, p. 165.

⁴⁴ *Idem*, p. 153.

⁴⁵ *Idem*, p. 166.

⁴⁶ *Idem*, p. 128.

Podemos confrontar este depoimento com o discurso que Vargas proferiu em Fortaleza, e aqui já referido. Para Vargas, o nordestino era o herói que tinha incorporado à nação vasto território, cabendo-lhe um lugar no panteão da História, enquanto que a experiência do migrante dizia-lhe que mais uma vez tinha sido excluído dos benefícios sociais dessa História.

Terminado o *boom* da borracha, muitos migrantes tinham voltado ao sertão. Lá, eram os paroaras, experiência de quem perdeu a antiga identidade. "Fui duas vezes paroara. A gente perde logo a fala e o jeito do sertão. Eles conhecem logo por isso." Eles, os outros, foram um dia seus iguais. Ser paroara, ou manso, é não ser mais reconhecido no lugar de origem.

Todos me chamavam de paroara, não se chegavam perto de mim, tinham verdadeiro ódio, porque diziam que o paroara estava podre de rico. (...) Quem vai daqui não há meio de ficar por lá, não se acostuma mais. Muitos ficam por que levam dinheiro e são respeitados.⁴⁷

O desenraizamento se processa não pela perda da identidade, mas pelo não reconhecimento daqueles que um dia foram seus iguais. Não se é de lugar nenhum, sempre se quer voltar. Mas o que significava a volta? Em alguns depoimentos, a volta ao lugar de origem vem reafirmar o movimento cíclico da migração nordestina para a Amazônia.

Arranjei um seis contos e debandei. Cheguei lá (no Nordeste) mesmo paroara. Achava tudo esquisito, mas me acostumei logo de novo, mas sempre com a intenção de voltar para cá (Amazônia).⁴⁸

⁴⁷ *Idem*, p. 155.

⁴⁸ *Idem*, p. 151.

Nesse sentido, um aspecto a se salientar nesses depoimentos é a presença de uma rede de informações que constitui uma história oral do trânsito migratório entre as regiões, por eles próprios contada, e que contrasta com a história oficial deste país:

Nunca tive no Amazonas, mas já sei como se trabalha na seringa, os modos de viver dessa gente daqui. Tive dois colegas que me contaram tudo, de forma que eu já sei como isso aqui é, mais ou menos.⁴⁹

Não se conta só histórias de riquezas, das possibilidades de se enriquecer rapidamente. A dura experiência da vida no seringal, passada dos mansos para os bravos, desfaz as ilusões:

eu tive me informando com uma porção de mansos que já conhecem o Amazonas e que me contavam como era isso. E agora não vou mais pro seringal. Não gosto de opressão. (...) Me disseram que quem manda é o patrão, o preço do produto é imposto por ele, a mercadoria ele vende pelo preço que quiser. Quem manda é o rifle por lá, e eu não gosto disso.⁵⁰

Os homens se amansaram na terra, desvendaram seus segredos, casaram e tiveram filhos. Ao final do *boom* da borracha, muitos migrantes recobram sua experiência de agricultores, adaptaram-se aos costumes e se estabeleceram na calha do Solimões. Referindo-se aos bravos que chegavam em 1942, um migrante sintonizou seu passado com as perspectivas de futuro para os bravos:

⁴⁹ BENCHIMOL, S. op. cit. p. 142.

⁵⁰ *Idem*, p. 146.

Mais cedo ou mais tarde eles se desiludem como eu. Quando se desenganarem, não podendo voltar para o Ceará, como eu e todos os outros, vêm povoar as beiras dos rios e dos lagos. Se misturam com as caboclas, têm filhos delas e não saem mais daqui.⁵¹

Alguns desses migrantes, que nunca tinham vindo para a Amazônia, já sentiam familiaridade com o ambiente e com o trabalho, como se migrar fosse uma herança passada de pai para filho:

O meu velho veio oito vezes ao Amazonas. Quando em casa faltava dinheiro, ele dizia que ia arranjar dinheiro e batia para cá. Dois, três anos depois voltava com os recurso pra gente viver. Esteve no Juruá, Javari, Acre, Madeira, Xingu. Conhecia bem o Amazonas todo. Ele sempre contava histórias daqui que nos intusiasmavam. De forma que quando eu cresci sempre desejei conhecer o Amazonas, pois da primeira vez era muito pequeno. Mas o velho, todo o dinheiro que levava daqui era para ser derrotado no Ceará. Eu agora vim ocupar o lugar dele, desde que ele morreu.⁵²

Mesmo porque, ainda que se volte, o sertão é uma terra ingrata que sempre os expulsa. Lá, para parcela significativa dos entrevistados, “só se vive na sujeição”. A volta é, em muitos casos, colocada como a possibilidade de uma nova derrota:

Voltei duas vezes a Paraíba, porque eu queria ver meus pais. Voltei só para perder o dinheiro que eu arranjava aqui.⁵³

⁵¹ *Idem*, p. 156.

⁵² *Idem*, p. 135.

⁵³ *Idem*, p. 127.

Sobretudo, há que se destacar essa familiaridade com a migração para Amazônia, esse destino posto no horizonte, que nada mais é do que a expressão dos percursos socioculturais do circuito histórico que percorrem Nordeste e Amazônia. Sob a lógica do pensamento sedentário, esse circuito foi descrito como um atavismo social, herança das tribos indígenas, ancestrais nômades de todos os brasileiros.

No entanto, para os bravos que chegavam na Amazônia naqueles anos de guerra, resta a esperança de se dar bem na terra, “enricar” no seringal, ou conseguir terras para sustentar a família que veio junto:

Começou a correr os boatos que os jornais espalhavam que no Amazonas precisava-se de agricultores, que todos nós iríamos ter terra e auxílio do governo para plantar. O governo nos arrendava e depois de um certo tempo nos seríamos donos. (...) Foi por isso que eu vim. Mas esmola grande o pobre desconfia. Estou aqui há mais de um mês e ainda não vi nada não. Nada de me levar para a minha terra para que eu plante. Eu pensei que fosse diferente. Eu só vejo essa terra feia e encharcada. Não sei como se possa trabalhar assim.⁵⁴

Além de reafirmar a eficácia da propaganda posta no circuito pelo Estado Novo, é importante observar que esse primeiro contato produz uma série de “estranhamentos” culturais. Muitos deles se traduzem em inúmeras críticas ao caboclo amazônico, como um ser desinteressado do trabalho, que não sabe aproveitar a fartura de sua terra:

Eu não sei como o Amazonas com tanta chuva é uma terra de miséria. Basta uma chuva das que cai aqui para fazer o meu Ceará verde e feliz. Todo o mundo enricava. Aqui não vejo nada. Ainda não vi um

⁵⁴ *Idem*, p. 135-136.

caboclo rico. Lá na minha terra todo mundo trabalha. Ainda não vi nenhum caboclo trabalhar. (...) Aqui só se vive para pescar e comer.⁵⁵

O caboclo planta a sua roça e fica naquilo, não vai para adiante.⁵⁶

Tanta mata por aqui e não se pensa na agricultura. Não sei por que isso. Eu vou ensinar essa gente a trabalhar na agricultura. Bastava uns cem cearenses para acabar com essa mata que o senhor tá vendo aí em frente. Nós vamos mostrar como se planta.⁵⁷

Sua condição de bravo não lhe permite ainda perceber quão radicalmente diferente é a natureza amazônica do Nordeste em que sempre tinha vivido. Prenuncia quão doloroso será, se não a desilusão, o reterritorializar-se. Os caboclos, por sua vez, estranhavam essa ambição desmedida do cearense.

São muito ambiciosos de dinheiro, só querem chegar, juntar e voltar prá terra deles. (...) Logo quando eles chegam são todos valentes, brigam por qualquer coisa. Mas é só bater a sezão neles que acaba logo a valentia.⁵⁸

Num certo sentido, para o caboclo amazônico toda a valentia do cearense significava tão somente desconhecimento das especificidades da vida cultural amazônica.

As mulheres, que tinham se sujeitado à vontade dos maridos para migrar, apresentam uma maior resistência à adaptação, percebem que os sonhos, no confronto com a vida cotidiana, custavam a se tornar realidade.

⁵⁵ *Idem*, p. 136.

⁵⁶ *Idem*, p. 154.

⁵⁷ *Idem*, p. 138.

⁵⁸ *Idem*, p. 168.

Nós trabalhávamos na agricultura. Eu ajudava meu marido. Vim mais ele e um filhinho. Mas não vivíamos na miséria. Mas meteram na cabeça do meu marido para vir que esse homem enlouqueceu. Ele por si só não viria, pois é um homem acanhado. Eu tive que acompanhar ele. Se eu soubesse como era isso nunca pisaria aqui. Os homens é que enlouquecem quando ouvem falar no Amazonas. Era só chegar e ajuntar dinheiro. Essa lenda correu na boca de todo mundo. A borracha estava por 20\$ era o que todo mundo dizia. Os jornais, os rádios diziam que o governo nos sustentava 6 meses. Nós vínhamos para a colônia do Chinês. Tínhamos casa e auxílio para plantar. Não houve esse que não quisesse vir. Nós chegamos aqui e não vimos nada. Bem que eu não queria vir. Bem feito, agora ele está doente, sem poder trabalhar, agora eu estou cortando lenha no mato pra sustentar a família. (...) Era até capaz de abandonar meu marido para voltar para a minha terra. Isto é uma terra desgraçada, só tem doença e febre, mas lá só se falava nas bondades dela.⁵⁹

Essas mulheres demonstram maior dificuldade em se adaptar ao cotidiano, reclamam das moradias às comidas. E tem seguramente muito presente no imaginário a Amazônia como uma terra de doença.

Se soubessem o que é isso aqui ninguém viria. Eu não me dou bem é com o lugar, parece tudo diferente, não se pode andar de um lugar para outro que não se encontre água por todos os lados. Na minha terra não. Tudo é bonito. Os habitantes daqui são até bons. Eu não gosto mesmo é do lugar. Prefiro morrer de fome na minha terra. Eu não suporto os peixes daqui. Toda vez que como farinha d'água sempre adoço. Só gosto do pirarucu que é muito parecido com o bacalhau, que eu gosto muito. Quem me dera se eu pudesse voltar.⁶⁰

⁵⁹ *Idem*, p. 149.

⁶⁰ *Idem*, p. 150

No entanto, haviam aqueles que consideravam o viver no seringal melhor, já que no Nordeste, e sempre devido à seca, "só se vive na derrota." Alguns mansos que tinham retornado ao Nordeste, não perdiam a oportunidade de voltar para os seringais. Depoimentos que vêm demonstrar que o percurso migratório é também processado subjetivamente, e que o movimento de bravo a manso não significa apenas perda ou desenraizamento, mas reterritorialização cultural.

Agora a carestia tá mostra, mas o Acre dá prá tudo ainda. Nunca me faltou o que comer. Fazia o meu roçado, a minha casa, caçava e pescava. Era uma fartura como nunca vi benção igual na minha vida. Era veado toda semana. A macaxeira era tão grande, que só tirava um pedaço, deixando a outra parte enterrada para não estragar.⁶¹

Na experiência de ter vivido no seringal, destaca-se o período de aprendizado, quando se é bravo. Quando chega ao seringal, o bravo deve ficar em companhia de um manso, supostamente para aprender a fazer seringa, e não danificar e comprometer as seringueiras da estrada, mas sobretudo para marcar a condição social de aprendiz, ou seja, um sujeito que não detém o saber que possa lhe garantir a sobrevivência sem o apoio da rede social que sustenta o seringal. Um difícil aprendizado que os companheiros não deixam passar em branco:

Quando um bravo chega por lá é uma diversão. A gente começa a judiar deles. Leva eles pro meio do rio e a gente diz: - José toca prá beira. O pobre do brabo senta na popa pega no remo e começa a remar só de um lado. A montaria dá uma volta no rio e a correnteza acaba levando. A montaria nem liga prá eles...⁶²

⁶¹ *Idem*, p. 127.

⁶² *Idem*, p.168-169.

Tornar-se manso, ou amansar, é um aprendizado difícil e necessário se o migrante quiser sobreviver. Há uma graduação nesse processo, referido da seguinte forma: logo que se chega, é chamado de bravo, conforme vai aprendendo é chamado de barrigudo. Manso é só aquele que conhece os segredos do fábriço, depois de ter vivido pelo menos por três anos no seringal. Muitos migrantes sabem dessa necessidade de se amansar, afinal, como vimos, a Amazônia impregna de tal forma o imaginário que oscila do mito a uma experiência transmitida quase que hereditariamente. No entanto, é preciso não esquecer que, mesmo aqueles que gostam de viver no seringal expressam as durezas dessa vida.

A vida lá é muito tristonha. Um silêncio que deixa a gente triste e acabrunhado. Muitos têm medo de aparição e mal assombrado. Trabalha-se sem gosto e sem vontade. Com um companheiro é bem melhor. Conversa-se, esquece-se a desgraça. Ele está cortando lenha, abrindo uma lata, cantando e tocando, de forma que não se sente tão só. Trabalha-se muito mais. É uma alegria quando se volta para o tapiri depois do trabalho e encontra gente à nossa espera. Uma mulher, um curumim, um animal qualquer. Eu não quero mais morar sozinho. Nunca vi vida mais flagelada e tristonha.⁶³

É fácil se imprimir um sentido bucólico às migrações: sonho de refazer a vida, ou fugir do mandonismo local. Ainda que verdadeiras, tais colocações não podem ocultar o constante desemprego e subemprego a que grande parte da população deste país tem sido submetida. A extrema mobilidade da população trabalhadora é um dado a ser encarado não bucolicamente, pois revela que se perseguem sonhos, mas também a elementar sobrevivência. Podemos resgatar fragmentos de vidas de homens que saíram do Nordeste no início do século para os seringais, destes para a coleta de castanhas, daí para os garimpos de

⁶³ *Idem*, p. 132.

diamantes, num permanente recomeçar a vida. Destas vidas não há história, apenas referências pontuais. São pessoas que, parafraseando Thompson, não planejaram suas vidas como hoje planejamos nossas carreiras, pois viviam em plena instabilidade, ao sabor das circunstâncias que poderiam encontrar pelo caminho.⁶⁴

Homens que foram à procura de outro destino em outras regiões do país. Talvez homens que não tenham querido se submeter aos sistemas de dominação consagrados no Nordeste, postos como legítimos pelo discurso da elite. Homens cujas vidas foram esvaziadas de sentido para conferi-lo aos movimentos do capital, da expansão da fronteira. O desenraizamento, entendido também como exclusão, reflete-se na história pela perda do passado, de um direito a um passado que não seja simples memória que se apresenta de forma fragmentária e pontual, destituída de significado.

Não é tarefa do historiador racionalizar o esquecimento. "O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história."⁶⁵ Todo o movimento dos migrantes que foram para os seringais seja fugindo do mandonismo local, seja perseguindo desejos de enriquecer, movimento claro de recusa à sua inserção no movimento do capital, foi qualificado por muitos historiadores como improdutivo economicamente. Seria necessário mais uma vez relembrar o prefácio de Thompson para *A formação da classe trabalhadora inglesa*, de que eles viveram como expectativa o que para nós é história, e que portanto é preciso pensar essa experiência com olhos menos condescendentes?

José Alfredo Leite Araújo foi um desses soldados da borracha. Como se tornou costume no regime de Vargas, quando muitos trabalhadores apelaram,

⁶⁴ "Sabendo o que os espera, alguns jovens saem de casa e, uma vez na vida, ganham a estrada para "ver o mundo". Assim, as oportunidades são aproveitadas à medida que surgem, com pouca reflexão sobre as consequências, assim como a multidão impõe seu poder nos momentos de insurreição direta, sabendo que o seu triunfo não vai durar mais do que uma semana ou um dia." THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p.21-22.

através de cartas, para os sentimentos humanitários do Presidente que cuidava dos pobres, José Alfredo também escreveu uma carta ao ditador contando sua história. Apesar de um pouco longa, vale a pena reproduzi-la:

(...) Nos primeiros dias de janeiro de 943, ao ler um dos jornais, com grande satisfação vi que V. Excia havia decretado a mobilização voluntária de trabalhadores para o Vale do Amazonas, e como devido a minha idade ser 36 anos, e não poder ser convocado para as fileiras do nosso glorioso Exército, cheio de orgulho e certo de que, sendo um soldado da borracha, cumpriria assim com o meu dever, para com a minha pátria, procurei os dirigentes do SEMTA, a fim de seguir o destino ditado por V. Excia.

Inscrito que fui, e depois de um rigoroso exame médico, fui incluído em uma turma de 300 homens que aliás foi a 1ª. a partir aqui do Rio, a 17 de janeiro de 943, com destino a Belém. Lá chegando e depois de examinado novamente fui mandado para Porto Velho, hoje território Guaporé, uma terra onde em breve será uma potência. (...)

Neste lugar trabalhei algum tempo, indo trabalhar depois em um seringal no rio Paca Nova onde trabalhei seis meses, deixando o serviço por me achar com impaludismo, vindo para Porto Velho e sendo internado no hospital, onde não obtive melhora, fui mandado para Belém onde depois de examinado fui julgado retornado por me achar com impaludismo crônico e esgotamento de sangue, afinal me mandaram para Fortaleza onde me julgaram inapto para ao serviço, e finalmente enviado para o Rio onde me acho. Aqui chegando, procurei alguns canais da coordenação, a fins de esclarecer a minha situação, como fosse o estado de minha saúde, documento que durante a viagem me foi extraviado, infelizmente não fui devidamente atendido, disseram-me que o SEMTA acabou-se (...). Se o SEMTA, como alguém me disse acabou-se, não foi mal pois alguns dirigentes não cumpriram com os seus deveres, mas a palavra, a promessa de olhar para os que lá estão, a

⁶⁶ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. *op. cit.*, p. 223.

justiça e o coração magnânimo de vossa Excia jamais se acabarão.⁶⁶

O quadro do imaginário amazônico que era veiculado no Nordeste quando do recrutamento, que propagandeava a possibilidade de rápido enriquecimento trabalhando nos seringais, como se houvesse a possibilidade de retorno aos anos do *boom* da borracha, se desfazia diante dos migrantes que retornavam. Terminara a era dos paroaras há muitos anos, e com o término do Estado Novo, o discurso de um retorno faustoso não mais se sustentava.

5. O retorno dos arigós.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, avaliando-se os acontecimentos passados, a Batalha da Borracha foi considerada um fracasso, não só por pouco ter acrescido à produção amazônica de borracha, mas principalmente pelos sacrifícios impostos aos migrantes nordestinos. Fazemos aqui eco às palavras de Teixeira de Mello, de que de nada adianta argumentar que se tratava de uma campanha de guerra, organizada apressadamente e em situação anômala. Trata-se de um argumento capcioso do qual se valem os “responsáveis pelos desmandos verificados” e que não deve ser considerado como justificativa, principalmente para os acontecimentos posteriores, ou seja, a volta dos migrantes.

Se era um serviço de guerra, se os migrantes em sua maioria foram recrutados como soldados da produção, como se justificar seu abandono nos seringais, terminada a guerra?

Ressuscitados seria de certo a melhor denominação genérica a dar aos seringueiros devolvidos pela floresta às plagas originárias desses heróis anônimos. Sepultados em vida nas catacumbas silvestres da mata, ou melhor, talvez, na imensa vala comum verde, maior que os abismos,

⁶⁶ Arquivo Nacional, PR (Secretaria Geral da Presidência da República) 25077/44. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1944.

lembrando por ventura o mar na vastidão - só por um milagre de ressurretos, voltam os palmilhadores da hileia aos núcleos civilizados onde nasceram.⁶⁷

Ao finalizar a Batalha da Borracha, os migrantes que retornavam dos seringais chocavam a opinião pública das cidades amazônicas, de Rio Branco, a Manaus e Belém. No início de 1946, vários jornais dos Diários Associados reproduziram a reportagem de David Nasser e Jean Manzon, publicada n'O *Cruzeiro*, perguntando pelos migrantes e denunciando seu abandono.⁶⁸ Onde estavam os cinquenta mil enviados para os seringais? A pergunta ressoava em vários pontos do país, diante dos migrantes que baixavam dos seringais, como ressuscitados.⁶⁹

Em Belém, cerca de 3.000 tinham retornado e encontravam-se na hospedaria de Tapanã, esperando que o governo providenciasse passagem de volta ao Nordeste.⁷⁰ Dentre esses migrantes encontrava-se Sérgio dos Santos Araújo, que se dirigiu à redação de *A Vanguarda*, na esperança de conseguir a tão prometida passagem para o Nordeste. Informava o jornal que Sérgio, baiano de Joazeiro, tinha sido arregimentado em 1944, encaminhado para os seringais do Abunã, onde trabalhara como seringueiro até ficar doente, quando retornou a Belém. Como não conseguira passagens pelo SAVA, apelava para o interventor, por intermédio do jornal, pelo menos passagens até o Ceará, onde tinha uns parentes.⁷¹

A presença desses *ressuscitados* nas cidades e nas hospedarias, estava muito além da capacidade de reembarque do SAVA e do próprio DNI, que determinou que só voltariam ao Nordeste os incapacitados, devendo os que ainda tinham saúde ser encaminhados ao trabalho na agricultura. Nesse sentido, todos

⁶⁷ MORAIS, Raimundo. *Ressuscitados*. São Paulo, Melhoramentos, s/d.

⁶⁸ Ver *A Vanguarda*, Belém, 13.02.1946.

⁶⁹ Pedro Martinello reproduz alguns dos artigos veiculados em jornais no Brasil e mesmo nos Estados Unidos, interrogando-se sobre a responsabilidade do governo norte-americano em recambiar os migrantes para o Nordeste. Ver: MARTINELLO, Pedro. *op. cit.* p. 318 e passim.

⁷⁰ MELLO, A.T. *op. cit.* p. 94.

⁷¹ *A Vanguarda*, Belém, 06.07.1946; 19.07.1946.

os que pleiteavam passagens para o Nordeste deviam passar por inspeção médica na hospedaria de Tapanã.⁷²

Enquanto se formavam "ligas" para assistir aos arigós que desejavam retornar, a imprensa paraense afirmava:

Ninguém mais duvida que legiões de trabalhadores do Ceará estão passando a mais negra miséria na Amazônia, completamente abandonados e na iminência de sucumbirem, uma vez que falharam todas as fantásticas promessas do SEMTA e da CAETA.⁷³

Essas discussões provocaram a convocação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Constituinte. Foram ouvidos vários depoimentos, não só para apurar possíveis responsabilidades, mas também até para se saber quantos seriam os migrantes que tinham sido alocados nos seringais. Por esses depoimentos ficamos sabendo que muitas autoridades sabiam das condições precárias do encaminhamento dos migrantes para os seringais, mas justificavam-se com o velho argumento de que estavam em tempo de guerra. O ministro João Aberto declarou:

O nosso desejo era transportar os trabalhadores com o mínimo de sacrifícios. No momento de uma guerra, ninguém vai perguntar quem foi o responsável pela derrota do exército inglês na África. O importante é vencer. Se, no momento atual fôssemos tomar medidas apressadas, impondo sacrifícios aos homens nordestinos seria uma crueldade, mas naquela ocasião era preciso obter a borracha a qualquer preço, de qualquer maneira. A guerra o exigia, era a nossa cooperação.⁷⁴

⁷² *A Vanguarda*, Belém, 05.06.1946.

⁷³ *A Vanguarda*, Belém, 19.07.1946.

⁷⁴ Ata do 4º. Seminário de Estudos Geográficos, realizado em 19 de julho de 1946, na sede do Conselho Nacional de Geografia. *Boletim Geográfico*, v. IV, n. 43, p. 861-868, outubro de 1946, citação p. 863.

Ao término de seus trabalhos, a CPI não apontava saída, ou recursos, para os soldados da borracha. Apesar de reconhecer que os migrantes e suas famílias faziam jus a “um plano geral de assistência social e econômica”, enviava seu relatório final para que a Câmara dos Deputados promovesse as medidas legislativas julgadas necessárias, o que nunca ocorreu.⁷⁵ E na selva eles permaneceram, pois os membros da CPI estavam mais preocupados em utilizar os acontecimentos como munição política contra os adversários do momento. Esgotado o calor do debate, que interesse esses migrantes poderiam suscitar? Em que eles eram diferentes daqueles que subiram primeiramente os rios para conquistar o Acre, e foram esquecidos. Constituíam-se mais um tipo, na história nacional, a figurar no rol dos heróis anônimos.

⁷⁵ Campanha da Borracha. Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito. *Boletim Geográfico*, v. IV, n. 45, p.1135-1139, dezembro de 1946.

Conclusão

Ao revés da primeira impressão que o título poderia sugerir, este trabalho teve como objetivo re-significar o andejar dos trabalhadores nordestino pela Amazônia, através de variados registros históricos. Em primeiro lugar, tratou-se de falar sobre os migrantes – nômades não exclusivamente pela lógica dos sedentários, para quem o nomadismo constitui uma aporia ao pensamento ocidental. E é como aporia que a história dos migrantes foi representada como uma construção de ruínas, e o migrante – seringueiro emblema de Sísifo. Nesse contexto, primamos em demonstrar os usos políticos da história enquanto produção e circulação de bens simbólicos. Estes foram os parâmetros que nortearam a análise das representações postas em circulação sobre os nordestinos migrantes.

Por outro lado, o movimento migratório de nordestinos, seja para a Amazônia no início do século, seja para São Paulo a partir dos anos quarenta, assumiu características de um movimento “típico” das hordas. Uma invasão, nem um pouco subliminar, que impunha visualmente sua presença pelos espaços que percorria, questão esta imbricada na reelaboração das identidades culturais. Pelas cidades de Belém e Manaus, essa presença era visível no comércio, visando atender, por exemplo, a permanência de hábitos, sobretudo alimentares. E ela é expressiva, pois ao mesmo tempo que servia para atender aos hábitos identitários, tornavam visíveis os migrantes e sua cultura para si mesmos, possibilitando o estabelecimento de redes sociais no espaço onde se dava a reterritorialização.

Nesse sentido, acreditamos ter mostrado a obrigatoriedade de, ao se escrever a história, analisar a capacidade dos migrantes em “questionar” a Amazônia, ou seja, de estabelecer um território na região, não aceitando-a

passivamente tal qual ela se apresentava, mas reconstruindo-a em um território fruto das hibridações culturais resultantes de sua adaptação. Não é só o ambiente amazônico que impõe um tipo de adaptação, estejam os migrantes nos altos rios, ou nas ilhas, pois seria novamente pensar nos migrantes como incapazes de oferecer soluções culturais próprias.

Especificamente sobre a Batalha da Borracha, foi por várias vezes dito que a campanha tão somente assegurou sobrevivência ao arcaico e reacionário sistema de aviação.¹ O renascimento dos seringais naqueles anos de guerra, além de milhares de dólares, custou muitas vidas, e o fato de que não se possa contabilizá-las, pois não existem registros precisos de quantos morreram, constitui um aspecto da "tragédia" vivida.

Entre a farsa ou a tragédia... Existiria outro lugar onde posicionar a experiência dos migrantes – seringueiros? Não, se tomamos como pressuposto que esses homens não podem representar-se.² Sempre que foram representados, ora ocuparam o lugar dos pioneiros, conquistadores de terras novas, ora vítimas dos arcaísmos históricos mais desumanizadores. Se não produziram abundantes testemunhos escritos de sua experiência, não há, no entanto, porque aceitar que encontravam-se amordaçados, impossibilitados de dizer sobre si.

A Batalha da Borracha, enquanto acontecimento histórico, não serviu para ser comemorado, não entrou no calendário cívico e escolar. Nem os soldados da borracha transformaram-se em heróis da Pátria como os soldados da FEB, e nunca ganharam medalhas, monumentos e poesias declamadas por estudantes enaltecendo seus feitos. Que importância teriam trinta mil nordestinos mortos nas selvas amazônicas? Este foi um episódio da Guerra de que pouco se falou, não porque a linguagem se fizesse insuficiente para narrar os horrores do abandono na selva, mas porque foi destituído de importância,

¹ DEAN, W. *op. cit.*; PINTO, Nelson P.A. *op. cit.*

² A associação com K. Marx, de *O Dezoito do Brumário* é inevitável.

pois não se tratava de uma guerra com um inimigo externo. Era um problema interno ao qual não interessava politicamente dar visibilidade. Nas contas da Comissão de Inquérito da Câmara, vinte mil não retornaram, desaparecidos ou mortos. Ainda que este número seja considerado um exagero, mesmo assim constitui um genocídio. Recoberto de propaganda e banalizado pela nossa memória. Este trabalho buscou entender como, na origem da própria campanha de recrutamento, estava contida a banalização e a despreocupação com a vida dos soldados da borracha, pois através dos mecanismos da propaganda, a guerra foi tornada heróica, a morte posta fora do horizonte. Como se uma memória futura pudesse ser apagada de antemão...

Mas esses migrantes conservaram a memória de sua experiência, e na década de setenta a colocaram como história, de importância não meramente local, na voz dos povos da floresta, na organização dos *empates* contra a derrubada dos seringais no Acre.³

Ao mesmo tempo em que se comemorava os cem anos da migração nordestina para a Amazônia, a floresta começava a ser efetivamente derrubada. Agora não mais com um projeto romântico de agricultura em pequenas propriedades, pois o governo ditatorial incentivava a formação de grandes propriedades e a derrubada da floresta visava dar lugar a pastos destinados à criação de gado.

Os filhos e netos dos nordestinos que sobreviveram na selva, que aprenderam a viver nos seringais e castanhais, que desenvolveram um modo de vida adaptado aos recursos florestais amazônicos, recusaram-se a ceder a floresta aos "paulistas", ao progresso capitalista, e dizem: - "este é um lugar digno para se viver." Ouçamos, pois a resposta à sempiterna representação da selvageria da vida na floresta.

³ Um importante documento para a história dessa fase da vida nos seringais pode ser encontrado nas páginas do jornal *Varadouro. Um jornal da selva.*, editado em Rio Branco, na década de setenta. Ver: ANTONACCI, Maria Antonieta. Cultura, trabalho, meio ambiente: estratégias de empate no Acre. *Revista Brasileira de História*. 14(28):247-267, 1994. Sobre os empates ver: SOUZA, Carlos Alberto Alves. *Varadouros da Liberdade. Empates no modo de vida dos seringueiros de Brasília – Acre*. São Paulo, tese de doutorado em História na PUC – SP, 1996.

FONTES

Arquivo Nacional.

1 - Presidência da República. Fundo do Conselho Nacional de Economia. Processos 1211/42 e 1230/42. Localização de trabalhadores nacionais destinados aos seringais do Amazonas e do Acre.

2- Gabinete Civil da Presidência da República. Fundo Soldados da Borracha. 1944.

3- Arquivo Paulo de Assis Ribeiro. Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia. 1942-1943.

4- Comissão Especial da Revisão de Concessão de Terras na Faixa de Fronteiras. CEFF.

CPDOC-FGV

Arquivo Getúlio Vargas

Arquivo Gustavo Capanema

Câmara Legislativa do Brasil.

Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Batalha da Borracha em 1946. Depoimentos transcritos no *Diário da Assembléia*, agosto - setembro de 1946.

Jornais

O Acre. Semanário Oficial do Governo do Território Federal do Acre. 1937-1945.

O Estado do Pará, Belém, 1942 - 1943, 1946

Diário de Pernambuco, Recife, 1942-1943.

Folha do Norte, Belém, 1942-1943

Folha Vespertina, Belém, 1946

O Jornal, Rio de Janeiro, 1943

O Povo, Fortaleza, 1942-1945

Vanguarda, Belém, 1943, 1946

Relatórios

Relatório dos trabalhos realizados pela Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia. Outubro de 1943 a setembro de 1944. CPDOC-FGV

TERRITÓRIO DO ACRE. Departamento de Geografia e Estatística. *Relatório das Atividades da Junta Executiva Regional de Estatística*, Diretoria Regional e Estatística do Acre, referente ao ano de 1944. AN, Fundo IBGE.

BRASIL, Câmara de Deputados, Comissão Especial do Plano de Valorização da Amazônia. *Anais*, 2 vols. Rio de Janeiro, 1948.

Folhetos de Cordel

AMARAL, Firmino Teixeira do. A vida dos seringueiros. in: TERRA, Ruth Brito Lemos. *A literatura de folhetos nos fundos Villa Lobos*. São Paulo, IEB/ USP, 1981.

BARROS, Leandro Gomes de. A secca do Ceará. *Literatura Popular em verso. Antologia*. Rio de Janeiro/ Campina Grande; Fundação Casa de Rui Barbosa/ Fundação Universidade Regional do Nordeste, 1976, Tomo II. p. 270-276.

BATISTA, Abraão. O Príncipe Ribamar e o Reino das Cinco Pontas ou a Origem das Amazonas. *Literaturas de Cordel. Antologia*. São Paulo, Global, 1976, vol. II, pág. 41-65.

BATISTA, Antonio. A guerra do Juazeiro em 1914 in: *Literatura popular em verso. Antologia*, Rio de Janeiro, MEC/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973, Tomo I. p. 347-351.

O caso do Jary. História completa. Editora Guajarina s/d, 43 pág. Acervo Cavalcante Proença. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa.

O Monstro do Rio Negro. Recife, outubro de 1940. In: *Literatura popular em verso. Antologia*. Rio de Janeiro, MEC/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973, Tomo I. p. 221-229.

REI, João de Cristo. A profecia misteriosa sobre os trez dias de escuro. In: COSTA, Roberto Aurélio Lustosa da (coord). *Antologia da literatura de cordel*. Fortaleza, Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1978. Vol. 1 p. 153-156.

SILVA, Caetano Cosme da. A praga de gafanhoto no sertão paraibano. in: *Literatura popular em verso. Antologia*. Rio de Janeiro, MEC/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973, Tomo I. p. 245-249.

SILVA, José Bernardo da. Os horrores do Nordeste. Juazeiro do Norte, Ceará, 2 de agosto de 1942, in: *Literatura Popular em verso. Antologia*. Rio de Janeiro, MEC/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973, Tomo I. p. 239-243.

Romances, contos e crônicas.

ALMEIDA, José Américo de. *A Bagaceira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1978.

ANDRADE, Mário de. *O Turista Aprendiz*. São Paulo, Duas Cidades/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

BARROS FERREIRA, *O Romance da Madeira Mamoré*. São Paulo, Clube do Livro, 1963.

BASTOS, Abguar. *Safra*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1937.

CAMPOS, Humberto. *O monstro e outros contos*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1935.

CASTRO, José Maria Ferreira de. *A Selva*. Lisboa, Livraria Editora Guimarães, 1949.

CRULS, Gastão. *A Amazônia Misteriosa*. Rio de Janeiro, Ariel Editora Ltda, 1935.

CUNHA, Euclides da. *Um Paraíso Perdido*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1994.

GALVÃO, Francisco. *Terra de Ninguém. (Romance Social do Amazonas)*. Rio de Janeiro, Adersen Editores, 1933.

LADISLAU, Alfredo. *Terra Imatura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo, Brasiliense, 1968.

MELLO NETO, João Cabral. *O Rio. Ou relação da viagem que faz o Capibaribe de sua nascente à cidade do Recife. Obra Completa*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1995.

MENESES, Bruno de. *Candunga (Cenas das migrações nordestinas na zona Bragantina)* Belém, Ed. Fac-similar da Secretaria de Estado da Cultura/CEJUP, 1993.

MORAIS, Raimundo. *Na Planície Amazônica*. São Paulo, Edusp; Belo Horizonte, Itatiaia, 1987.

_____. *Ressuscitados*. São Paulo, Melhoramentos, s/d.

PALHANO, Lauro. *O Gororoba. Scenas da vida proletaria*. Rio de Janeiro, Edição da Terra de Sol, 1931.

PEREGRINO JÚNIOR. *Histórias da Amazônia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.

_____. *Seleta* Rio de Janeiro, José Olympio/INL, 1971.

QUEIROZ, Rachel. *O Quinze*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1978.

RAMOS, Graciliano. *Viventes das Alagoas*. São Paulo, Record, 1980.

RANGEL, Alberto. *Inferno Verde*. Tours, Typographia Arrault & Cia, 4ª. ed. 1926.

RIVERA, José Eustásio. *La Voragine*. Bogotá, Biblioteca Ayacucho, 1976.

THEOPHILO, Rodolpho. *O Paraara. Scenas da vida cearense e amazônica*. Fortaleza, Editor L. C. Cholowiecki, 1899, p. 187-188.

VASCONCELOS, Carlos. *Deserdados*. Rio de Janeiro, Ed. Leite Ribeiro & Maurillo, 1921.

Artigos e folhetos da época.

A Amazônia e os Acordos. *O Observador Econômico e Financeiro*, n. 87, 4-5, 1943.

A Amazônia vai ressurgir. A visita do Presidente Getúlio Vargas à Amazônia, da qual resultou um vasto plano de saneamento e de empreendimentos gerais no setentrião brasileiro. Belém, Serviço de Publicidade e Propaganda da Prefeitura Municipal, outubro de 1940.

A Borracha: Passado, Presente e Futuro. *O Observador Econômico e Financeiro*, n. 89, p. 119- 149, junho de 1943.

À margem do Discurso do Rio Amazonas. *Cultura Política*, v.1, n. 9, p. 161-171, novembro de 1941.

A visita do Presidente Vargas e as esperanças de ressurgimento do Amazonas. Manaus, Imprensa Pública, 1940.

Acordo entre o Brasil e os EE.UU. da América para prosseguimento do Programa de Saneamento e Saúde Pública. *Anais do Ministério da Educação e Saúde*, dezembro de 1943, p. 107-119.

Acordos de Washington. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, v. IX, n. 107, p. 183-199, 1943.

Acordos de Washington. *O Observador Econômico e Financeiro*, n. 86, p. 04-06, 1943.

Acordos de Washington. *O Observador Econômico e Financeiro*, n. 87, p. 94-99, 1943; Os

ANDRADE, G. C.; SUTTER, U. A. Estruturação de um serviço rural de saúde na Amazônia. *Revista do Serviço Especial de Saúde Pública*, v. 2, n. 2, p. 591-600, dez. 1948.

ARRUDÃO, Matias. Ford e a Fordlândia. *Digesto Económico*, v. II, n. 16, p. 29-33, março de 1946.

Ata do 4º. Seminário de Estudos Geográficos, realizado em 19 de julho de 1946, na sede do Conselho Nacional de Geografia. *Boletim Geográfico*, v. IV, n. 43, p. 861-868, outubro de 1946.

BARBOSA, J. J. Alimentação dos Soldados da Borracha. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, v. XII, n. 141, p. 131-146, maio de 1946.

BENCHIMOL, S. O cearense na Amazônia. *Revista de Imigração e Colonização*, v. VI, n. 4, p. 337-420, 1945.

CAMARGO, Felisberto de. Plantação de Seringueiras. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1944.

_____. Plantações de borracha. *O Observador Econômico e Financeiro*, n. 90, julho de 1943

_____. Exploração Extrativa da Borracha. *Boletim do Ministério da Agricultura*, v. 31, n. 10, p. 3-18, outubro de 1942.

_____. Terra e colonização no antigo e novo quaternário na zona da Estrada de Ferro de Bragança, Estado do Pará - Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. X, p. 123-147, 1948.

Campanha da Borracha. Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito. *Boletim Geográfico*, v. IV, n. 45, p.1135-1139, dezembro de 1946.

Condições de produção da borracha na Amazônia. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* v. XI, n. 123, p. 215-256, novembro de 1944.

CRULS, Gastão. Impressões de uma visita à Companhia Ford Industrial do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. I, n. 4, p. 03-25, outubro de 1939.

DEANE Leônidas M. Observações sobre a Malária na Amazônia Brasileira. *Revista do Serviço Especial de Saúde Pública*, v. 1, n. 1, p. 01-59, 1947.

Encaminhamento de trabalhadores nordestino para a Amazônia. Entrevista com o presidente do Conselho Nacional de Imigração e Colonização. *Revista de Imigração e Colonização*, v. 3, n. 2, p. . 21, agosto de 1942.

GALVÃO, Francisco. O homem da Amazônia vencerá a natureza. *Cultura Política*, v. 3, n. 25, p. 94-96, março 1943.

_____. O sentido social da Amazônia. *Cultura Política*, v.1, n.1, p. 149-154, março 1941.

HELLER, Frederico. O êxodo do campo como fator de desenvolvimento *Sociologia*, v. 5, n. 1, p. 57-64, 1943.

Homens para a Borracha. *O Observador Econômico e Financeiro*. n. 88, p. 32-44, 1942.

MEDEIROS, Ruy Mário de. *Discurso do Rio Amazonas (Promessas e Realizações)* Palestra realizada, por iniciativa do Instituto Nacional de Ciência Política, em comemoração ao 4º aniversário do Discurso do Rio Amazonas. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944.

_____. *Recuperação Econômica da Amazônia*. Palestra realizada sob o patrocínio da Sociedade Paraense de Estudos Econômicos, em Belém do Pará, na sessão comemorativa do 5º aniversário do "Discurso do Rio Amazonas". *O Observador Econômico e Financeiro*, n. 106, novembro de 1944.

MENDES, Armando. A Fordlândia e a Hévea brasiliensis. *Digesto Econômico*. v. II, n. 16, p. 41-44, março de 1946.

NEIVA, Arthur Nehl. O problema da imigração e colonização. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, v. IX, n. 107, p. 263-309, julho de 1943.

Os Convênios de Washington. *O Observador Econômico e Financeiro*, n. 74, p. 11-14, 1942.

PENIDO, Henrique Maia. O Serviço Especial de Saúde Pública e suas realizações no Brasil. *Revista do Serviço Especial de Saúde Pública*, v. 10, n. 2, p. 363-385, dez. 1959.

Plantações de borracha. *O Observador Econômico e Financeiro*, n. 87, p. 6-7, abril de 1943 e n. 88, p. 3-5, maio de 1943

Projetos de Sentinas executados em localidades da Amazônia. *Revista do Serviço Especial de Saúde Pública*, v. 1, n. 4, p. 977-995, maio de 1948.

RUSSEL, Joseph A. Fordlandia and Belterra, rubber plantations on the Tapajós River, Brazil. *Economic Geography*, n. 18, p. 125-145, 1942.

Serviço Especial de Saúde Pública. Relatório de suas atividades no último trimestre de 1943. *Anais do Ministério da Educação e Saúde*, abril de 1944, p. 114-158.

VARGAS, Getúlio D. O Discurso do Rio Amazonas. *Cultura Política*, v. 1, n. 8, p. 227-230, outubro de 1941.

WAGNER, Edmund. Engenharia Sanitária no Vale do Amazonas. *Revista do Serviço Especial de Saúde Pública*, v. 1, n. 11, p. 87-134, 1947.

Bibliografia.

A ciência a caminho da roça. Imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz- Casa de Oswaldo Cruz, 1991.

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial. (1500-1800)* Rio de Janeiro, Sociedade Capistrano de Abreu/ Livraria Brigueit, 1954.

ADORNO, T. W. e HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.

AGASSIZ, Luiz, AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil (1865-1866).* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia. A seca no imaginário nordestino. De problema a solução (1877-1922).* UNICAMP, 1987.

_____. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca no Nordeste. *Revista Brasileira de História*, n. 28, p. 111-120, 1994.

ALEGRE, Sylvia Porto. Fome de braços - Questão nacional. Notas sobre o trabalho livre no Nordeste do século XIX. *Cadernos C.E.R.U.*, n. 2, p. 67-91, 1986.

AMADO, Janaina. Região. Sertão. Nação. *Estudos Históricos*, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

ANDRADE, Almir de. *Contribuição à História Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1950, vol. II.

ANTONACCI, Maria Antonieta. Cultura, trabalho, meio ambiente: estratégias de empate no Acre. *Revista Brasileira de História*. 14(28):247-267, 1994.

ARAUJO LIMA. *Amazônia. A terra e o homem*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1975.

ARENDT, Hannah. *Totalitarismo, o paroxismo do poder*. Rio de Janeiro, Editora Documentário, 1979.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social in: *Enciclopédia Einaudi*. Vol 5, Anthropos-Homem. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

BAKHTIN, M. *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo/Brasília, HUCITEC/UNB, 1987.

BARBOSA, Livia Neves de Holanda e DRUMMOND, José Augusto. Os direitos da natureza numa sociedade relacional: reflexões sobre uma nova ética ambiental. *Estudos Históricos*, v. 7, n. 14, p. 265-289, 1994.

BARREIRA, Dolor. *História da Literatura Cearense*. Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1948.

BARREIRO, José Carlos. Instituições, trabalho e luta de classes no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História*, v. 7, n. 14, p. 131-149, 1987.

BASTOS, Tavares. *O vale do Amazonas*. São Paulo, Companhia Editora Nacional/INL, 1975.

BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. São Paulo, Edusp; Belo Horizonte, Itatiaia, 1979.

BENCHIMOL, Samuel. *Romanceiro da Batalha da Borracha*. Manaus, Imprensa Oficial, 1992.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. in: *Os pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

_____. Sobre o conceito de história. in: *Obras escolhidas I*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

_____. The task of the translator. *Illuminations*. New York, Schocken Books, 1988.

BERNARDES, Carmo. O gado e as larguezas dos gerais. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 23, p. 33-58, 1995.

BHABHA, Homi K. How newness enters the world. Postmodern space, postcolonial times and the trials of cultural translation. *The location of culture*. London, Routledge, 1994.

BOÉTIE, Etienne de la. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

BOSI, Alfredo. *O Pré-Modernismo*. São Paulo, Cultrix, 1967.

BOSI, Ecléa. Cultura e Desenraizamento in: BOSI, Alfredo. *Cultura Brasileira. Temas e Situações*. São Paulo, Ática, 1987.

_____. O que é desenraizamento. *Revista de Cultura Vozes*, v. 77, n. 6, p. 5-9, agosto de 1983.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.

BRAGA, José Carlos de Souza; PAULA, Sérgio Góes de. *Saúde e Previdência. Estudos de Política Social*. São Paulo, CEBES/HUCITEC, 1981.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife, Editora Massangana, 1997.

BUCKLE, Henry Thomas. *História da Civilização na Inglaterra*. São Paulo, Typ. da Casa Ecletica, 1900.

BURKE, Peter. História como alegoria. *Estudos Avançados*, v. 9, n.25, p. 197-212, 1995.

BURNS, E. Bradford. *Manaus, 1910. Retrato de uma cidade em expansão*. Manaus, 1966. Tradução de Ruy Alencar de artigo publicado no Jornal de Estudos Inter-Americanos, vol. VII, n. 3, julho de 1965.

CAMARGO, Erney Plessmann. A malária encenada no grande teatro social. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 24, p. 211-228, 1995.

CAMARGO, Felisberto C. Report on the Amazon region, in: UNESCO *Problems of Humid Tropical Regions*. Paris, 1958.

CAMPOS, Humberto de. *Crítica. Segunda Série*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1935.

_____. *Crítica. Terceira Série*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1935, p. 138.

CAMPOS, Renato Carneiro. *Ideologia dos poetas populares do Nordeste*. Recife, Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, 1959.

CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995,.

CARVALHO, José de. *O matuto cearense e o caboclo do Pará*. Pará, Oficinas Gráficas Jornal de Belém, 1930

CARVALHO, José Rodrigues de. *Cancioneiro do Norte*. Parahyba do Norte, Typ. Da Livraria São Paulo, 1928.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Vaqueiros e Cantadores. Folclore poético do sertão de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1968.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*. São Paulo, Brasiliense, 1967.

COELHO, Nelly Novaes. A presença do Brasil na vida e na obra de Ferreira de Castro. *Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade*, v. 41, n. 1/2, p. 09-38, jan.-jun.1980.

CORBIN, Alain. *O território do vazio. A praia e o imaginário ocidental*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

CORREIA, Luiz de Miranda. *A Borracha na Amazônia e a II Guerra Mundial*. Manaus, Edições Governo do Estado do Amazonas, 1967.

CORREIA, Algenyr dos Santos e NOGUEIRA, Rosa Maria Esteves. A intervenção do Estado no domínio econômico. O caso da Coordenação de Mobilização Econômica. *Dados*, n. 13, p. 134-150, 1976.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. *Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental. Contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo, Cortez; Rio Branco, Universidade Federal do Acre, 1992.

COSTA, Roberto Aurélio Lustosa da (coord.). *Antologia da literatura de cordel*. Fortaleza, Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1978.

COUTINHO, Afrânio (dir.). *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro, Editorial Sul-Americana, 1969.

CRUZ, Ernesto. *A estrada de ferro de Bragança. Visão social, econômica e política*. Belém, SPVEA, 1955.

_____. *História do Pará*. Belém, Universidade do Pará, 1963.

_____. *Colonização do Pará*. Belém, Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 1956.

CRUZ, Oswaldo; CHAGAS, Carlos e PEIXOTO, Afrânio. *Sobre o Saneamento da Amazônia*. Manaus, P. Daou, 1972.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Pontos de vista sobre a floresta amazônica: xamanismo e tradução. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, v. 4, n. 1, p. 7-22, 1998.

_____. *Negros Estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

CURRAN, Mark J. A sátira e a crítica social na literatura de cordel. In: *Literatura Popular em Versos. Estudos*. Rio de Janeiro, MEC/ Casa de Rui Barbosa, 1973.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo. Sociedade e Cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

DAVIS, Shelton. *Vítimas do milagre. O desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil. Um estudo de história ecológica*. São Paulo, Nobel, 1989.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs*. São Paulo, Ed. 34, 1995.

DIAS, Catarina V. Aspectos geográficos do comércio da castanha no médio Tocantins. *Revista Brasileira de Geografia*, v. XXI, n. 4, p. 517-531, out.-dez. 1959.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Ciclos temáticos na literatura de cordel. *Literatura popular em versos. Estudos*. Rio de Janeiro, Mec - Casa de Rui Barbosa, 1973.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, HUCITEC, 1996.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. O trabalhador pobre no imaginário das elites nordestinas. (1850-1920). *Brasil. Norte e Nordeste. Estudos em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Anpocs, Inter-American Foundation, 1991.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses. Espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais do século XIX*. Campinas, Editora da Unicamp, 1995.

DURHAM, Eunice R. *A caminho da Cidade*. São Paulo, Perspectiva, 1978.

EGLER, Eugênia Gonçalves. A Zona Bragantina no Estado do Pará. *Revista Brasileira de Geografia*, v. XXIII, n. 3, p. 527-556, jul-set. 1961.

EISENBERG, Peter. A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1872. in: LAPA, José Roberto do Amaral (org.) *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer. Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo, Perspectiva, 1993.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

FAUSTO NETO, Antônio. *Cordel e a ideologia da punição*. Petrópolis, Vozes, 1979.

FERRARINI, Sebastião Antônio. *Transertanismo, sofrimento e miséria do nordestino na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1979.

FERREIRA, Jorge Luiz. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. *Estudos Históricos*, v. 3, n. 6, p. 180-195, 1990.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A ferrovia do diabo*. São Paulo, Melhoramentos, s/d..

FERRO, Marc. *A história vigiada*. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1989.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *A Cidade dos Encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia. A constituição de um campo de estudo (1870 - 1950)*. Campinas, dissertação de mestrado em História/UNICAMP, 1996.

FONSECA, F. et. al. *Trópico e colonização. Seminário de Tropicologia*. Recife, UFPE, 1969.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1963.

GALEY, John. Industrialist in the wilderness. Henry Ford's Amazon venture. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 21, n. 2, p. 261-289, may 1979.

GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.

GALVÃO, Walnice Nogueira e GALOTI, Oswaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo, Edusp, 1997.

GARCIA, N. Jahr. *Estado Novo. Ideologia e Propaganda política* São Paulo, Loyolla, 1982.

GERBI, Antonello. *La disputa del Nuevo Mundo. Historia de una polémica. 1750-1900*. México, Fondo de Cultura Económica, 1993.

_____. *La naturaleza de las Indias Nuevas*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992.

GINSBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

_____. "O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa, Difel, 1991.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

GODINHO, Victor; LINDENBERG, Adolpho. *Norte do Brasil. Através do Amazonas, Pará e Maranhão*. Rio de Janeiro, Laemmert & C., 1909.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

_____. *História e historiadores. A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONDIN, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo, Marco Zero, 1994.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo, Marco Zero, 1990.

GOUROU, Pierre. *Les pays tropicaux. Principes de une géographie humaine et économique*. Paris, Presses Universitaires de France, 1947.

GRAHAN, Douglas H.; HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. *Migrações internas no Brasil. 1872-1970*. São Paulo, IPEA/USP, 1970.

GREENFIELD, Gerald Michael. O comportamento dos migrantes e as atitudes das elites durante a grande seca de 1877-1878, *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 5, n. 2, p. 219-240, 1989.

GRULS, Gastão. *A Amazônia que eu vi*. Rio de Janeiro, José Olympio / INL, 1973.

GUERRA, Antonio Teixeira. *Estudo Geográfico do Território do Acre*. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1954.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *O imaginário do sertão. Lutas e resistências ao domínio da Companhia Matte Larangeira. Mato Grosso, 1890-1945*. Campinas, dissertação de mestrado em História, IFCH- UNICAMP, 1991.

HALL, Stuart. A questão da identidade cultural. *Textos Didáticos*. IFCH- UNICAMP, n.18, 1995.

_____. Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.24, p.68-75, 1996.

HARDMAN, Francisco Foot. Antigos mapas gizados à ventura. *Remate de Males* n. 12, p. 65-78, 1992.

_____. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides. *Estudos Avançados*, v. 10, n. 26, p. 293-310, 1996.

_____. *Trem Fantasma*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

HEMMING, John. *Amazon frontier. The defeat of the brasilian indians*. London, Macmillan, 1977.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969.

HOLSTON, James. *A cidade modernista. Uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

HURLEY, Jorge. *Itaranã (Pedra Falsa)*. Belém, Off. Graphics do Instituto D. Macedo Costa, 1934.

LACERDA, Aline Lopes. A "Obra Getuliana" ou como as imagens comemoram o regime. *Estudos Históricos*, v. 7, n. 14, p. 241-263, 1994.

LE GOFF, Jacques. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa, Edições 70, 1991.

_____. *Enciclopédia Einaudi, Memória - História*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

_____. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa, Editorial Estampa, 1980.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática. Os limites do totalitarismo*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

_____. *As formas da história*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

LENHARO, Alcir. A Marcha para o Azul. *Anais do Museu Paulista*, XXXIII, p. 07-16, 1984.

_____. *Sacralização da política*. Campinas, Papirus, 1986.

_____. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste*. Campinas, Ed. Unicamp, 1985.

LEROY, Jean Pierre. *Uma chama na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1991.

LESSA, Orígenes. *Getúlio Vargas na Literatura de Cordel*. Rio de Janeiro, Editora Documentário, 1973.

LIMA, Francisco Assis de. *Conto popular e comunidade narrativa*. Rio de Janeiro, Funarte/ Instituto Nacional do Folclore, 1985.

LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário. Razão e imaginação no Ocidente*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

LIMA, Mário José de. *Capitalismo e extrativismo. A formação da região acreana*. Campina, Tese de doutorado em Economia, UNICAMP, 1994.

LOBATO, Monteiro. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. São Paulo, Brasiliense, 12ª. ed. 1968.

LONDRES, Maria José de. *Cordel. Do encantamento às histórias de luta*. São Paulo, Duas Cidades, 1973.

LUYTEN, Joseph M. Migrações no Brasil. Estórias de retirantes. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 6, n. 2, p. 233-268, 1990.

_____. *O que é literatura popular*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

MARTINELLO, Pedro. *A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o Vale Amazônico*. Rio Branco, Universidade Federal do Acre, 1988.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência*. São Paulo, HUCITEC, 1982.

_____. *O cativo da terra*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1983.

MEGGER, Betty J. *Amazônia. A ilusão de um paraíso*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

_____. Environmental Limitations on the Development of Culture. *American Anthropologist*, n. 56, p. 801-824, 1954

MELLO, Alcino Teixeira de. *Nordestinos na Amazônia*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1956.

MENDES, Armando. *A borracha no Brasil*. São Paulo, Sociedade Imprensa Brasileira, 1943.

MENEZES, Eduardo B. de. Estrutura agrária: protesto e alternativas na poesia popular do Nordeste. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. XI, n. 1-2, p. 29-61, 1980.

MEYER, Marlyse. *Caminhos do Imaginário no Brasil*. São Paulo, Edusp, 1993.

MIYASAKI, Nobue; ONO, Morio. O aviamento na Amazônia. (Estudo sócio-econômico sobre a produção de juta) *Sociologia*, v. XX, n. 3, p. 366-396, agosto de 1958; v. XX, n. 4, p. 530-563, outubro de 1958.

MOOG, Viana. *O ciclo do Ouro Negro*. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1975.

MORAES, Antonio Carlos. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 166-176, 1991.

MOREIRA, Eidorfe. *Influências Amazônicas no Nordeste. Reflexos da fase áurea da borracha*. Belém, UFP/NAEA/ fundação Rômulo Moiorana, 1982.

MOURA, Ignácio Baptista de. *De Belém a São João do Araguaia. Valle do Rio Tocantins*. Rio de Janeiro, Garnier, 1910.

MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

MUSUMECI, Leonarda. *O mito da terra liberta (colonização espontânea, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental)*. Rio de Janeiro, Anpocs/Vértice, 1988.

NASH, Roderick. *Wilderness and the American mind*. New Haven, Yale University Press, 1983.

NEVES, Frederico de Castro. A seca e o homem. Políticas anti-migratórias no Ceará. *Travessia*, IX(25):18-24, maio-ago 1996.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O caboclo e o brabo. Notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 11, p. 101-140, maio de 1979.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As Festas que a República manda guardar *Estudos Históricos*, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Et. Al. *Estado Novo. Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

PALACIOS, Guillermo. Imaginário social e formação do mercado de trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 11, n. 31, p. 123-139, junho de 1996.

PAOLI, Maria Célia e ALMEIDA, Marco Antônio. Memória, Cidadania, Cultura Popular. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, , n.24, p. 185-192, 1996.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. *Comunicações*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 16-65, outubro de 1982.

_____. Trabalhadores e cidadania. Experiência do mundo público na história do Brasil moderno. *Estudos Avançados* v. 3, n. 7, p. 40-66, 1989.

PASSOS SOBRINHO, Josué Modesto. Migrações internas: resistências e conflitos. (1872-1920) *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 8, n. 2, p. 235-260, 1992.

PAULO, Heloísa Helena de Jesus. O DIP e a juventude - ideologia e propaganda estatal. (1939-1945) *Revista Brasileira de História*, v. 7, n. 14, p. 99-113, 1987.

PEIXOTO, Afrânio. *Clima e Saúde*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1975.

PELOSO, S. *O canto e a memória. Histórias e utopia no imaginário popular brasileiro*. São Paulo, Ática, 1996.

PENNA, Maura. *O que faz ser nordestino*. São Paulo, Cortez, 1992.

_____. Relatos de migrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento. in: SIGNORINI, Ignes (org). *Linguagem e identidade*. Campinas, Mercado de Letras: São Paulo, Fapesp, 1998.

PENTEADO, Antonio Rocha. *O uso da terra na região Bragantina - Pará*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1967.

PEREGRINO JÚNIOR. *Três Ensaíos*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1969.

PEREGRINO, Tenente Umberto. *Imagens do Tocantins e da Amazônia*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana, 1942.

PEREIRA, Osny Duarte. *Desnacionalização da Amazônia*. Rio de Janeiro, Editora Fulgor Ltda, 1958.

PETHEY, Beatriz Célia C. de. Aspectos da economia amazônica à época da depressão (1920-1940). *Boletim Geográfico*, v. 31, n. 228, p. 112-131, 1972.

PINTO, Nelson Prado Alves. *Política da Borracha no Brasil. A falência da borracha vegetal*. São Paulo, HUCITEC, 1984.

PÓVOA NETO, Helion. A produção de um estigma: Nordeste e nordestino no Brasil. *Travessia*. v. 7, n. 19, p. 20-22, 1994.

PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1978.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

PRETO-RODAS, Richard. Amazon in Literature: Themes and Changing perspectives. in: WAGLEY, Charles (ed.). *Man in the Amazon*. Gainesville, U.P. of Florida, 1974.

PRIORI, Angelo. Legislação Social Trabalhista: a exclusão do trabalhador rural. *História*, n. 15, p. 287-302, 1996.

PROENÇA, Ivan Cavalcanti. *A ideologia do cordel*. Rio de Janeiro, Imago; Brasília, INL, 1976;

PROENÇA, Manoel Cavalcanti. (org.) *Literatura Popular em verso. Antologia*, tomo I. Rio de Janeiro, MEC/ Casa de Rui Barbosa, 1964.

RANGEL, Alberto. *Rumos e Perspectivas. (Discursos e Conferências)* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934

REIS, Arthur Cézar Ferreira. A literatura amazônica desserve à região. *Cultura*, v. 1, n. 2, p. 4-7, abril-junho de 1972.

_____. *O Seringal e o Seringueiro*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1953.

RIAUEDEL, Michel. O Rio Palimpsesto. O Amazonas de Júlio Verne. *Revista USP*, n. 13, p. 66-73, 1992.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1970.

RIPPY, J. Fred. Some rubber-planting fiascos in tropical America. *Inter-American Economic Affairs*, n. 10, p. 3-24, 1956.

SAID, Edward. W. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

SALLES, Vicente. *Repente e Cordel*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Folclore, 1985.

SANTOS, Boaventura de Souza. A queda do *Angelus Novus*. Para além da equação moderna entre raízes e opções. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 47, p. 103-124, março de 1997.

SANTOS, Idelete Muzart Fonseca dos. Novas perspectivas para análise das composições populares. in: *Literatura popular em versos. Antologia*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa; João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 1977

SANTOS, Luis A de Castro. O Pensamento Sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados*, v. 28, n. 2, p. 193-210, 1985.

]SANTOS, Olga de Jesus. O povo conta história. in: *O Cordel. Testemunha da História do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987.

SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo, T. A Queiroz, 1980,

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O olhar naturalista: entre a ruptura e a tradição. *Revista de Antropologia*. n. 35, p. 149-167, 1992.

SHALINS, M. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.

SILVA, Adalberto Ferreira da. *Ocupação recente das terras do Acre: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra*. Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, dissertação de mestrado, 1982.

SILVA, Hermano Ribeiro da. *Garimpos de Mato Grosso*. São Paulo, Empresa Editorial J. Fagundes, 1936.

_____. *Nos sertões do rio Araguaia*. São Paulo, Edições Saraiva, 1935;

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. in: *Economia política da urbanização*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

SLATER, Candace. *A vida no barbante. A literatura de cordel no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

SMITH, Anthony. *Os conquistadores do Amazonas*. São Paulo, Ed. Best Seller, 1990.

SOUZA, Carlos Alberto Alves. *Varadouros da Liberdade. Empates no modo de vida dos seringueiros de Brasília – Acre*. São Paulo, tese de doutorado em História na PUC – SP, 1996.

SOUZA, Itamar de. *Migrações internas no Brasil*. Petrópolis, Vozes; Natal, Fundação José Augusto, 1980.

SOUZA, José Inácio de Melo. *A Ação e o imaginário de uma ditadura. Controle, coerção e propaganda política nos meios de comunicação durante o Estado Novo*. São Paulo, ECA-USP, dissertação de mestrado, 1990.

SOUZA, Liedo Maranhão de. *Classificação popular da literatura de cordel*. Petrópolis, Vozes, 1976.

SOUZA, Márcio. *A expressão Amazonense. Do colonialismo ao Neocolonialismo*. São Paulo, Alfa-Omega, 1990.

SUAREZ, Maria Tereza Sales de. *Cassacos e corumbas*. São Paulo, Ática, 1977.

SUASSUNA, Ariano. Coletânea da poesia popular nordestina. *Deca. Revista do Departamento de Extensão Cultural e Artística*. Recife, v. VI, n. 7, 1967.

SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

_____. *Tal Brasil, qual romance?* Rio de Janeiro, Achiamé, 1984.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *O aviamento e o barracão na sociedade do seringal. (Estudo sobre a produção extrativa da borracha na Amazônia)*. São Paulo, Dissertação de mestrado em Sociologia no DCS da FFLCH da USP, 1980.

TERRA, Ruth Brito Lêmos. *Memória de Lutas: literatura de folhetos do Nordeste (1893-1930)*. São Paulo, Global, 1983.

_____. *A literatura de folhetos nos fundos Villa Lobos*. São Paulo, IEB/USP, 1981.

TERRA, Ruth; ALMEIDA, Mauro W. B. de. A análise morfológica da literatura popular em verso: uma hipótese de trabalho. *Revista do IEB*, n. 16, p. 1-28, 1975.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____. *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

TOCANTINS, Leandro. *Amazônia. Natureza, homem e tempo*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército/ Civilização Brasileira, 1982.

URE, John. *Invasores do Amazonas*. Rio de Janeiro, Record, 1986.

VALENTE, Waldemar. *Misticismo e Região (aspectos do sebastianismo nordestino)*. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1963.

VALVERDE, Orlando. A Amazônia Brasileira. Alguns aspectos sócio-econômicos. *Boletim Geográfico*, v. 28, n. 208, p. 43-50, 1969.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, Vol. VIII, 1941.

VELHO, Otávio. "O cativo da Besta-Fera. in: *Besta-Fera. Recriação do mundo*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

VELLOSO, Mônica. A literatura como espelho da Nação. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 2, p. 239-263, 1988.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

_____. *Estilo Tropical: a natureza com Pátria. Remate de Males*, Campinas, n. 7, p.27-38, 1987.

VIANA, Luís Weneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

VICENTINI, Yara. 1930: a utopia urbana de Ford na Amazônia. *Espaço e Debates*, v. XI, n. 34, p. 84-91, 1991.

VIVEIROS, Ester de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1988.

WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte; Itatiaia, São Paulo, Edusp, 1979.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia. Expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 1993.

_____. Capital penetration and problems of labor control in the Amazon rubber trade. *Radical History Review*, n. 27, p. 121-140, 1983.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

WOORTMANN, Ellen F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras do nordeste, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 7, n. 18, p. 41-61, fev. 1992.

WORSTER, Donald. Para fazer histórica ambiental. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

ZANONI, Mary Helena Allegreti. *Os Seringueiros. Estudo de caso em seringal nativo do Acre*. Brasília, UNB, dissertação de mestrado em Antropologia, 1979.

ANEXOS

—Cláusulas gerais do Contrato—

Padrão de Trabalho nos Seringais

1.º—O seringalista se compromete:

a)—a entregar ao seringueiro as estradas arrendadas em estado que permita a sua exploração e a auxiliá-lo na construção da barraca e do defumador, que ficam, todavia, pertencendo ao seringalista, independentemente de qualquer indenização;

b)—adiantar ao seringueiro:

I—gêneros alimentícios, peças de roupa e medicamentos de uso comum, até a importância de Cr\$ 150,00 por mês;
II—utensílios e ferramentas necessários aos serviços de extração do latex e outros, inclusive arma e munição de caça.

2.º—Os fornecimentos referidos na letra b da cláusula primeira não constituem operações de compra e venda não sendo permitido sobre o valor dos mesmos qualquer acréscimo que represente lucro; e a proporção que forem sendo realizados serão lançados na CADERNETA do seringueiro.

3.º—O seringueiro se compromete a trabalhar seis dias por semana, quer na época apropriada à extração do latex, no que empregará todo o esforço possível para obter uma produção máxima, quer no período de entre-safra, quando deverá se ocupar de outros mistérios dentro do próprio seringal, a juízo do seringalista, mediante salário diário mínimo de 7 (sete) cruzeiros com comida ou dez (10) cruzeiros sem comida.

4.º—Toda borracha produzida será entregue ao seringalista e só poderá sair do seringal devidamente marcada, e pela barraca ou porto que o seringalista determinar.

5.º—A infração da cláusula anterior importa em fraude, sujeita a ação policial inclusive apreensão do produto e procedimento criminal que no caso couber.

6.º—Da borracha produzida pelo seringueiro ser-lhe-á creditado, pelo seringalista, logo que a mesma for vendida, o valor correspondente a 60% (sessenta por cento) no mínimo sobre o preço oficial que vigorar nas praças de Manaus ou Belém, onde deve ser negociada, depois de classificada, não se computando qualquer despesa de frete, seguro, impostos, taxas, comissões, etc., que recairão sempre sobre o seringalista.

7.º—O seringueiro poderá cultivar, livre de qualquer onus, um hectare de terra, ficando expressamente proibida a destruição de castanheiras ou seringueiras.

8.º—Os animais abatidos pelo seringueiro, em caçada, pertence-lhe-ão, bem como as respectivas peles.

9.º—Além dos elementos indispensáveis à identidade do seringueiro, serão feitos, obrigatoriamente, na CADERNETA, todos os lançamentos de débito, relativos aos fornecimentos de mercadorias, utensílios, ferramentas, armas, etc., sujeitos a comprovação do seu custo e despesas; e a crédito a percentagem correspondente à borracha entregue, mediante a apresentação da respectiva conta de venda.

10.º—O seringueiro não poderá abandonar o serviço ou passar para o seringal pertencente a outro seringalista, sem liquidar integralmente as suas contas e obrigações decorrentes do presente contrato, salvo, todavia, se o seringalista com quem pretender trabalhar assumir, como fiador, a responsabilidade do débito acaso existente, ou pagá-lo imediatamente ao credor, se este assim o preferir.

11.º—A solução dos conflitos que ocorrem entre os contratantes, caberá à Justiça do Trabalho.

0-1	2-3			5-9	MATRÍCULA N.º 34.145 F. 499
-----	-----	---	---	-----	--



M. T. I. C.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

TERMO DE COMPROMISSO

O Sr. José Pedro Silva, com 39 anos de idade, natural de Caruarú (Pernambuco) estado civil solteiro, filho de Pedro Ferreira Silva e de Maria Antonia Conceição, declara desejar seguir para a Amazônia, obrigando-se a aceitar uma colocação em seringa mediante assinatura de um contrato de trabalho, pelo prazo de dois anos, cujas cláusulas estão mencionadas no verso deste documento:

Os benefícios concedidos e as obrigações assumidas pelo trabalhador são as seguintes:

A-O DNI fornecerá gratuitamente ao trabalhador: 1.º meios de transporte para ele e para seu equipamento de viagem, dos pontos de recrutamento e concentração aos de colocação nos seringais; 2.º alojamentos nas hospedarias durante a viagem; 3.º assistência médica e sanitária nos locais indicados no item 2.º; 4.º equipamento de viagem, que ficará sendo de propriedade do trabalhador, composto de um vestuário de duas calças e um blusão, um par de alpercatas ou equivalente, uma rede, uma mochila, uma caneca, um prato fundo e um talher; 5.º novo vestuário a decorridos três meses do fornecimento do equipamento inicial, não estiver ainda o trabalhador colocado no seringal; 6.º alimentação adequada, durante a vigência deste termo de compromisso.

B-O DNI, a título de auxílio, efetuará os seguintes pagamentos ao trabalhador: Cr\$ 20,00 quando assinar o presente termo, Cr\$ 20,00 quando chegar a Belém, e Cr\$ 200,00 na ocasião da assinatura do contrato de trabalho.

C-O DNI proporcionará ao trabalhador e sua família, a necessária e indispensável assistência religiosa.

D-O trabalhador, durante a vigência deste termo de compromisso, se obriga a prestar, a critério da administração do DNI, qualquer trabalho previsto pela legislação trabalhista, recebendo o salário diário de Cr\$ 4,00 sem prejuízo do auxílio constante da letra "B".

E-O trabalhador obriga-se a observar os regulamentos dos acampamentos e das companhias de navegação, quando embarcado.

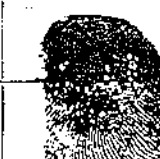
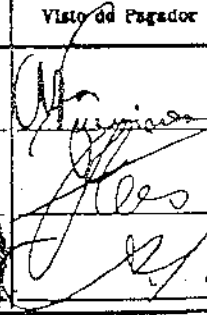
F-Si por motivo relevante e justo, durante a vigência deste termo de compromisso, não convier ou não for possível o aproveitamento do trabalhador, será ele reconduzido para o ponto onde foi recrutado. Ficam ressalvados os casos de comprovada força maior e os decorrentes de justa causa para rescisão dos contratos de trabalho especificados no artigo 482, da Consolidação das Leis de Trabalho.

G-Si o trabalhador, durante a vigência deste, solicitar peças do equipamento de que trata a letra "A", antes de decorridos três meses do fornecimento inicial, ou der lugar a prejuízos de qualquer natureza, fica acordado ser lícito o desconto das importâncias correspondentes aos danos causados, de quantia de Cr\$ 100,00, referida na letra "B".

Fortaleza 18 de Janeiro de 1945.

Responsável pelo serviço de recrutamento

Trabalhador

PAGAMENTOS	DATA	LOCAL	ASSINATURA			Visto do Pagador
Cr\$ 20,00	18/1/45	FORTALEZA				
Cr\$ 20,00		BELEM				
Cr\$ 200,00	18/4/45	MANAUS				

O trabalhador assina este contrato de trabalho com o seringalista, Aprião Oliveira Cezar, (Este documento deve ser devolvido ao SR. OLIVEIRA, Sebastião), LOCALIZAÇÃO Rio Fureta-Labrea, D. N. I. (Acordo OLEYA), Prédio Museu Comercial - Belém (Pará).

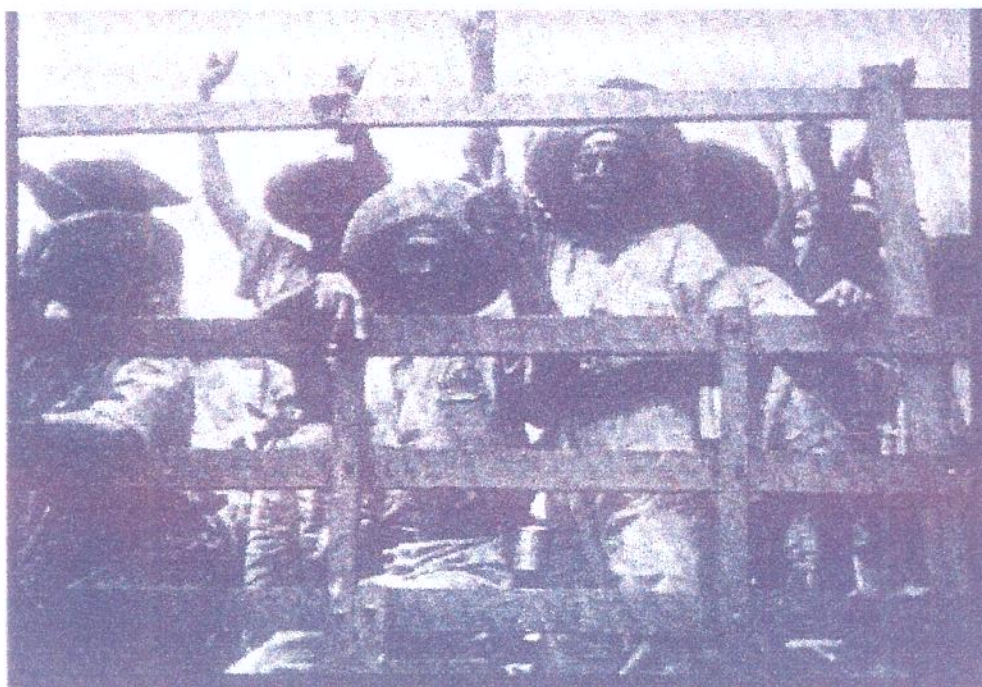
(O presente termo de compromisso substitui o contrato de trabalho assinado em Belém em 18 de Janeiro de 1945, sob o nº 34.145, e o contrato assinado em Manaus em 18 de Abril de 1945, sob o nº 34.145).



Seringueiro

ARIGÓS





TRANSPORTE TERRESTRE



TRANSPORTE FLUVIAL



"TÍPICO" ARIGÓ